

Sexta-feira, 18 de Setembro de 1981



DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

SESSÃO SUPLEMENTAR

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE SETEMBRO DE 1981

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Alfredo Pinto da Silva

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 11 horas.

No prosseguimento do debate do Programa do Governo verificaram-se intervenções, além das dos Srs. Ministros de Estado das Finanças e do Plano (João Salgueiro), da Agricultura, Comércio e Pescas (Basilio Horta) e do Trabalho (Queirós Martins), dos Srs. Deputados Marília Raimundo (PSD), Gomes Fernandes (PS), Jerónimo de Sousa (PCP), António Moniz (PPM), Adriano Rodrigues (CDS), Teresa Santa Clara Gomes (UEDS), Vilhena de Carvalho (ASDI), Vasco Miguel (PSD), Vítor Constâncio (PS), Rogério de Brito (PCP), Mário Tomé (UDP), Montalvão Machado (PSD), António Campos (PS), José Tengarrinha (MDP/CDE), Adérito Campos (PSD), Rui Mateus (PS), José Ernesto de Oliveira (PCP), Portugal da Silveira (PPM), Marcelo Curto (PS), Anselmo Aníbal (PCP), Cavaleiro Brandão (CDS), Mário Lopes (PSD), Manuel Lopes (PCP) e Barrilero Ruas (PPM).

Também pediram esclarecimentos ou fizeram protestos, aos quais os oradores responderam, os Srs. Deputados Roleira Marinho (PSD), Araújo dos Santos (PSD), Leonel Santa Rita (PSD), Carlos Brito (PCP), Cavaleiro Brandão (CDS), Fernando Costa (PSD), João Evangelista (PSD), Silva Marques (PSD), Octávio Teixeira (PCP), Ilda Figueiredo (PCP), Magalhães Mota (ASDI), Sá Fernandes (PSD), João Cravinho (PS), Natália Correia (PSD), Sousa Tavares (PSD), Pinto Nunes (PSD), Fernando Cardote (PSD), José Alberto Xerez (CDS), Costa Pereira (PSD), Lopes Cardoso (UEDS), Duarte Chagas (PSD), Oliveira Dias (CDS), César de Oliveira (UEDS), Borges de Carvalho (PPM), Carlos Robalo (CDS), Veiga de Oliveira (PCP), Narana Coissôr (CDS) e Carlos Brito (PCP).

Foi anunciada a apresentação, pelo MDP/CDE, de uma moção de rejeição do Programa.

O Sr. Presidente encerrou a sessão à 1 hora e 30 minutos do dia seguinte.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum.

Está aberta a sessão.

Eram 11 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.

Álvaro Barros Marques Figueiredo.

Álvaro Roque Bissaia Barreto.

Anacleto Silva Baptista.

Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.

Américo Abreu Dias.

António Duarte e Duarte Chagas.

António Roleira Marinho.

António Vilar Ribeiro.

Armando Lopes Correia Costa.

Arménio Jerónimo Martins Matias.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Daniel Cunha Dias.

Eleutério Manuel Alves.

Fernando José da Costa.

Fernando José F. Fleming d'Oliveira.

Fernando Manuel Carlote B. Mesquita.

Fernando Manuel Cardoso Ferreira.

Jaime Adalberto Simões Ramos.

João Aurélio Dias Mendes.

João Evangelista Rocha de Almeida.

João Manuel Coutinho Sá Fernandes.

João Vasco da Luz Botelho Paiva.

Joaquim Pinto.

José Augusto Ferreira de Campos.

José Augusto Santos Silva Marques.

José Luís Figueiredo Lopes.

José Manuel Pinheiro Barradas.

José Mário de Lemos Damião.

José de Vargas Bulcão.
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Luís António Martins.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel António Lopes Ribeiro.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Ribeiro Arruda.
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.
 Maria Manuela Dias Moreira.
 Maria Margarida do R. da C. S. M. Ribeiro.
 Marília Dulce Coelho Pires D. Raimundo.
 Mário Dias Lopes.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio António Pinto Nunes.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Alberto Marques Antunes.
 Alfredo José Somera Simões Barroso.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Fernandes da Fonseca.
 António Fernando Marques R. Reis.
 António Gonçalves Janeiro.
 António José Vieira de Freitas.
 António Magalhães da Silva.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel N. Costa Candal.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Fausto Sacramento Marques.
 Fernando Torres Marinho.
 Fernando Verdasca Vieira.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 Guilherme Gomes dos Santos.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 Joaquim José Catão de Menezes.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Gomes Fernandes.
 José Luís Amaral Nunes.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 Júlio Filipe de Almeida Carrapato.
 Luís Manuel César Nunes de Almeida.
 Luís Manuel dos Santos Silva Patrão.
 Luís Silvério Gonçalves Saisas.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel António dos Santos.
 Manuel Francisco da Costa.
 Manuel Laranjeira Vaz.

Manuel da Mata de Cáceres.
 Manuel Trindade Reis.
 Mário Alberto Lopes Soares.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vergílio Fernando M. Rodrigues.
 Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alberto Henriques Coimbra.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Álvaro Manuel M. Brandão Estevão.
 António Mendes de Carvalho.
 Armando Domingos L. Ribeiro de Oliveira.
 Carlos Alberto Rosa.
 Carlos Martins Robalo.
 Daniel Fernandes Domingues.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Emílio Leitão Paulo.
 Eugénio Maria N. Anacoreta Correia.
 Francisco Manuel L. V. de Oliveira Dias.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 João António de Moraes Leitão.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José M. Ferreira Pulido de Almeida.
 José Girão Pereira.
 Luís Carlos Calheiros V. Sampaio.
 Luís Filipe Paes Beiroco.
 Luísa Maria Freire Vaz Raposo.
 Manuel A. de Almeida de A. Vasconcelos.
 Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Mário Gaioso Henriques.
 Narana Sinai Coissoró.
 Paulo Oliveira Ascenção.
 Rogério Ferreira Monção Leão.
 Rui António Pacheco Mendes.
 Valdemiro de Pinho Brandão.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.
 Valentim Tiago L. Alves Lopes.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Favares Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António Dias Lourenço da Silva.
 António da Silva Mota.
 Carlos Alberto do Carmo da C. Espadinha.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Ercília Carreira Talhadas.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Ernesto Leão de Oliveira.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel da C. Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Josefina Maria Andrade.

Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Correia Lopes.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Odete dos Santos.
 Mariana Grou Lanita da Silva.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Osvaldo Alberto R. Sarmento e Castro.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António Cardoso Moniz.
 Jorge Víctor M. Portugal da Silveira.
 Henrique Barrilaro Ruas.
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Acção Social-Demócrata Independente (ASDI)

Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.
 Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António César Gouveia de Oliveira.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.
 Octávio Ribeiro Cunha.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Helena Cidade Moura.
 José Manuel do Carmo Tengarrinha.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, pelas inscrições existentes de ontem e mais as que hoje foram apresentadas na Mesa organizou-se a sua ordem. Assim, há 7 inscrições do PSD, 6 do PS, 4 do CDS, 5 do PCP, 2 do PPM, 1 de cada um dos restantes partidos e 3 inscrições de Srs. Membros do Governo.

A lista foi organizada em termos de o primeiro deputado a falar ser a Sr.ª Deputada Marília Raimundo.

O Sr. Deputado Silva Marques tem alguma objecção?

O Sr. Silva Marques (PSD): — Pretendia saber como é que a Mesa colocou em primeiro lugar a deputada da minha bancada Marília Raimundo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a lista foi organizada pelos Srs. Secretários da Mesa sem minha intervenção, mas sem que também merecesse qualquer censura da minha parte, tendo exactamente em conta que o partido que neste momento tem maior número de Srs. Deputados inscritos é o PSD e por isso mesmo começou-se por um Sr. Deputado do PSD, que, tal como os outros, foram sendo escalonados em termos de ficarem devidamente intercalados para, sem prejuízo da ordem de inscrições, se respeitar o princípio da alternância.

É esta a informação que me chega, a lista está elaborada nestes termos.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, a minha bancada não pretende levantar mais um incidente sobre estas matérias, mas a verdade é que ontem, dentro de uma certa perspectiva, entreguei a lista de inscrições dos deputados da minha bancada sem preocupações de tempo. Hoje entregou o meu grupo parlamentar a lista dos deputados que iriam intervir já com mais alguma preocupação de tempo, mas não dentro daquela outra alternativa que é de fazermos aí bicha na escada. Ora, verifiquei aí na Mesa que havia já outras inscrições de outros grupos parlamentares e quando aí fui, por volta das 10 horas, constatei esse facto e parti do princípio de que se iria aplicar o esquema da alternância, isto é, falariam deputados de diferentes partidos e depois se voltaria ao princípio da lista. Reparei que estava inscrito em primeiro lugar um Sr. Deputado do PS e agora aparece uma colega da minha bancada ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado desculpe interrompê-lo, mas penso que a questão está facilitada porque acaba de chegar indicação à Mesa que o PCP não se importa de abrir a sessão. É evidente que a Mesa concede em ouvir VV Ex.º, embora seja sua a competência para organizar as listas da ordem das inscrições, para que tudo corra segundo os vossos melhores desejos.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, se me dá licença, para que não haja continuação da pequena guerrilha, porque efectivamente ontem foi entendido como guerrilha o meu procedimento, o que aliás vários jornais já comentaram hoje, considerando que o Grupo Parlamentar do PSD não conseguia organizar os seus trabalhos, o que não é verdade.

De qualquer modo, quis apenas levantar o problema, porque me senti ontem colocado numa situação altamente desagradável, não face aos jornais, mas em relação à minha bancada.

Portanto, queria que isso ficasse explícito. Se neste momento há uma nova alteração, pois que fale o Partido Comunista em primeiro lugar. Mas no entanto, julgo que sendo a lista de inscrições aquela que foi anunciada então que fale a minha bancada. O que queria é que isto ficasse claro para que os meus colegas possam julgar em comparação com aquilo que aconteceu ontem.

O Sr. Presidente: — Dada essa sua explicação, Sr. Deputado, devo dizer-lhe que não é sem surpresa que o faça falar em pequena guerrilha, não com a Mesa com toda a certeza, visto que fica bem claro que esta atitude da Mesa é até de uma certa concessão na discussão daquilo que é da sua exclusiva competência organizar.

De qualquer modo, se V. Ex.º não faz qualquer obstáculo a que fale já a Sr.ª Deputada Marília Raimundo, iríamos por esse caminho, respeitariamo a lista tal como a Mesa a organizou e avançaríamos sem necessidade de alterações.

O Sr. Deputado Carlos Brito pede a palavra para que efekte?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É apenas para dizer que pelo nosso lado aceitamos sem qualquer objecção a selecção feita pelos Srs. Secretários da Mesa.

Em todo o caso, se há qualquer dificuldade, se o PSD não está em condições de abrir o debate ou se receia abrir o debate, nós fazemo-lo com todo à vontade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Silva Marques (PSD): — A nossa resposta é prática, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Marília Raimundo para uma intervenção.

A Sr.ª Marília Raimundo (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Srs. Deputados: O Programa do VIII Governo, no que respeita à educação, apresenta-nos uma linha coerente com os Programas dos VI e VII Governos, também da responsabilidade da Aliança Democrática, pois num sistema com as características do sistema educativo é essencial que haja um tempo mínimo de continuidade de acção para que as medidas que se tomam possam sedimentar-se e produzir os seus efeitos. O sistema educativo não deve ser sucessivamente sujeito a múltiplas introduções de experiências ou de mudanças de rumo.

O Sr. Fernando Costa (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — É, aliás, nesta linha de pensamento que os anteriores programas de governo da Aliança Democrática já consideraram — e o Programa do VIII Governo continua a considerar — prioritário o enquadramento de uma doutrina educativa numa lei de bases do sistema educativo. Assim, o VI Governo elaborou uma proposta de lei que em devido tempo apresentou à Assembleia da República e que deu origem a uma discussão que se alargou o mais possível. Os resultados desta discussão, que foi ampla e democrática, foram posteriormente publicados e gerou-se um ambiente conducente a uma lei de bases do sistema educativo. É aliás significativo o facto de os partidos da oposição terem também sentido a necessidade de apresentar as suas versões sobre esta matéria e terem surgido, como é normal e deseável, vários projectos-leis. É também interessante verificar que, apesar do debate sobre a lei de bases do sistema educativo não estar de forma alguma ainda concluído, foram surgindo vários pontos, soluções de consenso — para além das naturais divergências —, o que se comprova se fizermos o estudo comparativo da proposta de lei do VI Governo e dos projectos de lei que surgiram.

O VIII Governo oportunamente apresentará a esta Assembleia uma nova proposta de lei de bases do sistema educativo para que, ainda durante esta legislatura, possamos dispor de um instrumento que sempre considerámos de vital importância para o sistema educativo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Programa do VIII Governo refere a manutenção do ritmo de expansão do sector pré-escolar. Neste campo devemos sublinhar que o governo da Aliança Democrática em Outubro de 1980, ou seja, no seu primeiro ano de exercício, duplicou o número de jar-

dins-de-infância existentes e, no início deste ano, criou mais 504. Estas acções correspondem a um plano decidido de implantação num sector carenciado, o que — para além dos aspectos sociais envolvidos nesta criação — significa uma determinação forte da melhoria educativa logo no limiar da aprendizagem.

Assim se caminha para uma igualdade de oportunidades que sempre defendemos, pois é através da educação pré-escolar que se podem corrigir muitas das deficiências educativas provenientes de diferenças sociais e culturais. Também para proceder à correção das citadas deficiências e ainda na defesa do princípio da igualdade de oportunidades que o norteia, o VIII Governo compromete-se no seu Programa a intensificar as acções de educação de adultos, servindo-se da experiência que vem colhendo. Foi o governo da Aliança Democrática que elevou o número de cursos de alfabetização de 50, realizados em 1979, para 150 levados a cabo em 1980 e 170 em 1981, números que comprovam uma vontade firme de pugnar no campo da eliminação do analfabetismo, eliminação que todos os Portugueses desejam que se atinja.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Sempre na defesa do princípio da igualdade de oportunidades, os anteriores governos, da responsabilidade da Aliança Democrática, procuraram desenvolver o ensino superior, tarefa que o VIII Governo vai continuar. Já se introduziram modificações estruturais profundas na vida universitária, das quais quero realçar o estabelecimento dos cursos de pós-licenciatura, tendo sido criados em todas as universidades e na maioria das faculdades os cursos de mestrado, que têm como objectivo incentivar a preparação dos docentes no ensino universitário e formar professores para o ensino politécnico. Este será implantado em várias zonas do País; ainda este ano entrará em funcionamento as primeiras escolas, que são as Escolas Superiores Agrárias de Santarém e de Coimbra. No próximo ano, o ensino politécnico sofrerá um novo e decisivo impulso, pois poderá então funcionar, nas correspondentes instalações e terá ao seu dispor os diplomados com o grau de mestre, que constituem o campo de recrutamento dos docentes do ensino superior politécnico.

Assim, formar-se-ão os técnicos necessários para o desenvolvimento do País e vão-se apetrechando os quadros de investigação científica que irá modernizar a tecnologia — aspecto de grande relevância para o VIII Governo, uma vez que a tecnologia criará condições para o aumento das exportações industriais e para o desenvolvimento do produto agrícola.

No seu programa, o VIII Governo, através do Ministério da Educação e das Universidades, compromete-se a elaborar o estatuto dos docentes dos ensinos preparatório e secundário e dos educadores de infância, de forma que os problemas do pessoal docente deixem de ser uma condicionante da qualidade do sistema educativo, pois a escola será fundamentalmente aquilo que forem os seus professores. Neste campo é de salientar que foram os dois governos anteriores da Aliança Democrática que conseguiram uma melhoria sensível dos esquemas de colocação de professores, que deixou de ser uma situação que ano

após ano vinham colocando dificuldades à abertura e funcionamento dos anos lectivos.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O problema da gestão das escolas será analisado pelo VIII Governo, de modo a garantir-lhes uma maior eficiência e estabilidade. Essa gestão será, sem dúvida, democrática mas voltada para o desenvolvimento do sistema educativo. Foi, aliás, já no sentido da melhoria e da democraticidade da gestão que o governo anterior aprovou e enviou a esta Assembleia uma proposta de lei sobre autonomia das universidades, que — conjuntamente com os projectos de lei do CDS e da ASDI — será debatida em devido tempo neste Parlamento, de forma que se encontre uma solução consentânea com os interesses das universidades e o desenvolvimento do País.

Uma das prioridades do VIII Governo é a regionalização, em que também o Ministério da Educação e das Universidades está empenhado, tal como consta do Programa.

Essa regionalização já deu os seus primeiros passos no que diz respeito aos serviços administrativos de pessoal e irá aprofundar-se, criando estruturas locais. Isso permitirá, entre outras coisas, uma maior participação das populações no processo educativo. Estão a ser criados centros regionais de orientação pedagógica no Porto e em Coimbra, que constituirão o fermento e a experiência para a implantação noutras regiões do País.

Tendo em mente suprir uma grave lacuna entre tanto introduzida no sistema educativo, está o VIII Governo empenhado na institucionalização do ensino profissionalizante a nível do ensino secundário.

O ensino profissionalizante, tendo começado numa fase experimental no 12.º ano, já se alarga em algumas zonas do País a um bloco profissionalizante no 10.º, 11.º e 12.º ano em colaboração com as actividades produtivas, de forma a preparar os técnicos intermédios necessários ao desenvolvimento do País e os jovens a ingressar no mercado de emprego.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Estas medidas têm sido e continuaram a ser acompanhadas de um estudo cuidado das eventuais carências de mão-de-obra, estudo que se encontra em publicação e que permite fazer opções claras e evitar desequilíbrios de formação que são sempre inconvenientes para os jovens, para as famílias e para a sociedade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Acreditamos que a melhoria que se tem vindo a verificar no sistema educativo irá acen-tuar-se com execução do Programa do VIII Governo, que contém, no essencial, as medidas conjunturais e de política educativa que se impõem ao actual estado do sistema educativo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Gomes Fernandes.

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: O nível e a qualidade de vida dos Portugueses apresentam os padrões mais baixos da Europa e são internamente marcados por profundas distorções entre o litoral e o interior e pelas concentrações urbanas de Lisboa e Porto, que constituem hoje situações das mais degradadas do velho continente.

Propõe-se o Governo, no seu programa, valorizar o homem e o ambiente, apostando para isto em quatro prioridades, que o Sr. Primeiro-Ministro enunciou por esta ordem: habitação, promoção das exportações, aumento da produção agrícola e lançamento do processo de regionalização.

Qualquer delas fortemente contundente com o quadro físico e humano existente, pela afectação do território que arrasta nas suas implicações com as políticas de indústria e energia, de fixação e mobilidade das populações, de transportes, de agricultura e florestação, de informação, formação e cultura.

Se a isto juntarmos um facto que tem de ser significativo, embora resulte mais das partilhas de poder dentro da AD do que de uma concepção global da estrutura de governo ou da coerência de um projecto político, que não existe, e esse facto é a existência de um ministro de Estado e da qualidade de vida, poder-se-á afirmar que este governo assume particulares responsabilidades em matéria de política de ambiente, ordenamento do território e qualidade de vida, deixando já, e no entanto, fortes dúvidas da sua mínima concretização qualitativa, se avaliarmos o pensamento e acção política dos responsáveis das principais áreas conexas com estas, como sejam: habitação, obras públicas e transportes, indústria e energia, trabalho e emprego, administração interna e turismo.

Na verdade, em governo que se propõe liberalizar os despedimentos, com consequente aumento do desemprego, que pouca esperança dá aos jovens na sua angústia do primeiro emprego, que fala de regionalização sem adiantar uma filosofia política sobre esta e de um poder local que caucciona corrupção e incompetência, que vê as matas e florestas arderem e atribui isto ao malefício excesso de resinosas, enquanto publicita nos jornais convites camouflados à plantação de eucaliptos, com a oferta de apoios técnicos e financeiros por parte das celuloses, ou ainda que assiste, conivente, à delapidação de recursos naturais, como o solo, a água e os mares, ao longo das bacias hidrográficas dos nossos rios ou em frente das nossas costas, de um governo assim pouco podem esperar os Portugueses para melhoria da sua qualidade de vida, pese embora a consideração pela pessoa e currículo do Sr. Ministro de Estado Ribeiro Teles, que, mesmo que quisesse ser andorinha, não faria deste governo Primavera ...

Fala, é evidente, o Programa do Governo em «gestão racional dos recursos naturais e valorização progressiva das potencialidades do território», em «proporcionar às pessoas e comunidades viverem num ambiente propício à sua condição humana», em «levar a cabo uma autêntica regionalização, acompanhada por uma política de desenvolvimento regional que se apoie nos planos integrados de ordenamento do território», em desenvolver políticas de «gestão da qualidade do ar, de combate à poluição sonora, de gestão racional dos recursos hídricos, etc.».

Conceitos genéricos, talvez algumas boas intenções, mas de realização difícil ou mesmo impossível, se compatibilizarmos isto com os objectivos de:

- 1.º Aumento da produção habitacional fundamentalmente a partir da promoção privada, sem que um quadro mínimo de regras de controlo pela Administração se esboce, o que vai implicar incontroláveis pressões sobre o território e refôrçar a especulação desenfreada que já floresce;
- 2.º Aumento da produção agrícola numa lógica de culturas extensivas e pouco diversificadas, com consequências na desertificação progressiva dos solos;
- 3.º Aumento das exportações com base numa lógica de desenvolvimento industrial e de produção energética pouco preocupada com o equilíbrio ambiental e a gestão dos recursos hídricos;
- 4.º Lançamento de uma política de regionalização que mais não visa do que constituir uma cortina de fumo para as incapacidades governamentais e uma manobra de diversion para o pouco ou nulo apoio dado às autarquias locais e a desastrosa gestão da AD na maioria das que governa.

Torna-se importante, assim, saber:

- Que tipo de exploração dos recursos naturais e que ataque às deficiências do sistema energético português vão ser feitos?
- Que actuação pensa ter o Governo em relação às centrais nucleares espanholas fronteiriças e ao aproveitamento e garantias de caudais e qualidade dos rios internacionais?
- Que estratégia pensa adoptar para a gestão integrada das bacias hidrográficas dos nossos principais rios?
- Que directrizes vai adoptar para impedir que a reflorestação de vastas áreas destruídas pelos incêndios seja feita quase em exclusivo por espécies prejudiciais ao equilíbrio ecológico?
- Que medidas se dispõe a pôr em prática para travar a desertificação física, humana e cultural de parte do nosso território?
- Que articulação vai ser feita dos mecanismos conducentes à regionalização com o ordenamento do território numa base democrática e participada?

Alguns exemplos:

- 1.º Insiste o Governo na localização da prevista central térmica a carvão em Viana do Castelo, contra a vontade das populações, dos órgãos autárquicos e forças sociais e culturais? Opta, pela proposta da Comissão de Coordenação da Região Norte de localização no Douro? Ou tem outras alternativas?
- 2.º Vai o Governo continuar a ignorar que os terraplenos para a central nuclear fronteiriça de Sayago já estão em estado adiantado ou age ao abrigo do protocolo existente, informando de tal as populações perturbadas, mas não resignadas?

- 3.º Vai o Governo continuar a ignorar os relatórios e a protelar as medidas propostas pelos seus próprios serviços, como é o caso dos estudos elaborados pela CCRN para as bacias hidrográficas dos rios Ave e Lima, altamente poluídos por uma anárquica ocupação humana? E para o Douro, onde se julga viver já a metade distante da navegabilidade, que cuidados foram ou vão ser tomados para avaliar o impacte de tal projecto em toda a sua bacia?
- 4.º Pensa ou não o Governo agir, como se exige e lhe compete, no sentido de impedir que as nossas águas territoriais se transformem em caixote de lixo dos detritos radioactivos dos países desenvolvidos?
- 5.º Finalmente, que saída vai encontrar para o Alqueva? A do livro negro? A dos gabinetes ministeriais? Ou simplesmente deixar correr as águas para o mar e transformar em deserto o Alentejo e o Algarve?

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Sobre a política de habitação, considerada prioridade absoluta do Governo, parecendo até que só agora a AD acordou para a gravidade de tal problema, aponta-se como meta «atingir em breve a produção de 50 000 fogos/ano», sem esclarecer com que meios técnicos ou esquemas de financiamento tal se vai fazer e sem quantificar, minimamente que seja, a quota-parte de realização do sector público e apoiado e do sector privado, quando no corrente ano não foi lançado praticamente nenhum fogo em promoção directa ou das cooperativas, embora estivesse previsto no plano do Governo para 1981 o lançamento de mais de 20 000, dos quais 5000 pelas cooperativas de habitação económica. Atingir em breve é um compromisso vago. Gostaríamos de saber quando é!

As CHEs não merecem uma única referência no programa deste governo, e mesmo no discurso do Sr. Primeiro-Ministro, de maior compromisso político nesta matéria do que o Programa, refere-se somente que serão «criadas condições para que a iniciativa e a poupança privadas e cooperativas se dediquem à geração de uma oferta de habitações novas para arrendamento e ao relançamento no mercado de habitações existentes».

Há que reconhecer que é muito pouco, que representa o golpe final na liquidação das CHEs, com desastrosas consequências numa metodologia de pequenas poupanças já adquiridas pelos seus associados, e que é o ruir da esperança de milhares e milhares de famílias de baixos recursos, muitas delas que, naturalmente, não continuarão a acreditar mais nos ideais da social-democracia e na altura própria saberão avaliar nas urnas tal comportamento do governo AD.

Refere também o Sr. Primeiro-Ministro a «ineficácia chocante dos serviços oficiais de promoção de habitação» — é o Fundo Fomento da Habitação que pretende atingir —, mas no Programa do Governo nada se diz sobre a reestruturação desse organismo, contrariamente ao que os VI e VII Governos se propunham. É uma verdade que estes nada fizeram para reestruturarem o Fundo de Fomento da Habitação e só deixaram agravar o seu clima de degradante estagnação. Mas também convém aqui lembrar que o

Sr. Primeiro-Ministro faz esta afirmação acerca de um organismo a cuja comissão directiva o Sr. Secretário de Estado da Habitação pertenceu, com uma curta interrupção, desde 1977 até ser chamado a este governo.

Sem mais comentários! ...

Nada diz o Governo sobre o enquadramento legal da indústria da construção, instrumento fundamental para atingir os objectivos enunciados, que necessita de ser apoiada e racionalizada para uma maior e melhor produção, do mesmo modo que nenhuma referência é feita aos programas plurianuais para a indústria da construção — vulgo contratos de desenvolvimento —, pelo que se pergunta ao Governo se encara este tipo de modelo de promoção e ainda que intenções tem em relação à criação do Instituto da Construção.

Igualmente se pergunta se o Governo pensa criar linhas de crédito especiais para as autarquias promoverem a aquisição e urbanização de solos e a realização de infra-estruturas de saneamento e abastecimento de águas para o combate à construção clandestina ou com que meios técnicos e financeiros julga que tal se poderá fazer.

A finalizar, uma palavra para duas medidas que representam uma autêntica mistificação do problema por parte do Governo.

A primeira refere-se às vendas das habitações públicas aos próprios inquilinos, o que, constituindo uma habilidade para que o Estado se desfaça dos encargos de gestão e conservação do seu parque imobiliário, não faz aumentar de imediato o número de famílias alojadas e pode mesmo originar situações de clara injustiça para muitas.

A segunda refere-se à constituição das sociedades financeiras para o crédito à habitação, em que ficamos sem saber se estas são públicas ou privadas.

No caso de serem privadas, quais as regras e taxas de juro que irão praticar?!

No caso de serem públicas, perguntamos por que não utiliza o Governo as estruturas bancárias e parabancárias existentes, criando a partir delas um fundo nacional de habitação, como propõe o PS, e lançando esquemas nacionais de poupança-habitação.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Eleger como primeira prioridade do Governo o ataque ao problema da habitação, por si só, não chega, pois tal exige uma vontade e uma capacidade política de grande fôlego, que não vemos neste programa, não concebemos com esta equipa de responsáveis pelo sector e não acreditamos que seja capaz de galvanizar as necessárias poupanças dos Portugueses.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Portugal da Silveira para pedir esclarecimentos.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Sr. Deputado Gomes Fernandes, o apertado espartilho de tempo em que vivemos não me permite considerações mais alargadas, que certamente, como todos compreenderão, a minha bancada não poderia deixar de fazer à matéria que acaba de referir. Assim, queria apenas fazer um breve apontamento.

Diz o Sr. Deputado que uma andorinha não faz a Primavera. Mas eu direi: ela é fatalmente o anún-

cio dela. E esse anúncio foi-nos dado ontem por dois discursos que não é vulgar ouvir nesta Câmara e sequer nos nossos tempos. Refiro-me particularmente ao discurso do Sr. Ministro de Estado e ao discurso do Sr. Ministro da Cultura. Direi que estes dois discursos encerram, de facto, uma esperança de que de facto algo e muito vai mudar.

Aplausos do PPM.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Só queria fazer discurso!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Roleira Marinho.

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Sr. Deputado Gomes Fernandes, como diria o nosso companheiro de bancada Deputado Silva Marques, o Sr. Deputado esteve longe do rigor na forma e no conteúdo da exposição.

Só queria referir-me a um ponto daquilo que disse e que é, concretamente, o caso da central termoeléctrica de Viana do Castelo.

Saberá o Sr. Deputado que a intenção da instalação dessa central resulta dos estudos que remontam ao tempo da governação socialista? Saberá o Sr. Deputado que o próprio projecto agora apresentado pela EDP é exactamente o projecto que foi feito no tempo do governo socialista? Saberá que a instalação dessa central no Norte assenta em posições que prevêem o crescimento médio anual no consumo de energia eléctrica na ordem dos 9 %, quando a realidade nos diz que o crescimento médio anual de consumo de energia eléctrica é de 3 % e no corrente ano não se ultrapassarão os 2 %? Não estará o Sr. Deputado convencido de que aquilo que é hoje a luta contra a instalação da central térmica em Viana do Castelo é muito mais uma tentativa de descredito político das autoridades locais e do próprio governo da Aliança Democrática?

Temos a certeza, Sr. Deputado, de que o governo da Aliança Democrática nunca deixará de ouvir as populações locais, as autoridades locais, e de que por certo, e por todos os antecedentes que estão na base deste estudo (e na base do barulho actual), jamais autorizará que a central térmica de Viana do Castelo aí se localize, e, portanto, ela não será a central térmica que o Sr. Deputado pretende que seja, porque isso é o que os senhores fariam se fossem governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes Fernandes para responder.

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — Vou ser muito rápido para ver se não ultrapasso 1 minuto.

Sobre aquilo que disse o Sr. Deputado Portugal da Silveira, obviamente que registámos os discursos ontem proferidos. Uma andorinha é, efectivamente, o início da Primavera; simplesmente, se o resto forem aves de rapina, talvez a andorinha não chegue sequer a levantar voo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sobre a questão que o Sr. Deputado do PSD levantou, lamento que um deputado da maio-

ria esteja tão mal informado sobre essa questão. Eu, obviamente, estou melhor informado, mas não o quero aqui referir.

Devo dizer que levanto esta questão porque tenho ainda algumas dúvidas de que se confirme o que corre em algumas áreas de que o Sr. Ministro da Energia mandou rever o projecto. O governo socialista não tem a responsabilidade que o Sr. Deputado apontou, porque dos estudos à acção e à decisão política vai um passo muito grande e esta vai ser tomada no tempo dos governos AD.

Devo acrescentar que há uma unanimidade das autarquias relativamente a esta questão, e o Sr. Deputado devia informar-se antes de falar sobre o assunto.

Quanto aos números que referiu, eles não são correctos, porque, fundamentalmente, o que se pretendia era instalar uma central para apoiar uma fábrica de alumínio, que, essa sim, seria um desastre.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa para uma intervenção.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: Sabímos de antemão que este governo AD, na apresentação e discussão do seu Programa, não iria ter a verticalidade nem a ética política de assumir as suas graves responsabilidades na situação em que se encontram todos os sectores da vida nacional.

Não podia nem o queria fazer, porque agiu, fria e conscientemente, contra os interesses das classes laboriosas do nosso povo; porque não se enquadrava nas novas realidades de Abril e se põe frontalmente contra a Constituição da República.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A vida e a vossa desastrosa prática de governação ensinaram isso aos trabalhadores. Mas como se não fosse coisa já bastante, no Programa já não pretendem apenas exigir-lhes novos sacrifícios e privações. Limpando as mãos como se não tivessem governado vinte meses, querem responsabilizar os trabalhadores por todos os males existentes, desejando ferir o coração das suas liberdades e direitos fundamentais.

O único facto insólito deste debate foi, sem dúvida, a necessidade que o Primeiro-Ministro teve de explicitar de forma brutal aquilo que já decorria do Programa.

Se era para sossegar a CIP e o grande patronato, não valia a pena, Sr. Primeiro-Ministro! Eles já sabiam!

Qualquer análise séria deste Programa tem de ter sempre em conta todos os malefícios da acção governativa da AD.

Na área do trabalho, três linhas fundamentais caracterizam o Programa: a tentativa de imposição de um tecto salarial; a garantia ao patronato de que não haverá nenhuma intervenção da Administração Pública em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, e a promessa de uma revisão de leis fundamentais do trabalho em favor do patronato.

As declarações inflamadas aqui feitas na segunda-feira sempre arrancaram (com bastante esforço, diga-

-se) alguns aplausos às bancadas da direita. Mas o que significam?

Desçamos à realidade e vejamos o que é que fizeram na prática.

A nível de inspecção e tribunais de trabalho, o que é que foi feito?

Nada. Os processos acumulam-se às centenas de milhares nos tribunais de trabalho, a inspecção continua no rame-rame que convém ao patronato e todo o aparelho é tratado como o parente pobre da justiça.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao flagelo do desemprego, a melhor forma de desmascarar a demagogia da AD é ler um estudo publicado pelo Ministério das Finanças:

Passo a citar: «O mercado de emprego continua a evoluir no 2.º trimestre (de 1981) de forma desfavorável.» E justifica-se tal afirmação com o aumento dos pedidos de emprego relativos a desempregados e com a descida «sensível» da oferta de emprego. Ou seja, cada vez mais desempregados e cada vez menos possibilidades de emprego.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Esta é a verdade nua e crua, que nenhum malabarismo verbal pode esconder. As largas centenas de milhares de desempregados, os jovens à procura do primeiro emprego, e as mulheres tão duramente atingidas pelo desemprego, demonstram que o Governo AD mente.

Aplausos do PCP.

No sector têxtil, como são os casos da Corfams, Têxtil do Caneiro, Sociedade Industrial de Gouveia, Algol e tantas outras empresas, em multinacionais como a Audio-Magnética, na zona da reforma agrária e outros sectores, a realidade é que o desemprego alastrá.

Mas foi a AD aqui na Assembleia da República que votou contra um projecto lei do PCP que visava alargar o subsídio de desemprego a todos aqueles que se viram privados dos seus salários, face ao encerramento e boicote patronal nas empresas e enquanto esperam novo emprego. O governo AD mente quando prometeu e promete agora maior justiça social. Veja-se o que acontece com os contratos a prazo, autêntica chaga social que alastrá por toda a parte. São trezentos e cinquenta a quatrocentos mil trabalhadores que diariamente, mês a mês, conhecem a insegurança, a repressão e a ilegalidade patronal numa espécie de vale tudo perante a inoperacionalidade e paralisação dos tribunais, da Inspecção de Trabalho e do Governo.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Mas quando partidos da oposição apresentaram nesta Assembleia dois projectos lei que visavam minorar os efeitos do regime de exceção, logo a AD se apressou a congelá-los por muitos meses à espera de poder alterar a Lei dos Despedimentos.

Regressemos ao programa e àquilo que ele têm de objectivo, ou seja, tecto salarial, pseudoneutralismo

governamental nas relações de trabalho e revisão da legislação laboral.

A luz destas intenções, a AD e o seu Governo procuram em primeiro lugar, garantir ao grande capital que os aumentos salariais se quedarão pelo nível da inflação prevista, reduzindo assim a zero o que noutras pontas do Programa se afirma quanto à repartição dos aumentos da produtividade pelos trabalhadores. Ou seja, o Governo promete ao patronato mais lucro, aos trabalhadores piores condições de vida.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas aqui também há que ver qual foi a política da AD em termos de rendimentos e preços.

Permita-me aqui um pequeno parêntesis, Sr. Primeiro-Ministro. Se os trabalhadores portugueses tivessem acreditado nas suas declarações, quando aqui há meses, desta tribuna, jurava por todos os santinhos que a inflação não ultrapassaria os 16 %, a que é que estaria reduzido o seu poder de compra se não tivessem lutado? Será necessário recordar que, segundo serviços oficiais, a taxa de inflação foi em Julho deste ano, em relação a Julho do ano passado, de 19,8 %?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mais. Será necessário recordar que o governo Balsemão reduziu o «cabaz de compras» a quatro produtos, aumentando e liberalizando de forma brutal os preços das farinhas, das massas, dos frangos, dos óleos, do bacalhau e de tantos outros produtos alimentares essenciais? Que se aumentaram os combustíveis, o gás, a água, a electricidade, os transportes e as taxas dos serviços médico-sociais? Faço uma sugestão, Srs. Ministros da AD. Desloquem-se às praças, aos mercados, aos transportes públicos, ouçam a opinião do nosso povo sobre a vossa política e nem será necessário fazer grandes análises sobre os resultados de eleições como as de Miragaia, para, com o mínimo de vergonha democrática, perceber, arrumar as malas e pedir a demissão.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Outra questão, porque me ficou no ouvido uma declaração demagógica do Sr. Primeiro-Ministro sobre cidadãos de primeira e cidadãos de segunda: Gostava que o Sr. Primeiro-Ministro explicasse a esta Câmara como é que o governo AD, ao fim de dois anos arrastados, tenha publicado ontem uma portaria de extenção para os trabalhadores agrícolas, retirando aos trabalhadores do Norte e do Centro alguns dos direitos fundamentais, em desigualdade com os trabalhadores do Sul?

O segundo vector da política laboral deste Governo é a declaração bombástica de que irão dar total autonomia ao patronato e aos trabalhadores para dirimir entre si os conflitos.

Falso neutralismo, Sr. Presidente, Srs. Deputados. No fundo, o que a AD e o seu governo querem dizer é que daqui para diante sempre que os direitos e as liberdades fundamentais dos trabalhadores forem atacados, esteja o patronato descansado que da parte da Administração Pública não haverá qualquer intervenção. Ou seja, quando a multinacional Beralt voltar

a fazer *lock out* nas Minas da Panasqueira, conte com o silêncio e compreensão do governo AD/Balsemão/Freitas do Amaral. Quando a ITT Standard Eléctrica desrespeitar sistematicamente o parecer do Supremo Tribunal Administrativo para a reintegração dos trabalhadores despedidos isso não é nada com o Governo, salvo se a multinacional pedir uma ajuda para mandar a GNR impedir a entrada dos trabalhadores a que foi feita justiça.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Só que com o 25 de Abril as condições e as possibilidades de luta dos trabalhadores são radicalmente diferentes. O projecto político retrogrado, reaccionário e classista do governo AD/Pinto Balsemão/Freitas do Amaral defronta-se com um poderoso movimento dos trabalhadores, organizado e coeso em torno das suas estruturas de classe. Mais: defronta-se com uma Constituição e com leis que permitem e garantem aos trabalhadores os instrumentos necessários para defenderem os seus interesses de classe.

Por isso, o grande patronato da CIP exige despudoradamente a revisão da legislação de trabalho.

Vale a pena citar um dos oradores do Congresso das Actividades Económicas, que textualmente exige: «(...) a modificação da lei da greve no sentido de ser considerada ilícita a greve política ou de solidariedade e permitida a paralisação técnica da empresa por parte dos empresários»; «a redução dos direitos das comissões de trabalhadores, que não deveriam ter a possibilidade de se coordenar entre si»; «a liberalização dos despedimentos dos membros das CTs, delegados e dirigentes sindicais»; «a redução do subsídio de férias, uma maior penalização das faltas por motivos familiares e a não obrigatoriedade de admissão dos trabalhadores vítimas de despedimento considerado nulo».

O Governo aí está a dar resposta pontual às exigências da CIP, prometendo restrições à Lei da Greve, mesmo que para tanto tenha necessidade de recorrer aos argumentos requentados que fizeram história a partir de 1926 até ao 25 de Abril de 1974.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sinceramente, os senhores acham que o poderoso movimento de massas que resultou na paralisação, na greve e na luta diversificada de um milhão e quinhentos mil trabalhadores durante o 1.º semestre deste ano foi obra de manipulação?

Não. Foi antes a resposta concreta à vossa desastrosa e impopular política, foi e é o fruto da elevada consciência de classe dos trabalhadores que nunca os senhores conseguirão destruir por decreto.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

É bom que o Sr. Primeiro-Ministro recorde, quando acusa falsamente os trabalhadores, do não cumprimento das leis, que foi o seu governo, que foram os governos AD, que não cumpriram as leis do trabalho. Quer exemplos?

Por que razão arrastam a publicação das convenções colectivas para além do prazo legal, alargando o

período de vigência dos contratos e prejudicando gravemente centenas de milhares de trabalhadores?

Por que razão os senhores proíbem a aplicação da Lei n.º 46/79, aprovada pela Assembleia da República, que exige a entrada em funções dos gestores eleitos pelos trabalhadores para as empresas do sector público nacionalizado?

O Sr. António Mota (PCP): — É um escândalo!

O Orador: — Fica assim completamente claro o sentido do Programa. Debaixo das expressões como «instabilidade nas relações de trabalho», «aumento da produtividade e diminuição do absentismo», está a ameaça concreta da tentativa de aprovação de uma lei antigreve, de uma lei de restrição dos direitos e liberdades sindicais, da liberalização dos despedimentos, de novas medidas repressivas no campo do regime de férias, subsídios, baixas e faltas e de medidas discricionárias e discriminatórias contra os trabalhadores através de remunerações suplementares, ou cortes salariais.

Com receio que o grande patronato não tivesse inteligência bastante para perceber o conteúdo do Programa do Governo, o Primeiro-Ministro não se coibiu de ir ao desplante de justificar tais alterações à legislação laboral, caluniando os trabalhadores como enxames de parasitas e ofendendo a dignidade de milhares de trabalhadores da função pública.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. António Mota (PCP): — Que vergonha!

O Orador: — Não receia, Sr. Primeiro-Ministro, certas coincidências de linguagem quando fala nos «bons» e nos «maus» funcionários, nas greves «manipuladas», nos «parasitas», etc.? O problema é seu. Mas a CIP exigiu-lhe também. Mas sempre lhe digo que percebo perfeitamente o seu ódio de classe quase visceral e quem procurou atingir. O governo AD odeia todos aqueles que têm a coragem de não abdicar da sua dignidade profissional e humana, dos seus direitos e interesses de classe, odeia todos aqueles que participam na luta em defesa da democracia social, económica e política.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O que vos doeu e dói foi e é ver trabalhadores comunistas, socialistas e sem partido, e muitos dos que em 5 de Outubro acreditaram nas vossas promessas, a lutar irmados pelos mesmos sentimentos, nas empresas, nos escritórios e nas repartições públicas contra a vossa prática política que afronta o Portugal de Abril.

Aplausos do PCD.

Por isso, com o desenvolvimento da luta social se acirrarão as vossas contradições internas, abrirão brechas no Governo e na AD, se estreitará ainda mais a base social de apoio.

Afrontando os trabalhadores, tentando ferir o coração da democracia social, este governo AD recauchutado de planos tão velhos como perigosos vai pela via rápida que há-de apressar o seu fim.

Não aprendeu nada com as lições da história recente. Usando dos meios constitucionais e democráticos de luta, será o movimento operário e popular, ao lado dos democratas e patriotas, a acabar com este pesadelo nacional chamado AD, exigindo um novo governo que pratique uma política democrática e corresponda aos anseios e aspirações das classes laboriosas do nosso povo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E quando isso acontecer, a sua disponibilidade nunca negada, o seu poder criativo, a sua vontade é a força com que hoje defendem patrioticamente os seus direitos fundamentais será aplicada na resolução da crise em defesa do Portugal de Abril.

Aplausos do PCP, do MDP/ CDE e do Sr. Deputado Almeida Carrapato (PS),

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Araújo dos Santos.

O Sr. Araújo dos Santos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nas questões e no protesto que vou fazer, relativamente à intervenção do Sr. Deputado do PCP, não vou seguir o seu tom, porque democracia é respeito e a intervenção do Sr. Deputado do PCP não obedeceu, a meu ver, a essas condições essenciais.

Protestos do PCP.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Essa é boa!

O Orador: — A falta evidente de argumentos verdadeiros por parte do POP para contraditar a realidade positiva em que desde já se transformou o Programa do VIII Governo no sector do trabalho levou, mais uma vez e inevitavelmente, à fuga ao debate e à produção de monólogos feitos de banalidade, de demagogia e insulto. Já estamos habituados.

De facto, porque é que o Sr. Deputado do PCP e a sua bancada, quando ontem o meu colega de bancada teve uma intervenção sobre assuntos de trabalho, não o contraditou de imediato? É que de facto o PCP precisa de preparar, precisa de analisar no segredo dos gabinetes as suas intervenções, porque elas não resistem a um debate franco e claro.

Protestos do PCP.

As verdades que o PCP vem produzindo nesta Câmara sobre estas e outras matérias já não convencem ninguém. Porque ou não são verdades ou representam conceitos teóricos que a prática desmente no dia-a-dia.

Vozes do PCP: — Está mesmo a ver-se! ...

O Orador: — É ou não verdade, Sr. Deputado, que com a governação da AD, e pela primeira vez desde 1974, o poder real de compra dos trabalhadores portugueses aumentou em 1980 e há fortes perspectivas de que tal venha a repetir-se no ano corrente?

Risos do PCP.

É ou não verdade que o número de trabalhadores despedidos colectivamente tem vindo a diminuir com a governação da AD?

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PCP.

O Sr. Presidente: — Desculpem a interrupção, mas queria lembrar a VV. Ex.^{as} que o Sr. Deputado está no uso da palavra e o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa terá o pleno direito de lhe responder. VV. Ex.^{as} têm a faculdade regimental de fazer a qualquer intervenção um aparte, repetidamente o tenho dito e volto a afirmá-lo. Em todo o caso, isso não pode confundir-se com uma perturbação constante do Sr. Deputado que estiver no uso da palavra. VV. Ex.^{as} terão o direito de responder e de intervir na altura própria e conviria que a Câmara conservasse o silêncio e a serenidade adequada à possibilidade de nela se usar da palavra sem permanentes interrupções.

Tenha a bondade de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — É ou não verdade que os contratos colectivos têm vindo a ser publicados com muito maior celeridade do que vinham sendo nas governações anteriores?

Quem se tem fechado ao diálogo social?

O Sr. António Mota (PCP): — A AD!

O Orador: — A AD, não. A AD tem proposto o diálogo social. Que eu saiba, por exemplo, a vossa querida CGTP ainda não respondeu positivamente ao diálogo social que a governação da AD vem reclamando há muito tempo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — E fez muito bem!

O Orador: — O vosso isolamento começa a ser cada vez mais evidente ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Olhe para Miragaia, Sr. Deputado! ...

O Orador: — ... porque há organizações representativas dos trabalhadores portugueses que desde a primeira hora entenderam o quanto de positivo era para este país responder aos apelos de diálogo social e fizeram-no de imediato. Não são os senhores que têm autoridade, pois têm negado todas as tentativas de diálogo social, para virem aqui dizer que não há diálogo social, porque é a governação da AD que o não quer. A governação da AD tem proposto esse diálogo social e os senhores têm resistido a ele.

E quanto se fala no número de desempregados, pergunto: será que a governação AD encontrou o pleno emprego em Portugal quando atingiu o Poder? Não, encontrou o desemprego e tem melhorado as condições que necessariamente hão-de traduzir-se numa melhoria da situação de emprego em Portugal.

E quanto à revisão das leis laborais, é ou não verdade que as organizações sindicais têm reclamado também a revisão dessas leis, havendo ainda outros parceiros sociais que reclamam, naturalmente, revi-

são de leis laborais? E então os senhores não admitem que de facto para responder às necessidades do País qualquer governação, e neste caso a da AD, tenha de necessariamente encontrar as melhores formas de fazer com que o progresso se instale neste país?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E quando fala da autonomia dos parceiros sociais, que o Sr. Deputado pareceu criticar, pergunto-lhe se é ou não a favor de que haja essa autonomia dos parceiros sociais na contratação colectiva.

Para os senhores, verdades são apenas as vossas, e os actos práticos que vimos produzindo, para vós, não têm qualquer espécie de valor.

E as greves que existiram? São ou não essas greves a maior manifestação de que a governação da AD respeita os direitos e as liberdades dos trabalhadores portugueses.

Vozes do PCP: — Também era melhor! ...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Santa Rita.

O Sr. Leonel Santa Rita (PSD): — Não vou utilizar as palavras mansas que o meu companheiro de bancada utilizou.

Para mim, a intervenção feita pelo deputado do PCP é repugnante.

Vou lembrar algumas coisas para avivar a memória dos comunistas portugueses.

Será que se esqueceram da intervenção em Praga, onde trituraram os trabalhadores de uma nação que não era a URSS? Foram triturados pelos canhões e pelas armas ...

Protestos e risos do PCP.

E na Polónia? Ainda ontem um dirigente altamente qualificado disse que reprimirá o movimento Solidariedade pela força, se for preciso.

Será que esquecem também que ainda ontem na Rússia aumentaram a gasolina de 20\$ para 40\$. São duras estas ...

Protestos e risos do PCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Leonel Santa Rita e Srs. Deputados da bancada do Partido Comunista: Sabem VV. Ex.^{as}, e chega a ser ocioso dizê-lo, que têm todos o inegável direito de defender neste hemicycle as vossas posições. O que há antes de mais e anterior ao exercício, ou pelo menos tão importante como o exercício desse sagrado direito, é a maneira reciprocamente respeitosa e por todos respeitadora da dignidade desta Câmara da forma de o fazer.

A Mesa pede a VV. Ex.^{as} que se ouçam com a serenidade e o respeito necessários e que usem na altura própria do direito de responderem, tal como evidentemente lhes é assegurado. O que se não pode é estabelecer um diálogo nos termos em que estava a estabelecer-se e que só eufemisticamente pode ser classificado de diálogo.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, desejava interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, acabámos de ouvir as suas palavras e no que nos toca é uma vez que elas nos foram dirigidas não as podemos aceitar.

Podemos compreender que o Sr. Presidente, quando os apartes se repetem, entenda que o orador que intervém possa estar a ser prejudicado. Não foi o caso agora. Limitamo-nos a rir; e de uma maneira sã...

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

Espero que o Sr. Presidente admoeste a maioria, de maneira que eu possa prosseguir.

O Sr. Presidente: — Era o que ia fazer, nos mesmos termos em que o fiz à sua bancada.

O Sr. Carlos Brito (POP): — Ora então, dizia eu que nos riímos, e de uma maneira sã, perante o ridículo da intervenção do Sr. Deputado e perante esta incapacidade crucial daquele ...

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado pediu a palavra para interpellar a Mesa e não para uma intervenção.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, estou a aduzir argumentos e espero que o Sr. Presidente tenha a paciência de os ouvir até final.

O Sr. Presidente: — Sabe perfeitamente que a tenho.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dizia eu, pois, que reagímos por essa forma à incapacidade daquele e de outros Srs. Deputados de discutirem os problemas nacionais, sem virem com exemplos de qualquer parte do mundo que lhes vem à cabeça. Nós riímos disso.

A interpelação à Mesa é esta: qual é a norma regimental que impede a nossa bancada de rir das coisas ridículas?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Dá V. Ex.ª uma interpretação e um valor, que tem o sagrado direito de dar, à situação criada e que determinou a minha intervenção. A verdade é que pela forma como as coisas estavam a processar-se não havia aquele mínimo de condições que noutras circunstâncias e por outros motivos, até durante a sessão de ontem e noutras, levaram a que repetidamente a Mesa solicitasse de VV. Ex.ªs, o mínimo de silêncio e de acomodação necessária à produção das intervenções que cada um dos senhores vai fazendo.

Ainda que V. Ex.ª lhe tenha dado um valor diferente, e pese embora o respeito que V. Ex.ª sabe que tenho pelas suas opiniões, não tenho nada a alterar às circunstâncias que determinaram a minha intervenção. Por isso, a mantendo, renovo o meu apelo a todos VV. Ex.ªs, para que se mantenha o clima de serenidade necessária.

O Sr. Deputado Leonel Santa Rita continuará na produção da sua intervenção e o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa responderá na altura nos termos a que também tem necessariamente de responder.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Mas para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É para concluir a minha interpelação à Mesa e dizer ...

O Sr. Presidente: — Mas a interpelação à Mesa está feita, pois ela foi feita até nestes termos: «qual é a norma que me proíbe rir?» Já lhe dei a resposta e parece-me que não há a necessidade de completar o que tão completamente ficou da sua intervenção:

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Recusa-me a palavra, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Neste momento recuso, Sr. Deputado, se não a fundamentar melhor.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Creio que a resposta que deu à interpelação que formulei à Mesa me merece um comentário.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, fará o comentário noutra altura.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Então faço nova interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça o favor, mas peço-lhe que a faça de forma objectiva.

O Sr. Carlos Brito (POP): — Sr. Presidente, parafraseando uma frase célebre diria que, apesar de tudo, continuaremos a rir.

O Sr. Presidente: — É um sagrado direito que não posso deixar de reconhecer-lhe. O que peço a V. Ex.ª e a todos é que quando tiverem motivo de rir isso não seja para interromper os trabalhos e para que eles não continuem com serenidade.

O Sr. Deputado Leonel Santa Rita faça o favor de continuar.

O Orador: — Há um ditado português que diz «quem ri no fim é quem ri melhor». Estou convencido que seremos nós, os que temos pela democracia um conceito lato e não o vosso, que riemos no fim.

De qualquer maneira, quero repetir aquilo que há pouco disse: a intervenção de 1978 em Praga, onde foram triturados os trabalhadores, o caso da afirmação ontem feita por um dirigente da Polónia, assim como o aumento do preço da gasolina na Rússia, o que também não foi desmentido.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Então, e o do gásóleo?

O Orador: — Para terminar a minha exposição, quero dizer que os contratos a prazo não são da autoria dos governos da Aliança Democrática, mas, mesmo que fossem, penso que seria muito mais justo existir um contrato a prazo — embora eu seja contra eles — do que fazer aquilo que vocês fizeram com as pessoas que são vossas partidárias e com as quais,

em 1975 enxamearam todos os ministérios e todas as empresas, com a promessa de que só iriam para lá se se filiassem no vosso partido.

Protestos do PCP.

Isso é muito mais baixo do que a existência dos próprios contratos a prazo que, felizmente, não são da autoria da Aliança Democrática.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cavaleiro Brandão.

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de pedir ao Sr. Deputado Jerónimo de Sousa que me autorizasse a colocar-lhe três questões muito simples e para as quais lhe pedia uma resposta directa e objectiva.

Em primeiro lugar — aliás, como já aqui foi recordado —, os governos da Aliança Democrática têm defendido um diálogo social alargado, como lhe têm chamado. A respeito dessa proposta gostaria de lhe perguntar qual é a posição que tem sido defendida pelo Partido Comunista Português.

Em segundo lugar, uma vez que o Sr. Deputado aqui tornou a levantar o fantasma dos contratos a prazo, gostaria de saber que tipo de iniciativas tomou ou pensa tomar o Partido Comunista para pôr cobro à legislação dos contratos a prazo, pois não recordo que nesta Assembleia esteja pendente qualquer iniciativa do seu partido nessa matéria.

Em terceiro lugar, gostaria que, serena e objectivamente, nos desse uma ideia de qual a diferença qualitativa do seu discurso ou do discurso de qualquer dos representantes do seu partido nesta matéria relativamente aos governos anteriores. Quer dizer: a Câmara tem a sensação de que o Partido Comunista produziu hoje o mesmo tipo de discurso, com o mesmo conteúdo que foi produzido em relação ao VII e ao VI Governos Constitucionais, como já o tinha sido em relação ao I e ao II Governos Constitucionais.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — É a cassette!

O Orador: — Portanto, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, gostava que nos desse uma ideia de qual a diferença qualitativa no tom e no conteúdo do seu discurso.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Costa.

O Sr. Fernando Costa (PSD): — O Sr. Deputado Jerónimo de Sousa num determinado passo da sua intervenção referiu o caso da Audio-Magnética.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Onde é que está o mal?

O Orador: — Apesar de o ter ouvido com toda a atenção, não fiquei perfeitamente esclarecido daquilo que pretendia atingir. Daí que lhe faça três perguntas: é ou não verdade que os trabalhadores da Audio-Magnética estão a receber o subsídio de desemprego? E mais, é ou não verdade que o Governo garantiu aos trabalhadores da Audio-Magnética esse subsídio até à solução da questão?

Como presumo que V. Ex.^a sabe, a Audio-Magnética é uma empresa que tem 480 trabalhadores e no final do ano passado os principais accionistas estrangeiros abandonaram a empresa e até abandonaram o País — nessa altura o Governo foi alertado para a situação.

Assim, pergunto-lhe: tomou ou não o Governo medidas imediatas para chamar à responsabilidade esses proprietários? Vieram ou não os proprietários delegar num dos altos funcionários da empresa competência para se chegar a uma nova solução? Está ou não em vias de ser solucionada a questão?

Estas eram, pois, as perguntas que gostaria de lhe colocar. Mas, de qualquer forma, como VV. Ex.^a, quer em relação ao debate do Programa do I Governo como em relação a todos os outros governos, vêm repetindo sempre as mesmas questões e os mesmos casos, nomeadamente este que diz respeito à Audio-Magnética, pergunto-lhe: qual a solução que V. Ex.^a apresentava para o caso da Audio-Magnética, tendo em conta o ordenamento jurídico português?

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Quem é que está no Governo?!

O Orador: — Finalmente, porque VV. Ex.^a se arvoram em defensores dos trabalhadores, de que partidos têm sido as pessoas que, quer a nível local (Assembleia Municipal das Caldas da Rainha) e até a nível central, mais se têm interessado, que propostas mais urgentes têm apresentado e que mais passos têm dado com os trabalhadores da firma para que se encontre uma solução para um caso difícil de 480 famílias e para a própria economia da região?

Espero da sua parte, Sr. Deputado, que V. Ex.^a não venha aqui apenas levantar espantalhos. Gostava, pois, que nos informasse, na medida do possível, para que todos nós e a opinião pública fiquemos esclarecidos sobre as questões que aqui lhe acabo de colocar.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Quem é que está no Governo, Sr. Deputado?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Evangelista.

O Sr. João Evangelista (PSD): — Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, tudo quanto afirmou não era motivo para que eu usasse da palavra, dado que aquilo que V. Ex.^a disse tem sido por si e por todos os camaradas da sua bancada aqui repetido. Portanto, não há novidade nem dúvida nenhuma. Mas, entretanto, o Sr. Deputado falou aqui numa classe que me merece muito respeito e que pelo menos a si, por se tratarem de trabalhadores, também lhe devia ter merecido um pouco mais de dignidade e de solidariedade.

O Sr. Deputado Jerónimo de Sousa insultou aqui trabalhadores dizendo que eles estão ao serviço do patronato e que nada produzem — refiro-me concretamente aos trabalhadores da Inspecção do Trabalho.

V. Ex.^a também disse que os tribunais do trabalho estão cheios de serviço. É claro que não nos vai aqui dizer que todo o serviço que lá está se reporta a queixas directas dos trabalhadores nas comissões de conciliação ou julgamento ou a intervenções direc-

tas dos delegados do procurador da República junto desses tribunais. Muito desse serviço terá passado pela mão dos funcionários da Inspecção do Trabalho.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Há de explicar-me essa!

O Orador: — Depois explico-lhe, Sr. Deputado. Que Inspecção do Trabalho é que o Sr. Deputado quer, aquela que foi defendida e que se tentou organizar em 1974 e 1975 com o célebre inspector-geral Joaquim Correia, em que havia, inclusivamente, uma verba para compra de pistolas para lhe servirem de guarda-costas?

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, há longos anos que trabalho com a Inspecção do Trabalho e ela sempre me mereceu o maior respeito e a maior consideração.

Vozes do PCP: — Há quantos anos?

O Orador: — São pessoas dignas e conscientes e, apesar de tanta perseguição, vão, com esforço e na consciência da classe que têm, levando sempre as suas funções a cabo com dignidade, com isenção e com justiça.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvi atentamente a intervenção do Sr. Deputado Jerónimo de Sousa e cheguei ao fim com a conclusão de que o Sr. Deputado considerava este governo o governo do patronato. E isto de tal forma que discutiu mais as propostas da CIP do que as propostas do Governo. Portanto, concluímos que este governo é o governo do patronato.

Assim, estava a interrogar-me por que é que sendo este o governo do patronato e sendo VV. Ex.^{as} o proletariado não estariam em greve. Depois, surgiu-me a interrogação se não estariam em greve na modalidade de ocupação da empresa, e esta ideia acentuou-se-me dada a vossa hilaridade seguinte:

Mas eu não teria intervindo por causa destas minhas reflexões íntimas. No entanto, senti a necessidade inevitável de o fazer para vos lembrar o seguinte: VV. Ex.^{as} riram, o vosso líder não só confirmou o facto como anunciou que continuariam a rir; nós reagimos emocionada e indignadamente. São suas posturas diferentes face à mesma problemática: ao trabalho e aos trabalhadores.

Não houve nada de novo aqui, mas eu não podia deixar de salientar o facto com este complemento: só depois de o vosso líder ter permitido e anunciado que continuariam a rir, VV. Ex.^{as} deixaram de o fazer, salvo com algumas pequenas erupções.

Risos do PCP.

Presto-vos essa homenagem.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa para responder, se assim o desejar.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Fico contente porque, afinal, a minha intervenção não foi tão má como isso, pois parece que os Srs. Deputados estão um bocado incomodados.

Assim, vou responder-vos quase como que por telex, porque de facto o nosso tempo é diminuto.

O Sr. Deputado Araújo dos Santos disse uma série de mediocridades, algumas falsidades. O Sr. Deputado, alguém acredita que foi a AD que aumentou o poder de compra dos trabalhadores e do povo? Creio que nem você próprio acredita nisso, Sr. Deputado.

Mas, como não tenho tempo de responder a todas as perguntas e a alguma provocaçãozita intervalada que V. Ex.^a fez, vou lançar-lhe um desafio, Sr. Deputado: visto a televisão do Sr. Proença de Carvalho estar sempre tão fechada às forças democráticas (particularmente ao meu partido) e, porque ali podemos falar sem papel, fazemos um desafio às bancadas do PPD, do CDS e do PS, assim como às outras, para um debate na televisão — e não era preciso estar lá nenhum doutor... com todo o respeito que tenho pelos doutores —, para provarmos que, mesmo sem papel, sómos capazes de dizer aquilo que os senhores não são capazes de dizer, porque nós falamos a verdade e os senhores estão a mentir ao povo.

Aplausos do PCP.

Protestos do PSD, do CDS e do PPM.

Quanto à questão do diálogo social — e aproveito para também responder ao Sr. Deputado Cavaleiro Brandão —, os senhores não queriam diálogo social. O que os senhores queriam era amarrar as mãos aos trabalhadores; os senhores não queriam discutir seriamente qualquer revisão de legislação de trabalho, mas, sim, impor a vossa revisão inconstitucional das leis do trabalho.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E isso não é diálogo. Isso é imposição e por isso mesmo os representantes dos trabalhadores não aceitaram.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao Sr. Deputado Cavaleiro Brandão ter dito que ouviram aqui o mesmo discurso tanto no debate do Programa do VI, como do VII e como no do VIII Governos Constitucionais, não é verdade que o nosso discurso seja igual em relação ao I e II Governos Constitucionais porque, de facto, nós chamamos retrógrado, reaccionário e classista a este governo. E sabe porquê, Sr. Deputado? Porque com uma política destas, isto é, com uma política igual à do anterior governo, que é a política da AD, essa política não se modifica só porque agora fazem parte do Governo o Sr. Ministro Freitas do Amaral e o Sr. Ministro do PPM. Isso não modifica o carácter político deste governo porque a sua política vai ser a mesma, os malefícios para o nosso povo vão ser os mesmos e talvez até mais agravados. Por isso mes-

mo, nalguns aspectos, o nosso discurso tem de se repetir.

Quanto à questão dos contratos a prazo, o que vamos propor na respectiva comissão são alterações que impeçam todo o role de ilegalidades que os senhores reconheceram durante o debate que houve aqui, na discussão na generalidade. E de certeza que pode contar com a participação dos comunistas para apresentarem propostas concretas em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Em relação à Audio-Magnética, Sr. Deputado Fernando Costa, V. Ex.^a caiu em contradição. Então nós é que trazemos para aqui sempre as mesmas coisas, nós é que estamos aqui sempre a bater no «ceguinho» e depois o Sr. Deputado diz que a AD, na câmara, na assembleia de freguesia, na assembleia municipal, tem levantado a questão como uma grande bandeira. Em que é que ficamos, Sr. Deputado? Temos ou não razão? Então vale a pena trazer aqui estas questões da Audio-Magnética e outras? É essa a contradição que, de facto, aqui ressalta, porque a prova que o problema existe no concreto é que os senhores são obrigados a levantá-lo a nível de autarquias locais.

Quanto à questão do subsídio de desemprego, os trabalhadores querem emprego, Sr. Deputado! Um mal que vai nas vossas cabeças é pensarem que os trabalhadores gostam de estar na situação de receber apenas o subsídio de desemprego. Os trabalhadores não têm medo do trabalho; os trabalhadores querem ajudar a resolver os problemas económicos, mas quem emprega.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à Audio-Magnética, veja lá, Sr. Deputado, se a partir de Maio os trabalhadores ainda continuam a receber esse subsídio de desemprego.

O Sr. Deputado João Evangelista procurou dar a volta ao problema. É que eu falei na Inspecção do Trabalho em termos de estrutura e não pessoalizei o problema. Isto é como tudo na vida, em termos de inspetores de trabalho há de uns e de outros. Não acusamos o homem em si, mas sim a estrutura, o seu funcionamento e a sua prática. E a verdade é que a Inspecção do Trabalho muitas vezes não tem nem possibilidade nem capacidade de resolver os problemas, de vir para o boicote do poder central.

Portanto, os senhores são responsáveis pelo mau funcionamento desse organismo por não o dotarem com os mecanismos necessários para que ele funcione na prática. E, se alguma coisa vai mal em termos de homens, pois então que seja o próprio Governo também a resolvê-lo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à questão dos tribunais do trabalho, não foi a AD a culpada da existência dos processos que existem. Contudo, quem vem para aqui dizer que os tribunais do trabalho vão funcionar — ouvimos dizer que em Janeiro os tribunais do trabalho iam funcionar — é a AD. A verdade é que em todos os governos da AD ouvimos sempre essa mesma promessa e vemos os processos a acumularem-se nesses tribunais. Então, Sr. Deputado, em que é que

ficamos? De facto a responsabilidade é vossa, particularmente no momento em que vivemos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Silva Marques perdeu-se em algumas considerações mais ou menos filosóficas e não disse nada de concreto.

Mas, de qualquer forma, vou esclarecer a afirmação de que o Governo é o representante do patrónato ... Referi o Congresso das Actividades Económicas e recordo que estiveram lá cinco ministros da AD a assistir (e se calhar a aplaudir de coração as intervenções que ali foram feitas contra os interesses dos trabalhadores).

O Sr. Silva Marques (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado

O Orador: — Peço-lhe desculpa, mas não tenho muito tempo disponível para falar. Se o Sr. Deputado quiser descontar o seu tempo no final das minhas respostas, pode fazê-lo.

Em relação ao Sr. Deputado Leonel Santa Rita e a outros que fizeram algumas provocações, pergunto-lhes por que é que em vez de fazerem provocações tolas não se preocupam com as questões sérias que eu aqui trouxe.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Por que é que os senhores têm sempre dificuldade em justificar os casos da Standard Eléctrica, da Algote, o problema da dívida externa, o défice da balança de transacções, bem como todos os problemas de interesse nacional, e vão buscar a Rússia, Praga, a Polónia, e se não chegarem vão buscar o Afeganistão, a Hungria? O Srs. Deputados, VV. Ex.^a, fazem-me lembrar aquelas pessoas que, para esconder os dramas e as misérias que vão lá pelas suas casas, se entretêm a falar dos pequenos problemas da vida dos outros.

Aplausos do PCP.

O Sr. Leonel Santa Rita (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. Leonel Santa Rita (PSD): — É apenas para dizer que em minha casa vai tudo clarinho como a água.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Moniz.

O Sr. António Moniz (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O estilo e a qualidade do conteúdo do discurso do Sr. Primeiro-Ministro merecem o nosso melhor aplauso.

Significam o reflexo claro de um programa de governo mais ambicioso do que o anterior, mais acutilante e incisivo, demonstração prática que qualquer coisa mudou na governação AD.

Apesar do abnegado espírito de trabalho e sacrifício do Primeiro-Ministro e do VII Governo Constitu-

cional, a AD passou por momentos difíceis, provocados pelo desaparecimento de Francisco de Sá Carneiro e de Amaro da Costa. A própria colectividade entrou numa crise de luto fatalista de que só o tempo a poderia fazer sair e de que, saudavelmente, já se libertou.

Ora, num país em que a democracia está a ensaiar os primeiros passos, forçosamente uma tal situação tinha de ter consequências paralisantes na actuação governamental.

Para quê esconder essa realidade?

A Aliança Democrática, com a humildade dos que servem desinteressadamente a causa pública, foi ultrapassando essas vicissitudes naturais.

As três forças políticas que a integram, refeitas do choque causado pelo estúpido acidente de Camarate, apresentam-se de novo ao povo português com uma coesão perfeita, através do Programa do VIII Governo Constitucional, com um vigor remocado, galvanizado pela potencialidade do projecto de esperança da Aliança Democrática, e com a vontade firme de concretizar a mudança da comunidade portuguesa iniciada por Francisco Sá Carneiro.

Esta demonstração de força criadora, patente no conteúdo deste programa de governo, continua e reafirma a certeza de ser a AD a única alternativa democrática possível para o povo português na conjuntura actual.

Infelizmente e para mal do princípio da alternância democrática, é esta a realidade nua e crua. A AD é o único projecto viável de mudança.

As intervenções da oposição demonstram-no bem.

A repetição, aliás brilhante, feita pelo Dr. Almeida Santos de um discurso tertamente proferido a nível interno do Partido Socialista como crítica ao último governo do Dr. Mário Soares é a triste realidade da ausência de qualquer projecto que substitua o da AD.

O Partido Socialista continua agarrado às suas guerrilhas internas, estando apenas fioentamente interessado em conhecer as «fofocas» políticas já ultrapassadas da AD, talvez para delas tentar tirar lenha que continue a alimentar as revoluções de palácio onde se tem entretido.

O Partido Socialista continua a fazer críticas ao programa da AD como cumprimento rotineiro do dever de oposição, sem espírito político construtivo e apenas como prática burocrática e desencantada de quem marca o relógio de ponto.

Mas estas realidades não nos dão qualquer satisfação e nem podem constituir motivo de regozijo para quem é autenticamente democrata e para quem acredita firmemente na alternância do poder.

O facto de o Dr. Mário Soares nem sequer no «cadomblé» ser aceite pelo «pai do santo» não resuelve os nossos próprios problemas e nada traz de útil à vivência democrática, que queremos plena, dinâmica e construtiva.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Uma das prioridades da acção governamental é respeitante ao aumento da produção agrícola.

Certamente que essa intenção só será concretizada se, firmemente, o programa da AD for cumprido; só terá êxito se as promessas feitas ao eleitorado e consubstanciadas neste programa de governo forem escrupulosamente executadas.

É impossível pretender-se modificar o mundo rural e, consequentemente, aumentar a sua produtividade sem a participação dos que na agricultura trabalham nas transformações urgentes que se impõem. E para isso terão de ser criadas as condições mínimas que possibilitem essa participação.

Como poderão os agentes produtivos do mundo rural criar mais e melhor se em Trás-os-Montes, nas Beiras e, porque não, em todo o interior do País, continuam a não ter electricidade nas suas explorações, permanecendo tristemente sem um bem necessário à dignificação a que têm direito e à valorização da terra através da mecanização!

Estamos certos de que o Governo desbloqueará todos os processos instruídos ao abrigo da Lei dos Melhoramentos Agrícolas, respeitantes à electrificação das propriedades rústicas.

Por outro lado, o Governo tem de dinamizar a vida das direcções regionais de agricultura, afastando corajosamente da sua orientação os incompetentes e acelerando decisivamente as necessárias medidas de desenvolvimento.

E os anseios que traduzo nestas palavras sei bem que serão escutados e que serão tomados em conta, principalmente quando o elenco governamental mostra capacidade política, já revelada, a que agora se junta capacidade técnica dos homens que trabalham de sol a sol na agricultura e que vivem os dramas quotidianos que há longo tempo afigem os rurais.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O lançamento do processo de regionalização, explanado pelo programa do Governo de uma forma lúcida e viável, não poderá ser estrangulado pela falta de fronteiras amplas que abram o interior ao resto do País.

A ponte ferroviária do Porto é uma dessas portas que tem de ser franqueada urgentemente e cuja falta é motivo de atrasos de todo o interior nortenho.

Nozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não se poderá esperar mais, até porque nos arriscamos a que a centena de circulações ordinárias, com velocidades reduzidas e cargas condicionadas, que diariamente passam na Ponte de D. Maria Pia deixem de o poder fazer num futuro próximo, atendendo à idade e precariedade desta.

Muita especulação tem sido feita com o programa laboral do Governo, numa tentativa mal-intencionada de criar o pessimismo e a descrença entre os trabalhadores portugueses, procurando-se agitar socialmente o País com falsidades sobre falsidades e chegando-se a declarar que a AD pretende expatriar os trabalhadores, quando esta apenas pretende acabar com o absentismo. É claro que esta actuação, como não podia deixar de ser, só podia vir dos portavozes das forças políticas que sempre têm actuado como parasitas junto dos trabalhadores, explorando-os e tratando-os como simples objectos do seu ideário para atingirem os fins totalitários a que se propõem. E são esses mesmos que agora vêm criticar o Governo quando tenta acabar com o absentismo de uma minoria, que assim vive escandalosamente à custa do esforço da maioria dos outros trabalhadores.

Por outro lado, não nos podemos esquecer que a realidade social existente em cada época vai reclamando instrumentos legais ajustados às exigências da própria sociedade, expressas democraticamente.

Seria utópico que se espalhasses uma comunidade com legislação que já não serve os seus interesses nem satisfaz os seus anseios e não se procurasse legislar de modo a resolver a problemática que constantemente se vai modificando nesta matéria.

O Governo, na esteira da política aliás já encetada pelos anteriores, pretende, sem rodeios e sem temores demagógicos, criar as condições necessárias para que o mundo laboral se possa desenvolver harmonicamente, com justiça social e sem sobressaltos, que acabam sempre por prejudicar os agentes económicos mais fracos, os trabalhadores e a maioria da população. Assim como a comunidade exige o ajustamento da lei fundamental à nova realidade actualmente existente, também a mesma comunidade exige a revisão da legislação do trabalho.

Tudo o que de contrário se disser será pura demagogia de quem pensa uma coisa e, por mesquinhos interesses do clube partidário, prefere dizer outra.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A gesta em que estamos comprometidos é um passo decisivo para a mudança que todos pretendemos. Todos teremos, democraticamente, quer sejamos maioria, quer sejamos oposição, de contribuir para a sua concretização.

Só desse modo o interesse colectivo será prosseguido e a prática política não se limitará, pobremente, ao «cozinhar» dos simples interesses partidários.

Satisfazer os anseios de uma colectividade mudando um país é tarefa de todo um povo.

É este princípio que deve ser apreendido claramente por todas as forças democráticas.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Rodrigues.

O Sr. Adriano Rodrigues (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Concebemos a educação como responsabilidade prioritária no processo dignificar e libertar a pessoa, construir a democracia, criar condições para uma sociedade mais justa e harmoniosa, fornecendo instrumentos de trabalho gerares do aperfeiçoamento espiritual e do progresso material que assegurem bem-estar.

A educação deve ignorar os valores cívicos, morais e espirituais em que assentou a declaração dos direitos humanos, os grandes pilares da nossa vivilização e o garante da democracia ocidental.

Os objectivos assinalados no Programa do VIII Governo, da Aliança Democrática, não discordam do nosso conceito de educação e por isso os apoiamos, pois defendem uma educação para o desenvolvimento, preconizam a regionalização como reforço da democracia, anunciam a concretização do Plano Nacional de Educação de Adultos, prometem apoio ao ensino particular e cooperativo e assumem a responsabilidade da escola estatal no papel fundamental e decisivo no desenvolvimento integral dos jovens e na sua preparação para a vida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já por mais de uma vez nesta Assembleia assinalei a grande distância existente em educação entre o desejável e o possível, o planificável e o realizável.

O homem é o ser agónico das encruzilhadas abissais entre o passado que não pode percorrer para o emendar ou corrigir e o futuro que não lhe pertence, mas que pode e deve prevenir.

Em Portugal, até princípios da década de 60, a escolarização global registava percentagens baixíssimas; talvez 15 % a 20 % dos jovens, entre os 7 e os 25 anos, frequentassem estabelecimentos escolares. Depois da década de 70 impulsionou-se a democratização, intensificada com o 25 de Abril.

Mas esta fora mal planeada e transformou-se num conceito ambíguo e contraditório, pois se antes de 1970 o ensino era elitista, o processo de democratização agravou o elitismo com base na geografia, na proveniência social dos alunos, nos funis de acesso ao ensino superior, no abaixamento do nível escolar em face de recrutamento improvisado de professores, infra-estruturas deficientes, elevado número de alunos por professores e por turma, programas viciados, agudização dos problemas existentes e política partidária excessiva, com prejuízo da democracia pluralista.

O programa eleitoral e o dos governos da AD são doutrinariamente coincidentes, embora optem por prioridades. Não se trata, pois, neste programa de recusar o anterior.

Vimos agora anunciado o reforço e a expansão do ensino superior de modo que a taxa de acesso passe de 11 % a 18 % até 1985. Seria natural inquirir se estão previstas infra-estruturas para receber esse aumento. Confiamos que tenham sido feitos os convenientes estudos, por quanto sabemos, por exemplo que para o básico e secundário foi apresentado um plano de instalações para cinco anos pelo anterior Secretário de Estado, Dr. Carlos Robalo.

Pretendemos apenas que seja prevenido o risco de descida da qualidade do ensino superior, que normalmente vem acompanhando a democratização, pelo que terão de ser postos à disposição dos docentes os meios de actualização pedagógica e científica.

Não conhecemos estudos participados com outros Ministérios — o que não quer dizer que não existam — empresas públicas e privadas que permitam responder à necessidade futura de técnicos e aos objectivos do desenvolvimento.

Uma reforma democrática do ensino supõe uma planificação democrática, baseada nas necessidades económicas, sociais e culturais do País, e que, de modo algum, desvincular-se da planificação económica geral.

Só assim se dará resposta adequada ao desemprego e frustação juvenil, cuja inquietação por mais de uma vez aqui referi, em conexão com o insucesso escolar, a interrupção de estudos e a incapacidade dos *currículos*, que deixavam o aluno sem preparação para a vida, e afinal são o resultado de erros políticos que não podem ser imputados à AD, pois vêm de longe. Apoiamos a anunciada regionalização escolar como prioridade defendida pelo governo AD. Mas espero que não se corra o risco de transformar os núcleos regionais em novos centros de decisão, mais burocráticos e centralistas que o próprio Ministério.

Em governos anteriores ao da Aliança Democrática fui criticado por alguns funcionários superiores e perpétuos daquele Ministério ...

O Sr. Narana Coissôro (CDS): — Ah! Ah! Ah!

O Orador: — ... por defender a regionalização, que eles classificaram de disparate. É natural que estes sejam agora os dinamizadores do processo da AD e dão as minhas preocupações ...

O Sr. Narana Coissôro (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Qualquer programa falha sem a conveniente preparação de docentes, organizações administrativas eficazes e equipamentos de resposta. A formação de docentes tem de ser revista a administração escolar reformada e os equipamentos condicionados às motivações locais, pelo que só a regionalização poderá destruir a macrocefalia hídrica do Ministério, que é um legado anterior ao governo AD.

Desejo que a autonomia universitária realmente reforçada e o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo respeitado e seguido, a bem do pluralismo democrático e desestatização do ensino, único meio de corrigirmos alguns dos profundos vícios da escola oficial.

Este conceito alterou-se totalmente, no último decénio, no Ocidente. A escola não é só estatal nem a educação responsabilidade oficial relegada ao Governo. Não podemos ignorar o papel importante da informação dos *mass media* nem o da família no processo educativo.

O ritmo de aceleração das gerações alterou o tradicional quadro moral e social em que se exercia o autoritarismo educativo da família. Mas o papel formativo dos pais não pode ser desperezado pela confusão entre autoritarismo e persuasão ou exemplo.

A sociologia mostrou que o mundo da droga, o suicídio, a criminalidade, os jovens sem diálogo são produtos da desagregação ou da falta de assistência familiar, ocupada longe do lar pelas imposições da vida actual. A participação da família na escola através das associações de pais, criadas nesta Assembleia pelo impulso do meu partido, associações de pais não paternalistas, é fundamental no processo educativo. Cabe também papel de relevo à Secretaria de Estado da Família nos apoios sociais, traduzidos sempre em resultados positivos para a educação. O mesmo podemos dizer de acções da Secretaria de Estado da Emigração junto das comunidades portuguesas.

Finalmente, penso referir o importante e difícil papel da educação dos encarregados de educação, desenvolvido, desde há anos, pela Escola Nacional de Pais, de que é dedicado dinamizador um professor do ensino superior, o engenheiro Gil da Costa, a quem presto minha homenagem.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: A escola não pode ser dissociada das realidades nacionais. Vamos, pois, com agrado o alargamento da via profissionalizante a outros níveis etários, como defendi já nesta Assembleia.

É preciso reduzir ou suprimir a separação entre o trabalho manual e o intelectual, agravada em 1975.

Penso que, para além de um ensino politécnico, limitado ao superior, deverão ser abertas não só vias profissionalizantes, mas também vias profissionais.

Para nós, democratas-cristãos, a dignificação do trabalho manual é tão válida como a do intelectual. Ambas se congregam ao serviço da pessoa e da comunidade. O cristianismo sempre valorou esta forma de trabalho, ainda recentemente evocada na última encíclica papal.

O que deve ser intransigentemente recusado pela democracia são os sistemas de ensino destinados a servir uma classe dominante, o capitalismo e o totalitarismo de esquerda e de direita, com desprezo pela liberdade, pela justiça social e pelos legítimos direitos da pessoa.

Applausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Santa Clara Gomes.

A Sr.ª Teresa Santa Clara Gomes (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo: Que coisa é para um governo organizar a sua acção em torno de um objectivo a que chama «promover o reformismo social»?

A expressão não é certamente nova. Mas a insistência e o ardor com que a ouvimos na boca do Sr. Primeiro-Ministro — primeiro no discurso da posse, depois no texto de apresentação do Programa — despertaram em mim a curiosidade e o desejo de ver mais longe.

O caminho era fácil. Bastava olhar o índice do Programa. Logo no primeiro subtítulo do capítulo III encontrei o que julgava ser uma resposta: «Pressupostos de uma política reformista». Lancei-me, pois, numa leitura atenta, à espera de que os «pressupostos» me elucidassem sobre o muito que certamente haveria a «supor». Das conclusões a que cheghei — conclusões tão surpreendentes quanto decepcionantes! — passo a ocupar-me nesta breve intervenção.

No primeiro parágrafo do referido subcapítulo lê-se:

A construção do Estado de direito democrático e a recuperação e desenvolvimento da economia são dois pressupostos fundamentais de uma política global e consequente de reformismo social.

Primeira conclusão; portanto: para o VIII Governo a «construção do Estado de direito democrático» e a «recuperação e desenvolvimento da economia» não são, no Programa, áreas de pleno direito. São, sim, meios para chegar a um fim, preâmbulo a introduzir o capítulo, pressuposto para chegar ao suposto. Não admira, pois, o vulto atribuído pelo Sr. Primeiro-Ministro ao novo *slogan* publicitário do seu governo. Se há para a Aliança Democrática uma nova baliza, ela é clara: a promoção do reformismo social.

Confesso que gostaria de ver a cara de um qualquer pacato cidadão a quem se procurasse explicar que isto da construção de um Estado de direito democrático, isto da recuperação e desenvolvimento da economia, não são, afinal, objectivos autónomos. São pressupostos. São pequenas metas, que supõem uma outra, essa, sim, global e finalizante! — «a promoção de uma política de reformismo social».

Mas há mais. Os pressupostos não são apenas dois; são quatro. À construção do Estado de direito democrático e ao desenvolvimento da economia

«juntam-se dois outros pressupostos essenciais (estou a citar o Programa): a vitalização da cultura portuguesa, associada a uma efectiva coordenação científica, e a salvaguarda de padrões elementares de qualidade de vida».

Custa a acreditar, mas é verdade. Para quem tivesse dúvidas o parágrafo final encarregar-se-ia de as dissipar. Volto a citar:

A cultura e a ciência, bem como a qualidade de vida, servem de intróito às grandes linhas da vertente do reformismo social propagado pelo Governo.

Mal empregado, Sr. Ministro da Cultura e Coordenação Científica! Mal empregado mesmo! Vem o Sr. Ministro propor-nos conjugarmos o que de melhor temos — «a memória, a sensibilidade e a inteligência colectivas» —, e o Programa prega-lhe a partida de fazer desembocar tudo isso nas «grandes linhas da vertente do reformismo social»! Merecia melhor o Sr. Ministro da Cultura. O seu discurso de ontem encarregou-se, uma vez mais, de o provar!

O Governo tem, como é óbvio, pleno direito de propagar o reformismo social que entender. Pretender, porém, subordinar-lhe «a conjugação da memória, da sensibilidade e da inteligência colectivas» é, a meu entender, uma extrapolação grave, quase diria, um atentado contra a identidade e a dignidade nacionais ...

Por mais voltas que se lhe queira dar, o reformismo social não passa de uma modalidade, entre outras, de intervenção na coisa pública. Fazem-se reformas em função de qualquer coisa e não se fazem as coisas em função das reformas. Por isso, quando o Programa do Governo se propõe o reformismo social como meta última, convertendo em meios aquilo que na ordem democrática deveriam ser fins, fica-nos uma terrível perplexidade: até onde nos poderá levar uma tal e tão grave inversão de valores?

Ou será que as palavras não têm para o Governo o mesmo sentido que têm para nós?

Como falar da «procura do consenso cultural», do «alargamento e valorização da iniciativa e participação culturais», do «estímulo à criação» (expressões com que, escusado será dizer, totalmente me identifico) e, ao mesmo tempo, afirmar que a cultura «serve de intróito» ao reformismo social?

Como enunciar medidas de «preservação e enriquecimento do património cultural» e pretender salvaguardar a qualidade de vida e do ambiente e, ao mesmo tempo, ordenar esses valores em função de um simples mecanismo instrumental?

Resta-nos a consolação de vermos no Programa alguns curtos parágrafos dedicados à protecção e defesa do consumidor. Aí se diz que o Governo velará pela «defesa firme dos cidadãos enquanto consumidores». Esperemos que algumas medidas sejam tomadas contra o consumo excessivo de reformismo social!

Vozes da UEDS e do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O nosso projecto não é o vosso reformismo, pela simples razão de que as transformações que querem

mos servem uma determinada concepção de homem e de sociedade, e não um qualquer ideal de mudança pela mudança, seja ela reformista ou revolucionária.

Para nós construir o Estado de direito democrático não é apenas extinguir o Conselho da Revolução e declarar instaurados os 10 mandamentos da doutrina da defesa nacional que o Professor Freitas do Amaral, qual Moisés no Monte Sinai, ontem aqui proclamou.

Vozes da UEDS e do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Construir o Estado de direito democrático é para nós efectivar, na prática, a descentralização dos poderes e a participação a todos os níveis.

Reestruturar as regiões, sim, mas encorajando a sua auto-suficiência e desenvolvendo-lhes a parte que lhes cabe nos recursos fiscais e na formação do produto nacional bruto.

Incentivar a participação das populações, sem dúvida, mas valorizando a iniciativa popular e fortalecendo os grupos e movimentos sociais susceptíveis de darem voz às aspirações colectivas.

Do mesmo modo também, recuperar e desenvolver a economia não é, obviamente, para nós promover estancar uma crise que se sabe que não é estancável e, muito menos, culpar, como fez o Sr. Primeiro-Ministro, os trabalhadores de maiores que os dirigentes políticos são, como todos sabemos, os primeiros responsáveis.

Para nós desenvolver a economia é, prioritariamente, reorientar a produção a partir da intervenção dos trabalhadores e dos consumidores e tendo em conta a finalidade social dos investimentos, melhorar a qualidade dos produtos, evitando os desperdícios e recorrendo, na medida do possível, a fontes renováveis de energia, promover uma agricultura mais autónoma e mais diversificada, de acordo com as necessidades alimentares reais dos Portugueses, e efectivar uma melhor repartição não só dos lucros, mas também dos esforços, considerando que o desemprego se combate também através de uma mais equitativa partilha do trabalho.

E que dizer das justas intenções de vitalização da cultura a que aqui já vários intervenientes no debate fizeram referência?

Deixamos de lado a polémica ministério ou secretaria de Estado. Sobre isso apenas nos compete perguntar: se para o governo AD a cultura é intrínseca e não conjunturalmente ministerial, por que razão na passagem do V para o VI Governo o Ministério da Cultura foi de novo reduzido a simples Secretaria de Estado? ...

Genericamente, dir-nos-emos de acordo com grande parte das medidas propostas pelo actual Ministro da Cultura e Coordenação Científica. Insistimos, no entanto, em alguns pontos omissos ou menos valorizados: a restituição às regiões da responsabilidade pelos seus recursos e riquezas patrimoniais, o reavivar do artesanato e outras formas de criação popular e o incremento de formas de controle social sobre os *mass media*, condição sem a qual a cultura portuguesa não deixará de continuar a ver constantemente adulteradas as suas referências culturais fundamentais: a referência ao tecido do quotidiano,

a referência à beleza e (por que não?) a referência ao sagrado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não estão para nós em causa as prioridades atribuídas pelo Governo a sectores tão vitais como a habitação, as exportações, a produção agrícola ou a regionalização. Não somos sectários e não hesitamos em concordar que essas áreas são, efectivamente, prioritárias no conjunto dos esforços que ao País, na actual conjuntura, cabe empreender.

O que nos decepciona é a maneira vaga e mistificadora como grande parte das medidas do Governo são enunciadas.

Formulam-se intenções. Prometem-se mundos e fundos. Conclui-se com a garantia de que será elaborada uma lei quadro para o sector. E o efeito desejado consegue-se: a ilusão está criada.

Um exemplo apenas a ilustrar o modo como a ilusão da eficácia pode ser arquitectada: o capítulo sobre a prevenção e combate aos incêndios.

Diz-se num primeiro parágrafo (p. 17 da versão do programa que nos foi distribuído) que o problema requer «soluções que respondam devidamente a essa calamidade». Acrescenta-se num segundo parágrafo que tais soluções não são simples. E conclui-se num terceiro e último parágrafo que, «sem perder de vista uma política de longo prazo eminentemente preventiva», o Governo desencadeará no imediato medidas de dotação de meios às corporações de bombeiros, acções de vigia e patrulhamento, sem esquecer a punição dos comportamentos criminosos.

É isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o conteúdo do capítulo sobre «prevenção e combate aos incêndios». Medidas de prevenção com algum alcance, nem uma! O Governo limita-se a prometer «deitar água na fervura», convencido de que com nuvens de fumo se iludem os Portugueses!

Mas não, Srs. Deputados. O povo português não se deixa tão facilmente iludir. O povo português quer uma política de verdade e de realidade, e essa a Aliança Democrática já provou que não sabe ou não quer (ou não sabe nem quer) realizar.

Por isso, o nosso papel neste debate é, uma vez mais, o de denunciar o logro de um novo governo que é, afinal, o mesmo.

Se o VII Governo quis ficar na história como o «governo da libertação da sociedade civil» e falhou, o VIII Governo — governo do reformismo social — não terá certamente melhor sorte. Disso estamos seguros. O nosso voto encarregar-se-á de o mostrar.

Aplausos da UEDS, do PS, da ASDI e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Vilhena de Carvalho, V. Ex.^a está inscrito a seguir para uma intervenção. No entanto, como faltam apenas 3 minutos para a sessão ser interrompida, gostaria de saber quanto tempo é que o Sr. Deputado prevê que dure a sua intervenção.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Talvez uns 10 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Não me parece vantajoso estar a comprimir o tempo de intervalo para podermos re-

começar os nossos trabalhos às 15 horas. Portanto, V. Ex.^a produzirá a sua intervenção logo a seguir ao intervalo.

Está suspensa a sessão.

Eram 13 horas.

Após o intervalo assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Vilhena de Carvalho.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Do longo discurso do Sr. Primeiro-Ministro respigamos, de entre as cinco questões que enumerou e classificou «de regime», a chamada «questão agrícola» para alguma reflexão e comentário.

Ponderou o Sr. Primeiro-Ministro que esta questão, como as demais «questões de regime», «não pode nem deve situar-se numa problemática Governo oposição, quaisquer que seja um e outra», considerando-a área de frutuosa colaboração entre o Governo e a Assembleia da República, onde a dialética Governo oposição terá de ceder, «além do mais, ao serviço desapaixonado do País».

Dir-se-ia não ser exigível maior espírito de abertura a um governo que ainda dispõe nesta Assembleia de uma maioria de deputados que o apoiam:

Mas, não se tornando necessária nesta área, ao contrário do que acontece quanto à revisão constitucional, senão uma maioria simples de votos para fazer triunfar qualquer medida legislativa que se pretenda impor, no sector, poderia ser-se levado a supor que aquela actividade do Governo conteria em si o gérmen da desconfiança em relação aos deputados da maioria, ao ponto de pedir a colaboração nesta Assembleia da oposição.

Em pura lógica de raciocínio, poderia tratar-se antes de uma tentativa hábil de aliciamento, como forma de responsabilização da oposição perante os fracassos previsíveis da acção governativa no sector.

Vamos aceitar, porém, embora com as devidas cautelas, tratar-se muito simplesmente e sem disfarces nem segundas intenções, de estender democraticamente a mão aos adversários políticos, num convite ao diálogo e ao aprofundamento dos problemas a resolver, em colaboração e na base do mais alargado consenso possível, dado considerar-se como de regime a «questão agrícola».

Isto parece, de facto, um dado novo no discurso político da AD, no que traduz de adesão a teses alheias do «consenso» e de suposto abandono das teses próprias, do «enfrentamento» (democrático embora).

A este propósito, talvez seja oportuno recordar que foram comportamentos de consenso e fórmulas democráticas de colaboração que se verificaram em 1977 entre o I Governo Constitucional e o maior partido da oposição de então, o PSD, e que possibilitaram, depois de aprofundada discussão e de «carrastadas» negociações, a votação da Lei de Bases da Reforma Agrária e da Lei do Arrendamento Rural, aquela da iniciativa do PS e esta da iniciativa do PSD.

Mas a afirmação pública do Sr. Primeiro-Ministro a que vimos fazendo referência prognosticará a possibilidade de idêntica colaboração entre o Governo e oposição democrática na legislação a produzir e que respeite à área da chamada «questão agrícola»?

Sem qualquer reserva mental e muito frontalmente, queremos dizer que duvidamos.

Em primeiro lugar, porque a tese agora expendida, tendo sido seguida, em tempo de oposição, pelo PSD, não o foi nunca, e arriscamos que o não será, pelo seu parceiro conservador, o CDS.

Em segundo lugar, porque o CDS é, fundamentalmente, quem se acha responsabilizado pela governação do sector agrícola e sempre se mostrou hostil, como se sabe, a reformas estruturais de que o País carece e que a componente social democrata da AD, por mais forte e esclarecida, tinha obrigação de impor, mas não impõe.

Por último realçamos o facto de o Sr. Primeiro-Ministro ter sido um tanto sibilino (passe a expressão) ...

— O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não passa, não!

O Orador: — ... no tratamento do problema, na medida em que qualifica de «questão de regime» a «questão agrícola», «vista para além das prioridades conjunturais das políticas do sector», sem o cuidado de estabelecer as fronteiras do que para si são «prioridades conjunturais ou estruturais».

Se, para além das prioridades conjunturais das políticas do sector, o Sr. Primeiro-Ministro apenas considera que «não é tolerável num Estado democrático que haja cidadãos de primeira e cidadãos de segunda, cidadãos do litoral e cidadãos do interior, cidadãos com férias e horários de trabalho, cidadãos com horizontes de vida e cidadãos resignados a um trabalho de sol a sol, sem perspectivas de futuro», será legítimo perguntar se é na matéria constante desta retórica passagem do seu discurso que se pretende obter a colaboração da oposição?!

Mas o Governo, presente estoicamente neste debate, não deixará, por certo, de esclarecer as dúvidas que deixámos expostas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O aumento da produção agrícola foi classificado, como se sabe, como uma das «quatro grandes prioridades» seleccionadas pelo Governo de entre as acções constantes do seu programa.

Mas, com a categoria de prioridade ou sem ela, a verdade é que o objectivo de aumentar a produção agrícola tem sido inscrito à cabeça em todos os programas de governo — nos da AD como nos anteriores.

Até aqui nada de novo, portanto.

E que a produção agrícola deve aumentar em termos de possível equilíbrio com a procura interna de bens alimentares é um objectivo que também encontra.

Porém, os meios que o Programa nos indica não nos parecem, só por si, capazes de atingir, mesmo a prazo de legislatura, a meta proposta.

Há muitos anos que ouvimos dizer que importamos metade do que comemos e não vemos baixar em 1% que seja a tal metade.

Isto é, de facto, trágico para a economia do País, e disso teremos de responsabilizar o governo, qualquer

que ele seja, que não contribua para modificar este estado de coisas.

Mas é sobretudo trágico para as pessoas integradas no sector agrícola, para o nosso mundo rural, onde se encontram os mais baixos níveis de rendimento.

É por isso que, ao menos nós, quando pensamos em termos de aumento da produção agrícola, colocamos em primeiro lugar e como objectivo principal a alcançar a melhoria das condições de vida dos agricultores.

E o nosso receio de que tal não aconteça, em termos de programa do Governo, tem algum fundamento.

De facto, dizendo-se neste, expressamente, que as «linhas gerais de orientação do VII Governo não podem afastar-se do que constou dos Programas do VI e VII» e constando deste que «os agricultores deverão preparar-se para a situação decorrente de os preços de alguns produtos não conseguirem evoluir a ritmos iguais ou superiores à inflação», como não julgar fundados os nossos receios?

Uma política que vise aumentar a produção que não seja acompanhada de uma política de preços que a oriente e encoraje através da sua fixação antecipada e em termos de justa compensação, com a conveniente organização dos mercados e a garantia do escoamento dos excedentes, estará quase sempre votada ao insucesso.

Dariamo um breve exemplo: nas duas últimas décadas, e graças à acção de dois pioneiros da fruticultura em Portugal, que quero homenagear muito simplesmente, citando-lhes os nomes — os engenheiros agrónomos Vieira da Natividade e Álvaro Fonseca —, as zonas do Oeste e do distrito da Guarda conhecem um extraordinário desenvolvimento agrícola no que respeita ao sector das fruteiras, em especial das poméreas.

Pois a verdade é que naquele distrito vêm sendo arrancados ou simplesmente deixados de tratar hectares e hectares de macieiras, porque não é recebendo, como tem acontecido nos últimos anos, médias de 5\$ por quilograma de maçã, quando ela é vendida ao consumidor a 20, 30, 40 e mais escudos, que um agricultor persiste nessa arte, que continua, desgraçadamente, a ser a forma de mais e mais se empobrecer.

Este problema imbrica com a necessária organização e fiscalização dos mercados, que todos sabemos imperfeita aquela, e esta, claramente inoperante. E será oportuno lembrar que, embora os governos AD tenham obtido, pelo menos, duas autorizações legislativas desta Assembleia para reverem a legislação em matéria de delitos antieconómicos, a verdade é que ainda não acharam azado, como lhes competia, prover melhor sobre a matéria. Da fiscalização económica nem é bom falar.

Será que as coisas vão melhorar com a nova estrutura governamental, que engloba os anteriores Ministérios da Agricultura e Pescas e do Comércio num único ministério?

Por nós, achamos correcto que a produção, transformação e comercialização dos produtos agrários se achem integradas num único ministério, permitindo acções de melhor coordenação para o sector, e por isso nos pareceu bem a fórmula de estrutura governamental encontrada.

Só que as responsabilidades são agora acrescidas para o novo ministro e mais exigente terá de ser o nosso juízo crítico quanto à sua acção.

Acção que, no tocante à produção, terá de ser encaminhada para a elevação do nível de vida dos agricultores e de todo o mundo rural. É essa parte da nossa sociedade que importa, antes de mais, libertar. Os princípios da solidariedade e de justiça que perfilhamos fazem com que sejamos exigentes connosco próprios na luta para o conseguirmos. Muito mais o seremos para com qualquer governo que esteja no poder.

Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.

Durante esta intervenção, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano.

O Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano (João Salgueiro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho algum embaraço em saber como orientar a minha intervenção.

Penso que não é normal em quase país nenhum — dos tempos em que estudei essa matéria não me lembro de nenhum país — que a apresentação de um programa de governo seja tão detalhada como no nosso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Normalmente, o que os governos apresentam aos parlamentos para serem investidos é a orientação geral que deve presidir ao seu exercício. Entre nós generalizou-se a ideia de que o muito pequeno detalhe e a cópia de informações permite uma discussão aprofundada sobre os problemas essenciais.

Ora, assim não acontece. A cópia de elementos de detalhe pode permitir que o *pingue-pongue* das argumentações e das polémicas entre os partidos, o Governo e a oposição se faça sobre questões de importância muito desigual. O problema mais grave, aliás, nem é este. O problema mais grave é que uma câmara soberana representa os cidadãos eleitores e a opinião pública precisa de ser esclarecida sobre as grandes opções que estão na sua frente e sobre os caminhos possíveis que, com realismo e eficácia, podem ser seguidos para as atingir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pelo que vi nestes dias, perdeu-se tempo e ganhou-se tempo com questões que nem sempre são as mais essenciais. Os Srs. Deputados utilizarão o tempo como entenderem que o devem utilizar ...

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Muito obrigado, Sr. Ministro, pela autorização de utilizarmos o nosso tempo como entendermos!

O Orador: — Srs. Deputados, ia dizer que pela minha parte vou fazer um esforço para centrar a minha intervenção nas matérias que me parecem con-

dicionar a acção do Governo no domínio económico e financeiro.

A discussão dos detalhes terá, aliás, em termos quantificados, uma oportunidade correcta aquando da apresentação das propostas de lei do Orçamento e do Plano. É evidente que se os Srs. Deputados entenderem que os pormenores políticos e a sua discussão devem ser chamados à colação, pois assim será. Contudo, o esforço que pretendo fazer é no sentido que já expressei.

Penso que neste momento este esforço é ainda mais importante porque a economia portuguesa — e não apenas esta — defronta-se desde meados da década de 70, em rigor desde Outubro de 1973 (e vai defrontar na década de 80), com uma crise económica para a qual não se vê ainda solução.

Praticamente todos os países do Terceiro Mundo em vias de desenvolvimento, que não dispõem de reservas de petróleo, têm dificuldades muito difíceis de sanar. Esses países tiveram que rever os seus programas de desenvolvimento no sentido de os ajustar a uma conjuntura adversa.

Este não é, aliás, um problema dos países do Terceiro Mundo. Nos países industrializados a crise não tem sido menor. Também nestes o factor normalmente distintivo é o de se saber se eles dispõem ou não de reservas de energia no seu próprio território.

Tanto as economias chamadas capitalistas como as economias comunistas defrontam neste mesmo período crises de agudeza idêntica. Em todos estes países a necessidade de se fazer face a desequilíbrios da balança de pagamentos tem sido crescente, a necessidade de fazerem face a um endividamento crescente é também igual, o agravamento dos preços tem dado origem a crises políticas difíceis, seja em países em que há eleições livres, seja em países onde não há eleições livres.

Por outro lado, as sucessivas revisões das metas dos planos de desenvolvimento nos países em que há economias de mercado ou com economias centralizadas têm sido, de há oito anos para cá, no sentido da baixa.

Portanto, não é de espantar que um pequeno país como o nosso, que não dispõe de reservas de energia barata e em que a hidroelectricidade está a caminho do esgotamento, tenha tido de defrontar nos últimos anos — e vai continuar a defrontar num futuro próximo — carências no domínio económico e financeiro.

Nenhum dos modelos apresentados para resolver estes problemas difere muito. Qualquer dos dois conjuntos de países industrializados tem seguido as mesmas receitas. Uma delas reduz-se, no fundo, ao seguinte: uma redução da procura global que pesa sobre a oferta.

As duas preocupações essenciais que motivam essa redução da oferta global são a inflação e a balança de pagamentos, como todos sabemos. A inflação corrói o poder de compra das classes mais desfavorecidas, cria incentivos para o investimento especulativo em vez de no investimento produtivo, desencoraja a poupança e a acumulação de capital produtivo. Os défices da balança de pagamentos conduzem inevitavelmente a um endividamento crescente — e todos nesta Sala disporão dos números para saberem que assim é —, conduz a um endivi-

damento crescente e a uma menor capacidade de manobra, seja qual for o sistema em que se viva.

Enquanto o problema da energia barata não for descoberto, será necessária uma rigorosa gestão da procura global. Para os países europeus este ano foi particularmente adverso, dada, como sabemos — e, como tal, não vou perder tempo com isso —, a valorização do dólar, que atingiu nos últimos oito meses 30 %. Quer dizer: qualquer país que tenha de importar — e todos têm de importar, normalmente, mais do que exportam, no caso europeu — pagou este ano mais de 30 % pelas mesmas importações do que pagou no ano anterior.

No caso português houve, além disso, a conhecida crise motivada pelo anormal ano agrícola e hidro-electrónico. Permitam-me, Srs. Deputados, que não gaste muito tempo com esta matéria. O clima de crise internacional no sector económico é conhecido, os seus efeitos sobre os diferentes países também são conhecidos e os factores conjunturais que agravam a situação também não são menos conhecidos.

Só que o Governo pensa que não podemos continuar — como foi necessário em 1977, 1978 e 1979 — basicamente preocupados por uma política de gestão meramente da procura global. É indispensável, porque não vamos sair destes entraves muito rapidamente, que se crie um esquema para que progressivamente se dedique mais atenção aos problemas do desenvolvimento económico, sem o que esta política do *stop and go*, do aquece e arrefece a economia, que pode permitir uma boa gestão da balança de pagamentos, não permite resolver os problemas de fundo do povo português.

Isto não é evidentemente um problema para estes três anos. Penso que qualquer dos observadores apaixonados estará de acordo que este é um problema para este governo e para os seguintes, talvez mesmo durante um decénio mais.

Não pode um país que tem níveis de desenvolvimento relativamente mais atrasados do que outros continuar apenas preocupado com a gestão da procura. Tem de saber canalizar recursos para o investimento. A solução só pode vir de um caminho de desenvolvimento. Se quisermos corresponder às aspirações do povo português, temos de canalizar mais recursos para o investimento produtivo. A variável estratégica não poderá ser a da procura, ainda que esta tenha de ser respeitada. A variável estratégica terá de ser o alargamento da capacidade de oferta.

Nesta matéria, a nossa preocupação fundamental será com o investimento e as prioridades que o Governo fixou e que o Sr. Primeiro-Ministro expôs detalhadamente aquando da apresentação do Programa do Governo — a agricultura, as exportações, a habitação e a regionalização —, traduzem o elenco que devemos sublinhar dentro da política do investimento.

Só que a política de desenvolvimento e a política de investimentos têm de ser conscientemente bem sucedidas. Não se farão os ajustamentos nesta matéria de desenvolvimento económico, como todos sabemos, no curto prazo, mas a médio e longo prazo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sem ela não se fará a resolução da criação de empregos duradouros. Vários governos antes dos governos da AD tentaram resolver o problema do emprego, desde 1974 a 1979. Ora, o progresso não foi nenhum. Os números de desemprego foram aumentando no nosso país. Como é evidente, sem criar novas fontes de produção não se podem criar novos empregos.

Também não é possível reequilibrar a balança de pagamentos duradouramente sem criar capacidade de exportação e sem eliminar algumas necessidades de importação. Também aqui não haverá desacordo.

Igualmente não será possível adaptar o País aos desafios da economia internacional — e não é apenas o problema da integração na Europa que está em causa, pois nós teremos de nos internacionalizar, e o modelo de autarquia económica para um pequeno país é suicidário — sem se fazer um programa sustentado de desenvolvimento.

Também a correcção dos desequilíbrios regionais não se poderá fazer. Ainda, finalmente, a criação de relações estáveis com os novos países de língua portuguesa não poderá ter lugar, se não assentar num desenvolvimento que permita relações económicas estáveis. Não é à base de recursos naturais — que não temos —, nem à base da dimensão do nosso mercado — que não existe — que essas relações poderão subsistir duradouramente. Será à base da capacidade técnica e da capacidade de troca de produtos industriais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para relançar o investimento é preciso, antes de mais, que exista um quadro claro. Não haverá um investimento continuado em Portugal se não tivermos um quadro de regras que seja claro. Precisamos de um quadro que assegure a solidariedade nacional nas tarefas de construção de riqueza e da sua distribuição.

Todos sabemos que em épocas de crise — como as de 74/75 e dos anos seguintes — não é possível dar tanta atenção aos problemas de longo prazo. Intervencionismos avulsos e sucessivos foram indispensáveis para conservar a economia em funcionamento. Mas se queremos olhar para o futuro, em termos de responder aos problemas nacionais e do povo português, temos de equacioná-los em termos de regras claras e que sejam incentivadoras da criação de riqueza e da sua distribuição equitativa. Isto significa que precisamos de princípios que sejam aceites por consenso no que respeita a incentivar os comportamentos dos agentes económicos que são favoráveis à colectividade. Isto aplica-se por igual a trabalhadores e a empresários, aos que trabalham por conta de outrem e aos que trabalham isolados ou como patrões.

Como já aqui foi dito hoje de manhã, em tudo há comportamentos bons e maus. É necessário que a sociedade encoraje os que são bons e desencoraje os que são maus.

Do que se trata é de criar incentivos que recompensem a aplicação, a iniciativa, o empenho dos trabalhadores e que recompensem também a iniciativa, a inovação, a acumulação de capital por parte dos que têm essa responsabilidade.

Pensa o Governo que um mercado a funcionar mais correctamente é indispensável. O preço que se tem pago em todos os países onde não há um mercado a funcionar é o do aparecimento de custos adicionais, de distorções e, inevitavelmente, de um mercado paralelo. O mercado negro ou economia paralela prolifera e desenvolve-se onde não existir um mercado suficientemente transparente. O mercado não é o resultado do *laissez faire*, do livre cambismo. O mercado é uma organização voluntária que permite que se traduzam custos em termos de afectação dos recursos para os diferentes tipos de aplicações. O mercado não pode funcionar sem algum intervencionismo do Estado, tal como qualquer jogo desportivo não pode funcionar sem regras e sem árbitro, bem como não pode funcionar com directivas de cada um dos jogadores.

Do que se trata, portanto, é de dar força ao papel que o mercado deve ter. Mas, trata-se também — não vamos raciocinar em termos maniqueistas, do bom e do mau — de reforçar o papel do Plano. É de algum modo paradoxal que um país que entendeu fixar exuberantemente na sua Constituição o papel do Plano não tenha sido capaz, em sucessivos governos, de definir qualquer plano a médio e longo prazo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Plano é indispensável. Só que, como é evidente, os planos não são neutros. Os planos são adequados ao tipo de sociedade em que se vive. Uma sociedade hierarquizada, disciplinada, em que o tipo de cadeia de comando é preferível, terá um plano imperativo e em que as orientações são fixadas de forma incontroversa para serem depois cumpridas pelas várias partes.

Mas os mecanismos de planeamento devem ser reforçados, porque algumas decisões não são ajustamentos marginais — e o mercado é bom para ajustamentos marginais e para afectação de recursos quando se trata de ajustamentos de pormenor ou de curto prazo, mas não é bom para fixar as grandes directrizes de longo prazo nem as grandes alterações de estrutura, designadamente nos aspectos de desenvolvimento regional.

Uma outra grande área, como todos temos presente — e penso que é útil que se saiba se a orientação do Governo nesta matéria têm ou não consenso —, é a da necessidade de sacrificar algum tanto o presente à criação de investimentos no futuro. É evidente que o ideal é que não acontecesse assim e se pudesse consumir mais e investir mais. Aliás o nosso povo tem uma frase demonstrativa de que sabe que assim não pode ser, desconfiando de quem lho propõe: «Quem quer sol na eira e chuva no nabal está a querer o impossível.»

Com recursos escassos não podemos acelerar o consumo e o investimento. O que é preciso, penso eu — e esta é a prioridade de um país que está atrasado em relações aos outros —, é acelerar o investimento.

O incentivo da poupança é necessário. Aliás, deve dizer-se que a poupança global do País não é muito baixa: 21 %. Penso que 23 %, 24 % ou 25 % estariam ao nosso alcance. Mas não é disso que se trata. O que se trata é que uma parcela substancial da poupança global do País é afectada à cobertura do défice corrente do OGE. Quer dizer: o excesso de despesas

correntes sobre as receitas correntes e todo o financiamento do investimento de capital do Estado é feito com poupança captada junto do público. De acordo com o OGE para 1980, serão de 145 milhões de contos, que poderiam ser afectados a outros investimentos.

Enquanto o défice das despesas correntes do Estado se mantiver, o esforço de investimentos será necessariamente cortado.

Mas há um problema que também convém referir: é necessário assegurar — e é intenção do Governo fazê-lo — o equilíbrio temporal entre as afectações a consumo e em investimento. Não é pensável na situação de Portugal prejudicar o futuro em favor das gerações presentes. Mas também não o seria sacrificar as gerações presentes em benefício das gerações futuras, dando origem a sacrifícios incomportáveis. Em outros modelos isso será pensável, mas em Portugal não penso que o seja. A intenção do Governo é assegurar a manutenção do poder de compra e dos níveis de emprego no curto prazo, bem como fomentar a canalização dos excedentes para o investimento e para a criação de empregos adicionais duradouros.

Continuará nesse sentido a ser dedicada uma atenção aos mecanismos de compensação para as classes mais desfavorecidas. Como tem sido feito, os pensionistas e os reformados devem continuar a ter assegurada a manutenção do seu poder de compra.

Sei que há muitas dúvidas sobre os índices de preços, até porque nesta Câmara já houve eco. Não tenho dúvida, pois trabalhei durante alguns anos com o Instituto Nacional de Estatística, que as pessoas que aí trabalham fazem o seu melhor — e que não há fraudes de enviesamento dos índices. Se esses índices representam todas as situações individuais, esse é outro problema. Mas que a média retratada corresponde aos resultados inquiridos, não tenho qualquer dúvida. Penso que, no entanto, esse problema pode ser objecto de qualquer averiguação se alguma das entidades interessadas tiver dúvidas, e assim o entender fazer.

O equilíbrio no tempo implica também um cuidado especial em relação a classes em cujo ajustamento deste esforço de investimento poderá pesar sobremaneira, designadamente a juventude, os deficientes, as regiões menos desenvolvidas e os sectores económicos em crise. É intenção do Governo no Plano anual e no Plano quadrienal assegurar esquemas para fazer face a estas classes em relação às quais se poderá prever à partida que haverá desajustamentos potenciais maiores do que para as restantes classes.

Aproximo-me do final da intervenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tudo isto não será possível sem dinamizar os diversos tipos de agentes económicos. Não é a macroeconomia que está em causa, pois o Plano concertado deve fornecer um quadro. De que se trata é de assegurar condições aos vários agentes económicos.

Ora, as várias iniciativas empresariais que temos no nosso país — e que são de diversa índole — têm de ser dinamizadas e fortalecidas. Também aqui não comprehendo como é que um país pequeno e atrasado como o nosso se dá ao luxo de polémicas sobre

preferências por sectores. Nós precisamos de fortalecer a iniciativa privada. O investimento do tipo que nos interessa, isto é, mão-de-obra intensiva para criar novos empregos e orientado para a exportação, é predominantemente em todos os países função da indústria ligeira. Ora, esta é em praticamente todos os países função da iniciativa privada. Os nossos empresários privados estão ainda com um estatuto de menoridade. Esperemos que se aproxime a época de uma correcção nessa matéria e que, porventura, durante a revisão constitucional a Câmara entenderá fazê-lo. O Governo, pela sua parte, continuará a fazer esforços para dar um estatuto de pleno direito aos empresários privados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não se dispensará, no entanto, de continuar a fomentar o fortalecimento do sector cooperativo. O actual elenco do Governo é uma prova disso. O nosso entendimento é que o cooperativismo de produção e de consumo têm um papel essencial se quisermos dinamizar os pequenos empresários.

Também não se espere que a situação no que respeita às empresas públicas possa ser considerada satisfatória. Nos últimos anos, infelizmente, assistiu-se a uma degradação da gestão das empresas públicas. Este é um sector que o Governo tem a intenção de reforçar em termos de cumprimento do interesse nacional. Em todos os países europeus há um sector empresarial do Estado forte. Simplesmente, não há — e esta é mais uma especialidade da economia portuguesa — é o tipo de gestão que nós temos. A gestão de empresas públicas como se estas fossem departamentos do Estado não existe em nenhum país de mercado na Europa com fortes sectores nacionalizados — nem na França, nem na Itália, nem na Áustria ou no Reino Unido.

É intenção do Governo reforçar o sector empresarial do Estado, dando-lhe mais autonomia e mais responsabilidade no sentido de assegurar que os recursos que são canalizados para essas empresas sejam reprodutivos. Asseguraremos também que o investimento realizado por essa empresas seja selecionado — não me alongarei agora nesta matéria, mas espero que alguns dos Srs. Deputados me dê essa oportunidade mais tarde. É indispensável que os programas de investimento das empresas públicas sejam reorientados para as prioridades nacionais. Não poderemos continuar a gastar recursos escassos de investimento na criação de empregos que, em alguns casos, chegaram a custar 25 e 30 mil contos — por posto de trabalho.

A tarefa de desenvolvimento económico não é, evidentemente, uma matéria de curto prazo. É obrigação do Governo assumir as responsabilidades de diagnóstico, de concepção e de implementação de tarefas que devem levá-lo a cabo. No entanto, penso que isso é também função das forças políticas, sejam elas apoiantes do Governo ou da oposição. A experiência dos processos históricos de desenvolvimento mostra que se desperdiçam recursos, que se atrasa o desenvolvimento, que se compromete o progresso prático das pessoas quando desgaste entre diferentes forças se mantém. Os países que conseguiram mais

rapidamente processos de transformação histórica foram aqueles em que foi possível criar um consenso para a construção do futuro.

Entre nós, será isso possível ou não? Já foi aqui referido por alguns Srs. Deputados que sentem que essa é a intenção do Governo, contudo não acreditam nela. Isto parece-me uma meia aprovação. É que não é tanto o esquema que está em causa, mas sim a confiança se ele será ou não implementado. Como de intenções estamos cheios, só a prova dos factos o pode mostrar.

Penso que não seria uma resposta ao desafio histórico em que estamos empenhados, especialmente por parte daquelas forças que querem representar classes mais desfavorecidas, manter polémicas e distorções sobre matérias que são incontroversas, em vez de transformarmos um diálogo numa análise das soluções e das opções porque, em época de crise e de atraso da economia, são as classes mais desfavorecidas aquelas que suportam os maiores custos. Quer se trate da política salarial ou da política de emprego, os atrasos na dinamização da economia pesam sobre quem não tem capacidade de lhes escapar facilmente. Como sabemos, desde 1974 que compõem a estrutura de custos os aumentos salariais. Não é, portanto, a negociação salarial que pode prejudicar as margens de lucro.

De que se trata, Srs. Deputados, é de fazer uma política que permita convergir-se para as tarefas de construção de uma nova capacidade produtiva. Se isso será possível em termos de consenso das várias forças políticas ou se será deixado ao Governo o esforço de procurar essa concertação apenas com os parceiros sociais nos próximos anos, é uma resposta que não podemos dar agora.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Inscreram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Carlos Brito, Octávio Teixeira, Vítor Constâncio, Ilda de Figueiredo, Magalhães Mota, Mário Tomé e Sá Fernandes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano: Vou formular alguns pedidos de esclarecimento que espero que o Sr. Ministro não considere de excessivo detalhe. E que o seu discurso, excessivamente doutrinário e evasivo, leva-me a pensar que será vantajoso para a Assembleia e para o País formular algumas questões.

A primeira questão é a seguinte: o Sr. Ministro disse que não se trata para este Governo de fazer a gestão da procura global, mas que há que pegar nos problemas do desenvolvimento. Isto são conceitos científicos, mas também podem ser meras palavras. Atendendo que temos uma experiência de dois anos com a AD do Governo.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — E há-de ter mais!

O Orador: — ... gostava de lhe perguntar se isso representa uma viragem na política económica e fi-

nanceira da AD ou é uma continuidade? Isso é uma viragem em relação aos ex-ministros Cavaco Silva e Morais Leitão ou é a continuidade das políticas por eles realizadas? É a partir daqui que o País pode avançar melhor aquilo com que pode conter.

A segunda questão é a seguinte: fiquei com um pouco de receio que o Sr. Ministro tivesse adyogado o «sol na eira e a chuva no nabal». Há um outro ditado popular que, em minha opinião, traduz melhor o seu pensamento: «os chibos e leite da mesma cabra.» Pareceu-me que o Sr. Ministro acabou por advogar esta tese, pois disse que seria conveniente que nos interrogássemos se há consenso para uma redução dos consumos. Depois disse que precisava de aumentar o investimento. Finalmente, garante e assume perante esta Assembleia o compromisso de se manterem os salários reais, o poder de compra. Gostava que esclarecesse melhor este ponto.

Terceira questão: o Sr. Ministro não falou, das questões estruturais, não advogou a necessidade de uma nova lei de delimitação de sectores. Entretanto, traçou toda uma orientação económica. Quererá isto dizer que o Sr. Ministro entende que não é necessário alterar a situação dos sectores tal como eles se encontram para realizar a política que preconizou?

Quarta questão: o Sr. Primeiro-Ministro deixou suspensa uma questão, ao dizer que as questões do FMI — prometeu mesmo — seriam abordadas no desenvolvimento do debate. Como ele não o fez, nem na intervenção inicial nem na recarga, pensámos que elas fossem abordadas e esclarecidas pelo Sr. Ministro, mas também V. Ex.^a não o fez. Gostaríamos que o Sr. Ministro desse à Câmara uma notícia da carta de intenções, designadamente quanto aos *plafonds* de crédito, às taxas de juro, aos subsídios sociais. Como é que tudo isto será?

Finalmente, faço uma pergunta que não é dirigida da maneira mais adequada ao Sr. Ministro, simplesmente temos de a fazer a V. Ex.^a, uma vez que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros foi ontem interrogado por nós a esse respeito e foi-se embora — um tanto deselegantemente, em nossa opinião — sem responder.

Trata-se da entrada da esquadra da NATO no estuário do Tejo. Sabemos que vai entrar amanhã no Tejo uma esquadra da NATO — a notícia vem nos jornais — de 70 navios. Parece que uma grande parte do porto de Lisboa vai ficar paralisada, pois parece que o movimento de cargas e descargas vai ser reduzido em cerca de 50 %. Gostaria de saber se o Governo — e isso é do seu departamento — tem algum cômputo dos prejuízos que isto significa para a economia nacional. Gostaria ainda de saber se a NATO paga alguma coisa ao país por este serviço.

Como o Sr. Ministro compreenderá, estas questões têm democracia têm de ser esclarecidas, têm de ser transparentes. Quais são as contas com a NATO?

O Sr. Narana Coissac (CDS): — E com Moscovo!

O Orador: — Gostava que me esclarecesse sobre ta questão.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Ministro de Estado: Tentarei ser o mais rápido possível devido ao tempo de que dispomos.

Cumpre-me, para já, dizer que o seu discurso foi absolutamente coerente com as primeiras palavras que proferiu, na medida em que ele foi ainda menos detalhado — em termos de apresentar as medidas e os instrumentos que o Governo pretende utilizar para, tal como dizem, alterar a política económica que tem vindo a ser seguida — do que o próprio Programa.

Toda a sua intervenção foi virada para a necessidade incontestável do desenvolvimento económico. No entanto, todo o seu Programa aponta para uma política contracionista; senão mesmo uma política recessionalista. Será que o Sr. Ministro está a pensar que o seu discurso foi em termos de que a política deve ser seguida daqui a três anos, isto é, depois de terminar o acordo com o FMI?

O Sr. Ministro referiu concretamente que ainda nenhum governo neste país conseguiu apresentar um plano de médio e longo prazo. Será isso uma crítica acerba aos governos da AD, nomeadamente ao anterior governo, que pretendeu ter apresentado um plano a médio e longo prazo?

O Sr. Ministro disse também que o nível de poupança no nosso país é normal e que poderia subir mais dois ou três pontos. Por que razão então se referiu com tanta insistência no Programa à necessidade de reduzir os salários reais, nomeadamente o consumo privado para aumentar substancialmente a acumulação?

Disse ainda o Sr. Ministro que nos últimos tempos existiu uma degradação acentuada de gestão das empresas públicas nos últimos tempos, na medida em que as empresas públicas só surgiram a partir dos finais de 1975. Quererão referir-se exclusivamente aos dois últimos anos, em que a gestão das empresas tem sido feita por gestores colocados pela AD?

Como conjuga a sua afirmação da necessidade de os investimentos das empresas públicas serem orientadas pelos interesses nacionais — e todos sabemos que as empresas públicas trabalham fundamentalmente para o mercado interno — com a opção do Programa pela prioridade absoluta (sublinho absoluto) para a exportação?

A última questão é relativa ao FMI, na medida em que já foi sublinhada pelo meu camarada Carlos Brito. Gostaria que o Sr. Ministro pudesse afirmar aqui, peremptoriamente, que no acordo com o FMI não irá aparecer uma cláusula deste género ou pelo menos com o mesmo sentido: «Durante o período do acordo, o Governo efectuará consultas com o Fundo relativamente à adopção de quaisquer medidas que por sua própria iniciativa julgue apropriadas ou sempre que o director-geral as solicite por inobservância de qualquer dos critérios estabelecidos ou por considerar conveniente efectuá-la.» Mais: «Além disso, terminado o período de acordo e dentro de determinadas condições de relações financeiras entre Portugal e o FMI, o Governo consultará o Fundo periodicamente, por sua própria iniciativa ou a pedido do

director-geral, relativamente às políticas da balança de pagamentos.»

O Sr. Presidente: — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Constâncio.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Sr. Ministro de Estado e das Finanças e do Plano: — Três questões muito breves.

Há muito tempo que andamos os dois envolvidos em discussões deste tipo. Começo por dizer-lhe que continuo a reconhecer-lhe a inteligência de vir aqui tentar fazer reduzir uma discussão política a um conjunto de conceitos mais ou menos técnicos e sobre os quais, aparentemente, seria fácil estabelecer consenso.

Simultaneamente, tenho que lhe dizer que para o debate que está aqui em causa isso não serve. Na verdade, é fácil, perante uma situação que todos sabemos ser de crise, reconhecer que o debate sobre questões económicas em Portugal tem estado em boa parte distorcido, pela própria concorrência, aliás natural, existente em democracia entre partidos. Isto é, existe um pano de fundo de crise que nos afecta, tal como afecta hoje o mundo, e sobre o qual não vale a pena cada um procurar só indicar os erros do outro e apontar as excelências das próprias soluções.

Aparentemente, é fácil estabelecer consenso sobre ideias de que os problemas resultam sobretudo da balança de pagamentos e que esta só tem solução resolvendo os problemas estruturais do País em termos de energia, da produção agrícola ou aumentando as exportações tecnologicamente evoluídas, ou estabelecendo consenso sobre que é necessário aumentar a produtividade e ter um desenvolvimento da economia baseado no investimento produtivo ou de que é necessário controlar a inflação e reduzir o défice público. Tudo isto são ideias que na aparência podem fazer consenso.

Simplesmente, isso não diz rigorosamente nada sobre o tipo de política a adoptar e as opções políticas que lhes devem presidir. Debaixo desse consenso aparente quantas diferenças na maneira como resolver os problemas estruturais do País, da agricultura, da energia, quantas diferenças sobre a prioridade a conceder à inflação. Ora, o Governo diz no Programa, na única medida quantificada, que pretende que a inflação se reduza em quatro anos, horizonte da sua vigência, para os níveis médios da CEE. Se isto fosse tomado a sério, todo o discurso desenvolvimentista de Governo caíria por terra, porque nas condições estruturais do País é inevitável que para termos algum desenvolvimento a taxa de inflação se situe nos pontos acima da média europeia.

Sobre a produtividade, é um engano pensar que o problema se resolve com legislação sobre incentivos ao trabalho e com legislação que penalize aqueles que, segundo o Governo, não querem trabalhar. A produtividade para os economistas depende essencialmente da organização das empresas e do investimento e este depende do clima de crescimento das economias. Se este ano diminuírem as exportações, como tudo parece indicar, diminuirá a produtividade em Portugal. Que tem isso a ver com as atitudes dos trabalhadores? Nada.

Por debaixo de consensos sobre o aumento das exportações, quantas diferenças sobre o tipo de exportação a promover? Por debaixo de consenso em relação à redução de défice público, quantas diferenças sobre o *timing* à forma de conseguir essa redução?

É nestas questões que se vêem as prioridades, os instrumentos que cada Governo e cada partido estão dispostos a estabelecer e a adoptar. Vir dizer aqui que os problemas do País são estruturais é uma evidência. Vir dizer que estes problemas só se resolvem com políticas de desenvolvimento é outra evidência. Vir dizer que isso só se resolve com um investimento bem orientado é outra evidência. Vir dizer que por definição a gestão da procura de curto prazo não resolve essas questões é evidente por definição.

No entanto, a crise existe. O Governo di-lo e ela está aí aguda. Como vai então o Governo resolvê-la? Como vai resolvê-la, se a questão da procura não resolve os nossos problemas? No fundo, o médio prazo é muitas vezes feito de uma sucessão de curtos prazos e de políticas conjunturais. Não serve aqui dizer que os problemas do País são os problemas estruturais, o que em si é evidente, procurando com isso querer significar que a solução está em dizer qual é o problema.

Por outro lado, não serve porque, se este Governo tem um horizonte de três anos, é preciso saber o que este Governo vai fazer durante estes três anos, que problemas vai resolver ou se, afinal o povo português teria de esperar pelo VIII Governo, da AD, para finalmente ver começar a resolverem-se os problemas.

Reservo par a intervenção que farei proximamente um outro aspecto que estava relacionado com a política conjuntural e as suas prioridades, porque não quero, por agora, gastar mais tempo.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (POP): — Em relação à intervenção que o Sr. Ministro acaba de fazer vou pôr algumas questões. O Governo AD (e também Baldeão) prometeu o aumento do emprego, grande aumento do produto interno bruto, dos salários reais, da produção industrial, etc., etc. A realidade hoje, conforme o demonstram os documentos oficiais, prova exactamente o contrário: há retracção no emprego (os documentos dizem-no e os senhores sabem-no), há um crescimento bastante lento na indústria transformadora, que resulta essencialmente da diminuição da procura global e em especial da diminuição da procura interna, o que significa que o poder de compra da população portuguesa diminui e que nem uma única das promessas que o Governo anterior fez foi cumprida.

Agora, o Sr. Ministro já não promete aumentos, mas promete assegurar a manutenção do poder de compra, a manutenção do emprego. Assim, ponho-lhe as seguintes questões:

Como é que prometeram aqueles aumentos e o que aconteceu foi exactamente o contrário?

Como é que o Sr. Ministro vai resolver os grandes problemas de emprego actualmente existentes — no-

meadamente em sectores industriais virados para a exportação, como o têxtil, as madeiras e a cortiça, nos quais diariamente estão a encerrar empresas que sentem os efeitos não só da contracção da procura interna mas também da externa — no cenário de crise que, como V. Ex.^a aqui frisou, se verifica a nível internacional?

Como é que então vai resolver essa primeira das prioridades que referiu, isto é, a do aumento das nossas exportações, e como é que assim vai também diminuir a vulnerabilidade da nossa economia perante o exterior?

Estas são as principais questões que lhe pongo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Ministro de Estado e das Finanças e do Plano, apenas algumas breves notas.

Em primeiro lugar, saliento que, creio, ao longo da sua exposição foram patentes aspectos que não sendo de autocritica, visto que se trata de um governante recém-empossado, são naturalmente de crítica aos governos e às gestões anteriores, não excluindo os governos da AD.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ou seja; quando se critica a ausência de um plano a médio prazo, nenhum de nós poderá esquecer que o último plano aqui apresentado foi confundido no mesmo diploma com o plano anual e estava a ser revisto meses depois.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nenhum de nós poderá esquecer que o consenso é a nova linguagem que substitui a da bipolarização.

Nenhum de nós poderá esquecer que entre o elenco das falsas questões se falava de uma delimitação de sectores, quando o Sr. Ministro teve o cuidado de esclarecer que o modelo é o das indústrias ligeiras e dentro das indústrias ligeiras só as cervejas e os tabacos estão em Portugal reservadas ao sector público. Teve ainda o mérito de salientar o eleitoralismo a curto prazo que resultou de toda uma política anterior.

Ficámos também a saber, e afi uma discordância, que a integração europeia, que passa pelo seu governo, é um pormenor e que também os acordos com o FMI não passam na trama geral da política do Governo. Discordamos que eles não sejam essenciais a esse debate.

Mas a pergunta que lhe queria formular — com o modelo complicado que será de difícil opção entre a «chuva e o sol» — é a seguinte: o que vai, afinal, fazer este governo? Que nos promete, afinal? É um bocadinho de chuva e um bocadinho de sol? Que tipo de esperança? Que tipo de resolução de problemas, que medidas vai adoptar?

Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Também para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Narana Colombo (CDS): — O economista!

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Ministro de Estado e das Finanças e do Plano, seria estultícia da minha parte perguntar-lhe o que é que vai fazer para resolver os problemas do povo português. Estamos aqui a discutir o Programa do Governo e digo-lhe, muito sinceramente, que estou farto de música.

Risos.

Os membros do Governo têm vindo aqui, têm tocado violino, têm cantado canções.

Risos.

têm tentado demonstrar o indemonstrável, têm tentado convencer os trabalhadores. Espero que não tentem convencer os deputados — porque mesmo aqueles que se fingem convencidos não o estão, à exceção dos deputados da bancada que apoia o Governo — é o povo português que a crise é uma coisa que nos transcede, que em face dessa crise nada há a fazér, a não ser a solidariedade entre os que roubaram e os que são roubados, entre os que exploram e os que são explorados. Foi isso que V. Ex.^a aqui quis demonstrar quando apelou para a solidariedade. Mas é necessário que notemos que, hoje, este apelo à solidariedade não é só do Sr. Ministro das Finanças. O apoio à solidariedade, à unidade nacional esteve presente na intervenção do Sr. Ministro da Defesa e a partir das intervenções sobre a cultura.

A Sr.ª Natália Correia (PSD): — Era o que faltava que não estivesse presente!

O Orador: — Pretende-se a unificação. A cultura já no tempo do PPD...

A Sr.ª Natália Correia (PSD): — Se o senhor não sabe isso, não tem o direito de o dizer!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, peço-lhe o favor de não interromper.

O Orador: — O que sei, Sr.ª Deputada, é que quando a senhora falou aqui de cultura, apesar de estar a defender a teoria do Governo...

Protestos da Sr.ª Deputada Natália Correia.

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada Natália Correia...

A Sr.ª Natália Correia (PSD): — Desculpe, Sr. Presidente, mas não posso suportar.

O Orador: — A Sr.ª Deputada não se esqueceu de demonstrar que não haveria cultura se a política não quisesse dar a verba. Ora a cultura que a Sr.ª Deputada

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Mário Tomé ainda não lhe dei a palavra.

O Orador: — Desculpe, Sr. Presidente, não o ouvi.

O Sr. Presidente: — É a altura de V. Ex.^a tomar essa atitude. Está desculpado. As suas desculpas eram, claramente, devidas.

O Orador: — Não ouvi, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Devia ter ouvido, Sr. Deputado.

O Orador: — Não pedi desculpa, porque não ouvi.

O Sr. Presidente: — Devia também pedir desculpa pela maneira como insistiu em continuar a falar quando eu lhe pedia urbanamente que suspendesse a palavra.

O Orador: — Sr. Presidente ...

O Sr. Presidente: — Desculpe, Sr. Deputado, agora falo eu.

Sr.^a Deputada Natália Correia, seja qual for a veemência e profundidade dos sentimentos que inspiram a V. Ex.^a ou a qualquer outro Sr. Deputado uma reacção, devem fazê-lo pela figura do protesto.

Peço-lhe que aguarde serenamente que o Sr. Deputado termine a sua intervenção para na altura, com toda a profundidade e sinceridade de quaisquer sentimentos de que seja portadora, fazer a intervenção que no caso couber. Intervenção e diálogo a Mesa não consente.

O Sr. Deputado Mário Tomé continuará agora o seu pedido de esclarecimento.

O Orador: — Não pedi desculpa antes porque não sabia o que se estava a passar. Estava a falar e não ouvia, e como fui interpelado ...

O Sr. Presidente: — Tem a bondade de continuar, Sr. Deputado. São supérfluas quaisquer explicações sobre o assunto.

O Orador: — Portanto, o fio geral que o Governo pretende impor ao povo português como a salvação nacional é o da unidade da união nacional. É união nacional na cultura, repito, é união nacional na defesa — é preciso mobilizar as vontades, o desejo do povo de se mobilizar para defender a prática, etc. Estou farto de ouvir isso.

Protestos.

E é hoje a unidade nacional entre os expropriadores e os expropriados, entre os exploradores e os explorados.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Entre os Tomés e os Tomás!

Risos.

O Orador: — Esta é a linha. O Governo, como representante da grande burguesia, quer efectivamente salvar-se à custa dos trabalhadores, como tem feito, mas desta vez tentando convencer os trabalhadores que a sua salvação também está na salvaguarda do Governo e daqueles que o Governo representa.

Uma voz do CDS: — É verdade.

O Orador: — Porque a crise, Sr. Ministro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é uma crise energética. A crise energética existe, mas a crise no nosso

país, como em muitos países, é fundamentalmente uma consequência da dependência. Da dependência em que os senhores puseram o nosso país, em que o nosso país tem estado, e donde só os trabalhadores, pela sua luta, pela sua organização de classe, conseguirão tirá-lo. Tanto é uma crise de dependência que os grandes males do nosso país caem com o FMI e vêm com a necessidade de entrar para a CEE. Na altura em que o nosso povo teve uns resquícios de liberdade em 1975, ao contrário do que aqui tem sido dito, foi quando o nível de vida subiu, foi quando os salários melhoraram. Foi quando os grandes capitalistas mandaram o dinheiro para o estrangeiro e fugiram para o Brasil.

Risos.

É esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr. Ministro, a questão fundamental. E já que o Sr. Ministro se atreve às questões gerais eu também estou nas questões gerais, Sr. Ministro. Até porque as questões particulares já aqui foram postas e não obtiveram resposta.

E também afirmo que a crise é do sistema capitalista. E quando o Sr. Ministro diz que é do sistema capitalista e comunista é mentira. Primeiro, porque não há sistema comunista ainda no mundo e, segundo, porque aqueles a quem o senhor chama comunistas são capitalistas.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Cuidado.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, se antes da interrupção da sessão me pareceu que a vontade de rir não era meio idóneo de interromper qualquer orador, a vontade de aplaudir iguala-se à vontade de rir.

Peço o favor de não interromperem.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados da AD, só posso interpretar estes aplausos como uma provocação.

Risos.

Porque VV. Ex.^a, que tanto aqui insultam a União Soviética, a Polónia, a Checoslováquia, etc., não insultam esses países por serem capitalistas mas porque pensam que são socialistas e que o socialismo é aquilo. O socialismo, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Ministro, existe num único país onde não há crise.

Risos.

É um país onde existe a ditadura do povo sobre os exploradores que acabaram.

Risos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço a VV. Ex.^a o favor de permitirem que o Sr. Deputado acabe o seu pedido de esclarecimento. E pediria também a V. Ex.^a, Sr. Deputado Mário Tomé, que tão objectivamente quanto possível fizesse os seus pedidos de esclarecimento. Parece-me que sem prejuízo do direito de usar da palavra foi nesse sentido que efectivamente a pediu.

O Orador: — Eu estou a tentar ser objectivo, Sr. Presidente.

Risos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, ainda não permiti que começasse a falar. Não estão criadas condições para que o Sr. Deputado continue a falar.

O Orador: — Para pôr as questões tenho de clarificar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, ainda não o autorizei a retomar a palavra, a benefício da serenidade a que tem o direito de o fazer.

Peço mais uma vez a todos VV. Ex.^{as} o favor de permitirem que a intervenção do Sr. Deputado Mário Tomé seja audível.

Quer ter a bondade de continuar, Sr. Deputado?

O Orador: — Porque nesse país, que é o único país socialista do mundo, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Ministros, não há inflação.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É a Albânia?

O Orador: — Há dez anos que não sobem os preços; antes descem os de alguns artigos de primeira necessidade. É que a renda de uma casa é o salário de um dia. É que o leque salarial é de dois para um, é que a mortalidade infantil é a mais baixa do mundo, incluindo os tais países como a Suécia.

Vozes do PSD: — Qual é o paraíso?

O Orador: — Esta é a questão e é isto que o nosso povo quer saber e é isto que interessa ao nosso povo e não as mirabolâncias que a AD diz que vai fazer. Ao nosso povo interessa saber se o custo de vida vai subir ou vai descer. Vamos comer melhor? Vamos ter acesso à cultura? Vamos ter escolas? E a UDP responde não vão, porque a grande burguesia quer que vocês paguem a crise que eles provocam pela sua dependência ao FMI e à CEE.

Esta é que é a questão fundamental e o Sr. Ministro vai dizer se é ou não.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Afinal, qual é esse país?

O Sr. Presidente: — Há três pedidos de protesto em relação à intervenção do Sr. Deputado Mário Tomé, que serão feitos depois de o Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano responder aos pedidos de esclarecimento que estão a ser formulados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sá Fernandes.

O Sr. Sá Fernandes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: A Região Autónoma da Madeira congratula-se com o facto de o VIII Governo, no seu Programa, afirmar que prosseguirá a política de reforço da autonomia e de desenvolvimento do arquipélago, designadamente de promover a urgente aprovação e execução das medidas acordadas com o Governo Regional por altura da visita do Sr. Primeiro-Ministro em Maio deste ano. Na verdade, elas constituem necessidades

prementes daquela região e não será de mais afirmar que grande parte delas são imprescindíveis se se quiser, de facto, dar à região um impulso forte e decisivo, como ela urgentemente carece, com vista ao seu rápido desenvolvimento económico, social e cultural.

Existem, todavia, condicionalismos que limitam injustamente o desenvolvimento e o crescimento da agricultura, da indústria e do comércio da região. É o facto de não existirem *plafonds* de crédito fixados às agências bancárias locais em função das suas respectivas carteiras de depósito e do sistema de seleção de crédito e respectivas prioridades, bem como as linhas de crédito bonificadas não se ajustarem à realidade económica da região. Assim, o agricultor, o industrial e o comerciante madeirense têm vindo a sentir (e agora ainda mais), após a fixação de *plafonds* mais restritos à banca, dificuldade na obtenção de financiamentos correntes, sabendo, ao mesmo tempo, que as agências bancárias na região arrecadam grandes volumes de depósitos, os quais, com exceção do recente empréstimo concedido ao Governo Regional, são encaminhados para as respectivas sedes. Há que rever todo este sistema, porque injusto e inadequado, e, por isso, termino perguntando ao Sr. Ministro das Finanças se estes aspectos que referi se encontram contemplados na parte do Programa que visa definir novos critérios de apoio financeiro ao desenvolvimento regional.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano: A sua dissertação calma, articulada, mas também muito distante, não me surpreendeu. Ouço dissertações semelhantes de há quinze anos para cá.

Surpreendeu-me, sim, ver o Sr. Ministro. Dou-lhe os meus parabéns pela sua coragem. São sinceros. Sr. Ministro, vou pôr-lhe apenas, porque o tempo é extremamente escasso, três dúvidas, ou antes, três certezas que resultaram da leitura do Programa do Governo, agora plenamente confirmadas pela sua exposição.

Em primeiro lugar, Sr. Ministro, esta Câmara teria desejado saber pela sua boca a razão por que se caiu nesta crise económica, como e porque se chegou cá, e quem tem as responsabilidades. O Sr. Ministro nada disse sobre isto.

Esta Câmara desejaria saber também as consequências profundas do modelo de crescimento que a AD propõe, quem paga os custos desse modelo de crescimento, quem vai beneficiar dele e por que razão aqueles que pagam terão de aceitar o convite ao consenso que aqui formulou sem mais outra razão senão a de talvez lhe facilitarem a vida.

Sr. Ministro, em último lugar, dir-lhe-ia, porque o tempo é escasso; que a crise que se vive é tão profunda que não será com dissertações, lúcidas e calmas que sejam, que se irá, realmente, a qualquer lado.

O País não é um auditório.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano.

O Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano — Sr. Presidente e Srs. Deputados: É evidente que também o tempo de que o Governo dispõe é escasso, e vou tentar limitar-me a algumas das questões.

A primeira questão, que foi levantada pela bancada do Partido Comunista e pelo Dr. Vitor Constâncio, tem a ver com o facto de sabermos se há alguma viragem na política da AD em relação ao desenvolvimento e em relação à gestão da procura, isto é, se há continuidade ou se há uma viragem.

Tenho pena que o Sr. Deputado Vitor Constâncio não esteja na Sala, mas talvez não valha a pena esperar.

O que se passa, Srs. Deputados, é que, como sabem, não somos nós que fazemos a conjuntura mundial, não é Portugal que dita as flutuações da conjuntura mundial. E como sabem também os Srs. Deputados, quanto à crise da economia mundial, previa-se que houvesse uma retoma no final do ano anterior, mas não se prevê que a haja no ano de 1982.

Do que se trata não é tanto de uma viragem, mas de uma adaptação a uma conjuntura que os organismos internacionais tinham previsto em termos diferentes daqueles em que se veio a processar.

Não foi a previsão das entidades portuguesas, foi a previsão dos organismos onde estão representados todos os países.

Do que se trata — e refiro mais uma vez que é pena não estar na Sala o Dr. Vitor Constâncio — não é de evidências. Percebo — e admiro a gestão de que ele — foi responsável no Ministério das Finanças — que nem sempre é possível conciliar o desenvolvimento com a política de gestão rigorosa da procura. Nessa altura não foi possível fazê-lo, apesar de ser uma evidência que se devia ter feito. Percebo que não tenha sido feito, mas não me parece que seja uma evidência tão grande, uma vez que ele próprio já experimentou e não conseguiu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O outro ponto, seleccionando os mais importantes, é o Fundo Monetário Internacional.

Não me parece que seja um problema importante, e os Srs. Deputados desculparão esta minha afirmação. O problema importante é o do endividamento nacional. Enquanto não acabarmos com o endividamento nacional o problema do Fundo Monetário Internacional é um epifenómeno. A menos que disponham de alguma solução milagrosa para substituir um acordo de credores.

Será melhor hipotecar o ouro ou vendê-lo, como fizemos em anos anteriores, do que negociar acordos de apoio bilateral com o Governo dos Estados Unidos, da Alemanha ou de qualquer país amigo? Ou devemos recorrer mais maciçamente aos planos comerciais internacionais? Se dispuserem de alguma solução, será útil que o País a conheça.

Custa-me também perceber a preocupação pelo Fundo Monetário Internacional, porque, apesar de tudo, ao contrário das soluções que eu referi, é um organismo em que estão representados vários países de inspiração soviética. Fazem parte do Fundo Monetário Internacional vários países com os quais, supo-

nho, não poderá haver suspeitas de tendência internacional a imperialismos.

Também o facto de o Sr. Deputado Mário Tomé não estar na sala me dificulta, porque realmente a Albânia não faz parte do Fundo Monetário Internacional.

Risos.

Mas a República Popular da China, que durante tanto tempo foi considerada inspiradora de certos movimentos, faz parte do FMI.

E mais: durante o ano de 1981 vários desses países assinaram acordos de *stand by* com o FMI. Talvez possam obter informação por outra via sobre o que é que representa a dependência desses países em relação ao imperialismo americano.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Magalhães Mota referiu também, numa intervenção muito calma e serena, que havia problemas essenciais que estavam talvez escamoteados.

Obviamente, ele tem a cultura económica suficiente para saber, como eu sei, que quando refiro que o modelo de gestão das empresas públicas em Portugal não é aquele que eu considero aceitável, que há alterações estruturais a fazer e a delimitação dos sectores supõe.

Não há nenhum desses países em que a delimitação dos sectores se faça nos termos em que se faz no nosso. Há ali alterações importantes a fazer.

Também, evidentemente, sabe que se algum governo se aproximou mais da preparação de um plano de médio e longo prazo foi o anterior governo da AD.

A aprovação do relatório das Grandes Opções do Plano é uma peça importante e a primeira para podermos dispor do Plano ainda este ano ou no princípio do próximo.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Também me espanta que o Sr. Deputado Magalhães Mota refira que a integração europeia é um pormenor no Programa do Governo. Aliás, o pouco que eu disse sobre isso demonstra o contrário. O que tive oportunidade de dizer, Sr. Deputado, é que a internacionalização da economia portuguesa é indiscutível, independentemente da solução que se adoptar. E se é indiscutível, não é um pormenor, é essencial.

Há vários modelos, evidentemente, de internacionalizar a economia portuguesa, mas não penso que o Sr. Deputado advogue o modelo alternativo que seria o de uma internacionalização directa do tipo de Singapura, Hong-Kong ou Taiwan.

O único caminho que nos resta é o da integração — se não queremos essa internacionalização directa numa zona de livre câmbio — numa zona mais ampla e organizada. E a única que podemos ascender é a do Mercado Comum. Não é um pormenor, é essencial.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Sá Fernandes levantou problemas muito pertinentes, mas à semelhança

de outros que a bancada do Partido Comunista levantou, penso que devem ter o seu lugar na discussão a propósito da Lei do Orçamento e do Plano. Não é de discussões vagas que se trata, é de discutir com números, quando esses números são indispensáveis e têm de ser quantificados para o futuro imediato.

Quando o Sr. Deputado Vítor Constâncio não se encontrava na Sala, disse que me parecia que ele me acusou de várias evidências que já eram evidências no tempo em que também passou por estas responsabilidades e a conciliação parece que não foi muito fácil. Portanto, serão evidências, mas nem sempre são possíveis.

Outra observação que lhe queria fazer é que não vamos estar à espera do VIII Governo. Talvez quisesse referir-se ao XIX, porque do VIII trata-se agora.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — O VIII Governo da AD!

O Orador: — Vejo que compartilha do pensamento de vários de nós.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Vai continuar; portanto, a instabilidade governativa.

O Orador: — O Sr. Deputado João Cravinho levantou uma questão que não é a que eu pensava que ele fosse levantar. Pensava que fosse levantar outra. Mas é assim, e essa, obviamente, vai-nos levar a discutir mais quinze anos. Porque o Sr. Deputado João Cravinho sabe tão bem como eu que quem paga as crises é quem não está em posição de fugir delas. Quem paga os custos é quem não pode fugir a eles. A política que o Governo preconiza é uma política que vai ao encontro dos problemas que afectam o futuro dos cidadãos portugueses que têm mais dificuldades ...

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Está mesmo a ver-se!

O Orador: — ..., porque as margens de lucro conseguem-se em Portugal ou no estrangeiro. Não é esse o problema.

O Sr. Deputado Mário Tomé (é vou ser breve, porque me dizem que o tempo do Governo também é escasso) falou na orquestra do Governo. Já tinha ouvido um Sr. Deputado referir-se aos violinos do Governo, o que me parece que confirma a existência da orquestra. Só fico na dúvida quanto ao instrumento que o Sr. Deputado toca! É o trombone ou o bombo?

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Aquele que se ouça melhor aí!

O Orador: — Voltando ao assunto, diz o Sr. Deputado Mário Tomé que mais uma vez se volta a uma política de unidade nacional. E talvez porque tenha caído alguma vez nessa esparrela, que alguns de nós não caímos ...

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ... ; está agora preocupado com a unidade nacional. Só que, Sr. Deputado, a diferença é total.

Agora trata-se de um consenso feito entre países livres, com órgãos livremente eleitos, e que podem livremente negociar. Não era o caso antes.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Mas V. Ex.ª sossega-nos quanto à mortalidade infantil na Albânia. Eu ficaria mais tranquilo se nos sossegasse também quanto à mortalidade adulta na Albânia.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Quer que o esclareça?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — É só para dizer ao Sr. Ministro que da mesma forma que a baixa mortalidade infantil é consequência das medidas que são tomadas pelo povo e para o povo, a longevidade é maior do que no nosso país, uma vez que há uma política que atende os interesses do povo e não uma política que serve aqueles que não trabalham, porque esses não existem lá.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Corta-se-lhe a cabeça!

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Era isso que eu imaginava.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Em relação ao problema da esquadra da NATO, que foi posto, como compreendeu — e realmente foi um problema bem posto —, é um problema que não está nas atribuições do Ministério das Finanças e do Plano.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Em parte está!

O Orador: — Mas informam-me que este problema foi já objecto de ampla divulgação através de uma nota oficial na imprensa diária. Parece que a única excepção foi *O Diário*, que a não publicou.

Esse assunto foi objecto de uma negociação entre a Administração-Geral do Porto de Lisboa e o Estado-Maior da Armada e foram publicados os resultados numa nota oficial.

Os Srs. Deputados Carlos Brito e Octávio Teixeira levantam mais questões, mas não poderei abordar algumas delas porque me obrigariam a entrar em detalhes longos. No entanto, há um ponto que não devo deixar de esclarecer.

Foi posto como alternativa para o aumento do investimento a redução dos consumos. Eu não disse isso e, aliás, o Programa do Governo também não o refere. O Programa do Governo refere a contenção dos consumos, o que é diferente da redução dos consumos. Talvez seja um problema de interpretação de números, mas do que se trata é da manutenção dos consumos globais e não da redução. E como já me tinha referido a isso a propósito da interpelação do Sr. Deputado Vítor Constâncio, do que se trata não

é de privilegiar o consumo em relação ao desenvolvimento, mas sim de conciliar os dois. E o problema não é tão académico como isso, como provavelmente entenderão.

Encorajar o investimento e o desenvolvimento numa época de alta conjuntura internacional é possível, é desejável e é bom.

Impor travagens excessivas ao investimento numa época de crise é desejável, é difícil, mas é necessário que se faça.

Como digo, de 1976 a 1979 isso não foi possível, as condições então eram mais difíceis do que são hoje internamente no País. Compreendo que não tenha sido 100% realizável esta estratégia e é isso que eu quis referir nas palavras que disse, e não é tão consensual como isso), mas penso que é de interesse nacional que se discuta que apesar de existir uma época de crise internacional, de conjuntura baixa e redução da procura, é indispensável que não voltemos a entrar numa época de desincentivação do investimento.

Não há contradição da AD entre o Programa de Governo de 1980 e este agora, porque na altura se tratava de um período em que se esperava uma reanimação da conjuntura internacional, que, pelas razões que já expus, se verificou que assim não foi.

Outro ponto que o Sr. Deputado Carlos Brito tinha posto (e aí acabo) era o das revisões estruturais e da delimitação dos sectores.

Como referi já, Sr. Deputado — e sublinho porque é um ponto realmente importante e não quero esca-moteá-lo —, penso que é necessário o fortalecimento da iniciativa privada e das empresas públicas. Se muitas vezes se referem mais os problemas da iniciativa privada não é porque os das empresas públicas não sejam importantes: é porque a Constituição que temos coloca num estatuto de menoridade a iniciativa privada, não havendo fundamentação nem justificação para tal.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Vitor Constâncio, é ainda sobre a intervenção do Sr. Ministro das Finanças que pretende, pela segunda vez, intervir?

O Sr. Vitor Constâncio (PS): — É sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Vitor Constâncio (PS): — É apenas para dar uma pequena resposta e fazer um comentário, aliás, brejeiro.

É que o Sr. Ministro, a propósito de eu ter referido a perspectiva do VIII Governo, da AD, disse que era essa a intenção dos membros do Governo e a maioria aplaudiu. Lamento-me, pois, a registar que, tomado o gosto italiano, a maioria e o Governo se preparam para continuar a instabilidade governamental.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Ministro de Estado e das Finanças e do Plano, muito brevemente, esclareço que não houve confusão da nossa parte em relação à redução dos consumos. O Sr. Ministro usou mesmo a expressão — e poderá verificar que isso é verdade, porque consta nos registos — «sacrificar os consumos presentes».

Portanto, a questão foi posta e lamentamos — foi mesmo para nós uma certa decepção — que o Sr. Ministro não tenha respondido a questões mais concretas que a nossa levantou, quer por meu intermédio, quer por intermédio dos meus camaradas, nomeadamente pela minha camarada Ilda Figueiredo.

Pensamos que a perspectiva que está colocada é aquela que temos adiantado e que decorre dos documentos apresentados pelo Governo, da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro e agora da sua intervenção: a de que o nosso povo vai ter que contar com muitos maiores sacrifícios em todos os planos e que, portanto, a luta popular terá que ser muito forte para impedir que essa situação se agrave, como tudo leva a crer, atendendo à política preconizada pelo Governo.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro de Estado e das Finanças e do Plano, tem V. Ex.^a a palavra para responder, se assim o desejar.

O Sr. Ministro de Estado e das Finanças e do Plano (João Salgueiro): — Sr. Deputado Vitor Constâncio, como está a aplicar o número médio, vejo que pelo menos corrobora a opinião da AD de que por quatro anos estão seguros. Mas penso que não devemos fazer jogos de palavras. O problema não é só do Governo, mas do Governo e da oposição e o povo português terá de escolher.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É escolherá o que lhe parecer mais desejável.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra para um protesto a Sr.^a Deputada Natália Correia.

A Sr.^a Natália Correia (PSD): — Sr. Presidente, terei que aceitar a figura de protesto, mas aceito-a por obrigação, uma vez que as regras a impõem. Na verdade, a figura do protesto diminui a justiça da minha indignação.

O Sr. Presidente: — Se me permite interrompê-la, Sr.^a Deputada, foi essa a figura que V. Ex.^a mesma anunciou. O seu partido administra o tempo como entender e V. Ex.^a usará da palavra por esse tempo sob a figura regimental que quiser. Está, portanto, perfeitamente a tempo de alterar a natureza jurídico-regimental da sua intervenção.

A Sr.^a Natália Correia (PSD): — Então, Sr. Presidente, admitamos que é uma figura entre indignada e jocosa.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Fui sempre serena nesta Assembleia. Exaltei-me hoje pela primeira vez. É que me é insuportável que um deputado que tanto enche a boca com o povo insulte esse mesmo povo naquilo que ele tem de mais sagrado que é a sua personalidade cultural.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Essa personalidade cultural exige a humildade de todos os partidos para atingirem um consenso que espelhe essa personalidade nacional. E devo reconhecer que nisso o Partido Comunista tem revelado méritos. Quem os não revelou nunca foi o Sr. Deputado da UDP, mas disse-nos porquê: é que o Sr. Deputado Mário Tomé percebe mais do que se passa na Albânia do que do que se passa em Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Mas quero ser generosa para o Sr. Deputado da UDP: é que, condenado pela sua cegueira política nesta Assembleia a uma acabrunhada solidão, ela tenta compensá-la com uma gesticulação histrionica, que nisso, louvo-o, é um saudável motivo de gargalhada.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Sr. Presidente, prescindo da palavra, porque apenas queria recordar um verso de Fernando Pessoa que dizia que, depois da descoberta da Índia, muitos portugueses ficaram sem emprego. Agora parece que, depois da guerra de África, também muitos portugueses ficaram sem emprego! ...

Risos e aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Santana Lopes.

O Sr. Santana Lopes (PSD): — Sr. Presidente, prescindo igualmente da palavra, uma vez que os meus companheiros Natália Correia e Sousa Tavares já disseram tudo e muito melhor do que eu poderia fazê-lo.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Qualquer dia também fica no desemprego!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Qualquer dia também tu estás no desemprego!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé para responder, se assim o desejar.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Infelizmente tenho pouco tempo, mas vou responder aos protestos porque merecem resposta.

Começo por responder o Sr. Deputado Sousa Tavares. Acho estranho que um deputado de uma bancada que ainda há pouco tempo, para justificar um aumento de 100 %, dizia que os deputados não se podem repartir pelo emprego lá fora e pelo trabalho

aqui dentro da Assembleia possa falar da maneira que o fez. Porque eu estou aqui a ganhar como deputado, tal como o Sr. Deputado Sousa Tavares, mas não tenho outras alternativas lá fora. Não estou, pois, a prejudicar a minha actuação como deputado e toda a minha dedicação ao serviço do povo para ir trabalhar noutra profissão.

Risos.

Não me considero, pois, sem emprego, mas, sim, ao serviço de uma causa justa, que é a causa do povo que represento aqui. Portanto, esta lebre está corrida.

Risos.

A Sr.ª Deputada Natália Correia digo o seguinte: já aqui, ontem ou anteontem, fui acusado de falta de patriotismo por ter posto clarinho os pontos nos ii sobre quem era e não era patriota, quem servia e não servia os interesses do povo e quem é que servia ou não servia a independência do nosso país: não são os senhores, somos nós e é o povo português.

Saliento ainda que VV. Ex.^{as} não representam o povo português e menos o representam na cultura. Exactamente porque tenho na maior conta a dignidade e a cultura do nosso povo é que não posso consentir que passem de forma clara e sub-reptícia essas tentativas de unificar uma cultura que não é uma. A senhora sabe muito bem que aquela cultura que é aqui hoje representada pela AD é antes uma agressão e uma adulteração da cultura popular, isto é, é uma cultura importada.

E qual é a cultura que a Sr.^a Deputada ouve na RDP e na RTP, que estão ao serviço da AD? É a cultura popular? É a cultura dos artistas populares? Não, é a cultura que importam do imperialismo. E porque tudo isso me indigna profundamente é que gesticulo. Percebe, Sr.^a Deputada? E a si não a indigna porque se pôs totalmente, com a sensibilidade que lhe reconheço, ao serviço do imperialismo, ao serviço da grande burguesia, cuja cultura não serve nem existe em relação ao nosso povo, porque é uma cultura importada que representa uma agressão permanente à cultura popular no nosso país. Basta, repto, ver qual é a cultura que nos dão os altifalantes da AD e do Governo.

Por isso alerto o povo e digo: não vão na conversa da unidade da cultura, porque a unidade da cultura que pretende a AD e a Sr.^a Deputada Natália Correia ...

A Sr.^a Natália Correia (PSD): — Eu?! ...

O Orador: — ... é pôr o povo a dançar ao som da música — e já nem sequer é o rock inicial — que é feita propositadamente pelas grandes centrais do disco imperialista para porem todos os povos a dançar ao som do Sr. Reagan e companhia.

Risos.

E isto é a verdade!

A Sr.^a Natália Correia (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — E já agora gostava de lhe dizer ...

A Sr.^a Natália Correia (PSD): — O Sr. Deputado, não me elogie mais!

O Sr. Presidente: — Só um momento, Sr.^a Deputada.

O Sr. Deputado Mário Tomé desculpar-me-á, mas a Sr.^a Deputada Natália Correia já me tinha pedido a palavra.

Tenha a bondade, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Natália Correia (PSD): — Eu sinto-me orgulhosa de ter na minha frente um tão laureado, no aspecto cultural, representante do povo português. Portanto, fico a dever ao Sr. Deputado da UDP mais uma gargalhada.

Aplausos do PSD.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero apenas dizer uma frase muito curta, aliás as minhas frases são sempre muito curtas. Há um povo africano (exactamente um daqueles que o Sr. Major Tomé se dedicou a combater enquanto eu os defendia na prisão) que diz que uma palavra muitas vezes repetida se transforma em baba ... Pois falar permanentemente do povo é uma demagogia barata, é uma palavra que se transforma em baba.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Miguel.

O Sr. Vasco Miguel (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Desde há longas décadas que se tem observado uma certa tendência do povo português para uma cooperação firme e decidida, sem que contudo lhe tivesse sido dado qualquer incentivo ou estímulo.

Assim, antes do 25 de Abril, o sistema corporativo utilizou o cooperativismo manipulando-o politicamente e não como meio de desenvolvimento e dinamismo dos sectores produtivos ou sociais, e muito em particular, da agricultura. Prática semelhante utilizaram os governos gonçalvistas e o PCP.

Pouco também fizeram os governos PS, para além das palavras.

Uma política realista no domínio do cooperativismo foi feita pelos governos da AD, que finalmente pôs em acção um estruturado programa de apoio ao cooperativismo tal como se afirmava no programa da AD, que teve como suporte o programa social-democrata do Partido Social-Democrata, que tem vindo a ser firmemente posto em prática.

A testemunhar a realização exposta, temos a criação da Secretaria de Estado do Fomento Cooperativo. Facto bem demonstrativo da vontade política do Governo de apoiar decididamente o sector cooperativo, criando na estrutura do Governo um departamento que centralize e globalize as acções de apoio e fomento ao sector cooperativo, de modo a que se possa

planificar com objectividade o desenvolvimento do sector, e ao mesmo tempo seja o centro de diálogo entre o Governo e as estruturas cooperativas, sem quaisquer interferência ou tutela na sua autonomia.

Tal como atrás foi citado, o Programa do Governo baseia-se no programa da Aliança Democrática e ainda no plano a médio prazo para 1981/1984.

Nele podemos salientar cinco grandes áreas de actuação, que passarei a enumerar:

Primeira área (jurídica):

Conclusão dos instrumentos legais definidos do quadro jurídico das Cooperativas, complementando o Código Cooperativo com a aprovação dos diplomas complementares dos diversos ramos de sector;

Criação das condições necessárias ao desenvolvimento de régies cooperativas (empresas mistas) como forma de incrementar, pela via cooperativa, actividades de reconhecida utilidade pública ou como alternativa válida ao regime de empresas intervencionadas, nomeadamente, na área agro-industrial.

Nesta área inclui-se também a conclusão do diploma legal para disciplinar o crédito agrícola mútuo, contemplando a criação de um organismo central de crédito cooperativo constituído pelas caixas de crédito agrícola mútuo com a finalidade de dinamizar estas prestimosas e velhas cooperativas de crédito agrícola.

O Sr. Guerreiro Norte: — Muito bem!

O Orador: — Segunda área — apoio e fomento Destaca-se a reestruturação do Inscoop — Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo e ainda a dinamização de estudos que conduzam à criação de uma seguradora cooperativa que potencialize o aproveitamento, entre outros, das mútuas seguradoras, cujo papel em prole da agricultura tem sido muito importante e até vital nalgumas zonas agrícolas do interior do País.

Terceira área (educação cooperativa e formação profissional): São de particular importância as medidas que o Governo tenciona desenvolver nesta área, que, a não existir realmente, por parte dos cooperantes, uma consciência e uma formação autenticamente cooperativista, a nada conduzem os esforços que o Governo possa desenvolver, devendo assim a introdução de matérias e disciplinas sobre o sector cooperativo no nosso sistema de ensino e o desenvolvimento de acções no domínio da formação associativa e profissional constituir, no futuro, a grande base de suporte para que as cooperativas possam desenvolver com rigor as tarefas sociais e económicas que a nação delas espera.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quarta área (investigação cooperativa): Tal como a anterior área, esta será no futuro a grande máquina dinamizadora do cooperativismo, criando as condições necessárias ao seu estudo e investigação; por isso o Governo se propõe a recuperar a «casa de António Sérgio», para nela instalar a sua biblioteca e o Centro de Altos Estudos Cooperativos.

Quinta área (democracia cooperativa): A democracia cooperativa foi e será sempre uma prática do ideal social-democrata que nos é particularmente cara.

A propósito lembro a mensagem do Sr. Primeiro-Ministro a todos os cooperativistas portugueses, aquando das comemorações do 59.º Dia Mundial da Cooperação, realizado no I Filcoop:

Continuar a dar prioridade ao aperfeiçoamento das vossas estruturas e à formação cooperativa e técnica;

Opor-vos à partidarização das vossas cooperativas; o vosso êxito residirá na vossa independência;

Ajudar a consolidar a democracia em Portugal, para que a nossa pátria seja sempre livre, justa e fraterna, onde caibam todos os portugueses;

Contribuir para a consolidação da paz mundial, denunciando todos os actos que atentem contra a liberdade dos povos, condenando os países que não respeitem a soberania de outras nações mais fracas;

Exortar a juventude e interessar-se pelos valores do cooperativismo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Do apoio que os governos AD têm concedido ao sector cooperativo tem sido uma realidade e decorre da sua vontade política e dos imperativos constitucionais que entende cumprir na prática, ao contrário de outros que nada fizeram senão falar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Assim foi aprovado e publicado o Código cooperativo; foi realizada a I Filcoop e concedidos os meios financeiros que o permitiram; foram realizados durante o ano de 1980 até Abril de 1981 mais de meio milhar de cursos de formação cooperativa e técnica, atingindo cerca de 5000 pessoas; os subsídios concedidos a fundo perdido pelos diversos ministérios e institutos às cooperativas cifram-se em cerca de 740 000 escudos; os empréstimos concedidos às cooperativas, sem juro, ou com juro altamente bonificado ascendem a mais de 4 milhões de contos; os custos suportados pelo Estado com a manutenção dos serviços de apoio ao cooperativismo ascendem a mais de 100 000 contos e incluem cerca de 200 funcionários que só trabalham no apoio ao sector.

Se a todos estes apoios juntarmos os empréstimos concedidos através do IFADAP, MAP, SEE e crédito agrícola de emergência e algumas linhas de crédito especiais, onde as bonificações de juros atingem 10 % de redução, teremos de concluir que o Governo tem de facto ajudado as cooperativas.

O inquérito que o Inscoop lançou para se conhecer melhor a realidade cooperativa portuguesa permite concluir que:

As cooperativas agrícolas representam 42,5 % do total das cooperativas existentes e 58 % do número de sócios;

O valor bruto da produção de serviços prestados pelas cooperativas atingiu 150 milhões de contos;

Proporcionaram trabalho a cerca de 100 000 trabalhadores;

O número de filiados nas cooperativas atingiram 2,5 milhões de cooperadores.

As medidas dos governos AD no domínio das cooperativas vão ainda mais longe com a publicação do Decreto-Lei n.º 456/80, de 9 de Outubro, que concede amplas isenções fiscais às cooperativas, isentando de quaisquer impostos os excedentes por elas gerados.

Pela primeira vez em Portugal, em matéria de isenção, foi-se mais longe, isentando os próprios associados de imposto do selo nos documentos referentes aos levantamentos do valor dos seus produtos e imposto de capitais sobre dividendos desde que a taxa de juro pelos valores investidos não ultrapasse metade da taxa de desconto do Banco de Portugal.

O Sr. Guerreiro Norte: — Muito bem!

O Orador: — Assim, o apoio que os governos da AD tem dado ao sector cooperativo e que o Programa do VIII Governo se propõe continuar faz parte de acções concretas e planificadas que pretendem criar as condições para que o sector cooperativo seja influente na vida económica e social dos Portugueses, contribuindo com a sua quota-parte no esforço de criar condições para o aumento do bem-estar dos Portugueses.

Como disse Sua Santidade o Papa João Paulo II na sua encíclica, condenando o colectivismo marxista e o capitalismo liberal, apontou, sem dúvida, para a cooperação entre o capital e o trabalho através do aprofundamento do diálogo, de co-propriedade; da dignificação da família e da pessoa humana, que são afinal, os grandes fundamentos da filosofia cooperativa.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, competia à Mesa ter já anunciado — e, porque o não fez, fá-lo de seguida — que foi apresentada, durante a sessão da tarde, pelo MDP/CDE uma moção de rejeição do Programa do Governo, que será distribuída imediatamente.

O Partido Socialista requereu a suspensão imediata da sessão por quinze minutos e sem prejuízo do intervalo regimental. Porque o requerimento é regimental, está deferido.

A sessão está suspensa até às 18 horas.

Eram 17 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Constâncio.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Hesitei em intervir neste debate. Mas a própria circunstância de estar hoje mais liberto de responsabilidades na concepção da política económica do meu partido me confere mais à-vontade para criticamente dizer o que penso deste Governo e do seu programa.

Não é, aliás, o Programa do Governo que está essencialmente em causa neste debate. O que está

aqui em julgamento é todo o período de governação que a AD já completou.

A AD herdou em finais de 1979 uma conjuntura económica em que o desequilíbrio externo, principal problema que condiciona a nossa vida económica, se encontrava eliminado e em que a produção e o investimento se encontravam em franca recuperação, com taxas de crescimento na última parte do ano semelhantes às que se vieram a verificar no ano de 1980. Esta-se, pois, após um período de difícil estabilização, sem condições de iniciar de forma sólida, mas prudente, um relançamento da economia e um aumento do rendimento disponível da população.

A AD, porém, em poucos meses, deitou a perder a oportunidade, deixando chegar à situação à crise que hoje conhecemos. Embarcando na demagogia eleitoralista, perdeu o controle da política monetária e adoptou uma política orçamental expansionista, que agravou o défice das finanças públicas. As transferências correntes, veículo das benesses eleitorais, aumentaram 52%, o consumo público, 6% em termos reais, o défice passou para cerca de 11% do produto nacional. Foi, aliás, superior a esse número, visto que se encontra subavaliado em virtude das operações de desorçamentação, das operações de tesouraria, do adiamento do pagamento de despesas, da operação puramente contabilística de revalorização do ouro, eliminando dívida pública que permitiu redução de despesas com juros que representam cerca de 1% do produto, e, finalmente, subavaliado ainda pela artificial redução de subsídios às empresas públicas, que, proibidas de aumentar preços, tiveram de recorrer à perigosa política de endividamento externo a curto prazo.

Procurando resultados eleitoralmente exploráveis, adoptou-se uma política de repressão artificial da inflação, controlando rigidamente os preços, reduzindo as margens, prejudicando os agricultores, e revalorizou-se, prejudicando a competitividade das exportações.

Os resultados de tudo isto viram-se, passada que foi a euforia eleitoral.

O agravamento do défice das finanças públicas e as operações que o subavaliaram tornaram mais difícil a elaboração do orçamento por este ano e a recuperação de uma situação já de si preocupante. As exportações e a produção industrial desaceleraram na última parte do ano.

O défice externo voltava de novo a ser substancial, continuando a aumentar em 1981. A política de endividamento externo sem qualquer controle aumentava espectacularmente o endividamento a curto prazo em 27%, piorando perigosamente a estrutura da dívida total, situação que, aliás, continuou a agravar-se fortemente este ano.

Os preços, rompido o dique artificial que os continha, passaram a acelerar, reduzindo o poder de compra entretanto obtido.

Ao boom sucedeu a recessão, ao equilíbrio, o desequilíbrio externo, à desaceleração dos preços, o relançar da inflação. Nada pior para a credibilidade de uma gestão económica do que esta evolução em zig-zague, que aumenta a incerteza dos agentes económicos.

E a instabilidade continua, porque a AD este ano já teve três políticas económicas de conjuntura. Em

Março, quando da apresentação do Orçamento e do Plano, o Governo, compelido por razões internas à AD a competir em *performance* com o anterior, apresentava um panorama optimista. Crescimento a 5%, inflação controlada, desequilíbrio externo financiável sem problemas. Já então havia seca e o dólar já tinha subido. Previ então aqui, nessa altura, que com a situação existente e as políticas adoptadas o crescimento seria bem menor e o défice externo superior. Passados dois meses, o Governo invertia espectacularmente discurso e descobria a crise; o crescimento previsto passou a ser de 2,5%; o défice da balança, 1,8 biliões de dólares. Chamando precipitadamente o FMI, o Governo mudava de política, restringia o crédito, aumentava a taxa de juro. Tudo isto em dois meses, em que nada se tinha alterado na situação. Realmente, um *record* de imprevisão.

Vem agora este governo com um novo programa que, apesar de sublinhar a gravidade da crise, nada informa sobre a maneira como vai pegar na situação conjuntural, em termos de prioridades e instrumentos de política.

Parece, aliás, não lhe interessar a política conjuntural, de gestão da procura, e prefere, aparentemente, refugiar-se na miragem de que só interessa o médio prazo, em que nos devemos transformar numa espécie de Japão da Europa, obrigando por decreto-lei os trabalhadores a deixar de ser tão «preguiçosos» e investindo, nas indústrias de exportação intensivas, em mão-de-obra.

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Em caricatura, ai está o segredo da nova política. Veremos mais adiante o que isso significa. Por agora, admiramos a ousadia do Governo em se apresentar aqui como se tivesse acabado de chegar ao poder e nada do que está para trás tivesse a ver com ele, queixando-se da crise e apresentando novas prioridades para a solução dos problemas nacionais. Não vai continuar, vai mesmo começar agora, porque, como dizia, numa admirável expressão, um deputado da maioria, este é que é «finalmente o governo da Aliança Democrática».

Risos do PS.

A ninguém engana, porém, a tentativa de passe de mágica. Nem colhem as desculpas de que o Governo se serve. O Sr. Primeiro-Ministro, no seu discurso de posse, afirmou mesmo que as dificuldades resultavam ainda da política da oposição quando fora governo. É preciso, pois, lembrar ao Sr. Primeiro-Ministro e ao País os seguintes factos elementares: o Partido Socialista há três longos anos que não é governo e a AD, por outro lado, já completou no Governo um período de tempo de igual duração àquele que o PS nele permaneceu.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não é, assim, lícito à AD querer eximir-se das suas responsabilidades na crise que o País conhece.

Nem lhe é lícito desculpar-se apenas com a crise internacional e a subida do dólar. É mistificação pretender, como fez aqui o Sr. Primeiro-Ministro, que

o défice de 1,8 biliões de dólares da balança de pagamentos se deve à subida do dólar, em virtude de as nossas importações serem denominadas sobretudo em dólares.

Quando se avaliam as importações em dólares, em nada interessa que o dólar tenha subido em relação ao escudo para efeitos de medir o défice da balança, mas apenas para os efeitos sobre a inflação e o sacrifício que temos que fazer para importar. O que interessa é a evolução dos preços internacionais em dólares. E estes, com excepção do petróleo, têm descido, de tal modo que a OCDE prevê para 1981 uma ligeira descida dos preços em dólares do comércio mundial, com descidas de 6% nas matérias-primas e de 3% nos produtos manufacturados.

A verdade é que a AD não pode enjeitar a sua responsabilidade na situação de crise em que nos encontramos de novo, porque a verdade é que a AD enganou o País e não tem desculpa.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Examinemos agora mais detidamente o Programa do Governo na parte relativa à política económica global. Reconhecendo que os objectivos são vagos, as prioridades inexistentes e os instrumentos mal identificados, pode, ainda assim, retirar-se do Programa a ideia de que há uma inflexão, uma tónica diferente, a propósito do modelo de desenvolvimento e de que se coloca em segundo plano a política conjuntural, quase como se não existisse, afinal, uma situação imediata de crise a exigir a rápida utilização de instrumentos adequados.

A aparente mudança de tónica no modelo de desenvolvimento interpreto-a como uma melhor sistematização do que tem sido sempre o modelo da AD. Agora é-se mais claro nalguns pontos: o crescimento tem de basear-se em indústrias ligeiras de exportação intensivas em mão-de-obra, há que reexaminar — outra vez — os grandes projectos de investimento, há que diminuir os direitos dos trabalhadores sob o pretexto de aumentar a produtividade, há que concorrer com a Irlanda em termos de incentivos para atrair investimentos estrangeiros.

Já temos criticado aqui os aspectos negativos deste modelo. É certo que ao nosso desenvolvimento é indispensável um sector exportador dinâmico, mas este não pode ser baseado em empresas de capital estrangeiro viradas só para a exportação (por exemplo, indústrias de componentes), nem em indústrias tradicionais, visto que isso tornaria a economia vulnerável e tais indústrias não têm procura internacional dinâmica e nelas concorrem países com níveis salariais a que não queremos ver submetidos os trabalhadores portugueses.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, existem oportunidades de substituição de importações em termos competitivos que não devem ser menosprezadas. Finalmente, Portugal necessita, no actual estádio de desenvolvimento, de fortalecer indústrias tecnologicamente mais avançadas e expandir o seu sector de produtos intermediários básicos. Com o modelo proposto pelo Governo, à mínima recessão internacional,

a economia entraria em crise. Veja-se precisamente o caso da Irlanda, actualmente com um crescimento de pouco mais de 1% ao ano, com a maior taxa de desemprego da Europa e com um défice externo de 12% do produto nacional. Estamos longe da miragem do Japão ou mesmo das pequenas economias europeias que se desenvolveram no século passado.

Quando passámos aos problemas conjunturais, é visível o embaraço e a confusão do Programa do Governo. Sublinhemos, em primeiro lugar, o escândalo que constitui o facto de no capítulo de política económica global não se falar no problema do desemprego, nem se definir uma política de emprego, remetendo esta para os paliativos que, com escassos meios, desenvolverá o Ministério do Trabalho. Claramente, o emprego não parece preocupar muito este programa. Quanto ao resto, é a inflação que terá prioridade ou antes a balança de pagamentos? E o modelo de intervenção conjuntural basear-se-á na política orçamental ou na monetária, ou na cambial ou na de taxas de juro? Com que graduações? Nada se conclui do Programa do Governo.

Simplesmente, apesar disso, a conjuntura existe e o Governo fala-nos agora todos os dias da crise que atravessamos. Que vai então fazer o Governo? A resposta não está no Programa, mas é simples: vai fazer um acordo com o FMI e isso, obviamente, sabemos o que é.

Vozes do CDS: — Sabem, sabem! ...

O Orador: — Iniciadas em segredo, ainda em Novembro do ano passado, pelo primeiro governo da AD, as negociações foram precipitadamente recomenzadas pelo segundo governo da AD, quando descobriu em Maio a crise que já antes era visível.

Após a demagogia eleitoralista do ano passado, o apelo ao FMI é o grande acto de contrição da AD perante o estado da economia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Trata-se, é certo, segundo lemos nos jornais, de um acordo a três anos, do novo tipo recentemente criado pelo Fundo Monetário, que representa uma ligeira e positiva alteração de política, no sentido de conceder um período mais longo de ajustamento à economia, numa abordagem mais gradualista e mais atenta, por isso à dimensão estrutural dos problemas. No entanto, o essencial da filosofia do FMI para lidar com problemas graves de balança de pagamentos mantém-se, porque são os mesmos os instrumentos utilizados: uma política restritiva de gestão da procura, através de limitação da expansão do crédito interno à economia e ao Estado, da redução do défice orçamental, da eventual subida das taxas de juro e descida da taxa de câmbio, consoante os casos, desmantelamento de restrições directas às importações e eventual restrição do recurso também ao crédito externo.

Espero que este último instrumento, que não foi utilizado no acordo de 1978, mas que o Fundo pretendia impor num acordo em 1979, que não chegou a ser firmado pelo governo Mota Pinto, não seja aceite desta vez. A gestão da economia perderia toda a margem de manobra que em 1978 foi possível utilizar, permitindo-nos evitar restrições mais severas, que, afinal, como se viu, não eram necessárias.

Não posso, obviamente, antecipar a apreciação de um acordo que não é conhecido e que ainda não está definitivamente concluído, sobre o qual o PS se pronunciará em momento oportuno. Mas porque a decisão de firmar esse acordo é que verdadeiramente define o tipo de política que a AD vai adoptar e porque são os seus termos que vão condicionar a nossa vida económica para os próximos três anos, não quero deixar de, desde já, fazer alguns comentários.

Em primeiro lugar, para dizer que a situação financeira é, evidentemente, grave, que a previsão do défice da balança de transacções correntes de 1,8 bilhões de dólares, ou seja, mais de 7% do produto nacional, não é sustentável e que é, assim, praticamente inevitável no curto prazo a adopção de uma política restritiva de ajustamento. Simplesmente, isto que é assim tecnicamente não representa nenhuma cobertura política ao que a AD vai fazer. Porque o que a AD vai fazer é apenas o resultado daquilo que a AD já fez e têm que lhe ser pedidas as mais pesadas responsabilidades políticas pela situação em que colocou o País.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, o que disse representa ainda menos a admissão da inevitabilidade da celebração de um acordo com o Fundo Monetário.

Continuo a considerar que não está justificada perante o País a necessidade desse acordo. Em geral, os países só decidem negociar com o Fundo Monetário como último recurso, quando se lhes estão a fechar as portas do crédito internacional. Está longe de ser o nosso caso. O País, salvaguardadas que foram por nós as suas reservas de ouro, dispõe da situação invejável de o total das suas reservas externas ser muito superior ao total da dívida externa, a qual, aliás, está longe de ter esgotado o seu potencial de crescimento. Restabelecida a sua credibilidade desde 1978 junto dos mercados financeiros, temos tido acesso fácil ao crédito internacional. Talvez mesmo demasiado fácil, dada a situação de liquidez internacional e de os bancos estrangeiros verem em Portugal um país com muito menor risco que a generalidade dos países em défice. O recurso ao FMI não era assim imprescindível em termos de financiamento.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Muito menos o era em termos de vir suprir a nossa própria capacidade de definir as políticas adequadas. Poderíamos sempre adoptar maior flexibilidade nas medidas, graduá-las melhor no tempo, minorar os sacrifícios, diversificar os instrumentos. O Fundo institucionalmente tem as suas receitas e, como banqueiro desconfiado, vai necessariamente impor que se carregue nas doses. Durante três anos, a economia vai seguramente estar sujeita a objectivos conjunturais mais apertados, comprometendo ainda mais as perspectivas do nosso desenvolvimento e aumentando o desemprego.

Em 1978, numa situação bem mais desesperada, sem acesso ao crédito internacional, com os países que então nos fizeram um grande empréstimo a empurrarem-nos para a negociação prévia com o Fundo

Monetário, apesar de todos os esforços que fizemos para disso os demovermos, fomos obrigados a celebrar um acordo de estabilização.

Conseguiram-se com isso os financiamentos imprescindíveis e a redução do défice da balança, mas se os custos não foram maiores e a economia cresceu em 1978, 3,5% (mais do que este ano), isso deveu-se apenas ao facto de o acordo não ter sido cumprido, porque, através do recurso directo pelo Estado ao crédito externo normal (a par de outras razões), os limites ao crédito acordados foram largamente excedidos e a economia não conheceu verdadeiramente uma súbita e radical restrição de crédito. Aqui fica o aviso.

É por tudo isto, com a autoridade de quem conhece bem o assunto, que digo aqui, claramente, que se estivesse no Governo este ano não teria recorrido ao FMI.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A AD assumiu uma pesada responsabilidade pela situação em que vai colocar o País, de forma, porventura, irreversível, porque, perante os banqueiros internacionais desconfiados, iniciadas as negociações com o FMI, o Governo terá de ir agora até ao fim e concluir-las. Por opção de ortodoxia financeira conservadora ou por precipitação, a decisão foi tomada. Vamos todos ter, infelizmente, que lhe suportar as consequências. Os Portugueses não deixarão, certamente, de pedir contas à AD no momento oportuno e de a punir eleitoralmente como merece.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Tenho, infelizmente, que terminar. Porque, rejeitado o vosso modelo de desenvolvimento, recusada a vossa solução para enfrentar a conjuntura, fica dito o suficiente, mas não fica, porventura, dito o mais importante. Porque o que nos separa não são apenas as soluções para os problemas referidos, que, aliás, só na aparência são técnicos. As razões profundas das nossas divergências, aquilo que faz do PS verdadeiramente uma alternativa, tem a ver com os valores sociais e humanos que perfilhamos, com a organização económico-social que defendemos, porque daí decorrem as soluções que adoptamos para os problemas nacionais. Os direitos dos trabalhadores, a prioridade ao emprego, a utilização racional de um sector público forte que controle o poder económico e a função investimento, a política de diálogo social, que se exprime, entre outras coisas, numa política de preços e rendimentos, são vectores essenciais para a resolução dos problemas do País.

Têm-se vangloriado o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo da coragem que revelam ao afrontar uma situação que, afinal, em grande parte, criaram. Tentam insinuar com isso que a oposição, e o PS em particular, tem receio de enfrentar a situação, não quer governar, e não seria, por isso, uma alternativa à AD. Puro engano.

Por mim lhe digo, claramente, que não temos receio de enfrentar a situação desastrosa a que deixaram chegar o País. Um partido de oposição responsável, como é o PS, com convicções e soluções próprias, não tem nunca medo de governar. Nas próximas eleições lhes provaremos que somos uma alternativa. Por isso, como oposição, lhes dizemos: se hoje rejeitamos

o vosso programa, é na esperança de que amanhã o povo vos rejeite também.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pinto Nunes.

O Sr. Pinto Nunes (PSD): — Sr. Deputado Vitor Constâncio, a crise a que o Governo tem de fazer face é mais ligeira do que aquela a que nos governos PS teve de fazer face quando foi governo? Porquê?

Segunda questão: é capaz de garantir que o PS teria meios de dominar os efeitos da crise internacional na economia portuguesa, meios que parece negar estarem ao alcance dos governos AD? Quais?

Terceira questão: acha que a redução do desemprego poderia ter sido acelerada por um governo PS? Com que tipo de medidas, já que o não conseguiu quando foi governo?

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Igualmente para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Cardote.

O Sr. Fernando Cardote (PSD): — Sr. Deputado Vitor Constâncio, queria apenas fazer-lhe uma curta pergunta. Pareceu-me que V. Ex.^a verberou aos governos AD anteriores que teriam sido muito optimistas na formulação dos seus objectivos aquando do Plano e do Orçamento Geral do Estado para 1981. Ora, lembro-me que V. Ex.^a justamente uma das críticas que fez quando se ocupou do Orçamento e Plano foi a de que eram pouco ambiciosos nos seus objectivos. Quererá isto dizer, portanto, que o Governo deveria ainda ter sido mais optimista, e agora veio-lhe verberar o pouco optimismo que teve? Era isto que gostava que me explicasse.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Alberto Xerez.

O Sr. José Alberto Xerez (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra fundamentalmente para protestar contra algumas das considerações do Sr. Deputado Vitor Constâncio. Mas antes de iniciar o protesto, gostava de dizer que considerei a sua intervenção extremamente interessante.

De qualquer maneira, parece-me que quem tenha ouvido a sua intervenção terá ficado com a ideia — quanto a mim menos correcta — de que toda a gestão efectuada pelo Partido Socialista foi perfeitamente brilhante, terá deixado o nosso país num estado perfeitamente correcto, terá tido uma política e um modelo de intervenção perfeitamente acertados, e de que a partir do momento em que a Aliança Democrática ascendeu ao poder tudo isso se inverteu e passámos a ter uma Aliança Democrática sem política, sem modelo e sem projecto.

O Sr. Raul Rego (PS): — É exacto!

O Orador: — Parece-me que estas afirmações são extremamente controversas e incorrectas e, assim, queria produzir algumas declarações neste sentido. Em primeiro lugar, não nos podemos esquecer de que todo este processo se iniciou com os disparos perfeitamente abruptos do Partido Comunista Português, que desequilibraram por completo os mecanismos fundamentais da nossa economia.

Protestos do PCP.

Mas se a política abrupta seguida pelo Partido Comunista Português foi extremamente dolorosa, não podemos esquecer que a política então adoptada pelo Partido Socialista não foi menos dolorosa. E não o foi porquê? Porque, seguindo uma óptica completamente conjunturalista, tentou — o que não conseguiu — reequilibrar alguns dos mecanismos fundamentais da nossa economia, mas através do doseamento extremamente intenso dos instrumentos utilizados. Basta não nos esquecermos do ritmo que a taxa de inflação chegou a atingir. Digamos que se procurou um equilíbrio em recessão e na técnica do mergulho.

A Sr. Ilda Figueiredo (PCP): — Veja lá se se afoga!

O Orador: — Estou efectivamente de acordo consigo em que, porventura, alguns desequilíbrios estivessem atenuados, mas em termos conjunturais. Gostaria de ter visto qual teria sido o resultado efectivo da permanência do Partido Socialista mais uns anos no poder. Teria sido certamente a destruição radical da economia deste país, mas, felizmente, não tivemos oportunidade de o ver.

Ora, é esta situação desequilibrada, com uma ligeira atenuação do défice da balança de pagamentos, que a Aliança Democrática herda. Herda, portanto, uma situação em que não há mecanismos suficientemente equilibrados. Não há um pano de fundo, não há uma estrutura, não há um modelo, há, sim, uma série de políticas conjunturais tremendas que foram aplicadas.

É evidente que o refazer de toda esta situação é lento, exige um trabalho de concepção moroso. Exige o repensar e o projectar de todo este país para um horizonte que não pode ser necessariamente de curto prazo. É um trabalho penoso e não se pode exigir milagres à Aliança Democrática.

Penso que nem todas as actuações da política da Aliança Democrática terão sido completamente correctas, mas, em todo o caso e globalmente, parece-me que o pano de fundo, o modelo global, existe, assim como um empenhamento dedicado a um objectivo final, sendo o balanço altamente positivo.

Vozes do PCP: — Essa é boa!

O Sr. Sousa Marques (PCP): — É tão positivo como a sua intervenção!

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

O Sr. Costa Pereira (PSD): — Quero perguntar ao Sr. Deputado Vitor Constâncio o seguinte: na sua intervenção o Sr. Deputado disse em determinado

momento que seria necessária, a curto prazo, uma política restritiva de ajustamento. Esta é uma expressão na realidade muito vaga e que pode ter muito ou nenhum significado. Fala numa política restritiva de ajustamento de quê? Do financiamento? Menos financiamento para haver menos postos de trabalho? Menos financiamento para haver menos investimentos? Menos crescimento para distribuirmos menos do que o que estamos presentemente a distribuir? Uma política restritiva do consumo ou da poupança?

Eram estas as dúvidas que gostaria que o Sr. Deputado Vítor Constâncio explicitasse, isto é, que definisse melhor o que entende por uma política restritiva de ajustamento.

O Sr. Presidente: — Finalmente, tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — As perguntas que pretendo fazer ao Sr. Deputado Vítor Constâncio derivam das posições por ele tomadas anteriormente aqui nesta Câmara e deste diálogo que periodicamente se estabelece entre os nossos tecnocratas e que diz sempre respeito à conjuntura e nunca à estrutura económica da Nação.

Quando o governo Mota Pinto esteve no poder foi asperamente censurado durante e depois porque não tinha aproveitado as circunstâncias criadas pelo primeiro acordo de 1978 com o FMI para desencadear a expansão económica. Por sua vez, o primeiro governo da AD foi censurado por não ter sido suficientemente audacioso nessa expansão aquando da discussão do Orçamento em 1980.

Pergunto, portanto, se realmente as críticas que periodicamente se fazem serão fundamentadas, uma vez que, enquanto se não modificarem as circunstâncias fundamentais da produção nacional, estaremos condenados a obter situações de equilíbrio, para logo de seguida passarmos novamente a situações de desequilíbrio. E pergunto ainda se todas essas acusações de culpas deste e daquele não serão perfeitamente infundamentadas. Porque a verdade é esta: é que o problema de fundo não foi até agora atacado por nenhum governo, que é o da estrutura da produção nacional, o défice, da produção alimentar, a insuficiência das pescas, etc., etc., etc.

Portanto, parece-me que a crítica do Sr. Deputado Vítor Constâncio está um bocadinho deslocada, no sentido em que se inseriu apenas nos aspectos conjunturais, quando é evidente que temos de denunciar a crise de conjunto para podermos depois delinear uma política de fundo, que até aqui ainda não foi tentada.

E eram simplesmente estas as perguntas que queria fazer.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Vítor Constâncio, tem V. Ex.^a a palavra para responder, se assim o desejar.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho muito pouco tempo, mas as intervenções das bancadas da maioria também são relativamente simples.

Quero dizer desde já ao Sr. Deputado Fernando Cardote que nunca disse que o Orçamento era pouco

ambicioso, quer este ano quer o ano passado, e desafio a ele e ao Sr. Deputado Sousa Tavares a encontrarem uma situação concreta nesse sentido.

Os pontos essenciais que me foram apontados são os seguintes, telegraficamente: a crise é ou não desta vez mais ligeira do que em 1978 e porquê? Devo dizer que é mais ligeira por duas razões: primeira, é que em 1977 o défice da balança de pagamentos representou 9 % do produto nacional, enquanto este ano representará cerca de 7 %. É, pois, de facto inferior. Segunda, fundamentalmente em 1977-1978, Portugal não tinha acesso ao crédito internacional, aos mercados de capitais internacionais em condições normais, teve de recorrer a empréstimos especiais, para os quais lhe foram impostas certas condições que teve de aceitar. Era, por isso, nessa altura, mais difícil financiar a balança de pagamentos do que hoje, em que os governos do ano passado e deste ano deixaram galopar o endividamento externo a curto prazo, porque é hoje muito fácil ao País endividar-se.

Pergunta-me também se o PS teria outros meios que este governo não tem. Peço perdão, mas a pergunta tem de ser invertida: é o Governo que tem de demonstrar perante o País que não tinha este ano meios de financiamento para cobrir o défice da balança de transacções correntes, ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... seja em termos de empréstimos no mercado financeiro internacional, seja mesmo — e porque não — na utilização de reservas acumuladas desde 1978, e acumuladas desnecessariamente em 1979 e 1980 pelo recurso excessivo ao endividamento externo. É isso que o Governo tem que demonstrar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O que eu aqui disse sobre a conjuntura e sobre aquilo que define o tipo de política do Governo, que decorre da decisão de fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional, essa é que é a questão essencial.

Se não é verdade que os problemas do País são de ordem estrutural, se não é verdade que toda a gestão do PS não foi correcta, se não é verdade que não resolvemos os problemas do País durante os meses em que estivemos no governo, respondo que é evidente que isso não é verdade. É evidente que há um pano de fundo de crise que os governos têm, todos eles, igualmente enfrentando e, infelizmente, todos eles com um curto período de duração; é, pois, óbvio que só a superação dos problemas estruturais resolverá verdadeiramente os nossos problemas. Simplesmente, aquilo que este governo faz, e que, no fundo, indicou ao País que vai fazer, ao decidir estabelecer um acordo com o Fundo Monetário Internacional para três anos, é política e fundamentalmente um problema conjuntural, de gestão da procura, e foi isso o que eu aqui critiquei.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Pinto Nunes (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Pinto Nunes (PSD): — Sr. Presidente, queria só dizer ao Sr. Deputado Vítor Constâncio que não respondeu, nem pouco, mais ou menos, a qualquer das perguntas que lhe fiz. O Sr. Deputado Vítor Constâncio refugiou-se num problema que envolve o Fundo Monetário Internacional, contestando a sua utilização, limitou a crise a um problema de natureza financeira ou de balança de pagamentos, não referiu qualquer aspecto de crise interna ou internacional. Não respondeu, pois, à minha primeira pergunta, não respondeu à segunda, que se relacionava com o desemprego, e não respondeu à terceira. Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Cardote (PSD): — Peço também a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Cardote (PSD): — Sr. Deputado Vítor Constâncio, há pouco quando usei da palavra, ao referir uma sua afirmação, estava a falar de memória. Contudo, procurei no *Diário da Assembleia da República*, na sessão do dia 28 de Março deste ano, a intervenção de V. Ex.^a na discussão das propostas de lei do Plano e do Orçamento para 1981, onde, a certo passo, diz textualmente o seguinte: «Trata-se efectivamente de documentos, sobretudo os relativos ao Plano, que nos dão uma sensação de serem insuficientes na sua fundamentação, de serem vagos nas opções que traçam, de serem pouco ambiciosos nos objectivos que apontam.» Não sei então o que é que isto quererá dizer, senão que V. Ex.^a acha que o Governo devia ter sido ainda mais optimista do que foi nos seus objectivos. V. Ex.^a verberou um certo optimismo. É, pois, necessária uma explicação cabal desta afirmação.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Constâncio.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Sr. Deputado Fernando Cardote, V. Ex.^a na sua primeira intervenção disse que eu tinha feito a afirmação que citou a propósito da discussão da proposta de lei sobre o Orçamento Geral do Estado para 1981, ou seja, para este ano. Devo dizer que essa afirmação — e tendo comigo a intervenção — foi feita acerca dos objectivos para a proposta de lei do plano a médio prazo que o Governo então também tinha apresentado. E aí, sim, essa crítica aplicava-se. Essa crítica não se colocava nos termos que V. Ex.^a inicialmente referiu, isto é, em termos do Orçamento e do Plano anual, ou seja, em termos de política conjuntural. Sobre política a curto prazo, eu nunca afirmei que os objectivos do Governo eram ambiciosos.

Uma voz do PS: — Percebeu agora?!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas (Basilio Horta): — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sendo a primeira vez que tenho a honra de me dirigir a VV. Ex.^a em nome do actual governo, queria saudar a todos e a cada um cordial e respeitosamente.

Porque a criação deste novo Ministério suscitou algumas dúvidas e inclusivamente algumas críticas que tenho por menos fundadas ou rigorosas, gostaria de começar por dar três motivos fundamentais que estão na base da criação do novo Ministério.

São eles:

Em primeiro lugar, à necessidade que qualquer política de produção agrícola têm de poder contar com a comercialização para ter um efeito minimamente útil. Por outras palavras, não é possível definir qualquer política de produção eficaz sem que se possa contar com meios de comercialização susceptíveis de determinar, quer na produção quer no consumo, o preço dos bens dos principais produtos agrícolas.

Em segundo lugar, torna-se necessário pôr a funcionar os organismos de coordenação económica. E pôr a funcionar não apenas naquilo que eles têm de estatal, mas também nas potencialidades que têm de intervir no mercado em concorrência com a iniciativa privada. Esse objectivo não seria atingido se os organismos de coordenação económica estivessem repartidos, como até agora acontecia, por ministérios diferentes.

Em terceiro lugar e finalmente, tornava-se imprescindível que se verificasse uma política de importações que fosse integrada e coordenada e que tivesse em conta, como adiante iremos ver, os factores que representa a situação da nossa balança comercial; as necessidades da nossa produção e a necessidade de regularizar mercados e preços.

Estas as três razões de base que estiveram na criação deste Ministério, aliás ideia que não é nova e que tem sido defendida pela maioria dos especialistas e pela maioria dos Ministros e Secretários de Estado que passaram pelo Ministério da Agricultura.

Não se trata, pois, de conter a inflação à custa dos agricultores. Do que se trata é de fazer coordenar os aumentos, que necessariamente têm de existir, à produção, para que não sejam reflectidos obrigatoriamente em toda a sua dimensão no consumidor; do que se trata é de devolver à produção rendimentos que lhe cabem de pleno direito e que até agora, em tantos casos, têm ficado nos circuitos de comercialização em agentes económicos supérfluos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto às linhas gerais de actuação deste novo Ministério, começaria por dizer que, no que toca à produção, duas grandes prioridades se perfilam.

A primeira tem a ver com o lançamento de um programa de modernização para quatro anos que tem por objectivo o aumento da produção de cereais e de forragens. Esse aumento de produção incidirá principalmente nas tecnologias e na área até ao momento semeada. Não há que confundir um plano desta natureza com as campanhas de produção de trigo do Ministro Linhares de Lima. São realidades absolutamente diferentes.

E sempre vos digo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que me repugna menos falar em campanhas de pro-

dução do que olhar a situação de dependência do nosso país em relação ao exterior, no que à balança alimentar concerne. Não é sem um misto de preocupação e até — seja-me permitido — de perplexidade que se verifica que um país como o nosso apenas tem, em matéria cerealífera, uma taxa de autoprovisionamento da ordem dos 26%, quando em 1960 essa taxa de autoprovisionamento rondava os 90%. É um peso muito grande aos pés da nossa economia; é um peso muito grande na nossa independência nacional e tudo terá de ser feito, embora com serenidade e eficácia, no sentido de esta situação a curto e médio prazo poder começar a ser modificada. Plano de modernização, como dizia, que incide sobre a tecnologia e as áreas de cultura e que, para ser eficaz, necessita de condições específicas. É um plano que só terá efeitos se for acompanhado de um trabalho de identificação das zonas geográficas que têm realmente apetência para a cerealicultura de sequeiro e de regadio e se for também acompanhado por um conjunto de normas de natureza tecnológica que tenham a ver com a qualidade das sementes, com o tipo de adubação, com o tipo de amanho da terra, normas essas não feitas no Terreiro do Paço, até mesmo com grande rigor científico, mas normas que se adaptem ao modelo da nossa agricultura, normas que sejam queridas pelos nossos agricultores e assim possam ser naturalmente e facilmente seguidas.

Finalmente ainda, uma vez estas normas estabelecidas, é necessário incentivar o nosso agricultor a cumprilas, e esse incentivo tanto pode ser um subsídio por hectare cultivado de acordo com essas normas, como especiais facilidades no crédito ou facilidades de natureza financeira. Não se trata de mais um subsídio a somar a tantos outros, distorcendo os custos dos factores produtivos da nossa agricultura. Tratar-se-á de um verdadeiro prémio de produtividade, com objectivos bem claros e determinados, que tenham em vista um aumento de produção racional e que não afecte a textura e a plena ocupação dos nossos campos.

Para além destes factores que têm a ver intrinsecamente com este plano de modernização outros há de natureza geral. São eles de dois tipos: em primeiro lugar, a definição de uma política correcta de preços de garantia, que adiante explanarei; em segundo lugar, a regulamentação urgente do artigo 39º da Lei de Bases da Reforma Agrária.

Não haverá aumento da produção enquanto se manterem terras incultas ou mal aproveitadas. Em relação a este ponto também terei ocasião de me deter com algum detalhe.

Um outro aspecto que vive paredes-meias com a produção tem a ver com a comercialização dos produtos agrícolas. Quanto à comercialização dos produtos agrícolas — como há pouco referi — há que, progressivamente, eliminar as distorções que se verificam na comercialização da maioria dos produtos, evitando que os rendimentos dos agricultores sejam encaminhados para agentes supérfluos.

Como se atinge este objectivo? No entender do Governo, pode atingir-se em duas fases: numa primeira fase, fazendo funcionar os organismos de coordenação económica em termos de mercado. É possível — e terá de o ser — que, para além das simples intervenções — simples mas às vezes tão

complexas intervenções —, organismos como a Junta Nacional das Frutas ou a Junta dos Produtos Pecúrios possam fazer contratos firmes com a produção, por forma a aproveitar a capacidade e armazenagem existente e assim encurtar circuitos de comercialização.

Também é possível que a Junta dos Produtos Pecúrios possa abrir postos de recepção nas principais feiras de gado, por forma que as reduções, que tantas vezes se verificam aos agricultores, possam ser assimiladas pelo consumidor e não ficarem no meio desses circuitos.

Mas estas são medidas de natureza puramente conjuntural. É preciso ir mais longe e no futuro, a curto e médio prazo, transformar os organismos de coordenação económica em verdadeiras associações mistas, associações do Estado com os produtos, por forma que ao serviço dos produtores possam ficar colocadas as infra-estruturas que neste momento têm os organismos de coordenação económica. Será um passo importante no sentido da Europa: será, ao mesmo tempo, um passo importante no sentido de levar a lavoura organizada a comercializar mais directamente o produto do seu trabalho.

No que respeita a preços de garantia, haverá quatro pontos que têm aqui particular acuidade.

Primeiro ponto: é altura de fazer e de executar uma política de preços de garantia diferenciada no seu valor, em função da qualidade dos produtos agrícolas. Não se pode continuar a remunerar da mesma forma o trigo, quer ele seja de muito baixa qualidade, quer seja de boa qualidade. Não se pode continuar a remunerar da mesma forma, não estimulando a produção, o produto que é competitivo e que começa a sé-lo, daquele que o não é nem nunca será. E, pois, necessária uma diferenciação, que será já começada a fazer-se nesta campanha do trigo, ainda que apenas com valor indicativo, mas que revela as intenções do Governo neste domínio.

Um segundo ponto tem a ver com o pagamento atempado dos preços de garantia. Mais vale ser modesto na fixação dos preços de garantia, mas pagar a pronto ao agricultor, do que fixar preços que muitas vezes se leva tanto e tanto tempo a receber.

Um terceiro ponto tem a ver com o escoamento dos produtos, com o qual há, igualmente, de ter a certeza que o mesmo se faz em tempo útil por forma que se não deteriorem nos celeiros dos agricultores e assim percam o seu valor económico.

Quarto ponto: há que ser atempada a política de fixação de preços de garantia. Ou seja, deverá ser feita antes das colheitas, de modo que se saiba concretamente qual a rentabilidade das mesmas e, consequentemente, qual o compromisso que o Estado assume em função da opção do agricultor.

Ainda dentro da produção e porque o Sr. Prof. Azevedo Gomes referiu especificamente problemas ligados à floresta, pela consideração científica que tenho pelo seu trabalho, queria aqui focar quatro aspectos que penso serem importantes.

Em primeiro lugar, a necessidade de uma política nacional de ordenamento florestal, necessidade essa que, aliás, o Sr. Prof. Azevedo Gomes conhece de perto. Suponho que uma das principais razões da

hecatombe de fogos que se tem abatido sobre o nosso país, não neste ano mas nos últimos anos, tem a ver com a inexistência de um mínimo de ordenamento florestal a nível nacional. Há que fazer uma política nacional aplicável quer à floresta do Estado quer à floresta privada.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, é também necessário repensar a política florestal portuguesa. Não está em causa saber se no Centro do País deve ou não haver resinosas e eucaliptos; está em causa, sim, equilibrar a necessidade de uma política económica rentável em termos de florestação com as necessidades de outra natureza que o País sente, quer em termos ecológicos quer, inclusivamente, em termos de experimentação de novas espécies. O que se critica é que haja uma mancha contínua sem uma rede de corta-fogo, sem redes de acesso e uma floresta não compartimentada à mercê do primeiro incendiário ou do primeiro acidente que se verifique.

E, pois, isso de que se falava quando se dizia que era necessário repensar essa política florestal. É necessário dotar toda a nossa floresta, a pública e a privada, desses meios indispensáveis quer ao combate aos incêndios, quer à própria rentabilidade económica da floresta.

Em terceiro lugar, um outro aspecto que me permite destacar isoladamente pela sua importância tem a ver com a reflorestação da serra de Sintra. Esse é um aspecto ao qual o Governo dedicará a maior atenção. Neste momento, dois terços da serra de Sintra estão sem qualquer vegetação. Aquilo que era considerado um verdadeiro laboratório para os investigadores deste sector está hoje praticamente desaproveitado. E, pois, fundamental não no aspecto económico, mas no aspecto da investigação e, inclusivamente, no aspecto cultural — porque até do aspecto cultural se trata no que à serra de Sintra respeita —, considerar esta como um projecto autônomo, e aí investir, porque no fundo estamos a devolver uma verdadeira preciosidade ao nosso país.

Em quarto lugar, uma política integrada de combate aos incêndios. Como este aspecto foi aqui referido, gostaria de dizer claramente o que se passou este ano, de que meios é que dispusemos este ano para combate aos incêndios e que medidas, no curto e médio prazo, irão ser tomadas.

Em primeiro lugar, este ano arderam entre 50 000 ha a 55 000 ha de floresta. Este número só foi ultrapassado nos anos de 1975, em que arderam cerca de 80 000 ha, e de 1978, em que arderam cerca de 60 000 ha de floresta. As causas dos incêndios já há pouco as esbocei e para além daquelas que manifestamente têm intenção criminosa as causas são mais profundas: é, por exemplo, uma floresta onde não há, na maior parte dos casos, uma rede de corta-fogos e as que existem não se encontram convenientemente limpas; é uma floresta que não tem rede de acessos, que não está compartimentada e aonde portanto os meios de ataque aos incêndios demoram imenso tempo a chegar, quando, se pudessem ser mais rápidos, poderiam debelar aquilo que mais tarde se transforma numa tragédia; é uma floresta com uma textura mal escolhida para certas

zonas do País. Em suma, há razões mais profundas do que as análises superficiais que se possam fazer.

No entanto, este ano alguns avanços já se conseguiram no combate aos incêndios: conseguiu-se uma articulação efectiva entre todas as entidades que têm responsabilidades nesta matéria e conseguiram-se meios aéreos. Temos nesta altura 8 aviões e 2 helicópteros, que os serviços florestais alugaram, e temos, quer na Lousã quer em Viseu, 5 helicópteros das brigadas heli da Força Aérea para transporte.

Por outro lado, e ainda no combate aos meios florestais, conseguiu-se começar um trabalho conjunto, que terá o seu reflexo no decreto regulamentar do Decreto-Lei n.º 327/80, diploma já assinado e mandado para publicação.

Um outro aspecto prioritário tem a ver com a estruturação fundiária. Nesta matéria quatro objectivos fundamentais se perfilam perante o Governo.

O primeiro é a necessidade urgente de haver certeza e segurança na titularidade da terra. Não é possível continuar na situação em que nos encontramos. Largas zonas do centro do País não têm o investimento que merecem, pois os seus proprietários estão sempre à espera de serem expropriados, assim como no Sul nas zonas das unidades colectivas de produção. Vários investimentos se deixam de fazer, uma vez que essas unidades colectivas de produção também estão à espera que as reservas sejam entregues e, consequentemente, não investem. E, pois, necessário criar um clima de segurança quanto à titularidade da terra, por forma que se possa, de uma vez por todas, dizer que acabaram as expropriações, que acabaram as entregas de reservas. É nesse sentido que temos de encarar a nova Lei de Bases da Reforma Agrária e de lhe introduzir, até ao fim do ano, de preferência, as alterações que façam atingir esta política.

Ainda quanto à titularidade da terra: é importante proceder à revisão da Lei do Arrendamento Rural e da Lei do Arrendamento Florestal. Há situações injustas num e noutro regime jurídico. Nomeadamente, no arrendamento florestal há pessoas que estão a ser prejudicadas porque há largos anos não vêm actualizados os seus justos rendimentos.

Um segundo aspecto, da maior importância, que tem a ver com a estruturação fundiária, diz respeito à efectiva ocupação e utilização dos prédios rústicos. Falei há pouco no artigo 39.º É fundamental e prioritário regulamentar o artigo 39.º, por forma que se saiba quais são os níveis mínimos de exploração rentável para efeitos do n.º 1 deste artigo. As direcções regionais estão já nesta altura a fazer um levantamento dos prédios abandonados e insuficientemente incultos para que, uma vez publicada essa legislação, se possa proceder à notificação dos respectivos proprietários que, no prazo de um ano, escolherão entre modificar as condições de exploração das suas terras, arrendá-las ou aceitarem uma expropriação.

Não é possível com a crise de emprego que em algumas zonas do País grava e com um país com tantas carências de produção onde tanto é necessário investir na terra, que se verifiquem largas zonas, não apenas nas de intervenção da Reforma Agrária, mas em todo o País, abandonadas ou incultas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Isto tem a ver não apenas com a economia do nosso país, mas com a moralização do uso da terra.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Um terceiro aspecto fundamental tem a ver com a distribuição de terras. A política de distribuição de terras é aquela que consta do programa da Aliança Democrática, e tem de ser seguida. Mas terá de ser uma política de distribuição de terras real e efectiva, feita em condições de exploração, dando condições às pessoas que têm a sua terra de a poderem explorar, privilegiando as empresas familiares que têm de ser definidas previamente e dando condições para que a entrega de terras não se resuma a um simples acto político, mas seja um acto de profunda justiça social e um acto profundamente útil à nossa produção agrícola.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

É, pois, necessário definir o que se entende por empresa familiar; é, pois, necessário dizer quais são as condições mínimas de rentabilidade, que variam necessariamente de acordo com as zonas geográficas e depois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é necessário não ter receios.

A nossa ideologia não tem receio de nenhuma outra ideologia; a nossa ideologia, mesmo em zonas que nos são adversas, não deve ter receio, no confronto democrático e leal, a contrapor-se a outro tipo de ideologias.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Para nós o pior inimigo do agricultor é a sua proletarização; o pior inimigo do agricultor são aqueles que, à força, lhe querem vestir um uniforme ideológico, não são aqueles que através da posse útil da terra querem fazer deles homens livres e verdadeiramente produtivos ao serviço do seu país.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, política de distribuição de terras que tem de passar também por um esquema de pagamento de indemnizações. O Estado só pode dispor daquilo que lhe não pertence se primeiro pagar aquilo que deve.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Isso terá que ser feito não apenas ao Estado, mas também terá que se ter em conta, por exemplo, os direitos das unidades colectivas de produção que muitas vezes têm sido prejudicadas em relação a frutos pendentes no que respeita a reservas entregues.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Uns e outros casos têm de ser vistos e considerados no estrito cumprimento da lei e dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito mais havia a dizer sobre agricultura, mas já me fizeram sinal de que o tempo escasseia.

Duas palavras apenas sobre comércio e sobre pescas.

No que respeita ao comércio, perfilam-se dois objectivos. Primeiro, uma política de preços. Não pode haver uma política salarial sem uma política de preços. Política de preços que manifestamente acredita na concorrência, mas que não impeça o Estado de intervir sempre que a concorrência não funciona ou os agentes económicos aliciam ou desvirtuam. Nesse caso o Estado tem de intervir, moralizando os circuitos e os lucros ilícitos. É por isso que não será de estranhar que certos bens essenciais que nos últimos tempos têm tido uma anormal tendência altista, vejam o seu regime de preços novamente condicionado ou mesmo tabelado em regime de preços máximos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Segundo, uma política de importações. Uma política de importações que tenha em conta, em primeiro lugar, a situação da nossa balança comercial. Estamos numa situação difícil e temos que ter uma política de importações de bens alimentares consonante com as dificuldades que o nosso país atravessa. Em segundo lugar, uma política de importações que tenha em conta as necessidades da nossa agricultura e do nosso sector das pescas. Em terceiro lugar, uma política de importações que sirva, em certos casos, para regularizar preços e não apenas para ser origem de lucros especulativos. Em quarto lugar, uma política de importações que possa servir de arma a exportações portuguesas ou a especiais facilidades em certos sectores produtivos, como acontece, por exemplo, no sector das pescas.

Não tive ontem o prazer de ouvir a intervenção do Sr. Deputado Luís Saisas, mas, muito rapidamente e no que às pescas respeita, focarei apenas quatro aspectos fundamentais que preocupam o Ministério.

Em primeiro lugar, a necessidade de, cautelosamente, gerir as nossas águas nacionais. Gerir e conhecê-las é um aspecto que até ao momento não tem sido suficientemente cuidado. Gerir, conhecê-las e fiscalizá-las, embora no terceiro aspecto isso não dependa exclusivamente do Governo.

Em segundo lugar, aproveitar convenientemente as águas internacionais. É um erro estarem empresas a pagar licenças de pesca para pescar em águas internacionais e não utilizarem essas licenças. Pagam e não pescam nas águas que estavam ao seu dispor.

Em terceiro lugar — e não devemos ter medo de focar este aspecto —, um adequado regime laboral. Em certas zonas da nossa pesca, temos um baixíssimo índice de produtividade. Pescamos um número de horas muito inferior à nossa vizinha Espanha, para já não falar no que acontece nos Estados Unidos, Japão e nos países socialistas como, por exemplo, a União Soviética e outros. Tal impede a nossa competitividade, impede completamente que a nossa indústria de pesca seja rentável, e, consequentemente, também neste aspecto, com coragem e realismo, há que actuar.

Em quarto lugar, a comercialização do pescado. E quanto à comercialização do pescado tem de se

começar por repensar o serviço de lotas e vendagens e transformá-lo numa empresa pública, de modo a impedir que ao lado das lotas legais se formem lotas paralelas e que a maioria do peixe não passe pelas lotas legais mas seja transaccionado, em prejuízo do consumidor e da saúde pública, nas lotas paralelas.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito mais havia a dizer sobre este sector. Se me é permitido, queria terminar com duas ideias-força.

Primeira: a vastidão e a importância nacional das matérias sob a minha directa responsabilidade impõe-me humildade e total disponibilidade política. Humildade e disponibilidade política que pressupõem tenacidade, coragem e transparência.

Gostaria que o meu Ministério fosse inteiramente transparente, não só para com os partidos que estão na sua base e do qual o nosso governo depende mas também para com a oposição.

Vozes do CDS e do Sr. António Campos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Gostaria que sobre a transparência não houvesse dúvidas da parte das nossas bancadas desta Assembleia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A segunda ideia-força tem a ver com a necessidade de decidir sobre interesses conflituantes e relativamente a isso direi que apenas nos moverá o interesse do País e o da colectividade.

Estes, Sr. Presidente e Srs. Deputados, foram os valores que estiveram na base de duas vitórias da Aliança Democrática. São estes os valores que nos hão-de fazer continuar a merecer a confiança do povo português e, se assim acontecer, tudo o que tiver de ser feito sé-lo-á.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas, finalmente que este debate me reservou uma surpresa. Com raríssimas excepções, tinha sido para mim um debate monótono mas de repente fui surpreendido: é que já assisti ao debate do Programa do VII Governo Constitucional, em que a pasta da Agricultura era ocupada por um membro do Partido Social-Democrata, assisto hoje ao debate do Programa do VIII Governo Constitucional, em que a pasta da Agricultura é ocupada por um membro do Centro Democrático Social e, no entanto, foi hoje, e não há alguns meses quando nessa tribuna falou um social-democrata, que ouvi o discurso que, do meu ponto de vista, se aproxima daquilo que seria o discurso social-democrata em relação à agricultura!...

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Foi uma verdadeira surpresa.

De todo o modo, também lhe digo, Sr. Ministro, que de discursos andamos todos um pouco cansados.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

Vozes do PCP: — Estamos, estamos!

O Orador: — Não se trata de uma questão de crédito pessoal, de acreditar ou não em V. Ex.^a enquanto pessoa; trata-se de não acreditar num governo que nos vem, em grande parte e pela terceira vez, repetir uma série de afirmações e uma série de propósitos que, ao longo destes dois anos, se não concretizaram minimamente. Nessa medida, devo dizer-lhe que, se não se verificasse também o facto de V. Ex.^a ser Ministro de um governo que sucede a um outro governo de que também era Ministro, governo esse apoiado pela mesma coligação, o seu discurso tinha um conteúdo de crítica tão marcada em relação à actuação do governo anterior que quem de repente desembarcasse nesta Assembleia não seria levado a supor que se tratava de um governo que se sucedia a si próprio, nem de um Ministro que sucedia, embora numra pasta diferente, ao Governo que era alvo de tais críticas.

No final da sua exposição, V. Ex.^a disse sim à distribuição de terras, desde que se verifique — desculpe-me a expressão um pouco *telex* e apressada para poupar tempo — isto, aquilo e aquello, o que significa que até hoje a distribuição de terras que se fez foi feita à revelia de todas essas condições mínimas que no entender do Sr. Ministro poderiam dar algum sentido e significado à distribuição de terras.

Devo dizer que estou de acordo com V. Ex.^a e que folgo em constatar que algumas questões levantadas por mim próprio nesta Assembleia, noutras ocasiões, afinal encontram eco. É que até agora a distribuição de terras se fez numa óptica puramente demagógica e eleitoralista, sem se terem definido nem as características nem as condições das empresas que se pretendia criar com essa distribuição de terras, isto é, sem que tenha havido qualquer espécie de prévio planeamento.

Diz-nos o Sr. Ministro que agora isso vai acontecer. Não estou a pôr em dúvida a sua palavra; estou a pôr em dúvida a coerência do Governo, porque já nos foi dito no VI Governo Constitucional que se reconhecia a necessidade de uma lei fundamentando as empresas agrícolas, o mesmo foi-nos dito no VII Governo e é-nos dito agora. Contudo, passaram-se dois anos e nada se fez! Que garantias temos nós de que tal irá ser feito? No entanto, já não é mau que um Ministro de um governo da AD venha, pelo menos, reconhecer que a lei não é cumprida, que não se respeitam os acordos do Supremo Tribunal Administrativo e que as unidades colectivas de produção têm sido com frequência espoliadas.

No fundo, gostaria de lhe perguntar, e esta é a questão concreta que queria colocar, qual é, em linhas muito gerais, o conteúdo que o Governo pretende dar à lei que finalmente vem regulamentar o estatuto das unidades colectivas de produção, sejam elas de que tipo forem, a instalar na zona da Reforma Agrária.

Falou também o Sr. Ministro na necessidade de rever as leis do Arrendamento Florestal e a do Arrendamento Rural.

Em relação ao arrendamento florestal, gostaria de fazer a seguinte pergunta: rever a Lei do Arrenda-

mento Florestal em que óptica, Sr. Ministro? No sentido de continuar a facilitar o arrendamento às grandes empresas produtoras de pasta de papel, que foi aquilo a que se pretende obviar? Abrir o mercado fundiário florestal a essas empresas em grande parte ligadas às multinacionais?

Em relação ao arrendamento rural: essa lei será revista na óptica de garantir um mínimo de estabilidade ao rendeiro? Isto é, a revisão daquilo que veio a ser aprovado pela actual lei privilegiando os senhorios em detrimento dos rendeiros, restabelecendo aquilo que existia, por exemplo, na lei anterior no que diz respeito ao direito de opção no arrendamento quer do Estado, por operações de parcelamento, quer dos rendeiros, quer das cooperativas? Ou no sentido, uma vez mais, de aumentar a dependência do rendeiro em relação ao senhorio? Não basta dizer que se pretende rever a Lei do Arrendamento Rural, importaria saber em que óptica e em que sentido.

Diz o Sr. Ministro que é necessário chegar a um ponto em que se possa dizer que acabaram as expropriações, que acabaram as entregas de terra. Estamos de acordo com isso, Sr. Ministro. No entanto, receio bem a interpretação: é que há várias maneiras de se dizer que acabaram as expropriações e que acabaram as entregas de terra. Uma delas é concluindo as expropriações — e elas acabam quando não houver mais nada a expropriar, nos termos da lei; outra coisa é acabar com elas, revendo a lei, voltando à situação anterior e acabando, pura e simplesmente, com o princípio das expropriações.

Estamos de acordo que é necessário criar um clima de estabilidade ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lopes Cardoso, falta 1 minuto para acabar o seu tempo.

O Orador: — Sr. Presidente, se me desse licença, dentro da prática ontem seguida, eu utilizaria um pouco do tempo de que dispomos para amanhã.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. É um direito que lhe assiste. Em todo o caso, não quis deixar de o prevenir.

O Orador: — Falou também o Sr. Ministro na necessidade de desenvolver a produção agrícola nacional e de reduzir a nossa dependência em produtos agrícolas e bens alimentares. Penso que é um objectivo em relação ao qual todos estamos de acordo. Mes, focando concretamente o caso dos cereais, volto a pôr-lhe uma questão, que aliás já tive ocasião de colocar a si mesmo na altura em que era Ministro de Estado Adjunto, quando aqui se discutiu o famoso problema da comercialização de cereais: V. Ex.^a continua a pensar que é compatível o fomento da cerialicultura nacional com a abertura do mercado de cereais, nomeadamente de trigo, ao comércio privado, às importadoras, aos grandes moageiros e às grandes multinacionais?

Pela nossa parte continuamos a pensar e a afirmar que, se assim acontecer, praticamente não se produzirá mais um grão de trigo no nosso país, ter-se-á eliminado qualquer estímulo à produção de trigo.

Gostaria de saber se neste aspecto o Sr. Ministro mantém exactamente a mesma óptica ou se a óptica

do Governo começa a ser relativamente diferente, pelo menos nas palavras, como parece ser em relação a alguns problemas relativos às questões das estruturas produtivas e da estrutura agrária.

Falou também, e mais uma vez, o Sr. Ministro — e esta é também uma história antiga que se arrasta há muitos anos — da necessidade de apoiar e desenvolver novas culturas, nomeadamente a da beterraba. Se lermos o Programa do 1.º governo da AD — já lá vão dois anos! —, dizia-se isso; se lermos o Programa do 2.º governo AD lá se repetia a mesma afirmação; se lermos o Programa do 3.º governo AD e se ouvimos agora a sua intervenção o mesmo se repete. Mas de há dois anos para cá o que é que foi feito de modo a garantir-nos que não seja, mais uma vez, uma afirmação que durará o espaço deste debate e cujo eco se apagará quando se apagarem as luzes desta Sala? O que é que, concretamente, foi feito nesse sentido? Em que medida se coaduna esse incentivo à produção açucareira nacional com o esquema que se pretende estabelecer de liberalização e entrega do comércio das ramas de açúcar às grandes multinacionais e às grandes importadoras, mesmo à custa da manipulação das datas no *Diário da República* e — desculpe-me a violência da expressão — das traficâncias documentais que o Partido Comunista tornou, salvo erro, ainda ontem públicas? Como é possível que se publiquem no *Diário da República* portarias que começam por ser fundamentadas na base de um artigo de um decreto com a data de 2 de Setembro e são assinadas pelo Ministro com a data de 6 de Julho? Esse Ministro não era o Prof. Aurélio Quintanilha ...

Risos.

... Aurélio Quintanilha, não. Peço desculpa ao professor. Esse Ministro não era o professor Quintanilha de *O Astro*, pois suponho que ele não tinha capacidades premonitórias! Gostava, pois, de saber, por um lado, como é que o Sr. Ministro no dia 6 de Julho sabia que haveria um decreto no dia 2 de Setembro que lhe permitiria fomentar a portaria ...

Uma voz do PCP: — A porcaria?

O Orador: — ... e, por outro, como é que se compatibiliza esse regime com o desenvolvimento da produção açucareira nacional.

Ainda haveria muitas questões a pôr-lhe, mas vou finalizar.

O Programa refere o parcelamento e o emparcelamento. O emparcelamento é também já uma história muito antiga no nosso país. Não tenho números exactos, mas suponho que as áreas emparceladas continuarão a contar-se por uma centena de hectares ao fim de todos estes anos de que se fala em emparcelamento no nosso país. Gostaria de saber o que é que nessa matéria de concreto projecta o Governo para além de falar do emparcelamento. O emparcelamento só poderá resultar e ser eficaz através de medidas múltiplas e actuando em múltiplos sentidos e não, pura e simplesmente, através de uma lei de emparcelamento, e nomeadamente, por exemplo, através da revisão da Lei do Arrendamento.

Finalmente, quanto ao parcelamento, gostaria de saber o que é que o Governo pretende parcelar, na

medida em que, pela economia do texto, o parcelamento é referido fora do contexto da zona de intervenção da Reforma Agrária. Quando se fala em parcelamento está a pensar-se na zona de intervenção? Quando se fala em parcelamento na economia do texto, separado, como disse há pouco, do capítulo relativo à zona de intervenção da Reforma Agrária, no que é que efectivamente se está a pensar parcelar neste país.

Esta são algumas das muitas outras questões que gostaria de colocar ao Sr. Ministro, mas já estou a consumir demasiado tempo daquele de que dispomos para amanhã.

O Sr. Presidente: — Inscriveram-se ainda para solicitar esclarecimentos ao Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas os Srs. Deputados Sacramento Marques e António Campos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sacramento Marques.

O Sr. Sacramento Marques (PS): — Sr. Presidente, fui alertado pelo meu grupo parlamentar de que não dispomos de tempo e prescindo de pedir esclarecimentos.

De resto, os problemas que iria focar foram aqui tratados pelo Sr. Deputado Lopes Cardoso.

Penso que terei oportunidade de responder à solicitação do Sr. Ministro se num próximo dia se trazer esse debate aqui à Assembleia, podendo constatar-se então qual o contributo que podemos dar para a resolução do problema agrário.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado António Campos também prescinde da palavra?

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, não prescindo só por uma razão.

Tenho bastantes perguntas a fazer ao Sr. Ministro da Agricultura, que, segundo a lista de inscrições, se antecipou. No momento oportuno, que será dentro em breve, farei essas perguntas ao Sr. Ministro, mas desde já quero dizer que denunciei aqui, com alguma subtileza, várias das grandes preocupações que tenho manifestado nesta Casa e foi com certo espanto que vi a bancada da maioria a aplaudir-me porque várias vezes aqui denunciei, embora não com a subtileza que o Sr. Ministro utilizou, algumas dessas situações, e aquela bancada não aceitava esse denúncia.

Numa intervenção que irei fazer colocarei ao Sr. Ministro cerca de uma ou duas dúzias de perguntas, porque há um contencioso que temos de clarificar primeiro para depois podermos discutir a política agrária.

O Sr. Presidente: — Sendo assim, pergunto ao Sr. Ministro se deseja responder já às perguntas do Sr. Deputado Lopes Cardoso ou se se reserva para quando for interpelado pelos outros Srs. Deputados.

O Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas (Basilio Horta): — Sr. Presidente, terei muito gosto em responder mas o Governo também tem as suas regras de tempo. Consequentemente, se as perguntas não forem agora formuladas não sei se dentro da economia de tempo do Governo me é possível responder depois.

O Sr. Presidente: — Para a sessão de hoje, o Governo dispõe de onze minutos. Com um certo consenso e um certo compromisso que ficou ontem estabelecido no final da sessão, a respeito de uma sugestão do Sr. Deputado Silva Marques não aceite na altura, o Governo pode neste momento pensar que a Mesa lhe concederá algum tempo mais para qualquer intervenção que queira fazer.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, se por acaso houvesse possibilidade de eu poder fazer agora a intervenção que anunciei há pouco, dado que se trata de um conjunto de perguntas ao Sr. Ministro da Agricultura, se a Câmara o permitisse, estaria o problema resolvido.

O Sr. Presidente: — Realmente o Sr. Deputado António Campos encontra-se inscrito para intervir, mas pela ordem de inscrições é ainda precedido dos Srs. Deputados Rogério de Brito, Mário Tomé e Montalvão Machado.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Dado que me encontro inscrito imediatamente a seguir e a minha intervenção versa também sobre esta matéria, queria propor ao Sr. Ministro que reservasse as suas respostas para depois.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro está de acordo?

O Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas (Basilio Horta): — Sr. Presidente, se V. Ex.^a me autorizar, responderia depois de proferidas todas as intervenções à matéria em causa.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, seria vantajoso que o Sr. Deputado António Campos fizesse a sua intervenção de seguida, com precedência sobre os três Srs. Deputados que o precedem na ordem de inscrições.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, obviamente que não me vou opor ao sistema, à nova regra que agora se introduziu, mas, do meu ponto de vista, ela carece de sentido.

Aquilo que regimentalmente e pela prática se tem feito sempre nesta Assembleia é que, após uma intervenção, se pedem esclarecimentos e aquele a quem são solicitados os esclarecimentos os dá ou não conforme entenda.

Se há um outro deputado que a seguir faz uma intervenção pondo questões, o Sr. Ministro responde

nessa altura se entender que deve responder, ou não responde.

Agora, confundir intervenções com interpelações parece-me que é estarmos a entrar numa prática que não é a mais correcta. Mas, por mim, não vou invocar o Regimento nem exigir o seu cumprimento rígido, apenas apelo para a lógica e para o bom senso e subter-me-ei à decisão da Mesa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lopes Cardoso, foi o próprio Sr. Deputado António Campos que tinha inicialmente pedido a palavra para esclarecimentos e que, a seguir a esse facto, anunciou, tanto ele como o Sr. Deputado Sacramento Marques, que seria em posterior intervenção que solicitaria esses esclarecimentos, perguntando até se não poderia produzir essa intervenção de imediato para a incluir na matéria ora em causa no debate.

Desde que assim é, pareceu à Mesa que ia ao encontro de um Sr. Deputado acrescentar aos pedidos de esclarecimento que V. Ex.^a formulou os que ele próprio desejava formular. Trata-se de uma situação de analogia essencial entre o que habitualmente acontece.

Portanto, não vejo inconveniente nenhum em sugerir ao Sr. Ministro que responda já a V. Ex.^a e depois ao Sr. Deputado António Campos. O que me parece é que poderia haver economia de tempo e de situações se se desse ao Sr. Ministro a oportunidade de responder conjuntamente.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, eu já disse que não faço questão. Estou voluntariamente vencido, mas muito longe de estar convencido. É uma solução que carece de lógica mas não percebemos mais tempo.

O Sr. Presidente: — Direi também a V. Ex.^a que me é igualmente difícil estar convencido de qual das soluções é mais regimental porque nós estamos a funcionar fora do Regimento.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Mário Tomé (UDP): — É para dizer ao Sr. Presidente que a minha intervenção também se refere a este tema, pelo que a queria proferir depois do Sr. Deputado Rogério de Brito.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra o Sr. Deputado Rogério de Brito.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, eu permitia-me deixar à Câmara uma reflexão.

É que se esta situação tem alguma lógica, daqui para para o futuro passemos a adoptar um outro sistema: os deputados anunciam quais as matérias que vão abordar, falam todos aqueles que, por exemplo,

pretendem ocupar-se das questões de justiça e o Sr. Ministro da Justiça só falará depois de todos eles, e por aí fora ...

Se a lógica é esta, então ...

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado a lógica não é essa ...

O Orador: — Sr. Presidente, é que estamos a desvirtuar o debate a um ponto que começa a ser inaceitável.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, comecei, e com toda a disponibilidade, por concordar com a situação adoptada na medida em que a perspectiva era a de uma alteração. Mas a verdade é que o Sr. Deputado Lopes Cardoso introduziu uma questão absolutamente pertinente e a prova disso é que a prática o demonstrou logo a seguir, isto é, todos os deputados, logicamente, pretendem fazer as suas intervenções.

Assim, neste momento, o meu grupo parlamentar põe objecção à alteração do estabelecido relativamente às intervenções.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Olhe que entendeu muito depressa.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro e Srs. Deputados, temos ainda, sem contar com tempos mortos, quase cinco horas de trabalho para hoje. Isto faz prever que, com o natural intervalo que faremos à hora de jantar, os nossos trabalhos acabarão cerca das 2 horas da manhã, tal como ontem.

Estarmos a perder tempo com questões processuais parece-me neste momento secundário, pelo que a Mesa decide que o Sr. Ministro responderá já às interpelações do Sr. Deputado Lopes Cardoso.

Tem, pois, a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, tenho dez segundos para dizer que a Mesa tem muitos poderes mas não tem esse, isto é, não pode decidir que ninguém responda agora.

O Sr. Ministro, esse sim, tem o poder de responder quando entender, desde que peça a palavra.

Portanto, propunha que, simplesmente, o Sr. Ministro utilizasse o tempo da forma que entender, e ele já disse que gostaria de responder no fim a todos.

O Sr. Presidente: — Portanto, o Sr. Deputado Lopes Cardoso entende que, regimentalmente, o Sr. Ministro lhe devia responder já e o Sr. Deputado Veiga

de Oliveira entende que o Sr. Ministro pode responder no fim ...

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, regimentalmente, o Sr. Ministro responder-me-á quando entender e se entender que não me deve responder não responde.

Não há nenhuma disposição regimental que obrigue o Sr. Ministro a responder-me nem a que me responda já.

O Sr. Presidente: — Respeitaremos então a ordem de inscrições e fico, Sr. Deputado Lopes Cardoso, sem saber qual o fundamento da oposição que V. Ex.^a fez.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério de Brito.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Antes de iniciar a minha intervenção queria referir que fiquei com algumas dúvidas, porque para mim não são as pessoas mas as políticas que contam. Perante a intervenção do Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas, tive presente que muitos dos governantes que estão neste governo estiveram noutros anteriores. Daí que me reste esta questão de fundo: em relação à prática política dos governos anteriores e em relação aos governantes deste governo onde começam e onde acabam responsabilidades?

O protesto de milhares de agricultores e trabalhadores agrícolas, de norte a sul do País, constitui testemunho vivo e indesmentível do fracasso da política agrícola da AD. E que faz a AD?

Desculpa-se, por tudo e todos, com as «pragas» climatéricas. Mas a praga maior é a própria AD e os seus governos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Vozes do PSD e do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — A seca e as geadas apenas vieram agravar a estrutura económico-agrícola já debilitada em consequência de uma política de ruína.

Em matéria de preços, sobem os custos dos factores de produção; baixam os preços pagos aos produtores agrícolas e de gado; os consumidores pagam cada vez mais. (O Governo diz que é a adaptação à CEE.)

Na prática, com esta política registou-se uma queda global dos preços pagos ao produtor da ordem dos 15%. E, em contrapartida, verificou-se uma subida no consumidor, superior a 15%, tomado por base o ano de 1980.

Quanto à comercialização, a política da AD desenvolve-se em dois planos: primeiro, a ofensiva tendente à privatização dos circuitos de distribuição, com o esvaziamento progressivo dos organismos de intervenção económica e o seu posterior ou simultâneo desmantelamento.

Nos mercados da carne, da batata, do vinho e outros produtos de origem vegetal, as intervenções são feitas tardivamente e a preços não compensadores.

Está em curso o desmantelamento da rede de armazenagem da JNV, diminuindo a sua capacidade de intervenção e regularização num mercado em que a oferta é extremamente pulverizada, onde apenas 38% da produção é laborada em cooperativas, e onde mais de 60% do produto passa pelos «comissários» e armazénistas.

Na liberalização do comércio dos cereais, do açúcar e do álcool, os escândalos acumulam-se. É tal a ganância que a AD não hesita em avançar na fraude e irregularidade, falsificando datas, inventando reuniões de Conselho de Ministros, para publicar, a golpe, diplomas cujas autorizações legislativas já caducaram. Tudo para quê? Para esvaziar a EPAC e a AGA das funções estratégicas e vitais que lhes cabem para a defesa dos interesses da economia nacional. A transferência delas far-se-á para as mãos das multinacionais (a isto chama o Governo, no seu Programa, eliminar os monopólios de comércio do Estado).

O segundo traço da política de comercialização da AD é o escandaloso protecionismo aos grandes industriais, comerciantes e intermediários — subsidiando-os enquanto corta os subsídios à agricultura; possibilitando o seu completo domínio sobre as actividades a montante e jusante da produção agro-pequária; liberalizando importações e preços.

Como resultado, os agricultores são cada vez mais marginalizados na formação dos preços, e cada vez mais espoliados da mais-valia por si gerada. Agravava-se o parasitismo nos circuitos de mercado. Aumentam as dificuldades no escoamento da produção agrícola e pecuária. Grandes intermediários e armazénistas controlam, a seu belo prazer o fluxo dos produtos ao mercado, criando situações artificiais de excedentes ou carências, aviltando os preços na produção e no consumo.

O Governo prepara a entrega de um sector vital, como é o agro-alimentar, às multinacionais do ramo, que passariam a intervir abertamente nos circuitos de distribuição internos e externos.

No que respeita ao crédito, a política da AD acenta discriminações e restrições, particularmente para os pequenos agricultores e cooperativas: o crédito é cada vez mais caro e limitado; deparam com exigências progressivamente mais acentuadas quanto a garantias. A avaliação da viabilidade económico-financeira das suas explorações agrícolas e do investimento é feita em termos estritamente capitalistas.

Quanto às potencialidades do cooperativismo agrícola, são limitadas e subvertidas pela AD, que não vê nas cooperativas agrícolas mais do que meros instrumentos de concentração local da produção, estranguladas nas malhas dos circuitos de distribuição, marginalizadas na formação dos preços, a reboque do sector capitalista.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Por este caminho, só restaria ao País ter de continuar a importar cada vez mais, para satisfazer às necessidades alimentares básicas. Será que o Governo vai tentar aplicar a caricata alternativa apontada por um dos seus mestres para a chamada integração europeia — Cortez Leitão?

Segundo esta «sumidade» é tudo muito simples: para importar menos, os Portugueses só têm de comer menos! Corta-se a ração do zé-povinho!

É o acabado retrato da AD.

Protestos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A ofensiva unconstitutional contra a Reforma Agrária traduz-se hoje: em mais de 600 000 ha de terras roubadas às UCPs/cooperativas; no saque de cerca de 220 000 cabeças de gado e mais de 11 000 máquinas agrícolas; na destruição de mais de uma centena de UCPs/cooperativas, e consequente destruição de 20 000 postos de trabalho.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — É um escândalo!

O Orador: — Até creches, centros de convívio para a terceira idade, cantinas, refeitórios, têm sido devorados por esta brutal ofensiva, que de novo lança milhares de trabalhadores para a miséria e fome, como nos tempos mais negros do fascismo.

Vozes do PCP: — É uma vergonha!

O Orador: — Uma ofensiva destas proporções contra a Reforma Agrária só foi possível através de um lodaçal imenso de ilegalidades, arbitrariedades, repressão, crimes e, por detrás de tudo isto, muita, mas muita corrupção.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Protestos do PSD, do CDS e do PPM.

O Orador: — Esta verdade, que no dia-a-dia se torna cada vez mais evidente, já não pode ser escondida. Emano do lodaçal como cheiro pestilento, que agonia, que provoca vómitos.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

Que dizem os Srs. Deputados da AD e os Srs. Membros do Governo quando um alto funcionário do MAP, ex-director Regional de Agricultura do Alentejo vem, ele próprio, à luz do dia, denunciar que no MAP, na SEEA de João Goulão (e da Dr.ª Tapanhinas e engenheiro Prates Canelas) se instalaram a alienação, as jogadas obscuras, o tráfico de influências, as piruetas jurídico-político-fiduciárias? Tudo palavras exactas, do citado funcionário.

A acção do MAP tornou-se o expoente da rebelião contra a Constituição e a legalidade democrática. É a subversão instalada.

Nada é respeitado: entregam-se reservas ilegais; procede-se à distribuição de terras a falsos agricultores e a artificiais camponeses-artesãos, à custa das terras dos complexos agro-industriais e das UCPs/cooperativas. Nas terras já expropriadas, mas na posse útil dos grandes agrários, não se toca, muito menos nas que estão por expropriar; tenta-se enganar agricultores e trabalhadores, distribuindo terras a título precário (por um ano e só renovável se o Governo o quiser), dizendo que é preciso alterar a Constituição para poder entregar a terra em definitivo. E esconde-se, que a própria lei permite, que a terra possa ser concedida para exploração por um período até no-

venta e nove anos, ainda por cima renovável; em vantagem sobre os trabalhadores das UCPs/cooperativas, o MAP tenta colocá-los entre a espada e a parede: ou pedem a exoneração das suas UCPs e se candidatam à distribuição das respectivas terras, ou elas vão para outros; se uma UCP/cooperativa é afectada com reservas, mas ainda fica com viabilidade, distribuem-se ilegalmente as suas terras para acabar com a viabilidade; se as reservas tiram a viabilidade, distribui-se o resto, porque já não é viável; tira-se a terra, tira-se a cortiça, negam-se créditos, não se pagam dívidas do próprio MAP, roubam-se gados e frutos pendentes e depois fazem-se cobranças coercitivas e diz-se que as UCPs/cooperativas devem...; para completar o ciclo, depois de se roubarem as terras às UCPs/cooperativas, o MAP resolve «requisitar» (termo que o MAP utiliza, mas que, para nós, significa roubar) os gados e as máquinas que, arbitrariamente, qualquer glutão do MAP considere excedentários.

A imensidão das irregularidades dificulta a própria fiscalização contenciosa por parte Supremo Tribunal Administrativo. Isto sabe-o o Governo. E quando pela frente surge o obstáculo dos acordados do Supremo Tribunal Administrativo (e já saíram mais de meia centena favoráveis às UCPs/cooperativas) recorre ainda ao último expediente: interpõe recurso para o pleno.

Vozes do PCP: — É um escândalo!

O Orador: — É isso, enquanto o pau vai e vem folgam as costas!

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Será que este Governo, que este Ministro, responsável agora pela agricultura vai corrigir as ilegalidades, vai reparar as ilegalidades, vai cumprir a lei, fazer as expropriações, fazer com que os acordados do Supremo Tribunal Administrativo sejam cumpridos?

Vozes do PCP: — Não.

O Orador: — Ou vai continuar comprometido com a política que até aqui, pelo menos, tem sido desenvolvida pelo MAP?

É necessária uma nova política agrária. É indispensável uma política democrática, capaz de promover o efectivo desenvolvimento da nossa agricultura, no respeito por quantos para ela trabalhando, dela vivem, produzindo com o seu trabalho e a sua criatividade o pão que nos alimenta.

Pão que, para ser de Abril, tem de saber a dignidade e amor.

Felizes os que estas sementes ajudarem a lançar à terra!

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Chagas.

O Sr. Duarte Chagas (PSD): — Desejava que o Sr. Deputado Rogério de Brito me informasse se considera, por exemplo, que a distribuição de terras feita pelo governo da Aliança Democrática na Herdade dos

Machados, no concelho de Moura, foi ou não feita a agricultores verdadeiramente autênticos.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Só tem esse exemplo para dar?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Só está de serviço para o rebéu-béu ...

O Orador: — A pergunta que eu fiz não foi dirigida ao Sr. Deputado, a não ser que tenha, por delegação da sua bancada, atribuições para isso ...

Também desejava que o Sr. Deputado Rogério de Brito me informasse se há algo na lei que permita que as terras sejam entregues a título definitivo. Isto, porque nós, Aliança Democrática, somos defensores da propriedade privada e não da propriedade estatal.

As promessas que fizemos ao eleitorado, e que queremos cumprir, são no sentido de a terra ser definitivamente entregue ao agricultor para que ele fique dono dela para todo o sempre.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Não é bem ao agricultor, é ao agrário!

O Sr. João Morgado (CDS): — Tenha calma, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — É um aparte.

O Sr. João Morgado (CDS): — Sem jeito.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério de Brito para responder.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Terei de ser muito rápido, pelo que peço desculpa, porque o tempo do meu partido está praticamente extinto.

Entretanto, responderia o seguinte: o Sr. Deputado tocou na ferida. O Sr. Deputado diz que é pela propriedade privada e não pela propriedade estatal. Tem todo o direito de o ser, mas há uma coisa que tem de ter presente: é a Constituição da República, e essa ainda não foi alterada.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente à distribuição das terras, é evidente que não coloquei a hipótese de que não tenham sido entregues terras a alguns agricultores mas denunciei as ilegalidades. O que foi bem feito, bem feito está. Antes assim, porque, infelizmente, há poucas atitudes correctas.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Já percebeu?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Você está sempre a falar?

O Orador: — E já que me pergunta se a distribuição de terras foi feita a agricultores, farei apenas também esta pergunta, até porque é ao Governo que temos de colocar as questões: o que se entende por distribuição de terras e criação de explorações agrícolas familiares modernas? É que, por exemplo, na Herdade da Barrosinhã, enquanto se entregaram

aos trabalhadores 3 ha, 5 ha, 7 ha, 10 ha, áreas de 12 ha de terra, ao ex-administrador por parte do Estado, que nunca foi sequer proprietário, que não tem reservas, que nem era dali, foram entregues 600 ha e noventa cabeças de gado. É isto criar explorações agrícolas familiares? É isto distribuir terras a pequenos agricultores?

É esta a política do MAP?

Não enganemos as coisas, Sr. Deputado! As coisas têm de ser ditas pela verdade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Chagas.

O Sr. Duarte Chagas (PSD): — O Sr. Deputado não respondeu às perguntas que lhe formulei, ou melhor, o Sr. Deputado respondeu por via indirecta.

Quando a Aliança Democrática não entrega definitivamente terras ao agricultor é porque a Constituição não o permite. Portanto, a Aliança Democrática pretende a revisão constitucional com a maior urgência possível para que as suas promessas sejam cumpridas e para que a riqueza possa realmente existir no mundo agrário para aqueles que trabalham de sol a sol, aqueles que o Sr. Deputado diz que defende, mas que, ao fim e ao cabo, não defende.

Applausos do PSD, do CDS e do PPM.

Risos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé para uma intervenção.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, antes de mais desejava interpellar a Mesa.

É o seguinte: a UDP tem muito pouco tempo, pelo que perguntava ao Sr. Presidente, no caso de eu hoje gastar o meu tempo de amanhã, se na sessão de amanhã de manhã posso utilizar algum do tempo de que a UDP dispõe para o encerramento do debate.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Mário Tomé, o que ficou estabelecido é que o tempo que não fosse gasto num dia não transitava para o dia seguinte. Poder-se-ia, no entanto, antecipar a utilização de tempo, que seria descontado em sessão posterior. Mas após o encerramento do debate os tempos designados são para uso exclusivo nas intervenções finais.

Portanto, o Sr. Deputado tem o ónus de falar hoje durante o tempo que entender desde que não exceda o limite conjunto do tempo de que ainda dispõe hoje, acrescido do que lhe foi reservado dentro do tempo de debate para amanhã.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Isso demonstra, Sr. Presidente, que a UDP e outros, partidos, chamados os mais pequenos, mas com uma grande política ...

Risos.

... estão prejudicados a este nível porque quando passam da intervenção escrita e se permitem intervir no debate ficam ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não percamos tempo: V. Ex.ª já teve oportunidade de se pronunciar

sobre isso, é uma questão que até outros partidos da oposição pensam que tem de ser revista.

Tenha, pois, a bondade de iniciar a sua intervenção.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A música continuou.

Riscos.

Aliás, não nos podemos admirar disso, porque numa outra situação política partidos da AD aprovaram coisas que agora renegam, disseram que queriam coisas que agora não querem, nomeadamente aprovaram uma Constituição que agora querem destruir.

O Sr. Costa Andrade (PSD): — Então a música mudou ...!

Riscos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Analisando a actual situação da agricultura portuguesa e a situação dos pequenos e médios agricultores e das UCPs e cooperativas, a UDP várias vezes tem concluído que estamos perante um dos mais graves problemas do nosso país.

Ao contrário do optimismo revelado pelo anterior governo na apresentação do Orçamento Geral do Estado e das grandes opções do Plano, vem agora o Governo reconhecer os graves efeitos da seca na produção agro-pecuária, a que devemos juntar as gravíssimas consequências da onda de incêndios. E tudo isto acontece ao mesmo tempo que assistimos a um agravamento acelerado da crise económica da agricultura que se arrasta e nenhum governo quer resolver. As consequências, essas sofridas-nas os trabalhadores da terra que o Governo coloca como cidadãos de 3.ª classe.

Os incêndios, as doenças, a perda de forragens, o elevado preço das rações, o estrangulamento do viciado mercado do gado, destruíram em boa medida os complementos silvícola e pecuário de que muitos milhares de pequenos agricultores lançam mão para a sua sobrevivência. As más condições climatéricas, como a seca e, em menor escala, mas importantes, as geadas, os granizos e as vagas de calor, provocaram enormes perdas de produção agrícola a juntar à já crónica desvalorização dos preços de produção, às dificuldades do escoamento e à especulação nos circuitos de comercialização. As estatísticas oficiais confirmam-no nos cereais, citrinos e horto-frutícolas. Prevêem-se já na viticultura e na batata. É ademais evidente que a importação de bens alimentares se vai acentuar fortemente, carregando a já muito deficitária balança de pagamentos e gerando tensões inflacionistas.

Esta situação arrasta milhares de pequenos e médios agricultores para a ruína total. Estes encontram-se completamente à mercê da usura, da parasitagem de intermediários, das companhias de madeiras, da alienação forçada das suas explorações, dando larga margem à especulação, à dívida infernal, ao alastramento das terras incultas, à migração possível e ao desemprego. Ficam igualmente em situação difícil as UCPs e cooperativas apertadas com um autêntico

garrote económico, descapitalizadas, com maior desemprego e baixa da produção.

O anterior governo desprezou por completo esta situação dos trabalhadores do campo. O actual segue pelo mesmo caminho e não se propõe levar a cabo qualquer medida que resolva esta situação urgente. Fala em aumentar a produção agrícola. Para quando é isso, Sr. Ministro? Talvez aconteça como em relação aos incêndios, em que o Governo nomeou uma comissão para tratar do assunto quando as florestas já tinham ardido. E para um governo que representa os inimigos dos pequenos e médios agricultores e dos assalariados rurais, comprehende-se que assim seja: as calamidades naturais servem à maravilha para os grandes agrários acumularem mais terra, para os usurários e os intermediários parasitas engordarem mais, para que uma casta de grandes importadores e especuladores floresça com a escassez de produtos agrícolas.

E, pois, pura aldrabice o Sr. Primeiro-Ministro vir aqui dizer que em relação à agricultura vai fazer e acontecer quando o que se impõe é fazer hoje e já com muito atraso; é pura hipocrisia o Sr. Primeiro-Ministro dizer-nos que vai aproximar o interior do litoral quando é evidente que com a sua política efectiva vão ficar cada vez mais afastados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As medidas que a UDP propõe nada têm, para já, a ver com o seu programa agrário de fundo e o próprio cumprimento da Constituição exigiria muito mais. Trata-se tão-somente de medidas mínimas que permitem evitar o agravamento da situação da população laboriosa dos campos.

É um imperativo nacional exigido pelo progresso, a justiça social, o bem-estar popular. A maioria AD e o seu governo, ao fecharem os olhos a esta situação sem que deem alguma justificação económico-financeira válida, serão responsabilizados perante o povo dos campos e o País pela ruína da agricultura e mesmo pela fome em muitas famílias trabalhadoras.

Como medidas urgentes para enfrentar a seca, a UDP propõe para já: que seja declarado o sector agrícola nacional em situação de calamidade pública; a anulação de todas as dívidas do último crédito de campanha e garantia de novos créditos e sementes em tempo útil para a nova campanha, às cooperativas e UCPs e pequenos e médios agricultores da reforma agrária, e indemnizações que cubram em 80% os prejuízos causados em todas as culturas pelas más condições climatéricas e pelos incêndios a todos os pequenos e médios agricultores do País, cooperativas e UCPs.

Facilidades fiscais relativamente ao ano de 1981; revogação da lei da cortiça e suspensão da entrega de reservas que vem realizando-se por força da Lei Barreto; abertura de uma linha de crédito e juro baixo e de concessão simplificada; congelamento dos preços dos adubos e das rações, generalizando o subsídio de gasóleo aos pequenos e médios agricultores; actuação dos preços dos produtos agro-pecuários de acordo com o índice médio de subida dos preços dos principais factores de produção, sem qualquer aumento no consumidor, como é óbvio, e garantia estatal de chamar a si o escoamento da produção interna e da importação dos principais bens

alimentares, necessários para cobrir o défice agravado da nossa balança alimentar.

Como medidas para enfrentar a vaga de incêndios, a UDP propõe: fixar o preço das madeiras queimadas com base no preço da madeira verde no início de 1981, e não no actual, que sofreu enormes baixas. Igualmente deve ser mantido o preço da madeira verde ao nível do início de 1981, acrescentado da taxa de inflação; atribuição de créditos sem juros aos pequenos e médios proprietários de pinhais e indemnização, retirando as verbas necessárias de um novo imposto aplicado às grandes empresas de madeira e celulose; reflorestação das matas queimadas de modo a não esgotar os solos, não cedendo às exigências dos monopólios internacionais da celulosa e do Banco Mundial, de plantação generalizada de eucaliptos, preservando o equilíbrio ecológico; satisfação das reivindicações das corporações de bombeiros em reequipamento e modernização dos seus meios, custeados inteiramente pelo Governo; inquérito público e ampla divulgação das investigações das polícias que denuncie os negócios escuros, os empresários e os interesses capitalistas envolvidos nos incêndios e por eles responsáveis, e reconhecimento do direito popular a organizar a vigilância e a protecção das matas nacionais.

É esta a proposta clara da UDP. Se querem consenso, se querem a unidade do povo, têm aqui medidas a tomar, tomem-nas já e não façam promessas para as calendas gregas.

Riso do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Mário Tomé, ficou ainda com três minutos para amanhã.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Montalvão Machado.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Programa do Governo que ora discutimos afirma que a sua preocupação primária é a construção de um estado de direito democrático.

Porque isso é essencial para a democracia, e porque o Governo se mostra determinado a dar vida e execução a esse programa, nas suas realizações concretas e ao serviço dos Portugueses, não podemos deixar de lhe dar o nosso apoio.

Apoio que é consciente e não mero formalismo de disciplina partidária. Acreditamos no programa, realista e possível, desrido de afirmações demagógicas e antes recheado de problemas e soluções concretas para a satisfação dos interesses do nosso povo.

É evidente que o Governo, sozinho, não poderá realizar o seu programa.

Precisará da ajuda de nós todos, a começar pelas instituições e a acabar no cidadão mais humilde do nosso país.

Não podemos nem devemos regatear-lhe apoio, pelo menos enquanto o Governo não revele incapacidade para realizar o que promete. Se esta vier a aparecer, então sim e aqui, democraticamente e como obriga-

ção, lançaremos a nossa crítica construtiva, com a intenção que se faça melhor.

Democrata que sou, nascido para essa filosofia política muito antes do 25 de Abril, e não apenas acordado para ela na manhã seguinte à da Revolução, não posso, não devo nem quero atuar de outra forma.

A construção de um estado de direito democrático impõe uma primária atenção e uma estreita ligação ao sector da justiça. Dele nos ocuparemos, pelo agrado que nos merece a matéria e com a brevidade que nos é imposta pela escassez do tempo.

Não há nem pode haver, em parte alguma do Mundo ou em qualquer época, um estado democrático sem uma justiça independente, tecnicamente apta, séria, tanto quanto possível rápida e ao alcance da bolsa de todos quantos a procuram.

Exige-se uma independência total do Poder Judicial. Quem julga não pode estar submetido a qualquer dependência ou pressão. Nem do Poder Executivo, nem do económico, nem tão-pouco do político. Aceitar qualquer destas pressões é, à partida, renunciar à justiça ou, o que será pior, aceitar uma indignidade e uma farsa.

Quem julga deve obedecer apenas à sua consciência para a apreciação dos factos e à lei para ditar a solução de direito.

Deve a justiça ser servida pelos mais aptos, pelos tecnicamente capazes, pelos mais sérios de consciência e espírito. E que, para além de tudo o mais, também nos tribunais pode e deve ensinar-se democracia.

Também a justiça deve ser rápida. Uma justiça a longo prazo, com o andamento próprio de um idoso caranguejo, deixa de ser justiça para passar a ser uma burocracia formalista e inoperante, não servindo a quem a serve e muito menos quem a procura.

A justiça não pode ser cara e, por isso, insuportável para a bolsa daqueles que dela necessitam para defesa da sua pessoa e dos seus interesses.

Oferecer uma justiça cara equivale a uma denegação de justiça.

O Programa de Governo que agora discutimos permite-nos a fundada esperança de que iremos atingir as soluções apontadas. Não em meia dúzia de dias ou meses, como é evidente, mas com a brevidade que as mesmas impõem se observe.

Nesse programa vemos, como um objectivo, um relançamento qualitativo e quantitativo da magistratura, uma reestruturação de serviços, um visionamento cuidado da instrução criminal, o desejo de reorganização dos serviços prisionais com adequado prolongamento à assistência pós-prisional e um olhar atento ao problema da justiça de trabalho.

Numa palavra: A um programa sectorial que nos satisfaz, que esperamos sinceramente seja cumprido e que, sem dúvida, irá satisfazer os desejos dos que militam no sector da justiça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No Programa do actual Governo (capítulo referente à justiça) existiu a preocupação de, por alguma forma, dar conta do que o VII Governo havia produzido.

Apesar disto, ontem, o Sr. Deputado Armando Lopes atreveu-se, embora sem fundamentação, a adiantar a crítica generalizada de que pouco mais do que nada se havia feito.

O Sr. Armando Lopes (PS): — Não disse isso!

O Orador: — Vejamos a que ponto foi a intolerância.

Quanto à administração judiciária, a situação que se herdou dos governos socialistas não foi brilhante, sobretudo porque não existiu um planeamento eficaz, pois as leis de organização judiciária entraram em vigor com grandes descontinuidades. Assim, só em 6 e 13 de Dezembro de 1977 (mais de ano e meio de governação do PS) é que foram publicados a Lei Orgânica dos Tribunais e o Estatuto dos Magistrados Judiciais. Por outro lado — e por culpa exclusiva das indecisões do PS —, a Lei Orgânica do Ministério Público só conhece a sua vigência no 2.º semestre de 1978. E, mais importante que tudo isto, é o facto de só no princípio de 1980 ter entrado em funcionamento efectivo a Escola da Magistratura (Centro de Estudos Judiciários). Todos estes sobressaltos e arrastamentos só começaram a ser superados quando se tornou possível uma sólida maioria que aguentasse o Governo.

Acresce que a crise provocada pela indigência de gestão, da responsabilidade dos cinco primeiros governos constitucionais, conduziu a que, no início de 1981, os quadros da magistratura fixados em 1977 (pelo I Governo Constitucional) estavam ainda por preencher. Assim, para um quadro de 716 juízes existiam apenas 632, pelo que faltavam 84. Quanto ao Ministério Público, para um quadro (1977) de 504 magistrados existiam tão-somente 410, verificando-se, assim, um défice de 94.

É evidente que, para um governo responsável, não seria suficiente preencher, de qualquer forma, este défice. Importava, sim, diagnosticar a situação em todas as suas vertentes, começando-se por uma fixação de objectivos, um estabelecimento de prioridades, uma organização metodológica e uma identificação de tarefas. Os objectivos fundamentais são a revisão do ordenamento judiciário e a racionalização dos recursos humanos e materiais. Foi isto que se implantou na vigência do VII Governo e que já conduziu à seguinte concretização: criação de um sistema de escolha e análise de dados estatísticos sobre o movimento dos tribunais, o que veio demonstrar, em linhas gerais, estas tendências relativamente à década de 70 e quanto aos tribunais comuns; pequenas oscilações com sentido decrescente entre 70 e 74; subidas pouco significativas, nos totais não ponderados, de 74 a 76; subidas em flecha nos anos de 77 e 78; tendência para uma relativa estabilização nos três últimos anos.

Já quanto aos tribunais do trabalho, apurou-se uma tendência no sentido de um decréscimo significativo no volume dos processos (contagem incidente na década de 70 e quanto a metade da referida espécie de tribunais), sendo certo que apenas quanto a três deles se registaram aumentos de 1970 para 1980 (Almada, Figueira da Foz e Vila Nova de Famalicão).

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Envio de um questionário às câmaras municipais com vista à recolha de dados úteis para propostas de reordenamento e da divisão judiciária; envio de um inquérito aos tribunais para recolha de elementos sobre recursos humanos, instalações e equipamento.

A conclusão destas tarefas permitirá cumprir os referidos objectivos: ordenamento e racionalização da administração judiciária, o que pela primeira vez se faz neste século, conforme foi publicamente reconhecido pelo Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, notoriamente fora da área ideológica dos partidos que integram a actual coligação governativa.

Tudo isto foi também acompanhado de uma reforma legislativa que incidiu nas leis orgânicas dos magistrados judiciais e do Ministério Público bem como na do Centro de Estudos Judiciários. As primeiras foram reformuladas no sentido de permitir uma melhor gestão dos quadros e selecções dos magistrados; a última, foi revista com a finalidade de permitir a superação quantitativa da crise até final de 1982.

Com base nos défices de magistrados, atrás referidos, projectaram-se as necessidades previsíveis até final de 1982, o que virá provavelmente a exigir 280 novos magistrados judiciais e do Ministério Público. Para se alcançar este resultado, dentro da meta prevista, programaram-se os respectivos cursos no Centro de Estudos Judiciários e, ao contrário do que referiu o Sr. Deputado Armando Lopes, é possível fazer o que os governos socialistas não conseguiram e que, pelo contrário, criaram, a desorganização judiciária. Mais: se, como se espera, o eleitorado, em 1984, inflingir uma nova derrota ao PS, será possível concluir uma verdadeira reorganização judiciária. Na verdade, num século de quase total desorganização judiciária, como referiu Barbosa de Magalhães, não é em oito meses — e não nove — nem em quatro anos que se conseguirá pôr em funcionamento eficaz, e sob o ponto de vista qualitativo, os tribunais. Tudo estará, repito, em que o PS não venha perturbar, nos anos mais próximos e no sector da governação, o departamento da justiça.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Relativamente aos ordenados dos magistrados, problema também aqui focado pelo mesmo deputado, apenas me compete referir o seguinte: foi primeiramente o Decreto-Lei n.º 450/78 (da responsabilidade de um governo PS) e depois o Decreto Regulamentar n.º 42/79, de 17 de Agosto, que criaram as condições, que importa superar, de alguma injustiça relativa; foi o VII Governo Constitucional que, antes de ter surgido qualquer reivindicação, superou, numa primeira fase, este problema: reformulou o sistema de diuturnidades, estabeleceu a participação emolumentar para os magistrados e elevou quase para o dobro a remuneração dos auditores de justiça.

Depois disto, acusar os Governos da AD, neste sector, constitui apenas ignorância, demagogia ou falta de memória.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

No que diz respeito à criminalidade, não é suficiente ler os jornais. No decurso da última sessão legislativa, o Ministério da Justiça enviou para esta Assembleia um estudo estatístico, fundamentado, no qual se provava um decréscimo de criminalidade de 6,8 % de 1979 para 1980. Esse estudo, que está publicado na 2.ª série do *Diário da Assembleia da República*, pelos vistos não mereceu a mínima atenção do

Sr. Deputado Armando Lopes, talvez por não ter sido inserido na 1.ª série ...

No que respeita ao 1.º semestre de 1981, os elementos estatísticos provam o contrário do afirmado pelo Sr. Deputado.

Destaco apenas o seguinte: a nível global, verifica-se uma tendência estabilizadora; quanto à análise sectorial, refere-se o seguinte: o total dos furtos representou 47,2 % de todos os delitos participados à Polícia Judiciária, tendo-se verificado uma diminuição de 9,7 % em relação ao 1.º semestre de 1980. De assinalar que, em comparação com o 1.º semestre do ano transacto, dos 11 principais tipos de delitos registados no período em análise, 10 revelam uma acentuada descida e só num (injúrias, resistência e desrespeito às autoridades) se registou crescimento. Em termos relativos, as descidas mais acentuadas verificaram-se nas burlas (menos 9,8 %), nos furtos com chave falsa (menos 6,4 %) e nos furtos com arrombamento (menos 5,9 %);

Quanto à criminalidade violenta (designadamente os homicídios consumados), importa realçar que se verificou um aumento de cerca de 8 % de 1978 para 1979, seguindo-se um decréscimo de mais do 40 % de 1979 para 1980. No ano em curso a tendência decrescente continua a registar-se por forma ainda mais significativa. De facto, passou-se de 112 (1.º semestre de 1980) para 64 (1.º semestre de 1981);

De registar a elevada diminuição (menos 66,7 %) verificada nos actos de terrorismo e contra a segurança do Estado, que de 72, no 1.º semestre de 1980, passaram para 24 no 1.º semestre de 1981. No que se refere, a assaltos, a estações de correio e vagões de correio, de notar que no 1.º semestre de 1981 não foi participada qualquer ocorrência à Polícia Judiciária contra as 7 verificadas em igual período do ano findo. De registar ainda o decréscimo de 4 processos verificado tanto nos assaltos a bancos como nos assaltos a repartições de finanças e tesourarias da Fazenda Pública. A semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, também no 1.º semestre de 1981 não foi registado qualquer assalto a outros estabelecimentos de crédito.

Estes decréscimos não impedem que o Estado esteja dotado de meios legais e outros para poder reprimir a criminalidade organizada e violenta que ocorre em momentos súbitos, dada a selectividade deste tipo de criminalidade.

No que respeita à droga, acentua-se a extensão de programas de prevenção primário a determinados locais sensíveis, programas estes que têm vindo a ser desenvolvidos pelo Centro de Estudos de Profilaxia da Drogá.

No que respeita à reforma legislativa, o Sr. Deputado Armando Lopes esqueceu a conclusão, ainda na vigência do VII Governo Constitucional, do anteprojecto total do Código Penal (só se pode falar em projectos ou propostas depois de aprovados em Conselho de Ministros) que neste momento está a ser revisado pelo ministro da Justiça; esqueceu ainda a conclusão do anteprojecto da legislação referente às leis das sociedades comerciais, que engloba necessariamente as sociedades por quotas. E será curioso notar a este propósito que os dois primeiros governos constitucionais alteraram, no espaço de mais de dois anos, apenas um artigo do Código Penal e dois artigos do Código Comercial!

Quanto às alterações aos Códigos Penal e de Processo Penal, aí estão, já publicadas, as respectivas leis, sem terem merecido a censura de qualquer dos órgãos encarregados da fiscalização preventiva da constitucionalidade.

É reconhecida por todos os países do Conselho da Europa a necessidade do agravamento das penas quanto à criminalidade violenta e a descriminalização progressiva quanto ao restante. A primeira tarefa está concluída, faltará a segunda, em vias de conclusão.

O Código de Processo Civil está em revisão, por forma participada, e, pela primeira vez, por um esquema coordenado e já tornado público.

A Lei da Assistência Judiciária está praticamente revista, faltando apenas o estudo dos respectivos custos financeiros.

Foi publicada legislação avulsa, quanto às matérias do Código Civil (por exemplo, legislação sobre arrendamentos) e ainda há-de concluir-se a revisão das «revisões socialistas» quanto ao direito de família, onde importa dignificar o casamento, e, sobretudo, regular, de novo, alguns aspectos dos efeitos patrimoniais do divórcio.

Mais, muito mais haveria a dizer, mas hoje ficamos por aqui.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas pediu-me que informasse a Câmara da sua completa impossibilidade de aqui comparecer depois do intervalo que faremos cerca das 20 horas e 30 minutos. E, porque conserva o desejo de responder quer à interpelação que já lhe foi feita pelo Sr. Deputado Lopes Cardoso quer à do Sr. Deputado António Campos, que se segue de imediato, pediu-me que perguntasse à Câmara se havia alguma objecção a que, antes do intervalo, o Sr. Deputado António Campos fizesse a sua intervenção e seguidamente o Sr. Ministro desse as respostas.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Nós pomos objecção à intervenção do Sr. Deputado António Campos, mas não relativamente ao uso da palavra por parte do Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Mas a solicitação do Sr. Ministro era no sentido de que o Sr. Deputado António Campos interviesse de seguida para poder responder conjuntamente ...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Se é essa a solicitação do Sr. Ministro, nós retiramos a objecção.

Risos do PS, do PCP, da ASDI e da UEDS.

Não se riam, Srs. Deputados. Faz parte das obrigações descomplexadas da maioria a colaboração com o Governo.

No entanto, devo dizer que há pouco pus objecção para que ficasse exidente que quem está a colaborar no sentido de facilitar os trabalhos é a bancada do

PSD, e não foi isso que ontem se verificou da parte da oposição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PCP.

O Sr. Nunes de Almeida (PS): — Quem tem de se ir embora é o Sr. Ministro não somos nós!

O Sr. Presidente: — Tem, pois, a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Qualquer observador minimamente atento que analise a formação do Governo, leia o Programa e conheça a prática política da AD a ser continuada, não terá a mínima dúvida em afirmar que a agricultura vai de mal a pior. O tempo o dirá, estamos na fase dos discursos.

No concreto, a AD e os seus governos têm desempenhado, ao longo destes dois anos, mais a função de comissão liquidatária do sector agrário do que a de um governo que ajude a mobilizar uma actividade vital para a recuperação económica do País e para o bem-estar da maioria dos Portugueses.

Incapazes de definirem uma política, têm-se envolvido somente num turbilhão de interesses mesquinhos, esquecendo-se dos verdadeiros interesses nacionais.

Ainda há dias, falando com um velho e experiente agricultor, já desmoralizado e vencido pela crise no sector, dizia-me ele, na sua linguagem proverbial:

Sabe, uma desgraça nunca vem só. Este ano tive de suportar a seca, mas a pior das secas foi sem dúvida a política do Governo que acaba de cair.

e acrescentava, em tom desesperado e em jeito de profecia:

Infelizmente, não há dois sem três e este terceiro governo da AD, apesar dos poucos meses que vai durar, temo que sejam suficientes para me acabarem de liquidar.

Esta linguagem não é uma imagem de retórica, é a realidade que talvez os números frios possam melhor demonstrar aos arredios destas questões do mundo rural.

Durante os governos socialistas, os preços dos produtos agrícolas subiram sempre mais do que a inflação e por isso o nível de vida melhorou nos campos e o investimento começava já a aumentar.

Vozes do CDS e do PPM: — Não é verdade!

O Orador: — Desde que surgiram os governos AD, tudo o que os agricultores consomem sobe mais do que o que produzem e o nível de vida está a atingir níveis altamente preocupantes.

Em 1980 a inflação rondou os 16 % e a subida dos produtos agrícolas situou-se nos 9 % a AD fez diminuir o poder de compra dos agricultores em 7 %!

Em 1981, os produtos agrícolas, pelos dados conhecidos até agora, subiram cerca de 19 %, ou seja, um

valor idêntico à inflação; só que a diminuição de produção, por razões estranhas aos agricultores, deverá decrescer cerca de 20 %.

Assim, em termos aproximados, os agricultores viram o seu poder de compra diminuir, neste período de 1980-1981, cerca de 27 %.

Com a formação deste governo e pela estrutura que lhe foi dada, subordinando a agricultura ao comércio, as intenções são claríssimas de continuar aí agora ainda com maior rigidez a política de contenção dos preços aos agricultores.

Sr. Ministro da Agricultura, Srs. Deputados: Como é possível quererem debitar ainda mais a quem, na sua maioria, já não tem nada para dar.

A vossa política tem sido a de espalharem a fome e a miséria pelos campos de Portugal e no Ministério, a da protecção aos amigos da AD e da CAP.

A vossa actuação é um forte descrédito para um regime democrático!

Pensam, por acaso, fazer as denúncias escandalosas e nunca desmentidas trazidas a esta Câmara muitas vezes por mim e hoje já alargadas a muitos dos vossos correlegionários?

Vale a pena recordar algumas. Centenas de milhares de contos de crédito altamente bonificados foram distribuídos discriminatoriamente a meia dúzia de amigos e familiares da direcção da CAP e a caciques da AD!

Em nome da justiça vão-nos louvar ou vão permitir a abertura imediata de um inquérito parlamentar que denuncie a arbitrariedade e os nomes de quem beneficiou e de quem foi beneficiado?

Centenas de reservas foram entregues ilegalmente, algumas a troco de benesses recebidas. Vão cumprir as decisões do Supremo Tribunal Administrativo, ou alterar a lei já para dar cobertura a essas ilegalidades? Que procedimento para os seus autores?

Convénios que envolvem cerca de 50 milhões de contos — caso da EPAC — foram feitos em Maio de 1980 e, servindo-se da maioria de que dispõem nesta Casa, não vos repugnou legalizá-los em Junho de 1981, sabendo haver familiares do Ministro envolvidos neste convénio e ser contra os interesses nacionais. Vão permitir um inquérito sério ou vão adiá-lo indefinidamente?

Fortunas fabulosas estão a ser acumuladas à custa de ilegalidades na aplicação da Lei de Bases da Reforma Agrária, como é o caso do lugar-tenente da dupla Goulão-Cardoso e Cunha, o militante e já candidato a deputado pelo CDS, o engenheiro Prates Canelas, que hoje é sócio de sociedades agrícolas que envolvem milhares e milhares de hectares de terra!

Vai o Sr. Ministro permitir a abertura de um inquérito às actividades daquele senhor ou vai louvá-lo pelos serviços prestados ao descrédito do regime?

Sr. Ministro, vai o Governo continuar a distribuição de terras, sem qualquer concurso, sem qualquer estudo de viabilidade técnica, só por exclusiva política de compadrio e corrupção?

É um escândalo por mim há muito denunciado e hoje acompanhado pelos seus próprios correlegionários.

Vale a pena trazer aqui o testemunho do responsável há pouco demitido pela Direcção Regional do Alentejo, estampado num jornal diário.

Ao descrever um acto de distribuição de terras a pequenos agricultores — fixem bem, a pequenos agricultores —, possivelmente com a presença do Sr. Primeiro-Ministro, da TV e de alguns Srs. Deputados da maioria, disse o ex-director regional da confiança da AD na citada entrevista:

Sinceramente não sei o que estava a distribuir, independentemente do facto de verificar a repetição do beneficiado que recebia (terras e gado) por ele, pela mulher, pelos filhos, pelo cunhado, enfim, um verdadeiro titulado na acessão de receber vários títulos.

Curiosa é a advertência de algum de consciência pouco tranquila, e que o ex-director regional não identificá na entrevista, que se vira para o engenheiro Prates Canelas durante o almoço, após a citada distribuição, e lhe chamou a atenção de que «terem assistido e terem até sido intervenientes inconscientes, de os recebedores de títulos em família constituída passarem a ser utentes de áreas e gados superiores aos que a Lei de Bases estabelece mesmo para os reservatários». Resposta do lugar-tenente Prates Canelas:

Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Agricultura, Srs. Deputados: Como podem VV. Ex.^{as} apresentar-se com o mínimo de credibilidade, e quem levará a sério a vossa linguagem de falarem na defesa do Estado democrático e num Estado de Direito, se o denigrem e o desrespeitam, não anunciando medidas transparentes como cristal contra este estado de coisas?

A primeira medida em defesa do regime democrático é colocarem-se à disposição desta Câmara e a ela garantirem o apoio e os meios técnicos para que tudo isto seja clarificado e levado ao conhecimento de todos os portugueses.

A primeira medida de qualquer democrata é tornar a governação de uma transparência cristalina. O refúgio em discussões técnicas para virar as costas à actuação passada não colhe.

A AD, a CAP e o Governo delas emanado devem assumir, se quiserem ter legitimidade democrática, essa transparência e a responsabilidade dos seus próprios actos.

Governar mal é uma prática a que já nos habituaram, deixar governar alguns em proveito próprio, é um abuso do Poder.

Os agricultores hoje têm o crédito mais dificultado; os técnicos estão desmobilizados, os produtos agrícolas estão mais desvalorizados; as estruturas fundiárias estão mais aniquiladas; as produções estão mais desordenadas; os circuitos comerciais são mais parasitários e alguns casos até a tornarem-se criminosos, como acontece com alguns madeireiros; o nível de vida está largamente afectado e os recursos naturais disponíveis estão abandonados.

Olha-se o Governo, lê-se o Programa, analisam-se as preocupações da maioria e o que se visiona nada tem a ver com os problemas reais e os desafios que atormentam os agricultores.

Que vale, Sr. Primeiro-Ministro, fazer o apelo, na apresentação do Programa do Governo, a uma certa concórdia à volta da questão agrária se desconhece-

mos a política produtiva ou a política de preços, a de reestruturação ou qualquer outra, porque a AD nunca a teve, e só conhecemos — e essa reprova-mo-la com veemência e temo-la já aqui várias vezes denunciado — o malabarismo, a ilegalidade, o compadrio e a corrupção.

É isto que atinge o regime democrático nos seus próprios fundamentos, se V. Ex.^a, Sr. Ministro da Agricultura, não abrir as portas do Ministério da Agricultura à moralização, à denúncia das arbitrariedades, ao desmascaramento de quem se governa em vez de governar. Esse é, neste momento, o primeiro e primordial serviço de qualquer democrata pode prestar ao regime!

Após ter criado credibilidade, então, sim, vamos discutir política agrícola, vamos confrontar projectos. O discurso do Sr. Ministro foi largo em promessas, mas parco em medidas.

Nesta matéria, exigimos primeiro a clarificação da actuação da AD e da CAP no passado. Não vale a pena mandar alguns homens da CAP para um quarto escuro e outros para férias, sem assumirem as responsabilidades. Não! O que está em jogo é demasiado perigoso para um Estado de direito!

Queremos que aqui, nesta Casa, seja devidamente clarificado o que vão fazer às pessoas e aos actos por elas praticados, dado que a política que seguem já a conhecemos e os resultados estão à vista.

Sr. Ministro, acabo de ser informado de que no último dia de governação do antecessor de V. Ex.^a foi proferido um despacho que determina a entrega das instalações do MAP na Rua de Damasceno Monteiro, ocupadas até há pouco pela Direcção Regional do Ribatejo, à CAP, para esta aí instalar a sua sede nacional.

É um escândalo a juntar a tantos outros praticados nesta área. É o normal abuso de poder de uma maioria que nesta área se comporta de forma tão anti-democrática que os seus interesses de grupo se sobrepõem permanentemente aos interesses nacionais.

Mas o que importa saber é se esse despacho vai ser cumprido, alargado a todas as associações, ou revogado.

Espero que nos informe sem subterfúgios sobre qual a decisão que nesta matéria vai tomar.

Aplausos do PS, da UEDS e de alguns deputados do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas (Basilio Horta): — Desculpe, Sr. Presidente, mas parece-me que um Sr. Deputado já tinha pedido a palavra ...

O Sr. Presidente: — Efectivamente eu já tinha dado a palavra a V. Ex.^a, mas parece que o Sr. Deputado Mário Lopes tinha pedido a palavra antes.

Sr. Deputado Mário Lopes, peço desculpa, mas se não lhe concedi, imediatamente a palavra, far-me-á justiça de acreditar que foi por não ter reparado.

Tem V. Ex.^a a palavra

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado António Campos vol-

tou a repetir algumas das afirmações que tem vindo a fazer nesta Casa desde há longo tempo.

É evidente que faz as acusações, mas as provas ainda não foram presentes e assim eu iria fazer-lhe a seguinte pergunta: V. Ex.^a aceita que o inquérito a que se refere seja feito desde 1975 a esta parte?

O Sr. Sousa Marques (PCP): — É evidente! Até pode ser desde 1970!

O Orador: — E pergunto isto apenas por uma razão: é que, como V. Ex.^a sabe, nada mais nada menos do que 64,5 % do crédito agrícola de emergência foi concedido a unidades colectivas de produção e para o resto do País foi apenas concedido 35,5 %.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Essas percentagens são inventadas!

O Orador: — Eu queria saber onde está este dinheiro.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, se me permite, eu gostaria de fazer um comentário muito breve — não levará mais de trinta segundos — à intervenção do Sr. Deputado Mário Lopes.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Era apenas para dizer ao Sr. Deputado Mário Lopes que o Sr. Deputado António Campos não tem que permitir ou deixar de permitir esse inquérito. Assim, o que sugiro é que, se o Sr. Deputado Mário Lopes entende que há que fazer um inquérito desde 1975 até hoje, o peça a esta Assembleia. Pode ter a certeza que conta com o meu apoio.

Aplausos do PS, da UEDS e da ASDI.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Não pede, não pede!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas (Basilio Horta): — Antes de mais, queria agradecer à Assembleia a generosidade que teve em prolongar um pouco esta sessão para ouvir os breves esclarecimentos que tenho a dar. A minha ausência depois de jantar deve-se ao facto de eu ter algumas reuniões no Ministério numa vez que o debate me tem ocupado aqui desde há três dias a esta parte.

Começaria por dizer, para identificar muito claramente a minha posição, que desde o dia da minha posse até ao último dia em que estiver no Ministério respondo pelos meus actos, respondo por todos os despachos e decisões que tomar. Em relação a outros titulares do Ministério, recuso-me a entrar no jogo de VV. Ex.^a, Srs. Deputados da oposição.

Há tribunais em Portugal, há a Polícia Judiciária, provem as acusações, condenem os eventuais respon-

sáveis e só depois há moral para fazerem aqui as afirmações que fizeram.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Antes disso temos que considerar que esse tipo de afirmações tem a ver com o aproveitamento político e partidário — o que, aliás, é legítimo em democracia — do que com a verdadeira realidade.

Quero dizer-vos que fui ministro de Estado no Governo anterior, sentei-me à mesa do Conselho de Ministros com o engenheiro Cardoso e Cunha, fui solidário das decisões do Conselho de Ministros e assumo plenamente as decisões que foram tomadas nesse fórum. Não renego nem uma, porque assumir posições políticas e assumi-las com dignidade é também uma regra de ouro da democracia.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — No entanto, diria também a VV. Ex.^a que o Ministério, como já referi, é um ministério transparente. Os serviços apurarão todas as denúncias que forem feitas e estarão atentos a tudo aquilo que vier a ser provado — não em termos puramente partidários — do muito que foi aqui dito. Não se pouparão a esforços, através dos serviços próprios ou de outros ministérios, para que a verdade seja apurada e para que tudo aquilo que é denunciado tenha o tratamento que um Estado de direito impõe, para que, consequentemente, todos nós — quem acusa e quem governa — possamos assumir as nossas responsabilidades.

Falando agora de coisas sérias, porque, Sr. Presidente e Sra. Deputados, os agricultores e o nosso país não vivem deste tipo de debate, às vezes tão personalizado — apaixona-me o debate de ideias, mas repugna-me o debate em que as pessoas estão envolvidas em nome pessoal e quase não sei fazer —, eu começaria por responder ao Sr. Deputado Lopes Cardoso.

E começo por concordar com o Sr. Deputado, pois é verdade que sobre agricultura está quase tudo dito, só falta fazer quase tudo!

Mas o Sr. Deputado sabe quanto é difícil — e sabe-o talvez melhor do que eu — mover o mundo rural. É um mundo com uma tradição de séculos e nós sabemos que em Portugal há muitas zonas do País onde a terra se trabalha como há oitocentos anos, sabemos como é importante a tenacidade dos serviços de extensão rural, como é fundamental a própria confiança que se tem de estabelecer entre o técnico e o agricultor.

É uma obra de uma geração e longe de mim estar a prometer nesta Assembleia perante VV. Ex.^a que tudo seria resolvido ou mesmo que uma parte importante dos grandes problemas que afectam a lavoura seriam resolvidos. O que vos prometo é que os problemas são equacionados com esta perspectiva, mas a sua resolução não competirá a este governo nem aos seguintes nem eventualmente aos governos da nossa geração. É um trabalho de pertinácia, é um trabalho de mentalização, enfim, é um trabalho de eminente respeito pelo agricultor, pelo homem que trabalha a terra, pelos seus valores e, nomeadamente, por um futuro e um progresso que não pode ser alcançado de supetão, sob pena de nada conseguirmos.

No que toca a problemas concretos que aqui foram focados: o Sr. Deputado falou na cultura da beterraba, que eu não citei na minha intervenção, mas está referida no Programa do Governo. É um problema que vem arrastando-se e sobre cujo dossier o Governo vai decidir, tendo em conta principalmente se essa cultura é possível de se adaptar sem quebrar o ordenamento e o equilíbrio regional.

Sem dúvida que, em termos de balança de pagamentos, essa cultura era útil ao nosso país e já não há sequer o problema dos excedentes do açúcar na Europa, porque sabemos que houve uma evolução nesse domínio. Porém, temos que ver como é que uma nova cultura deste tipo se insere no nosso próprio ordenamento e se nós temos meios, em terras e em infra-estruturas, para lhe dar cabal execução.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao Sr. Deputado Rogério de Brito, achou que acabou muito bem o seu discurso, a forma como o acabou foi muito boazita, mas pela forma como o iniciou — aliás, pelo tom de toda a sua intervenção —, com franqueza, parecia que estava profundamente zangado. Estes problemas tratam-se com normalidade e naturalidade.

Eu há pouco dizia que, se há decisões erradas, em democracia há tribunais e para eles se recorre. Se há decisões dos tribunais, aplicam-se essas decisões, com naturalidade, com normalidade. Isso pertence à vida do Estado de direito e, com franqueza, não vale a pena ver fantasmas onde eles não existem.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — E quando não são aplicadas, como tem vindo a acontecer?

O Orador: — Eu estava a dizer aos Srs. Deputados que as decisões do Supremo Tribunal Administrativo são para serem aplicadas e sé-lo-ão. Portanto, se não forem aplicadas, há outras vias de recurso, nomeadamente as intervenções de natureza política, que poderão ter razão de ser se essas decisões não forem aplicadas.

No entanto, há um ponto que eu gostaria de focar em relação à intervenção do Sr. Deputado Rogério de Brito, que é o seguinte: recuso-me a acreditar que a Reforma Agrária em Portugal seja uma reforma agrária vermelha. Recuso-me a acreditar que o único partido com legitimidade para falar na Reforma Agrária em Portugal seja o Partido Comunista. A Aliança Democrática tem legitimidade para falar na Reforma Agrária, porque desde sempre quisemos uma reforma agrária, mas uma reforma agrária que liberte o homem, que lhe dê efectivamente a posse útil da terra, e não que o escravise, que o faça mudar de padrão e que lhe dê um enquadramento jurídico que a maioria das pessoas efectivamente não deseja:

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não vamos substituir os novos tempos pelos velhos tempos, temos efectivamente que substituir o novo tempo pelo futuro da agricultura portuguesa.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Deputado António Campos falou na desmoralização do sector agrícola, que é um facto mas que não é de agora.

O sector agrícola está desmoralizado desde muito antes do 25 de Abril e o que é importante é reconhecer essa desmoralização, que é verdadeira, e tudo fazer para mudar esta situação, alargando inclusivamente, se necessário, as margens do consenso daquilo que é fundamental fazer, ter a coragem de o fazer e não fazer tudo para que a desmoralização aumente.

O que é importante é acabar com essa desmoralização, dar ao agricultor confiança não apenas num governo, que é sempre transitório, mas no regime em que se insere, porque o mundo rural em Portugal é uma base de estabilidade do próprio regime democrático, que é muito mais importante do que um governo, pois em democracia todos os governos são transitórios, só a democracia tem de ser permanente.

E há que referir essa desmoralização para acabar com ela e não para combater este ou aquele governo!

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Outro aspecto que o Sr. Deputado referiu foi o das benesses do Partido Socialista, que durante o seu período de governação aumentou o poder de compra das populações e fez tudo aquilo que ninguém mais fez:

Quanto a isto, limito-me a responder que não foi por isso certamente que perderam as eleições na maior parte do mundo rural, foi porque eventualmente não foi assim, e nós ganhámo-las porque efectivamente fizemos isso e vamos ganhá-las de novo porque vamos continuar a fazer o mesmo!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Deputado falou também na transparência e fez aqui acusações, algumas delas pessoais.

Quanto a isto, volto a dizer-lhe: Sr. Deputado, não conte comigo para faltas de solidariedade política, conte comigo, sim, para, como membro do Governo da Nação, apreciar com lucidez e objectividade tudo aquilo que for aprovado e me for apresentado, pois é para isso que o Governo existe, não para fazer o jogo das oposições.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A minha tolerância foi ao ponto de aceitar, sem o mínimo reparo, que o Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas não tivesse respondido na altura própria às questões que eu levantei.

Mas a minha tolerância não pode ir ao ponto de deixar em silêncio o facto de o Sr. Ministro não ter respondido senão a uma das múltiplas questões que lhe pus, e mal, questões essas que visavam, não as pessoas — o que talvez tivesse sido mais fácil para o Sr. Ministro, porque é mais fácil refugiarmo-

-nos na argumentação que o Sr. Ministro aduziu nessa matéria —, mas, sim, permitir aprofundar o conteúdo das palavras do Sr. Ministro e do Programa.

Assim, a falta de resposta a essas questões leva-me a concluir que de facto ela resulta da ausência de conteúdo das frases que se alinhãm no programa.

Referi que estava de acordo com a revisão da Lei do Arrendamento, mas perguntei: em que sentido? Com que orientação? Quais as suas linhas? E o Sr. Ministro disse nada!

Disse ao Sr. Ministro que estava de acordo em que se pusesse termo às expropriações, mas perguntei se isto significava levá-las até ao fim ou deixar de as fazer? O Sr. Ministro respondeu nada!

Disse ao Sr. Ministro que estava de acordo que se regulamentassem as novas empresas agrícolas, porque é um objectivo que vem de longe, mas perguntei: regulamentar como? Com que objectivo? Qual o intuito do Governo? O Sr. Ministro respondeu nada!

Disse ao Sr. Ministro que estou de acordo em que se fomente a cultura cerealífera, mas perguntei como é que o Sr. Ministro compatibiliza esse objectivo com o desmantelamento da EPAC, com a entrega do comércio dos cereais às grandes multinacionais. O Sr. Ministro não respondeu!

O Sr. Ministro veio aqui dizer que os nossos serviços iriam continuar a estudar se nós temos ou não condições para produzir beterraba, quando todos nós sabemos què esses estudos estão feitos. O problema é não se tomar uma decisão política e eu admito que sobre ela possa haver opiniões diferentes e que a decisão política possa ser divergente. Mas tenhamos, a coragem de assumir e não nos refugarmos em problemas de ordem técnica para decidir os destinos da beterraba e para que os *dossiers* continuem a aumentar, porque, se assim for, talvez seja de prever já, a par das novas instalações para o arquivo da Torre do Tombo, instalações para o arquivo dos estudos da beterraba, cujos *dossiers* já devem começar a medir alguns metros cúbicos!

De facto, as múltiplas questões que eu pus ao Sr. Ministro ficaram sem resposta.

Aplausos da UEDS, do PS, da ASDI e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas (Basilio Horta): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo está com o seu tempo esgotado. O Sr. Deputado Lopes Cardoso dá-me tempo para eu responder a essas perguntas?

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Se eu tiver tempo, dou-lhe, não sei se ainda tenho, embora me parecesse mais curial — permita-me que lhe diga, Sr. Ministro — que o Sr. Ministro solicitasse esse tempo à maioria tão solicita em colaborar com o Governo.

Mas nós, para esclarecimento de questões de índole política, também estamos dispostos a colaborar com o Governo, não temos uma posição de oposição secária, ...

Aplausos da UEDS e do PS.

... e os minutos e os segundos que ainda tivermos estão à vossa disposição se as suas bancadas lhe não derem o tempo de que o Sr. Ministro necessita.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o Governo dispõe neste momento de 3 minutos do tempo que tinha para a sessão de hoje, e ontem, no encerramento da sessão, a propósito de uma solicitação de transferência de 11 minutos do tempo do PSD para o Governo, que não foi aceite literalmente, a Mesa recebeu um voto de confiança para poder, sobre esse aspecto, tomar uma decisão de tolerância. No uso neste momento dessa faculdade — que, aliás, é conveniente agradecer à Câmara pelo que representa de confiança na Mesa na condução dos trabalhos —, pode V. Ex.^a dispor, além dos 3 minutos que ainda tem, de mais 11 minutos, que, gostosamente, lhe proporciona, sem necessidade de sacrificar o tempo de qualquer partido.

Em todo o caso, devo dizer que isto tem limites e que ainda está inscrito o Sr. Ministro do Trabalho. Mas esse é um problema de administração do tempo que VV. Ex.^{as} terão de ter em conta.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Eu queria apenas informar a Câmara de que ontem pretendemos oferecer, em termos de colaboração, 11 minutos ao Governo, porque os tínhamos em excesso, e a oposição nos impediu.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — É certo, mas ficou um sistema de equivalência estabelecido.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Espero que não descontem esta minha intervenção no tempo do meu partido, porque esta é uma questão que está fora do debate, penso eu.

Não é correcta a versão do Sr. Deputado Silva Marques, porque o que foi dito foi que o Governo ainda não tinha dito que precisava de mais tempo e estávamos muito longe do termo do debate para saber se o Governo ...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Mas quando precisou nós oferecemos!

O Orador: — Eu não interrompi o Sr. Deputado quando usou da palavra e, portanto, pedia-lhe o favor de não me interromper. Se quiser interromper-me, peça, que eu consinto.

Nós entendemos que não se devia entrar em contabilidade antecipada: sobram-me uns minutos, dou-os ao Governo! Não é sequer bonito, em termos de debate democrático.

Mas, se o Governo, como, aliás, é tradição desta Câmara — disse-o eu, disse-lho todos —, no fim do debate precisar de mais tempo, terá esse tempo sem necessidade de nenhum partido lho dar.

Isto é perfeitamente diferente da versão, algo condonável nos termos em que é formulada, do Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Presidente: — É esse o critério que a Mesa está neste momento a usar.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas (Basilio Adolfo Mendonça Horta da Franca): — Mais uma vez muito obrigado à Câmara pela sua generosidade e muito obrigado, Sr. Deputado Lopes Cardoso, por ter levantado estas questões, a que eu não tinha respondido, porque elas são tão complexas que em 3 minutos não o poderia fazer, mas assim terei a oportunidade de esclarecer melhor pontos importantes.

Em primeiro lugar, no que respeita a expropriações, o Sr. Deputado ouviu exactamente o que eu disse: uma nova lei que acabe com as devoluções, que não faça mais expropriações. Essa é realmente a minha visão.

Eu não me responsabilizaria enquanto Ministro da Agricultura por encetar um processo de expropriação em certas zonas do Ribatejo e estou convencido, por aquilo que conheço do Sr. Deputado de que o Sr. Deputado também o não faria.

Estou profundamente convencido de que é mais importante consolidar vitórias que já se obtiveram do que abrir novas facetas de guerra sem estarmos preparados para elas, muitas vezes em situação de manifesta injustiça.

Portanto, aquilo que eu disse claramente foi isso mesmo, foi acabar com as devoluções.

E porquê? Porque, se a lei estivesse em vigor, o Governo — se queria ser pessor de bem — tinha de cumprir e, nesse caso, o Sr. Deputado tinha eventualmente razão se o Governo não fosse até ao fim aquilo que os comandos legais impõem.

Só que, politicamente, não é visível, nem crível, nem possível, nem por este governo nem por nenhum que se pudesse formar, que ela seja cumprida em zonas e em preceitos que a tornam manifestadamente incumprível. É muito mais honesto e sério mudar a lei, nos termos legais e regimentais, do que, pura e simplesmente, ignorá-la, como até agora todos os governos fizeram.

Um segundo aspecto tem a ver com o conteúdo do arrendamento florestal, e eu disse claramente que o que se tinha por objectivo era alterar condições de manifesta injustiça.

Há neste momento arrendamentos florestais que estão a prejudicar gravemente os arrendatários, porque eles não vêm as suas retribuições convenientemente indexadas.

São contratos extremamente arrastados no tempo, e é fundamental que o seu regime seja revisto, por forma a que as remunerações e as rendas possam igualmente ser revistas. Este parece-me um aspecto fundamental.

Por outro lado, a modificação do contrato de arrendamento rural tem de ser feita não apenas no sentido de aumentar as garantias dadas ao rendeiro, como

também; e isto é importante, no sentido de estimular certos proprietários a procederem aos arrendamentos das suas terras, porque hoje, dada a fixidez do regime legal, muitas vezes não é de todo em todo estimulante arrendar terras.

E, se nós queremos compatibilizar esta política com o artigo 39.º da lei de bases, cuja aplicação — volto a repetir — é fundamental, temos de criar sistemas flexíveis que permitam a melhor utilização dos instrumentos jurídicos disponíveis.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao problema do comércio de cereais, quanto à EPAC estar desmembrada — e houve aqui deputados que falaram também na capacidade de armazenamento da Junta Nacional dos Vinhos, que está a ser também desmembrada — eu pergunto: onde é que a EPAC está desmembrada neste momento, onde é que a Junta Nacional dos Vinhos está desmembrada neste momento? Por que é que os Srs. Deputados estão a antecipar realidades? Por que é que não criticam, se for caso disso, só depois de as coisas estarem feitas? Quem é que falou aqui em desmembrar a EPAC e desmembrar a capacidade de armazenagem da Junta Nacional dos Vinhos? Quem é que falou aqui em atribuir aos importadores a cidade do nosso cereal é o aumento da nossa produção? Quem foi que disse isso?

O que foi dito aqui foi que, através de uma política diferenciada de preços, através de um escoamento rápido, através do pagamento a pronto, isso teria de ser feito. E quem o pode fazer senão a EPAC, se funcionar correctamente?

Quem é que falou naquilo que os Sr. Deputados aqui referiram?

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Ministro?

O Orador: — Tenha a bondade.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Eu queria apenas justificar a minha afirmação sobre um processo que pode conduzir ao desmantelamento da rede de armazenagem da Junta Nacional dos Vinhos.

O Sr. Ministro certamente tem conhecimento de que já começaram a ser feitas as vendas de armazéns da Junta Nacional dos Vinhos, nomeadamente na região de Alenquer.

Se o Sr. Ministro não tem conhecimento deste facto eu solicitava que averiguasse em pormenor, porque, efectivamente, esses armazéns já começaram a ser vendidos.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Muito obrigado, Sr. Ministro, por me permitir interromper-lo.

Eu queria apenas registar que, ao contrário do que foi afirmado aqui, suponho que com o acordo genérico do Governo, pelo então Ministro da Agricultura e Pescas Cardoso e Cunha durante o debate sobre a

EPAC, a aplicação de uma política de preços diferenciados pode ser feita — e o Sr. Ministro acaba mesmo de dizer que só pode ser feita — pela EPAC. Esse era o nosso ponto de vista e na altura o Governo dizia que era impossível uma política de preços diferenciados em função da qualidade enquanto se mantivesse o monopólio da EPAC.

O Orador: — Quanto à afirmação do Sr. Deputado Rogério de Brito, do Partido Comunista, de que foram vendidos armazéns da Junta Nacional dos Vinhos, desconhecia esse facto. Vamos analisar porque motivo o foram, se o foram, pois pode ser um acto normal de gestão ou pode ter outras motivações. Vamos analisar isso serenamente, mas é de referir que isso não significa que a Junta Nacional dos Vinhos e a sua capacidade de armazenagem estejam a ser desmembradas.

O que se deseja não é desmembrar nada, é um dia, se Deus quiser, a curto ou médio prazo, com a agricultura e com a lavoura organizadas, podermos pôr inteiramente ao seu dispor a capacidade de armazenagem da Junta, porque ela é muito mais útil na mão da lavoura do que na mão dos burocratas, possolhe garantir!

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Isso é outra questão!

O Orador: — Sobre o problema levantado pelo Sr. Deputado Lopes Cardoso, no que respeita à discussão aqui travada, sobre a EPAC queria lembrar que o Sr. Deputado é um homem cheio de imaginação, e não vamos estar a olhar sempre para trás, vamos olhar para a frente, porque a vida é feita do futuro, e não do passado.

Não sei se há alguma pergunta que tenha ficado por responder ...

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Já agora, Sr. Ministro, podia responder em relação à AGA ...

O Orador: — Bom, no que respeita à Administração-Geral do Álcool, é perfeitamente aplicável o que acabei de dizer para os cereais.

Quanto à questão da Administração-Geral do Álcool — creio que se está a referir à documentação que recebi do Partido Comunista, que li rapidamente, mas pode haver uma gralha dactilográfica, pode ser qualquer outro motivo —, o que posso garantir é que temos a consciência do que representa para nós o comércio das ramas de açúcar, temos a consciência do que a AGA pode significar em termos de empresa de trading, temos a consciência do que representam para o País as compras de açúcar ao exterior, que têm de ser feitas às melhores cotações, e pode ter a certeza de uma coisa: não cerão nunca feitas compras acima dos valores pelos quais a AGA pode comprar ao mercado internacional. Se os valores forem inferiores, então podemos pensar nisso, mas, se forem superiores, pode crer que não são autorizados.

Applausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — O Sr. Ministro pôs-me uma questão e eu não queria deixar de lhe responder.

Perguntou o Sr. Ministro se teria havido questões que tinham ficado por responder. Devo dizer que sim, mas penso que aquelas a que o Sr. Ministro respondeu foram suficientes para me esclarecer e teremos decretado outras ocasiões. Aliás, pela minha parte e pela parte do meu grupo parlamentar, comprometo-me, se este governo durar o tempo suficiente, a fazer uma interpelação ao Governo sobre agricultura e então teremos ocasião de aprofundar esta questão.

O Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas: — E sobre outras coisas ...

O Orador: — De facto, Sr. Ministro, as respostas que me deu foram as suficientes para dissipar a tal dúvida que tinha surgido no meu espírito. É que, afinal, o seu discurso, como todo o Programa, só na aparência — é que é social-democrata!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, interrompemos agora os nossos trabalhos, que recomeçarão às 22 horas e 30 minutos.

Eram 21 horas.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 23 horas e 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Tengarrinha.

O Sr. José Tengarrinha (MDP/CDE): — Sr. Presidente: Lamento não estar presente o Sr. Primeiro-Ministro, a quem era dirigida principalmente esta intervenção.

Um dos aspectos que mais ferem a atenção no programa governamental diz respeito à comunicação social.

O Governo, ao mesmo tempo que afirma a sua intenção de «criar as mais favoráveis condições de desenvolvimento e modernização tecnológica da comunicação social», afirma claramente estar na disposição de, no tocante a mutações legislativas de fundo, rever prioritariamente a Lei de Imprensa.

Julgávamos, Sr. Primeiro-Ministro, que o Governo estaria interessado em dignificar a comunicação, procedendo a alterações qualitativas, como, por exemplo, substituir imediatamente o presidente da RTP, Proença de Carvalho, e os seus «homens de mão», garantir uma informação séria, rigorosa, independente e pluralista na televisão e na rádio, onde a degradação noticiosa, informativa e cultural atinge níveis insuporáveis para um país que durante meio século viveu sob a mordaça da censura salazarista e marcelista.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — E gonçalvista!

O Orador: — O Governo não se mostra preocupado em garantir contratos de viabilização da imprensa estatizada, não facilita meios financeiros e técnicos à

Agência Noticiosa Portuguesa, não concede às empresas jornalísticas estatizadas incentivos, créditos, redução de impostos.

O Governo, na sequência da actuação governamental da AD desde há dois anos, manifesta-se interessado em «rever» (ou desfazer?) uma lei de imprensa das mais válidas e progressistas, uma lei com a qual os trabalhadores da imprensa e os jornalistas em particular estão de acordo.

Quem, Sr. Primeiro-Ministro, «encomendou» ao Governo a revisão da Lei de Imprensa? Porquê tanta pressa? Quais os artigos que o Governo pretende alterar na Lei de Imprensa? Com que fundamento? E as estruturas dos trabalhadores vão ser ouvidas? O Sindicato dos Jornalistas já foi auscultado sobre esta matéria? A verdade, Sr. Primeiro-Ministro, é que a Lei de Imprensa não deve ser modificada, uma vez que no seu articulado dá plena consagração à liberdade de expressão de pensamento, pela imprensa, exercida «sem subordinação a qualquer forma de censura», segundo o artigo 4.º da Lei de Imprensa.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, em relação à Lei de Imprensa, o que se torna imperioso é respeitá-la, e não adulterá-la.

O que se passa na comunicação social é escandaloso, e a AD, durante a sua governação, tem tentado e imposto que os órgãos estatizados, a começar pela TV, estejam ao seu serviço e criado dificuldades de toda a ordem à dignificação do sector.

O que acabamos de dizer é facilmente comprovado pelo próprio programa governamental, já que, entre outras «inovações», o Governo assinala que irá apresentar propostas de lei sobre o acesso às fontes públicas de informação.

Mas para quê nova lei sobre este ponto? Com que finalidade se pretende legislar sobre esta matéria, quando a Lei de Imprensa, no seu artigo 5.º, diz que «à Imprensa periódica será facultado acesso às fontes de informação pela Administração Pública, pelas empresas públicas e pelas empresas em que haja estatutariamente participação maioritária de pessoas colectivas de direito público»?

Ou será que existe a intenção de coartar estes legítimos direitos, na sequência do que actualmente acontece em diversos sectores públicos?

Sr. Primeiro-Ministro, a política repressiva, a todos os títulos, mantida pela AD na comunicação social estendeu-se já à esfera policial. Em vez de a Polícia de Segurança Pública respeitar e fazer respeitar os jornalistas no exercício da sua profissão, assiste-se precisamente ao contrário.

A PSP em diversas ocasiões tem actuado contra esse direito constitucional, que é o direito à informação. Um pouco por todo o lado a missão dos jornalistas tem sido prejudicada por acção das forças policiais, que chegam ao exagero de impedir os repórteres fotográficos de registarem acontecimentos pouco dignos para o Portugal de Abril, como acontece nas ocupações, tantas vezes selvagens e ilegais, com o apoio da GNR, em terras do Alentejo.

O agravamento da situação é de tal ordem que levou o Sindicato dos Jornalistas a protestar veementemente contra a PSP, que, principalmente em Lisboa, tem criado problemas em série aos profissionais de informação, atingindo-se o exagero de — repetindo

métodos do antigo regime — ameaçar repórteres que mais não fazem do que tentarem cumprir a sua missão.

Contrariando o disposto na Constituição (artigos 37.º e 38.º), o Governo tem autorizado, e, pelos vistos, continuará a autorizar, que a PSP e a polícia que actuam no Aeroporto de Lisboa impeçam os representantes dos órgãos de comunicação social de exercerem a sua actividade «sem impedimentos nem discriminações».

O Sr. Primeiro-Ministro foi jornalista e é proprietário de um jornal. Melhor, possivelmente, do que qualquer outro membro do Governo está em posição de apreciar devidamente estes problemas.

Por isso lhe perguntaríamos, se porventura estivesse presente, se o Governo vai obrigar ou não ao respeito integral da Constituição, da Lei de Imprensa e do Estatuto do Jornalista.

Pelos factos atrás ligeiramente e rapidamente referidos, pois muitos mais haveria a citar, causa-nos perplexidade que o Governo não dê uma única indicação no seu programa de que vai obrigar ao cumprimento da lei, preferindo, pelo contrário, alterar a lei!

Quer-nos parecer que, em vez de anunciar alterações desnecessárias a leis justas, o Governo deverá, isso sim, proceder de forma a terminar com o lamentável panorama no sector da comunicação social estatizado, onde domina o desrespeito pela isenção, pelo pluralismo e pela independência.

O País não pode tolerar mais que o Governo e a AD se sirvam, através de «homens de confiança», dos jornais, da rádio e da televisão, como se se tratasse de um feudo seu.

O MDP/CDE exige a reposição da legalidade democrática na comunicação social estatizada. Para isso há que tomar medidas urgentes, como:

Demissão imediata de Proença de Carvalho da presidência da RTP;

Demissão imediata dos «homens de mão» que na Televisão e Radiodifusão têm desrespeitado a Constituição, a Lei de Imprensa e o Estatuto do Jornalista para se colocarem ao serviço de forças que estão no Poder;

O respeito pelas decisões dos conselhos de redacção e das comissões de trabalhadores;

O respeito pelo pluralismo, isenção e independência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há que pôr cobro aos escândalos relacionados com a televisão, com a rádio e com a imprensa.

Todos estamos recordados daquilo a que ainda recentemente se assistiu neste país quando a comunicação social estatizada transformou em «caso nacional» os diferendos existentes no seio da AD e do PSD.

O povo deste país, durante semanas, não teve oportunidade de ser esclarecido sobre as verdadeiras causas da crise política, uma vez que se pretendeu, principalmente através da televisão e da rádio, dar a ideia de que ela se reduzia a tramas calúnias, conflitos pessoais de baixo estofo moral.

Foi um verdadeiro massacre para todo o País: horas e horas nos noticiários da RDP e nos blocos

informativos da televisão, lutas pelo poder no seio de partidos da AD foram transformadas em tema eminentemente nacional, quando, no fundo, o que estava em causa era a incapacidade governativa da AD.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Na Televisão, Srs. Deputados, assistimos a um cada vez mais grosseiro atentado à inteligência e interesses culturais do povo português. A situação é tão grave que ninguém pode ignorar que, por culpa do seu presidente, Proença de Carvalho, o Primeiro-Ministro se viu forçado a deixar cair um ministro e um secretário de Estado (Ferreira do Amaral e Luís Fontoura)!

É caso para perguntar: que poderes e que forças sustentam a continuidade de Proença de Carvalho à frente da Televisão?

A manipulação na TV, além de ilegal, constitui um insulto que o regime democrático saído do 25 de Abril não pode aceitar.

Não queremos entrar na análise crítica dos programas televisivos, mas impõe-se uma série reflexão sobre a programação e informação televisivas.

Na programação proliferam os enlatados, que nada dizem aos Portugueses, com uma qualidade que deixa muito a desejar, mesmo quando comparada com a produção nacional.

Mas, se a programação é de molde a preocupar-nos, mas que dizer da informação?

A situação é de tal forma preocupante que são as próprias conclusões do inquérito realizado pelo Conselho de Informação para a RTP a confirmarem — no que respeita ao pluralismo — a existência de uma «manifesta vantagem do Governo e dos partidos da maioria».

O mesmo relatório conclui que no período que antecedeu a campanha eleitoral para a Assembleia da República «foram organizados debates sobre importantes problemas nacionais reservados intencionalmente a dois concorrentes (AD e FRS), com consequente marginalização de personalidades ligadas ao PCP, ao MDP/CDE e à UDP».

A RTP pretendeu, durante a campanha eleitoral para a Assembleia da República, impedir reportagens da campanha, o que, como devem lembrar-se, originou a primeira greve dos jornalistas da Televisão, e durante o período que antecedeu a campanha eleitoral para a Presidência da República a RTP privilegiou o tratamento de dois presumíveis candidatos em relação aos restantes.

A *Informação 2*, reconhecidamente não tão afecta ao Governo como a *Informação 1*, foi vítima de um processo de diminuição de audição que passou pelas seguintes fases: nomeação de um director de informação comum aos dois canais e transmissões simultâneas dos dois principais blocos noticiosos dos dois canais e ainda a própria suspensão temporária da *Informação 2*.

A comissão de inquérito concluiu ainda pela «existência de manipulação, falta de objectividade e censura, referindo, a esse propósito, expressamente, entre outros, o tratamento da greve da Petrogal, que não permitiu o esclarecimento da posição dos trabalhadores, e a centralização da elaboração da informação

dos dois canais nas mãos do director da Informação na noite do acidente de Camarate, com desprezo pelo trabalho dos jornalistas».

Isto sem referir o que no inquérito se diz sobre «as prepotências» cometidas fundamentalmente por Proença de Carvalho e seus «homens de mão» sobre jornalistas, estruturas de jornalistas, como os conselhos de redacção, e ainda o agitado movimento de admissões, nomeações e demissões de «duvidoso suporte quanto à legitimidade e competência profissional».

Mas não se diga que estas preocupações são apenas do MDP/CDE.

A Assembleia da República sabe que citei conclusões do relatório da comissão de inquérito ordenado pelo Conselho de Informação à RTP em relação aos anos de 1980-1981, relatório este que nessa comissão foi aprovado sem votos contra de qualquer representante de formação partidária com assento na Assembleia da República.

Outra das graves situações existentes na comunicação social refere-se à ANOP.

O Governo afirma que «favorecerá o alargamento do espaço noticioso da ANOP no País e no seio das comunidades».

No entanto, é bem conhecido o estrangulamento exercido sobre aquela agência noticiosa, que vê a sua actividade altamente prejudicada, já que o Governo tem impedido a expansão da ANOP, ao recusar-lhe os meios financeiros essenciais para o seu desenvolvimento.

Exemplo: as verbas atribuídas à ANOP este ano ficaram muito aquém do que se impunha, o que se reflecte imediatamente na eficácia informativa, como, aliás, o Conselho de Redacção e a Comissão de Trabalhadores já salientaram.

A situação é de tal forma grave que o respectivo Conselho de Informação tem agendada para uma das suas próximas reuniões a análise das consequências e implicações que o precário financiamento da empresa tem no trabalho redactorial.

Devido ao estrangulamento da ANOP, assiste-se no nosso país a uma forte dependência informativa perante os grandes monopólios internacionais. Não restam dúvidas de que, principalmente em temas de grande actualidade internacional, a imprensa, a rádio e a TV estão sujeitas ao que lhes é fornecido pelas agências noticiosas dos outros países, as quais, normalmente, deturpam a verdade dos factos, em obediência aos interesses que representam.

Estamos sujeitos à informação da Reuter, da France Press e da United Press. E um dos casos mais expressivos será o nosso povo saber neste momento, com muito mais pormenor aquilo que se passa, por exemplo, na Polónia do que o que de importantíssimos para a viragem histórica da Europa se está a passar neste momento na França.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Como exemplo flagrante do que acabo de afirmar, basta ver a forma como tem sido noticiada a invasão da África do Sul a Angola.

Ora, não deixa de ser curioso que, exactamente na altura em que o Governo manifesta no seu programa a intenção de «secundar financeiramente a actividade da ANOP», o secretário de Estado ligado

ao sector da comunicação social tenha retirado mais de 60 000 contos à ANOP!

Ainda relacionado com a ANOP, não se pode calar o que se passa com o célebre decreto que constitui os centros regionais para os Açores e a Madeira.

Já nesta Câmara o MDP/CDE levantou a necessidade de se alterar o decreto, que o Conselho de Informação para a ANOP considerou inconstitucional, o mesmo acontecendo com o Sindicato dos Jornalistas e com o Conselho de Redacção da ANOP.

Acontece, Srs. Deputados, que a declaração de inconstitucionalidade do diploma foi também formulada pelo Provedor de Justiça. O Provedor de Justiça (imposto pelo CDS), ...

O Sr. Narana Coissac (CDS): — Eleito pela Assembleia da República!

O Orador: — ... Dr. Corte Real, em Julho do corrente ano remeteu para o Conselho da Revolução um «pedido de declaração de inconstitucionalidade de algumas normas do decreto que criou os centros regionais da ANOP nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira».

A sombra deste decreto inconstitucional, têm-se registado casos lamentáveis, principalmente na Região Autónoma da Madeira, onde o respectivo Presidente do Governo se intromete na actividade da ANOP, acusando-a da prática de actos censórios, pelo simples facto de a redacção da Agência se recusar a ser um mero transmissor das posições partidárias e pessoais do Sr. Dr. Alberto João Jardim.

Saliente-se, contudo, que, devido à acusação de censura formulada pelo Presidente do Governo Madeirense, o Conselho de Informação concluiu, após exaustivo inquérito, que a acusação não era procedente.

Acresce, Srs. Deputados, que nesta Câmara foi já pedida a ratificação do decreto, mas até agora a Assembleia da República ainda não agendou aquele importante assunto.

No sector da rádio a situação que se tem vivido desde a subida da AD ao poder é inquietante.

O Governo apoderou-se da RDP e colocou-a inteiramente ao seu serviço. Para isso lançou mão de processos antidemocráticos, começando por exonerar comissões administrativas, nomeando outras da sua inteira confiança.

A partir de então, o Governo ficou em condições de, muito candidamente, afirmar «não ter qualquer interferência na informação da RDP». Só que já tinha colocado nos lugares chaves os seus homens de confiança, já tinha «a sua» comissão administrativa. E como este órgão é que designa os directores de informação e estes os chefes, a pirâmide governamental de controle da informação estava construída.

Sou obrigado, perante a brevidade do tempo, a concluir, deixando para trás muitos outros casos e citações que serão importantes para acentuar ainda mais a falta de liberdade e as atitudes antidemocráticas que no meio da comunicação foram lançadas.

Sr. Presidente: Coloquei aqui questões muito concretas, que não são apenas preocupações nossas, mas também dos profissionais da informação e, sobretudo, de todos os portugueses. Diz-se geralmente

que a comunicação social pode pôr e dispor dos governos. É verdade, mas só em parte. É verdade quando, através de uma manipulação abusiva dos órgãos de informação estatizados, a AD criou uma imagem pública que poderosamente contribuiu para as suas vitórias eleitorais.

Mas não é totalmente verdade, porque, por mais manipulações que sejam feitas nos órgãos de informação, o que acaba por determinar a posição dos Portugueses é a realidade, o dia-a-dia cada vez mais duro que os governos da AD têm imposto.

A política económica da AD tem feito piorar a vida dos Portugueses — e isso nada pode iludir.

A política de comunicação da AD tem sido um dos aspectos mais evidentes da sua prática verdadeiramente antidemocrática.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Informo o Sr. Deputado Tengarrinha de que com esta sua intervenção esgotou o seu tempo disponível para a sessão de hoje.

Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Dias.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Quero pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Tengarrinha, mas, se o Sr. Presidente e a Câmara estiverem de acordo, cederei para a resposta dois ou três minutos do tempo do meu partido.

Antes de pedir o esclarecimento, queria prestar homenagem ao talento de relações públicas do Sr. Deputado Tengarrinha: fez um excelente discurso para a imprensa e para a televisão! Penso que terá sido esse o seu objectivo fundamental. Mas depois desta homenagem, tenho de lavrar um protesto, que, acréscimo, resultará de uma inadvertência de linguagem.

O Sr. Deputado disse, aliás louvando a acção do titular deste cargo, que o Provedor de Justiça foi imposto pelo CDS.

O Sr. Deputado Tengarrinha devia saber que o Provedor de Justiça foi eleito majoritariamente por esta Assembleia, nos termos da Constituição, que o CDS naturalmente participou nessa votação, mas que, como sabe, não tem representação que lhe permita, só por si, eleger seja quem for.

Depois disto, queria pôr-lhe duas pequenas questões. Uma diz respeito à falta de competitividade da ANOP em relação à Reuter, à France Press e à United Press, talvez também à Tass ... Quero perguntar ao Sr. Deputado, se tem uma estimativa aproximada, mais milhão menos milhão de contos, de quanto é que custa implantar uma agência de informações que possa competir com estas empresas e se pensa que uma actividade desse género está ao alcance de uma empresa pública portuguesa.

Por outro lado — e, enfim, criticando a actividade destas grandes agências noticiosas internacionais, que são efectivamente poderes extremamente importantes e difíceis de controlar —, o Sr. Deputado queixou-se de uma deficiente cobertura dos acontecimentos importantíssimos que se processam na França, comparando-a ao que considera, enfim, empolamento dos acontecimentos da Polónia, e queria perguntar ao Sr. Deputado se considera que isso é sintoma de uma deficiente acção do Governo Francês em relação à France Press, se, no seu ponto de vista, o Governo Francês devia actuar em relação à France Press de

uma maneira diferente — que é uma empresa poderosa, como disse — daquela como tem actuado.

Sendo esse o caso, já agora, gostava de saber como entende que isso se deveria fazer, por forma que a opinião mundial tivesse dos acontecimentos franceses a imagem que o Sr. Deputado Tengarrinha julga conveniente e que talvez não seja a que o próprio Governo Francês julgue conveniente.

Por outro lado, e pôr falar em França, vem também a propósito perguntar — em relação à sua estranheza pelo facto de o Governo Português, como o francês, nomear e exonerar administrações ou conselhos de gestão de empresas públicas — a quem, no seu entendimento, compete efectivamente nomear e exonerar os órgãos de gestão nas empresas públicas?

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Tengarrinha, para responder.

Uma voz do CDS: — Tem a palavra, mas não a capacidade ...

O Sr. José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE): — Lamento mais uma vez que o tempo não tenha sido suficiente para poder concluir, na minha intervenção, alguns aspectos que me pareciam relevantes de uma actividade que considero das mais graves para o regime democrático em que nos encontramos.

Efectivamente, reduzindo ao essencial — para além do reconhecimento que tenho pelos talentos que o Sr. Deputado me reconheceu —, quero dizer-lhe que há vários documentos que mostram perfeitamente — e esses são sobretudo documentos que vêm do conselho de redacção, das comissões de trabalhadores, do próprio orçamento do conselho de gerência da ANOP que uma verba um pouco superior seria suficiente para dotar a ANOP de meios que, embora dimensionados em relação às exigências do nosso país, poderiam, noutanto, facilitar o trabalho sobretudo dos redactores e dotar a ANOP de meios que lhe permitiriam uma maior cobertura informativa. A verdade é que neste momento, posso citar-lhe rapidamente, do conselho de redacção, por exemplo ...

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Deputado, disse que podíamos ceder dois ou três minutos do tempo de que o meu partido dispunha mas para responder às perguntas que lhe coloquei, e não para continuar a sua intervenção.

Aplausos do PSD, CDS e do PPM.

O Orador: — Sr. Deputado, penso que certamente nesse caso bastaria ter feito a afirmação inicial, porque julguei que a sua confiança em mim não seria talvez tanta que não exigisse uma confirmação da minha afirmação. Já que de facto confia que basta a afirmação, mais uma vez muito obrigado.

Na verdade, poderia confirmá-lo e dou-lhe a ler, se quisir, toda essa documentação, com relatórios que mostram que aumento não tão exagerado de verba seria suficiente, é evidente que não para dotar a ANOP de meios equivalentes aos das grandes agências internacionais, mas para dotá-la de meios suficientes para trabalhar com mais eficácia do que aquela que se tem verificado.

É evidente que desta forma a ANOP não pode cumprir — e citei estes casos como poderia citar muitos outros — a função que é principalmente a de informar os Portugueses sobre os acontecimentos que mais directamente podem dizer respeito aos nossos interesses e sobre aquilo que de muito importante se está a passar na Europa. O desequilíbrio da informação nestes casos citados, e poderia citar muitos outros, é manifesto.

O Sr. Deputado pergunta como penso que este problema poderia ser resolvido pelo Governo Francês, mas o Sr. Deputado sabe, certamente tão bem como eu, que a herança do actual Governo Francês é pesada em vários domínios, e sabe que sob o regime de Giscard d'Estaing a informação em França estava muito longe de ser também amplamente democrática.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — O Sr. Deputado sabe também quantos responsáveis por órgãos de informação nacionalizados franceses foram substituídos pelo Governo actual, Sr. Deputado?!

Vozes do PSD: — Esqueceu-se! ...

O Orador: — Um problema fundamental que temos a considerar, Sr. Deputado, é que por um lado, podemos reconhecer que em certos casos gestores podem ser colocados em certas empresas de informações para — por eficácia, por maior operacionalidade — poderem cumprir melhor as suas funções, mas têm de merecer o respeito, a aceitação e a concordância dos órgãos dos trabalhadores e dos órgãos que efectivamente trabalham com eles e de que eles dependem.

Ora a verdade é que nas nomeações que têm sido feitas tem sido total e sistematicamente desrespeitada qualquer opinião das comissões, que nesta matéria deveriam ter uma larga participação e, como sabe, não têm tido.

Vozes do CDS e do PSD: — Mal empregado tempo!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adérito Campos.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Já se vai a ir e ainda não começou a falar! ...

O Sr. Adérito Campos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo: Em dois actos eleitorais sucessivos o povo português sancionou e apoiou o projecto político-governativo que lhe foi apresentado pela Aliança Democrática — e para segurança do Sr. Deputado José Tengarrinha, acrescentaria que sem qualquer tipo de manipulação, mas por vontade própria desse mesmo povo — ...

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

... e em ambos os casos se pode afirmar sem risco de erro que uma larga quota-parte dessa mesma vitória só ficou a dever à juventude que massivamente votou na AD.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Cansada de demagogias baratas, de promessas sem cumprimento, do debate ideológico oco e ineficaz que

se seguiu à revolução da esperança, a juventude acreditou naqueles que de forma clara, desassombrada e corajosa prometeram a passagem das palavras aos actos, o iniciar de um caminho capaz de promover a resolução dos seus problemas concretos, o reencontrar da confiança e dos valores imanentes à cultura portuguesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Durante seis anos nunca a actual oposição foi capaz de compreender o verdadeiro sentir da juventude portuguesa. ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... nunca durante seis anos os jovens sentiram serem seus os projectos dos sucessivos partidos no poder, porque distantes ou mal disfarçadamente importados, nuns casos, porque mal concebidos e acanhados noutras. Daqui o apoio dos jovens à AD e ao seu projecto; daqui a derrota clara dos partidos situacionistas, agora na oposição.

O Sr. Santana Lopes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É que, Srs. Deputados, é facto inquestionável que quem não tem o apoio da juventude não tem futuro, e este constrói-se com a audácia, o empenho e o dinamismo daqueles que nele acreditam — e a juventude portuguesa acreditou e acredita no futuro!

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Hoje, os jovens em Portugal continuam a olhar a Aliança Democrática como o único projecto viável para reformar e mudar a sociedade portuguesa, para criar as condições básicas essenciais ao livre desenvolvimento da sua personalidade criativa e imaginativa, para edificar o projecto cultural e colectivo em que fortemente se querem empenhar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Aorescida responsabilidade é, pois, a nossa, maioria e seu governo, a de carrearmos a vontade indomável e irrequieta dos jovens portugueses; aqui e agora, para tão grande e inadiável tarefa.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Mas não tenhamos dúvidas também de que a mobilização dos jovens, tão querida como necessária, terá que passar pela satisfação das suas necessidades concretas, que, em momentos de crise, mais agudamente se sentem. É o problema sempre presente e grave do primeiro emprego de quantos saem das escolas e das universidades carecidos de uma rápida e estimulante integração social; é a formação profissional capaz de dotar os homens e mulheres de amanhã dos conhecimentos suficientes para a sua absorção pelo mercado de emprego; é a legislação dos contratos a prazo, essa obtusa monstruosidade que a gestão socialista criou e que só se tem mostrado negativa para os interesses dos jovens; é a necessidade de um ensino de valor eminentemente prático e

objectivo; é a carência de habitações condignas, um elementar direito da pessoa humana tantas vezes arredado das preocupações dos responsáveis e que de forma mais directa e impiedosa atinge os jovens casais ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... enfim, serão tantas áreas quantas aquelas por que invariavelmente se desdobra a actividade humana.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo: É porque entendemos que estes, entre outros, são pontos correcta e devidamente equacionados no Programa do Governo, presidido pelo Dr. Pinto Balsemão, que as bancadas do Partido Social-Democrata lhe manifestam o seu inteiro apoio. É digno de louvor a colocação do problema da habitação como um dos vectores fundamentais da actuação governativa, dada a sua importância social e a imperiosa necessidade de se encontrarem rapidamente as mais adequadas soluções, com especial atenção à grave situação em que se encontram os jovens casais; apraz-nos registar as disposições do Programa, reforçadas pelo Sr. Primeiro-Ministro no seu discurso, de relevância à formação profissional e ao tema do primeiro emprego como um dos principais objectivos da política de recuperação económica defendida; salientamos a vontade governativa de categórica rejeição do actual *status* dos contratos a prazo, de outra responsabilidade, repito, que não nossa e cujo desenvolvimento e efeitos se têm mostrado perniciosos e lesivos dos jovens. Apreciamos a perspectiva humanizante, formativa e prática com que é encarado o sistema educativo e a intenção da sua reforma democrática, sem rupturas pedagógicas negativas para os estudantes; saudamos o propósito do Governo, manifestado, no Programa e reafirmado pelo Sr. Vive-Primeiro-Ministro, de apresentação de uma proposta de lei de estatuto do objector de consciência. Entendemos como digno dos maiores encómios o espírito geral do Programa ao valorizar a cada passo o papel da juventude na definição do País que somos e daquilo que queremos ser.

Srs. Presidente, Srs. Deputados: Com toda a brevidade possível traçei genericamente um conjunto de pontos que, se mais não houvesse, justificam em pleno a confiança dos sociais-democratas portugueses no VIII governo. E da parte dos jovens sociais-democratas a solidariedade será total, certos, todavia, de que sempre será possível fazer mais e melhor — aliás, se em tal não acreditássemos, não seríamos sociais-democratas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O nosso projecto social-democrata, de justiça social, em que os jovens participarão e de que naturalmente beneficiarão, agora integrado no projecto da AD, não está engavetado, antes está dinâmico e dinamizadór.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, tem a juventude portuguesa razões de sobra para, neste momento da vida nacio-

nal, assumir de forma redobrada a confiança e a esperança que em nós depositou.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Sempre a juventude se assumiu, em qualquer ponto do Mundo, como generosa, abnegada e empenhada nas tarefas da definição do viver colectivo. Mas também é verdade ser a juventude por natureza combativa, crítica e exigente na satisfação das suas necessidades concretas e nos meios de construção do amanhã. Como disse um dia o sempre para nós inesquecível Francisco Sá Carneiro, «Portugal é um país adiado, onde os velhos não têm presente e os jovens não têm futuro». Palavras que são agora motivo de forte responsabilidade, mas de inquebrantável confiança para cumprirmos Portugal, dar o presente aos velhos e abrir o futuro aos jovens! E estou certo de que assim será!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado César de Oliveira, que dispõe de três minutos.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente, gastarei muito menos, porque estou tão expectante em relação à intervenção do Sr. Ministro do Trabalho ...

Risos.

Não sou eu deixo de apreciar o reformismo irrequieto do Sr. Deputado do PSD, mas fiquei perplexo... Ontem, o Sr. Deputado Arménio Santos disse que ainda não sabia qual a posição que o PSD iria adoptar quando os contratos a prazo baixarem à comissão: hoje, o Sr. Deputado chama-lhe monstruosidade obsoleta, uma coisa horrível! ...

Em que é que ficamos? Já sabe? Descobriu de ontem para hoje que é monstruoso, ou como é que é?

Responda concisa, rápida e sucintamente: é monstruoso — e então o Sr. Deputado Arménio Santos não sabe o que diz — ou não é monstruoso — e então já alguém sabe o que diz? Não percebo!

Uma voz do PSD: — Descarrilaste!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adérito Campos.

O Sr. Adérito Campos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente que agradeço também a intervenção do Sr. Deputado César de Oliveira, no meadamento quando ele, por sua vez, me devolve a sua gratidão por ouvir a irrequietude reformista de que eu possivelmente terei sido um porta-voz daquela bancada...

Gostava de esclarecer que não ouvi ontem a intervenção do meu colega de bancada Arménio Santos, ...

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — É pena!

O Orador: — ... mas a minha convicção foi a que transmiti e, mais ainda, Sr. Deputado, gostaria de dizer-lhe que falei em nome da juventude, muito particularmente em nome da JSD, porque nós, que temos sentido na carne os problemas levantados por essa legislação actual dos contratos a prazo, consideramo-la

obtusa monstruosidade e mantendo aqui firmemente as mesmas palavras.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PCP: — Vocês agravaram essa lei!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado César de Oliveira.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Continuo a recuar, sendo assim, e já que não é, pelos vistos, a opinião do seu partido mas só da JSD, que a profecia do malogrado Dr. Francisco Sá Carneiro continue a verificar-se e o senhor continue sem futuro...

Vozes do PS e da UEDS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Estás um velho ...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adérito Campos.

O Sr. Adérito Campos (PSD): — Agradeço ao Sr. Deputado a paráfrase que fez do Dr. Francisco Sá Carneiro. De qualquer maneira, gostaria de dizer que a opinião do Partido Social-Democrata, tanto quanto julgo saber, é exactamente e de que a actual legislação dos contratos a prazo não serve de forma alguma os interesses nem do povo português, nem dos jovens trabalhadores.

O nosso objectivo é alterar a actual legislação, que não é digna, sequer, da existência de trabalhadores num país democrático e num país digno que nós pretendemos ser. Por isso nós temos o futuro à nossa frente.

Lamento que o Sr. Deputado não tenha interpretado correctamente a nossa perspectiva.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Registo!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado César de Oliveira, depreendo que a sua bancada quando forma a sua opinião parte de um ponto de vista único e inicial. A nossa bancada não; quando forma a sua opinião parte de pontos de vista diferentes e chega a um ponto de vista final e único.

Se a sua bancada funciona assim, é a vossa que não tem futuro!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Mateus.

O Sr. Rui Mateus (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Srs. Membros do Governo: Devendo a política externa e a diplomacia portuguesas estar ao serviço dos interesses concretos do nosso país, não pode a mesma ser radicalmente modificada por cada governo que chega ao poder para satisfazer projectos político-partidários, mas sim procurar assentar numa larga base de consenso e dentro de uma linha

de continuidade que garantam a Portugal a coerência, a eficácia e o prestígio de que necessitamos.

O 25 de Abril e a institucionalização da democracia política abriram novas portas a Portugal e à sua diplomacia e deram uma nova dimensão ao papel de Portugal no Mundo que dificilmente parece ser compreendido pelo actual governo, tendo em conta a leitura do reduzido e muito vago programa de política externa agora apresentado.

A quase totalidade dos conflitos internacionais a que temos vindo a assistir nos últimos anos e que têm contribuído para o agravamento das tensões internacionais resulta do despoletar de situações anormais a que nem os desígnios de expansionismo do Pacto de Varsóvia nem as fórmulas de capitalismo selvagem são alheias. Teria sido, pois, mais pragmático e mais compreensível se este governo, ao abandonar a sua política externa sem «subserviências nem arrogâncias», que, aliás, ninguém sentiu nos poucos meses em que durou, não passasse tão levianamente para uma seca declaração de «fidelidade à Aliança Atlântica» e tentasse, pelo menos, ter um papel mais adequado a países que, como o nosso, têm todo o interesse em encorajar um verdadeiro diálogo entre os povos.

Não estando em causa para o PS, como aliás nunca esteve, a fidelidade de Portugal à Aliança Atlântica, que consideramos fundamental na defesa dos valores da democracia, não compreendemos a razão pela qual este governo agora pretende com o seu programa repor de novo essa fidelidade em termos de objectivo político, a não ser que no seio da AD tal dado não esteja ainda perfeitamente adquirido ...

Após leitura deste programa, qualquer país da CEE — a que, por opção maioritária, Portugal quer pertencer — poderá com toda a justiça querer saber qual a razão pela qual a nossa política externa não é articulada com a política externa dos nossos futuros parceiros no Mercado Comum e o que é que leva este governo a abdicar de uma participação activa nos grandes temas da actualidade internacional. No diálogo Norte-Sul, em prol da *détente* e do desarmamento gradual e simultâneo dos blocos militares. Enfim, desenvolvendo a sua participação em áreas do chamado Terceiro Mundo, para as quais Portugal — por razões políticas, históricas e culturais — está especialmente vocacionado e donde muitos benefícios, mesmo económicos, poderiam resultar para o nosso país.

Entretanto, no capítulo «Países de expressão oficial portuguesa», deparamos (talvez por descuido) com a repetição monótona da chamada política de abertura do último governo aos países árabes, sendo conhecido que, para além de um tratado cultural com um desses países, pouco se fez no campo das realizações e muito persiste no campo de concessões perigosas para a nossa soberania nacional.

Simultaneamente, este programa é — à semelhança do que o precedeu — totalmente omisso em relação à América Latina, onde a presença portuguesa poderia, com facilidade, através de uma política inteligente e concertada que incluisse a nossa adesão aos actuais processos de democratização — semelhante à da nossa vizinha Espanha —, dar conteúdo à chamada «dimensão económica» da sua actividade externa.

Na realidade, sem pôr em causa os vectores essenciais que deverão nortear a política externa de países democráticos como o nosso, a qual não poderá permanecer dissociada de uma política de defesa clara, Portugal tem perante si a responsabilidade de contribuir para uma correcção do actual sistema de relações internacionais que vise uma maior igualdade entre países ricos e países pobres e que contribua, sem ambiguidades, para a paz.

Nesse sentido, tendo em vista o nosso propósito de integração europeia e a repisada fidelidade à Aliança Atlântica, seria útil, para reforço das nossas instituições democráticas, no momento em que a Espanha pretende aderir à NATO, lembrar o recente e lamentável caso da Turquia. Melhor seria que, para tranquilidade de todos nós, este governo nos dissesse que pensa desenvolver todos os esforços e influências para garantir e alargar a estabilidade democrática de Portugal e dos restantes países do Sul da Europa, propondo a introdução de mecanismos no seio da NATO, destinados a impedir a repetição de tão nefastos precedentes.

O Partido Socialista não está de acordo com as opções de política externa tão vagamente definidas neste programa e não descortina nele nem a imaginação deseável, nem uma ambição duradoura e, muito menos, a generosidade e a dinâmica que seria de esperar de governantes responsáveis pelo reforço das instituições da nossa jovem democracia.

Applausos do PS, da ASDI, da UEDS e do Sr. Deputado do PPM Borges de Carvalho.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Deputado Rui Mateus, apreciei a sua intervenção e tenho apenas duas pequenas questões a colocar-lhe, questões que, de resto, espero que entenda como homenagem à sua intervenção e não como qualquer intenção agressiva:

Falou V. Ex.º na necessidade de Portugal se tornar um interlocutor privilegiado com o Terceiro Mundo, etc. Considera então que a política externa da Aliança Democrática, que vai ser continuada por este governo, teve efeitos negativos nesse relacionamento, ou seja, que houve recuos nesse relacionamento?

A minha segunda pergunta relaciona-se com o facto de o Sr. Deputado ter dito que não há unanimidade na AD em relação à nossa permanência na NATO. Ora eu devolvo-lhe a pergunta, Sr. Deputado: há unanimidade no PS quanto à nossa presença na NATO?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Mateus.

O Sr. Rui Mateus (PS): — Sr. Deputado Borges de Carvalho, como também disponho de pouco tempo, vou responder-lhe telegraficamente, dizendo que, relativamente à sua primeira pergunta sobre a actividade do anterior governo no que respeita ao Terceiro Mundo, penso que essencialmente essa presença não se fez sentir, não se viu e não existe. Não se nota

na América Latina, não se nota na Ásia e nem sequer nos países em que Portugal poderia beneficiar, sobretudo economicamente, se se desenvolvesse uma maior actividade e uma maior presença.

Relativamente à questão da unanimidade dentro do Partido Socialista quanto à nossa presença na Aliança Atlântica ela é óbvia e clara. Aliás, eu só pus o problema em termos de querer saber se no seio da Aliança Democrática existia unanimidade em relação a esse aspecto, na medida em que é necessário estar a repisá-lo em termos de objectivo político, e não em termos de participação — com o que estou de acordo — e de actividade.

Portanto, da nossa parte a unanimidade é óbvia e faz parte de todos os programas políticos do Partido Socialista. Aliás, foi o Dr. Mário Soares que, como Primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal democrático, reafirmou essa vontade de Portugal permanecer no seio da Aliança Atlântica.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Ernesto de Oliveira.

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Ministério dos Assuntos Sociais tem sido um Ministério de ocasião.

De ocasião, porque se em 1979 foi necessário preparar eleições e iludir esperanças arranjou-se um Ministro de bom penteado e fala fácil, que de astro da companhia passou a responsável pelo descalabro.

De ocasião, porque se em 1980 foi preciso um poleiro para galo brigão, antevendo guerra na capoeira, já estava o MAS, que, mesmo assim, não foi suficiente para contentar tamanha ambição, em que, por vistas curtas, o dito se viria a finar.

E de ocasião também agora, no remendo de 1981, onde, se é necessário aplicar a receita do FMI a esta área, então aí está, vindo da velha escola e com provas dadas, um Ministro habituado a gerir despesas em crise, que nos faz lembrar, passe-se a expressão, aqueles cozinheiros que os patrões apreciam e o pessoal detesta.

Pode dizer-se que para este governo da AD o vector essencial da sua política em matéria de segurança social e saúde consiste em restringir ao máximo benefícios e beneficiários, ao mesmo tempo que se acalma ao máximo o grande patronato nacional e estrangeiro.

Ainda não esquecemos as promessas de actualização anual de todas as pensões; a de indexação das mesmas; a de recuperação acelerada das enormes dívidas do patronato à Previdência. Será que tudo isto já foi alcançado e por isso já não é ponto programático para este governo? Não. Todos sabemos que não e os reformados muito melhor.

Do aumento anual prometido passa-se agora para um muito mais vago aumento «periódico»; à prometida manutenção do poder de compra foi agora acrescentado um despudorado «se possível», talvez para disfarçar o facto de este ano ir já para a maioria dos reformados com cerca de quinze meses.

Na ironia que caracteriza o humor do alentejano, dizia-me há dias um velho trabalhador rural refor-

mado das Alcáçovas: «Sr. Dr. vejam lá se fazem para aí outras eleições, que eu cá precisava de um parzinho de botas para o Inverno.»

O Sr. Narana Coissôr (CDS): — É assim que vocês ganham as eleições no Alentejo ...

Risos do CDS e do PSD.

O Orador: — O Sr. Deputado, no Alentejo também se costuma dizer que «as porcas apressadas parem os filhos antes do tempo! ...

Risos e aplausos do PCP e do PS.

E nesta frase se pode resumir o que os reformados pensam da política social da AD. Trata-se apenas de alargar a célebre máxima do derrotado ex-Ministro «quem quer saúde paga-a», para uma nova versão complementar de «quem quer saúde, pensões e reformas dignas que as compre».

É o que se diz no Programa quando se propõe «o estabelecimento das condições institucionais técnicas e financeiras, que estimulem a criação e funcionamento dos esquemas complementares da segurança social, nomeadamente no que se refere às pensões, através de associações mútuas e companhias seguradoras». Se assim é na América, por que é que não havia de ser assim também em Portugal?

E assim se agravarão as desigualdades, e os poucos que foram bem pagos enquanto cidadãos no activo continuarão a sê-lo como reformados, e os muitos que sofreram as dificuldades de um magro salário, não lhe permitindo o acesso aos tais esquemas complementares de segurança social, continuarão a ter a miséria das actuais pensões e reformas. É a lógica do capitalismo e, por isso, da AD. E talvez por isso mesmo a obsessão do CDS, que para responsável dos assuntos sociais nunca encontrou outra alternativa que não a de gestores de monopólios seguradores do 24 de Abril. A obsessão é tal que quase só faltou mudar a designação de MAS para MIS — Ministério da Indústria Seguradora!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à saúde, o que se pode dizer é que a AD não governou, não fez nada, apenas deixou que tudo se agravasse, com a indiferença daqueles para quem o sofrimento dos outros é coisa que lhes não diz respeito. Que assim é mostra-o o facto de este programa continuar a enunciar os mesmos objectivos de concretização imediata que se enunciaram em 1979, aquando do primeiro governo da AD. No entanto, há duas novas promessas e uma omissão. Promete-se acabar com o subfinanciamento do sector e a sua «politização» e omite-se qualquer referência à lei do SNS. Atentemos, pois, nas novidades.

Quanto ao subfinanciamento, propõe-se ultrapassá-lo através de «uma política que estruture rapidamente novas formas de financiamento para a saúde» (citem). E quais serão essas novas formas de financiamento? A resposta vem logo a seguir; e volto a citar: «A comunidade deverá ser chamada a participar nos gastos com a saúde.» Mas será que até agora a comunidade não participou? Então quem

tem pago a saúde e tudo o resto? Será que foi a benemérita bolsa do Sr. Ministro?!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não, Srs. Deputados. O que isto quer dizer são novas e maiores taxas sobre os ombros dos trabalhadores portugueses. O que isto quer dizer é aquilo que já aqui disseram: a saúde não é para os senhores um direito. É um bem que se compra, e que a compre quem tiver dinheiro para isso. Essa é que é a vossa verdadeira política.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à omissão, consiste na não existência de qualquer referência à lei do SNS, até à data não revogada. Com efeito, com carácter de incompreensível urgência, deu a maioria AD desta Assembleia esforçada autorização ao seu anterior governo para arrasar de forma rápida e definitiva a lei do SNS. A autorização foi concedida a um governo que caiu e como, nos termos constitucionais, esse governo não a utilizou em tempo útil, ela caducou com ele. Portanto continua a existir uma lei do SNS que ainda não foi revogada e que este, tal como os anteriores governos da AD, se recusa, de forma ilegal e arrogante, a cumprir. Ou será que nos reservam para a saúde o mesmo expediente indecoroso que utilizaram para a AGAA?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E por último, quanto ao propósito de despoliticizar a saúde, poderíamos pensar que se tratava de acabar de vez com a ingerência da actual direcção da Ordem dos Médicos em áreas que não são as suas. Despoliticizar para este governo significa não ter princípios, planos e objectivos, não fazer nada, deixar andar e acusar de demagogia quem aqui traz a realidade dolorida e propostas sérias para a sua modificação radical.

É, pois, com legítimo orgulho que aqui lembramos que a única lei saída desta Assembleia na anterior sessão legislativa propiciadora de um real passo em frente na humanização dos serviços de saúde em Portugal foi uma lei, da iniciativa do PCP, facultando o acompanhamento familiar da criança hospitalizada.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É igualmente nossa iniciativa a criação por esta Assembleia da Comissão Eventual para o Ano Internacional do Deficiente.

Provocámos um debate sobre política de saúde que culminou com a entrega de 169 requerimentos ao Governo sobre os mais variados problemas locais, regionais e nacionais nesta matéria. E recorde-se que nesse debate ficou claro que só a demagogia AD pode falar, sem estudos nem critérios, em novos hospitais em Lisboa, quando a mesma AD esquece a necessidade e prioridade que apontámos da construção de uma maternidade no concelho de Loures.

Aplausos do PCP.

Apresentámos um projecto de lei de cuidados primários de saúde que só pelo sectário e retrógrado entendimento da AD não é hoje contributo decisivo para a melhoria significativa das condições de saúde do povo português.

Fizemos propostas de alteração ao OGE que, a serem aprovadas, teriam contribuído para que a vida dos reformados, pensionistas e idosos portugueses fossem bem menos amarga.

Srs Deputados: O saldo vergonhoso da actuação do Governo neste campo torna transparente que é na AD que mora a demagogia, a inacção, a passividade cúmplice com interesses egoístas, e que é ela quem utiliza e utilizou bandeiras políticas pintadas com as cores da doença e da miséria da maioria dos portugueses.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr Presidente, naturalmente não vou fazer nenhuma pergunta a um Sr. Deputado que se limita a reproduzir o Programa do Governo e a fazer um relatório das actividades do Grupo Parlamentar do PCP na última sessão legislativa, mas naturalmente que há determinados vícios a que o Partido Comunista, talvez por ter um cariz excessivamente policial, não pode fugir. Assim, é absolutamente lamentável que um Sr. Deputado nesta Câmara se atreva a apreciar a actividade de Ministro dos Assuntos Sociais baseando-se no facto de serem gestores da actividade seguradora. Possivelmente isso só lhes deu maior capacidade, e a resposta veio efectivamente da população portuguesa, veio de votações, e espera-se que a actividade do actual Sr. Ministro, com toda a sua experiência e capacidade de gestão reconhecida a todos os níveis, continue uma obra iniciada, a desenvolva e não utilize a demagogia barata do Partido Comunista Português.

Sr. Deputado, já vai sendo tempo de V. Ex.^a discutir ideias, discutir programas, e de não estar só a falar de pessoas, porque possivelmente nós também lhe poderíamos apontar o facto de que alguns senhores presidentes de Companhias de seguros para terem alguma segurança, se refugiaram no Partido Comunista, sendo hoje possivelmente titulados de trabalhadores rurais ou de qualquer outra coisa!...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Robalo à Saúde!...

Risos do PCP.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — O Sr. Ministro Freitas do Amaral, arranje lá um lugarzinho de Secretário de Estado para o Sr. Deputado Carlos Robalo ...

Risos.

Depois de passar pelo governo ficou assim ...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Ernesto de Oliveira.

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Serei muito breve, Sr. Presidente.

Direi apenas ao Sr. Deputado Carlos Robalo que se a competência do novo Ministro dos Assuntos Sociais, que na área da gestão de seguros não ponho em causa, for a mesma que manifestou na área da habitação, onde, quando foi para lá, os senhores garantiam que iam resolver o problema — os resultados afi estão!... —, se a competência for a mesma, dizia, nós cá estamos também para ver e o povo português para sofrer.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, é apenas para responder a um aparte.

Quero dizer aos Srs. Deputados do PCP que não é nos partidos ou nos governos democráticos que as pessoas se vendem por lugares. Isso é de facto a maneira de ser dos partidos totalitários, das ditaduras, nas quais, naturalmente, o Partido Comunista ocupa lugar cimeiro.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Ora, pois claro!

Risos do PCP.

O Orador: — Sr. Deputado, não tenha dúvidas. Eu conheço a diferença de tratamento das diversas classes, percebe? Eu conheço-as directamente e, naturalmente, não as uso, por uma razão muito simples: é que antes da doutrina política existe para mim o homem, percebe?

E os senhores também me merecem respeito, ainda que considere a vossa doutrina lamentável e anti-humana, percebe? É só isso, Sr. Deputado!

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Mas por que é que está tão escamado, Sr. Deputado Carlos Robalo? Não tem sentido de humor, não tem nada!...

O Sr. Narana Colisoró (CDS): — Então, pouco barulho...

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Era mais simpático...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Ernesto de Oliveira.

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, é apenas para dizer que há pouco o Sr. Deputado Carlos Robalo começou por me aconselhar a discutir programas, a discutir ideias e a não fazer demagogia, mas, Sr. Deputado, se V. Ex.^a tivesse atentado um pouco mais na exposição que acabou de fazer, talvez não tivesse proferido a primeira.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, é para, à laia de um muito curto protesto e porque não tenho muito tempo disponível, pedir ao Sr. Depu-

tado Carlos Robalo que sossegue um pouco... Está muito excitado...

Risos.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito obrigado...

O Orador: — Falou em coisas policiais, em totalitarismo a respeito de saúde... Está muito excitado, Sr. Deputado. Sossegue um pouco...

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Este é que nos vai tratar da saúde agora...

O Orador: — A discussão do Programa do Governo vai beneficiar com o seu sossego.

Risos do PCP e do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Portugal da Silveira.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em virtude de estranhas circunstâncias, estão hoje os Portugueses habituados a fazer da crise o seu quotidiano.

Ao longo do quase meio século do anterior regime fez-se coexistir o discurso da estabilidade das instituições e do escudo com a pobreza dos nossos recursos e esta pobreza congénita era estranhamente compatibilizada com a propaganda que se fazia das riquezas do imenso império que então possuímos.

Éramos então, no paradoxal conceito dos governantes da ditadura, um pobre país muito rico.

Tão bizarra construção foi o alimento da abulia de um povo submetido. Era esta a crise da época.

Mas depois?

Depois foi a crise de um processo revolucionário.

Foi a crise do Verão quente.

Foi a crise de governos minoritários.

Foi a crise dos governos de iniciativa presidencial.

Uma voz do PS: — Foi a crise da AD! ...

O Orador: — Foi a crise de três processos eleitorais no espaço de um ano.

Foi a crise do brutal desastre que vitimou estadias de envergadura e interceptou um processo então em curso.

Ultimamente, foi a crise do VII Governo.

Dentro deste tecido inseriu-se a crise do petróleo, a crise económica interna (a inflação, o desemprego, etc. ...). Agora, a crise que advém da subida do dólar.

Perante este quadro, e muito sucinto ele é, parece, pois, sermos um povo condenado à crise permanente e que tem, como desesperante horizonte, não mais que a digestão angustiante dessa crise.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Por que é que não se suicida?

O Orador: — A esperança estaria assim perdida e todos nós condenados à inevitável mediocridade.

Mas não haverá, de facto, esperança?

Estarão as portas do futuro fechadas para nós?

Pela nossa parte, recusamos a condenação.

E recusámo-la porque acreditamos na capacidade — ainda que agora adormecida — do povo a que pertencemos. A sua história representa um património cultural e de experiência adquirida em oito séculos de vida em comunidade que, mais tarde ou mais cedo, terá que despertar.

Mas, para além do inestimável valor que este património representa, haverá recursos materiais que lhe sirvam de suporte?

A tese já antiga diz que não. Somos um país pobre.

Mas estará a razão do lado dos arautos do desespero?

Recusamo-lo também.

Muito ao contrário das teses instaladas, nós não temos um país pobre.

Talvez que o afã com que durante séculos andámos lá por fora nos tenha limitado o tempo e o cuidado de conhecer bem os cantos da casa.

Hoje, porém, no remanso do nosso rincão, foi já possível, e quase sem querer, lançar o olhar para o Alentejo e verificar que estão lá pirites, que, ao que por agora se sabe, representam mais de 10% das reservas mundiais, e que alguns desses jazigos, como é o caso de Neves/Corvo, são dos de mais elevado teor que se conhecem. Suspeita-se também e fundamentalmente que os trabalhos em curso possam vir a revelar realidades que nem me atrevo a imaginar.

Também hoje já é possível olhar para o ferro de Moncorvo como realidade de há muito bem conhecida, mas que até agora esteve à espera que o fossem lá buscar.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Mas já lá foram?

O Orador: — Sabe-se também — e a investigação está em curso — que há gás natural e talvez também petróleo no off-shore do Algarve.

As hipóteses de significativos recursos carboríferos na bacia do Douro são outra perspectiva que agora começa a desenhar-se.

É isto um país pobre?

Por outro lado, somos hoje detentores, em termos de exploração económica exclusiva, de uma área marítima quase vinte vezes maior do que a do território nacional, cujas riquezas — que ainda ignoramos — esperam somente o esforço de as ir colher.

Justifica este quadro que todos os dias se faça o discurso da crise, o discurso do desespero?

Certamente que não!

O que temos que fazer, e justificadamente, é mostrar constantemente aos Portugueses que o seu horizonte é amplo e aberto; que temos ao nosso dispor meios — e não só os que em breve resenha atrás deixei — que colocam nas nossas próprias mãos o destino e o futuro.

E é este o apelo que faço não só ao Governo e não só à maioria. Faço-o também à própria oposição democrática, para quem é legítimo discutir o método, mas que certamente o não fará quanto ao objectivo.

Faço particularmente um apelo à comunicação social privada para que não se deixando enredar totalmente na mensagem partidária que será a sua, reserve algo de si para um projecto que é de todos. E também, e por maioria de razão, se impõe que a estatizada se empenhe, como lhe cumpre, e se liberte — ou seja

libertada, se tal for necessário — de modelos que já fizeram época, mas que numa sociedade democrática são intoleráveis.

É urgente, pois, que ao discurso da crise que ouvimos tanger durante décadas, ele próprio, afinal, causa e efeito, se siga desenvolvendo por todos o discurso que possa abrir os caminhos do futuro e que terá de ser o discurso da esperança.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

Entretanto assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção o Sr. Deputado Marcelo Curto.

O Sr. Marcelo Curto (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Programa do VIII Governo, no capítulo do trabalho e emprego, parece a continuação das fórmulas do Programa do VII, com algumas diferenças, que se traduzem, afinal, na eliminação de dois ou três aspectos, que podíamos considerar a tinta social-democrata: desaparecem, com efeito, do Programa do VII Governo, da AD, entre outras, as referências à celebração de acordos globais entre os parceiros sociais e o centro dos objectivos fundamentais, que seria para o Ministro do Trabalho do VII Governo a melhoria gradual das condições de vida da população trabalhadora.

Parece que seria esta uma das magras fatias socia-democratas que o Ministro Nascimento Rodrigues queria manter, mas o realismo de João Salgueiro, a CIP e o modelo do FMI não o deixaram.

Não temos nem interessa analisar o tom vago e vazio deste programa de trabalho e emprego, mas, se juntarmos as peças entretanto dadas a público, conseguiremos deslindar o fio à meada.

Temos, assim, as declarações de Nascimento Rodrigues ao *Expresso* que indicam a intenção de alterar a Lei da Greve e a sua recusa social-democrata de capitulação classista, as declarações de João Salgueiro a *O Jornal* quanto à necessidade de uma revisão realista da legislação de trabalho e, depois, a conferência de imprensa da CIP. Nesta reclama-se já o *lock-out* e, entre outros aspectos que desincentivam o esforço e a produtividade segundo a CIP, a eliminação ou diminuição dos poderes dos delegados sindicais e das comissões de trabalhadores.

Para coroar esta girândola de indícios processuais, o Sr. Ministro do Trabalho, Dr. Queirós Martins, declara a *O Jornal* que pretende «uma abertura nas justas causas de despedimento, balanceada com uma restrição nos contratos a prazo», no género de abrir uma válvula e fechar outra, e que, assim, se criariam as condições para que os postos de trabalho sejam garantidos e até aumentados. Como? Porque esse vetor, para as entidades patronais, é mais um elemento psicológico do que real, e logo a seguir: empresários estrangeiros hoje que acabaram por preferir fixar-se em Espanha porque as condições da legislação laboral eram diferentes. Na verdade, em Espanha, a lei, em 1977, passa de um regime em que se exigia uma carta explicando os motivos do despedimento para um *despido arbitrário* em que se baixa a indemnização mínima e diminuem os requisitos de fundo e de forma para levar a cabo o despedimento, no dizer

de um conjunto de professores de Direito em artigo publicado no jornal *El País* em 12 de Abril de 1977. É este o modelo que o VIII Governo pretende adoptar?

Quanto à Lei da Greve, o Sr. Ministro diz na mesma entrevista que «era um erro crasso e tremendo mexer na Lei da Greve por iniciativa do Governo. Note-se: por iniciativa do Governo.

Todas estas meias-tintas são a bandonadas pelo Sr. Primeiro-Ministro no seu discurso inaugural. Repete o discurso da CIP: «a actual legislação laboral não tem virtualidades para relançar a actividade económica»; detecta um sistemático não cumprimento da Lei da Greve vigente, «nomeadamente a sua frequente utilização como arma política», e considera necessário revê-la. Será isto um recado para a maioria parlamentar AD, ou é mesmo o Ministro do Trabalho que terá de engolir as suas declarações e propor a revisão da Lei da Greve? E como? Face ao artigo 59.º da Constituição, contra o qual, e só no seu n.º 2, se levantaram 10 votos contra, do CDS, na Assembleia Constituinte?

Quanto a despedimentos, o Governo vai pôr um ponto final no enxame de parasitas. Refere-se o Sr. Primeiro-Ministro aos capitalistas, que sugam o trabalho alheio? Aos especuladores, que em vez do empobrecimento, larvar experimentam o enriquecimento descarado à custa dos produtores? Mas se o Sr. Primeiro-Ministro se refere aos trabalhadores, a quais? A que tipos e categorias? Aos que enfrentam as entidades patronais, dirigentes e delegados sindicais, que lutam em nome dos seus camaradas por melhores condições de trabalho e fazem parte das «elitas negras» de todos os países capitalistas? Aos que fogem à alienação e opressão do trabalho por necessidade e são considerados absentistas?

Magra compensação vai ter este governo da parte da CIP, porque para a CIP, Sr. Primeiro-Ministro, o seu governo é o conselho de gestão de uma empresa em que a CIP é a única accionista, tal como o concebe o director-geral dessa organização no último número do jornal *Expresso*. E, nestas condições, o conselho de gestão tem de corresponder às esperanças dos accionistas... Seuão...

Só uma última referência às várias formas de prémio que o Sr. Primeiro-Ministro sugere para os trabalhadores. Em primeiro lugar, quem julga do mérito é a contraparte com interesses diversos. Em segundo lugar, os prémios de produtividade à Taylor não são remuneração de qualquer mérito, mas a tentativa de criação de cavalos de corrida. Se há aumentos de produtividade — e tem-nos havido! —, que se incluem nas revisões dos CCTs ou que sejam negociados colectivamente. É assim, Sr. Primeiro-Ministro, que se faz por essa Europa fora...

E antes de falar em prémios, que tal se este governo se preocupasse em manter os postos de trabalho, por exemplo os da Messa, que é uma empresa viável?

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não podem ficar dúvidas nesta Assembleia de que o Partido Socialista está contra e votará contra este programa de governo. Mas, além disso, lutará, ao contrário deste governo:

Pelo cumprimento da Lei das Comissões de Trabalhadores;

Pela manutenção e alargamento dos direitos dos delegados sindicais nas empresas;

Pela manutenção e melhoria da Lei dos Despedimentos e, sobretudo, para que o conceito de justa causa se mantenha nos seus estritos limites legais e jurisprudenciais;

Pela garantia do direito à greve nos termos constitucionais vigentes, entre outros aspectos.

Eis toda uma diferença entre o Programa do VIII Governo, da AD, e os princípios e a prática do PS.

Nós consideramos que só com a participação e interesse dos trabalhadores, sem pressões e ameaças direitistas, poderá haver aumento de produção, estabilização social e recuperação do desenvolvimento económico.

Esta é a parte laboral da aposta do socialismo democrático.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Deputado Marcelo Curto, estive bastante atento à sua intervenção, que aguardava com bastante interesse porque julguei que, dada a sua responsabilidade devia ao facto de ter sido Ministro do Trabalho e de ser o Presidente da Comissão de Trabalho desta Assembleia e, de resto, por tudo quanto tem feito pela legislação do trabalho, viesse produzir aqui uma intervenção substancial sobre o Programa do Governo, que bem a merecia.

Mas, pelo contrário, apenas esgotou o seu tempo em generalidades, a transcrever o que disse aqui o Sr. Ministro Nascimento Rodrigues e o Sr. Primeiro-Ministro, não tendo sequer feito uma crítica. De facto, não mostrou onde é que estava o erro, tendo-se limitado a dizer que aquilo estava em consonância com a CIP, o que aliás o Sr. Deputado Jerónimo Martins há quatro anos nos vem dizendo, isto é, que tudo aquilo que os governos fazem, inclusivamente os socialistas, é sempre por ordens da CIP ou de qualquer outra central do «patronato reaccionário».

Portanto não nos trouxe novidade nenhuma, tendo vindo aqui dizer apenas aquilo que o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa faz com mais vivacidade e mais experiência, pois há muito tempo que diz a mesma coisa.

Ora bem, eu gostava de saber se é ou não verdade que a própria Lei dos Despedimentos prevê a sua regulamentação e revisão no último artigo. Ou seja: a própria lei gonçalvista, que depois foi aqui modificada, não deixou ficar nada do artigo que prevê a sua revisão dentro de um tempo relativamente curto que ainda não chegou?

Em segundo lugar, gostava de lhe perguntar o seguinte: não foi o 2.º governo socialista que nomeou uma comissão de juristas abalizados, um grupo de trabalho de juristas abalizados, para rever toda a legislação laboral, inclusive a Lei dos Despedimentos, grupo esse que chegou a trabalhar e que fez um anteprojecto dactilografado para o Sr. ex-Ministro Maldonado Gonçalha de cerca de 120 artigos, projecto

de diploma esse que depois ficou na «gaveta» porque entretanto o Governo caiu?

É ou não verdade que foi sempre intenção dos governos socialistas rever a legislação laboral de modo a adaptá-la às necessidades, porque esta legislação se tem mostrado incompatível com as conjunturas económicas e sociais que se vão sucedendo?

É ou não verdade que as leis do trabalho não são eternas, que são modificáveis e que têm de se adaptar em cada momento quando as próprias necessidades dos trabalhadores assim o exigem e de acordo com aquilo que eles querem?

Não entende o Sr. Deputado Marcelo Curto que, para a actual situação de desemprego que vivemos, a lei de férias, feriados e faltas se mostra desajustada e que é necessário revê-la para que haja uma maior oferta de emprego por parte das empresas?

Não acha que muitas das alíneas do artigo 10.º da Lei dos Despedimentos têm causado grandes controvérsias jurisprudenciais e é preciso melhorar a explicitação dos seus conceitos?

Em suma, pergunto: a Lei dos Despedimentos é uma «pirâmide do Egípto» ou é uma lei ordinária como qualquer outra, modificável, para melhor ser adaptada às necessidades conjunturais do País e às próprias necessidades dos trabalhadores?

E a lei das férias e feriados é também outra «pirâmide do Egípto» ou também é passível de modificação para satisfazer os próprios interesses dos trabalhadores?

Entende o Sr. Deputado que as leis do trabalho só são modificáveis por imposição da CIP e que os partidos políticos têm as mãos atadas para o fazer?

Por que é que só a CIP é que terá este direito, quase «divino», que o Partido Comunista e agora o Sr. Deputado Marcelo Curto lhe atribuem, de exigir a modificação das leis laborais e não poderão os partidos políticos e as próprias organizações profissionais dos trabalhadores exigir também essa modificação da legislação, como aliás o Partido Socialista modificou a Lei dos Despedimentos gonçalvista?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Falou a voz da CIP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Marcelo Curto.

O Sr. Raul Rego (PS): — Quase não vale a pena ...

O Sr. Marcelo Curto (PS): — Sr. Deputado Narane Coissoró, nós não podemos entrar aqui numa discussão entre juristas e muito menos eu posso estar a dizer-lhe se existiu ou não um projecto de 120 artigos da autoria do ex-Ministro e camarada Maldonado Gonelha porque esse projecto de diploma nunca viu a luz do dia apesar de ter sido falado pelo ex-Ministro Maldonado Gonelha.

Portanto, eu não tenho conhecimento desse projecto e penso que não podemos estar aqui a discutir entre nós se existiu ou não ou que soluções continha em relação aos despedimentos.

Relativamente ao Decreto-Lei n.º 372/75; já sofreu revisões e o Sr. Deputado sabe tão bem como eu que está prevista a sua revisão para dentro de um ano. Portanto é inútil estarmos a discutir esse ponto.

Todas as leis podem ser revistas e o que eu disse na minha intervenção e mantendo foi que há uma

coincidência e um seguimento temporal, até, entre os propósitos declarados pela CIP — e isso mesmo antes de se começar a discutir o presente Programa de Governo — e os propósitos aqui enunciados pelo Primeiro-Ministro. Foi por isso que fiz as citações que fiz. É que elas são de tal maneira paralelas que qualquer pessoa medianamente dotada vê que há efectivamente um seguimento e uma motivação para essas declarações.

Por outro lado, em relação ao problema da justa causa de despedimento, eu fiz a minha intervenção e espero que o Sr. Ministro do Trabalho explique aquilo que quis dizer na entrevista que deu aquando da abertura das justas causas de despedimento, porque o conceito de justa causa é um conceito jurídico, é um conceito amplamente tratado na jurisprudência e, deem-se-lhe as voltas que se lhe derem, não há qualquer possibilidade de estar a transformar em justa causa um motivo que não seja efectivamente grave.

Portanto, aguardamos a intervenção do Sr. Ministro do Trabalho e não vamos continuar aqui a discussão jurídica sobre o problema da justa causa. Todavia, do que não há dúvida é de que as declarações inseridas no discurso do Sr. Primeiro-Ministro são efectivamente paralelas ou provocadas pelo discurso da CIP.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — O que eles querem é 3 milhões de contratos a prazo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narane Coissoró:

O Sr. Narane Coissoró (CDS): — Eu admiro-me porque é que o Sr. Deputado Marcelo Curto vê esta coincidência entre as declarações da CIP e a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro e não vê a mesma coincidência entre um artigo publicado por um dos «grandes patriarcas» da CNARPE, que é o Sr. José Rabaça, no *Diário de Notícias*, em que, por exemplo, defende o *lock-out* e também a modificação da Lei da Greve e da legislação laboral, cidadão esse que está muito perto da ideologia do Sr. Deputado Marcelo Curto e que é um dos «grandes patriarcas» do progressismo português. Por que é que o Sr. Deputado não vê a mesma coincidência entre as palavras do Sr. Primeiro-Ministro e as ideias da CNARPE e por que é que recorre sistematicamente à CIP, quando há uma similitude entre as ideias da CNARPE e as da CIP?

Uma voz do PS: — Que confusão que para aí vai!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Anselmo Anibal.

O Sr. Anselmo Anibal (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Depois do Programa apresentado e do discurso do Primeiro-Ministro, o Governo nada mais disse sobre uma das prioridades que apresenta, a promoção da habitação; nada mais disse sobre uma das questões de regime que esboçou, a regionalização, e nada mais disse sobre a tão celebrada reforma administrativa que, valha a verdade, lhe valeu em Abril último uma actuação tão primária do ex-Ministro Marques de Carvalho que a AD o teve de largar de mão, oficializando uma demissão conquistada por uma luta

colectiva assumida com grande cotação por trabalhadores, técnicos e quadros da administração central e local.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A habitação ocupa uma página e meia das 170 do Programa. É pouco para prioridade. Pinto Balsemão anunciou medidas, para a Assembleia ouvir e TV repercutir, mas deixou-as rodeadas de uma névoa, suficiente para o perjuro futuro. Falou de requisição de habitações devolutas e ninguém ficou a saber quais eram e quem as requisita; falou de sociedades de financiamento para a habitação que sugere acumulações de capitais procuradores de reprodução rápida, mas nada mais. Falou de cooperativas de habitação, tentando responder às críticas recentemente feitas pelo movimento cooperativo, mas não foi capaz.

Isto é: a habitação é entendida como prioridade, apenas como manobra de *marketing barato*.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Balsemão e os seus conselheiros queriam refazer imagens e *slogans* nesta continuidade do 7.º para o 8.º; no 7.º era a «libertação da sociedade civil», a chamada «qualidade de vida», a inflação a 16%; agora, entre outras, é a habitação. Não tem qualquer crédito para este golpe de rins.

E não tem na área da habitação, porque: em 1.º lugar, a prática dos Governos AD em matéria de oferta, conduziram à forte desaceleração em relação às licenças concedidas para a construção de habitação e houve ainda desaceleração sensível ou acentuada em indicadores indirectos registados sobre a construção; em 2.º lugar, os municípios foram defraudados no seu financiamento pela não aplicação da Lei de Finanças Locais — não tendo os meios para adquirir solo, construir infra-estruturas, urbanizar terrenos, não fizeram senão muito pouco do que era possível. A especulação imobiliária ganha com isso, os grandes promotores privados enriquecem em pouco, é um ver se te avias, há aqueles que enriquecem em operações que todos conhecem, mas a que, piedosamente, fecham os olhos. Algumas câmaras dirigidas pela AD sabem tanto destas negociações do imobiliário que algumas têm referido em público que é necessário que o segredo seja bem guardado, para que seja a alma desses negócios, destas negociações; em 3.º lugar, os que procuram comprar ou arrendar casa sabem as que encontram. Sabem os esquemas montados e os juros elevadíssimos, apesar dos programas anunciados. Aponta-se a meta de construção de 50 000 fogos, mas para que preços? Mas para que grupos sociais? Os 50 000 fogos, aliás, não são alcançáveis nestas condições, com o Fundo de Fomento de Habitação na situação que se conhece, com as empresas de construção de habitação, em variados casos, em situação de menor eficácia e produtividade. O Sr. Primeiro-Ministro neste seu canto de cisne que este programa é, escolheu esta prioridade. Nós confirmamos que é prioritário o crescimento da habitação. O que negamos é que sejam estas as formas de a atacar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros, especialmente Sr. Ministro da Administração Interna, que está ausente: A regionalização para o Primeiro-Ministro é questão de regime; para nós é mais rigoroso defini-la como forma institucional de organização política do Estado. O Dr. Balsemão na resposta de segunda-feira desfigurou, com uma desfaçatez que lhe é talvez mais usual desde que promovido ao topo de um dos órgãos de soberania, uma posição do Grupo Parlamentar do PCP, sublinhando que a regionalização não é uma das perspectivas de organização do Estado que temos desenvolvido. Ora, o que não existe da nossa parte é a demagogia balofa e emblemática de Pinto Balsemão.

A regionalização é uma das formas institucionais de poder local, previstas constitucionalmente. O Grupo Parlamentar do PCP foi o primeiro grupo parlamentar a apresentar, já em 1977, um projecto de texto legislativo sobre regiões. Nunca deixámos de atentar nas importantíssimas vantagens da criação de uma verdadeira estrutura de descentralização a nível onde as economias de escala, a conjugação de áreas diversas, se verificam de forma nítida. Mas temos bem presente que há falsas regionalizações e uma verdadeira regionalização. E as medidas tomadas durante os governos AD são bem exemplo de caminhos para regionalizações falsas.

Um dos caminhos falsos, por exemplo, é o papel das Comissões de Coordenação regional (CCRs) nesses prolegómenos à regionalização. Essas CCRs, como bem saberá (ou não saberá?) Angelo Correia, têm, em vários casos, uma prática que procura esvaziar as competências e as atribuições dos municípios, sendo apenas órgão do aparelho de Estado, quando muito à procura de alguma desconcentração ...

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Porque não há que esquecer. Não é a mesma AD que agora fala de regionalização que desmunicia os municípios e os defrauda? Mas não é a mesma AD que agora fala de regionalização, que, ao mesmo tempo, representa projectos dirigistas como o de criar uma associação nacional de municípios que possa, em fidélidade, legitimar esbulhos como os dos financiamentos às instituições locais? Mas não é a mesma AD que fala de regionalização que continua a falar da revisão da Lei de Finanças Locais, sem nada precisar sobre o conteúdo da mesma? Nós sabemos o que é a receita usual da contenção das despesas de consumo público quando um Estado se atrela ao FMI. A nova Lei das Finanças Locais que agora se anuncia deve ser apenas a pretensa tentativa de legitimar os esbulhos que tanto Cavaço Silva-Eurico de Melo em 1980 realizaram, como Morais Leitão-Fernando Amaral, em 1981, repetiram. Nada se diz, de novo, sobre esta matéria, o que significa que João Salgueiro-Angelo Correia vão praticar a mesma política faltando à lei vigente ou inventando uma nova lei. Mas terão o custo político das suas opções e, mais cedo ou tarde, os actuais Ministros, por mais que isso custe à sua arrogância, deixarão o Governo, porque a AD deixará de ser Governo.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Uma palavra final ao Sr. Ministro da Justiça e da Reforma Administrativa.

O problema dos grandes complexos organizacionais, multi-estruturados e de variados escalões decisórios e de poder, que são os Ministérios, as direções-gerais, os institutos, não está apenas nas sentenças alinhavadas, algumas com meridiana clareza, no Programa. O problema está em tudo o que não é escrito e que põe entre parêntesis. A AD não trata nem tratará racionalmente das estruturas do aparelho de Estado, porque se serve delas ...

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — ... porque tem clientes que a elas se penduram, porque à mesa do orçamento e dos poleiros há gente que quer ver pagas as suas fidelidades. A AD não serve o aparelho de Estado e as autarquias. Serve-se. Por isso mesmo não poderá ser governo do nosso país.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Cavaleiro Brandão.

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Permita-me uma curta e desprestensiosa intervenção.

Todos sabemos que faz parte da lógica paralelipédica do Partido Comunista que os trabalhadores lhe pertencem e que «os outros» estão contra ele e, por via disso, inevitavelmente contra os trabalhadores. Temos assistido à monocórdica repetição deste princípio de fé, sejam quais forem «os outros», sejam quais forem as circunstâncias.

«Os outros», essa generalizante e abstraída entelequia, pode ser qualquer governo social-democrata; democrata-cristã, socialista ou independente, têm sido instituições e organizações tão distantes entre si como a CIP, a UGT; e podem ter sido personalidades ou organizações de qualquer outro teor. Este tipo de linearidade pouco infantil, embora infantilizante, não mereceria que o meu partido perdesse grande tempo com as repetitivas, descoloridas e degarradas, embora geralmente altissonantes, diatribes que os deputados comunistas aqui, mais uma vez, debitaram contra os papões-outros, encartolados e cheios de dólares, em marcha para a infernal e universal espoliação dos trabalhadores.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não valeria a pena, dado o jamais renovado imobilismo dos comunistas e por já estarmos, de certo modo imunes à técnica da repetição.

Não valeria ainda a pena, sobretudo, porque as linhas fundamentais da política laboral deste governo são, no essencial, coerentemente, estavelmente, as mesmas dos anteriores governos saídos da Aliança Democrática. Não são mais do que a concretização e desenvolvimento do projecto da AD que o povo português aprovou e democraticamente consagrou.

Apesar disso, aqui estamos, por entendermos que politicamente se tentou criar — e o Sr. Deputado Marcelo Curto mais uma vez o tentou — artificial mas ostensivamente a ideia de que teriam ocorrido

alterações substanciais maquiavelicamente montadas sobre o sacrifício político de um ex-ministro.

Importa, nessa medida, deixar aqui bem expresso serem os objectivos deste governo no plano laboral, estável e coerentemente, os mesmos que foram transparentemente submetidos ao sufrágio do povo português e sobre a aprovação das quais está democraticamente fundada esta maioria parlamentar.

E importa salientar que esperamos do novo Ministro do Trabalho, que foi o primeiro e mais directo colaborador do que agora cessa funções, igualmente membro do PSD, a capacidade de prosseguir, coerente e estavelmente, a política do trabalho bem explicitada do projecto da Aliança Democrática.

Para tanto não poderá, no entanto, esquecer a experiência acumulada nestes últimos tempos, nem poderá ignorar a evolução das circunstâncias envolventes e necessariamente influentes de qualquer política no sector laboral.

Quando me referi à experiência acumulada, estava a significar, nomeadamente, as reservas e resistências, uns e a ostensiva recusa, outro, que certos parceiros sociais têm oposto à sua linha livre participação no «diálogo social alargado». O Governo manterá certamente o essencial da sua filosofia, e do seu programa reafirmando claramente a sua inteira abertura ao diálogo e a sua crença nas virtualidades do tripartidismo. O Governo não poderá, porém ficar paralisado pela desilusão que advém do imobilismo, da incapacidade, da inépcia e até da má fé de certas organizações que tantas responsabilidades têm consigo. Há trabalho a fazer, há sobretudo promessas a cumprir. Teria sido bom que a revisão da legislação laboral pudesse ter beneficiado do diálogo entre os parceiros sociais e o Governo. Não terá sido possível, por culpa de alguns desses parceiros sociais, nem há mesmo grandes perspectivas de que o venha a ser a curto prazo.

O Governo já conhece com profundidade as posições que mais ou menos rigidamente os parceiros, uns e outros, vêm assumindo. Não quiseram eles, entre si, tentar ajustar um novo ponto de equilíbrio. Cumpre ao Governo fazê-lo por si próprio no escrupuloso cumprimento das regras constitucionais que condicionam a produção legislativa no sector laboral e no estrito respeito pelas convenções internacionais já ratificadas nessa mesma matéria.

Ninguém poderá agora queixar-se de intervencionismo excessivo ou de abuso de iniciativa por parte do Governo, sobretudo carecendo para tanto de qualquer legitimidade aqueles que têm subtraído o seu jogo às regras do diálogo e da transferência democrática.

Ao defendermos, nestes termos, que se avance na revisão da legislação laboral, não estamos a dizer nada de particularmente inovador.

Uma voz do PCP: — Ab!

O Orador: — Nem estamos a consentir que se pretenda adivinhar ou especular com quaisquer eventuais intenções de se porem em causa direitos, regalias ou garantias fundamentais dos trabalhadores, ou mesmo das organizações deles democraticamente representativas.

Se não acreditarem nas nossas boas intenções...

O Sr. Carlos de Brito (PCP): — Não acreditamos.

O Orador: — ..., concedam-nos ao menos, as oposições, algum crédito ao nível das nossas inteligências.

Risos do PCP.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — A inteligência ao serviço de quem?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Inteligência não é consigo.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Não estou a falar da minha, mas da vossa.

O Orador: — Tanto basterá, penso eu, apesar de tudo, para que se desvaneçam quaisquer dúvidas e para que se possam reconhecer formalmente garantias a inteira democraticidade e a transparência do processo de revisão de legislação laboral e o escrupuloso respeito por aquilo que possa considerar-se aquisição essencial e definitiva desse ordenamento jus-laboral.

É no entanto oportuno — e desde sempre o prometemos, a oportunidade tem sido reconhecida por todos e mais uma vez aqui hoje ficou acentuada — que se proceda agora a uma reapreciação do conjunto da regulamentação do trabalho. Há ajustamentos imprescindíveis; que tendam à eliminação de alguns abusos que se verificam no modo como são vividos e aproveitados, na prática, alguns institutos jurídico-laborais. Há, por outro lado, que admitir-se um reordenamento global dos precários equilíbrios resultantes do nosso mal entrosado tecido legal. Mas sublinhe-se, se encaramos a possibilidade de se encontrar um novo ponto de equilíbrio, já não admitimos porém que ele possa vir a considerar-se globalmente menos favorável aos trabalhadores. Pelo contrário, embora possa vir eventualmente a pretender-se que determinados ajustamentos específicos eliminem, de privilégios ou excessos injustificados, o uso pontual na sua globalidade, um novo ponto de equilíbrio terá sempre de ser mais positivo e favorável aos trabalhadores encarados os seus interesses no conjunto complexo que resulta das suas relações individuais de trabalho, dos seus direitos colectivos e das suas aspirações à segurança e ao emprego.

Por outras palavras: Poderá suceder que, no pequeno plano dos ajustes pontuais a introduzir, possa resultar aparentemente prejuízo pontual também para os trabalhadores.

Na realidade, porém, apenas admitiremos que se limem arestas, que se corrijam erros detectados, que se preencham lacunas verificadas, que se evitem abusos ou excessos injustificados e até inconvenientes.

Em contrapartida, no grande plano de uma revisão e reponderação global do direito do trabalho, qualquer novo ponto de equilíbrio, que venha eventualmente a implicar a modificação estrutural dos vários institutos, terá que significar, no seu conjunto, um resultado final globalmente mais favorável aos trabalhadores.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: Em face de quanto disse — de algumas ambiguidades suscitadas, de algumas perplexidades para mim justificadas mas aqui expressas —, consideramos oportuno vir aqui deixar expressas algumas regras

que, em termos gerais, balizarão a revisão da legislação do trabalho e, por esse modo, deixar expressamente garantido que apenas está em vista o escrupuloso cumprimento do projecto da Aliança Democrática e a defesa dos interesses dos Portugueses, nomeadamente dos que vivem e se realizam através do seu trabalho. Estamos confiantes na capacidade do novo governo para prosseguir, estável e coerentemente, os caminhos traçados.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Foi só recados, hem?

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho.

O Sr. Ministro do Trabalho (Queirós Martins): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Construir um Estado de direito democrático e promover o reformismo social são duas áreas por que se desenvolve o Programa do VIII Governo Constitucional e que serão prosseguidas pela política que levará a cabo no âmbito do Ministério a meu cargo.

Neste enquadramento, a que acrescentarei a promoção da justiça social, merecerão especial destaque na acção a desenvolver pelo Ministério do Trabalho:

A criação de condições sócio-laborais tendentes a continuar uma política de não intervencionismo administrativo;

O reforço da autonomia dos parceiros sociais de modo a que associações sindicais e patronais realizem a função de defesa dos interesses que representam;

O enquadramento da relação de trabalho num modelo normativo que se quer o mais aproximado da Europa, em que nos iremos integrar;

O incremento das conversações com os parceiros sociais tendentes à criação de condições para o diálogo social;

A adopção de uma óptica de globalização e horizontalização da política de emprego;

O apoio selectivo à criação de postos de trabalho, merecendo especial relevo a problemática do primeiro emprego;

A acção de apoio à manutenção de postos de trabalho, atenuando efeitos negativos no emprego originados pela conjuntura económica em que temos vivido.

Quero agora abordar, ainda que com consciência das limitações de tempo, o panorama em que de uma forma estática se encontra o quadro das normas de trabalho.

É característica essencial do nosso ordenamento jurídico-laboral o ser motivo de críticas generalizadas por parte dos parceiros sociais. Essas críticas mais ou menos fundamentadas reflectem, enfim, o que caracteriza este conjunto de diplomas.

Na verdade, reparte-se o normativo aplicável à relação de trabalhador por textos cuja época de emissão remonta a 1969, contendo em si mesmo o anacronismo das filosofias políticas que estiveram subjacentes aos doze anos por que se repartem.

É assim que parte substancial da legislação laboral ainda se encontra expressa no velho diploma de 1969,

ano de triste memória para todos os democratas portugueses.

É ainda assim que a duração de trabalho se encontra regulamentada no Decreto-Lei n.º 409/71, anterior, portanto, à Revolução do 25 de Abril de 1974.

Também matéria de fundamental importância como a cessação do contrato individual de trabalho se encontra regulamentada em diploma de 1975, com alterações formais introduzidas em 1976 e 1977.

Refira-se, por último, que as leis reguladoras das associações sindicais e patronais remontam igualmente ao ano de 1975.

Não é necessário ser grande matemático para se concluir que dos diplomas mais recentes até hoje mediaram cerca de seis anos. Seis anos de uma vivência política por todos nós experimentada com ansiedade e esperança na solidificação da democracia pluralista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Caracterizam-se os conjuntos de regras referidas pelas filosofias políticas, sociais e económicas subjacentes aos governos que então tinham a árdua e difícil missão de conduzir a comunidade portuguesa, mas sucessivamente rejeitadas pelo povo português.

Se em 1975 a chamada Lei dos Despedimentos tinha de reflectir os receios de desemprego, criando por isso uma rigidez, hoje injustificada, nas justas causas de despedimento, igualmente é um facto a desadequação à realidade hoje vivida no nosso país das leis das associações sindicais e patronais.

Todos estamos ainda recordados da defesa polémica da unicidade sindical que esteve na origem do normativo referido.

É hoje bem diferente a realidade no mundo do trabalho que os citados diplomas pretendem regularizar.

A dinâmica social fez com que alguns dos conjunto de regras referidos deixassem de, pela prática, ser respeitados e conduziu à recriação de outros que, sendo contemporâneos daqueles, mais não eram do que palliativos para situações criadas. Refiro-me, como é evidente, à Lei dos Contratos a Prazo.

Na realidade, o que se passou com a legislação em 1976, ainda a Constituição não tinha seis meses, dos contratos a prazo mais não foi do que tentar obstar à rigidez causada no mercado de emprego com as normas regulamentadoras da cessão do contrato individual de trabalho.

Assim se criou uma situação de vivência aparente de Estado de direito com a realidade permanente de fraude à lei.

Verificamos, assim, que todo o ordenamento jurídico regulador do trabalho se encontra disperso por diplomas que ou são contemporâneos da Constituição de 1933 ou anteriores à actual de 1976, apenas com alguns retoques posteriores.

É, portanto, com razão que tanto centrais sindicais como confederações patronais tecem críticas a este mesmo encadeado legal, em si mesmo contraditório, em si mesmo destruidor da segurança que a lei deve prestar aos seus utentes.

Não comprehendo, nem admito, portanto, que quando o Governo se propõe melhorar, articular, sistema-

tizar todo este conjunto de preceitos legais se lhe tecem as maiores críticas, fazendo bandeira de uma manta de retalhos que urge impedir se transforme em mortalha.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estão bem definidos na Constituição e na lei os termos em que poderá e deverá ser feita a elaboração de qualquer diploma regulamentador das relações de trabalho. Será sempre através de conversações com os parceiros sociais, com a sua audição e participação, que meterei ombros ao melhoramento, revisão e adequação da legislação do trabalho à realidade social do Portugal europeu e democrático dos anos 80.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Essa melhoria, exigência de um verdadeiro Estado de direito terá de ser levada a cabo com o cuidado, com o respeito, com a dignidade, com a prudência necessárias à elaboração de qualquer legislação eminentemente social.

O que não pode, porém, significar atrasos, tibiezas ou a fuga da assunção das responsabilidades de todos os intervenientes no processo social em quem o futuro tem olhos postos.

Não posso deixar de formular algumas considerações sobre o que levarei a cabo no âmbito estrutural do Ministério de Trabalho. Tentarei, com a ajuda de todos os que constituem o elenco humano do Ministério em que detenho a responsabilidade máxima, dinamizar a actividade da Inspecção do Trabalho, com vista a garantir uma profícuca e eficaz acção de fiscalização e pedagogia dos agentes económicos. Empenhar-me-ei ainda num campo que considero da maior importância para os trabalhadores deste país, e que é o da higiene e segurança do trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No desenvolvimento das funções que me estão cometidas como Ministro do Trabalho, penso e quero que os parceiros sociais sintam conjuntamente comigo o muito que há a fazer neste país pela qualidade do posto de trabalho, condição fundamental para a dignificação do homem trabalhador como elemento atomístico do colectivo social de que faz parte.

Para terminar, quero deixar, tal como no princípio desta minha intervenção, alguns aspectos fundamentais da actuação imediata do meu Ministério:

A implementação do Instituto de Emprego e Formação Profissional;

A regulamentação jurídica da aprendizagem; Legislação tendente à integração em emprego protegido de trabalhadores deficientes;

Desburocratização do processo de depósito de convenções colectivas de trabalho;

Adopção das medidas necessárias à garantia efectiva da vigência anual das tabelas salariais;

Informatização a nível central e regional do tratamento dos quadros de pessoal.

Serão estas as linhas de actuação que implementarei na condução da política do Ministério do Trabalho, no respeito pelos direitos, liberdades e garantias de todos os Portugueses.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Marcelo Curto.

O Sr. Marcelo Curto (PS) — Sr. Ministro do Trabalho, ouvi com muita atenção a sua oração e, na verdade, no meio das banalidades que disse, penso que se algum interesse houvesse neste debate sobre o problema do trabalho digamos que ele se centraria à volta da alteração da Lei dos Despedimentos — ou, como o Sr. Ministro disse, da lei da cessação do contrato de trabalho —; do decreto-lei em vigor sobre os contratos a prazo mas também, e sobretudo, acerca da alteração da Lei da Greve.

O Sr. Ministro não pode deixar de reconhecer que o discurso do Sr. Primeiro-Ministro na abertura da discussão do Programa do Governo levanta justificadas preocupações não só a estas bancadas como a todas as organizações de trabalhadores e a eles próprios. Na verdade, o Sr. Primeiro-Ministro verberou com bastante violência aquilo a que chamou as greves políticas e a necessidade de se alterar a regulamentação da greve. Coloquei esse problema na minha intervenção face ao artigo 59.º, n.º 2, da Constituição e é uma primeira dúvida que gostaria de ver esclarecida.

Por outro lado, o Sr. Ministro falou em determinado momento da sua intervenção em justas causas. Sendo um jurista, o Sr. Ministro sabe que não há justas causas mas, sim, justa causa. Justa causa é um conceito jurídico desenvolvido pela jurisprudência. Não pode haver um elenco de justas causas, há, sim, um elenco de factos que podem constituir justa causa. Portanto, também gostava que me esclarecesse em que consistem, na sua opinião, essas justas causas, ou seja, o alargamento da justa causa para um elenco de justas causas, como o Sr. Ministro disse.

Por último, dirigem-se imensas críticas à chamada Lei dos Contratos a Prazo, mas o facto é que já na lei de 1969, que o Sr. Ministro citou, existia a possibilidade da contratação a prazo até de uma forma extremamente ampla, só com uma limitação: a de que o contrato passava a ser sem prazo se se ilidissem as normas do contrato.

Portanto, todos nós gostávamos de saber em que termos é que o Sr. Ministro pretende alterar a Lei dos Contratos a Prazo, tendo em conta que há dois projectos em discussão nesta Assembleia que aguardam a sua discussão na especialidade.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado César de Oliveira.

O Sr. César de Oliveira (UEDS) — Sr. Ministro, fiquei com curiosidade ao ouvi-lo hoje, visto que já há mais de dois meses, quando começou a crise governamental, o *Tempo* — um jornal julgo que insuspeito para a maioria... — inseria uma lista reivindicativa de ministros na qual o seu nome se incluía como substituto do Sr. Ministro Nascimento Rodrigues. Julgo eu que essa lista era oriunda de um dos partidos da AD.

O Sr. Sousa Tavares (PSD) — O Sr. Deputado César de Oliveira, não vai agora dizer que é o Nuno Rocha quem nomeia os ministros! ...

Risos.

O Orador: — A cada um a sua *bête noire*! ...

Risos.

Presumo que a sua intervenção se insere talvez na preparação de uma certa imagem. Aliás, julgo que o Primeiro-Ministro do VII Governo Constitucional, que é o mesmo agora do VIII, tinha até um técnico para cuidar dessa imagem, e eu não sei se esse é o mesmo técnico que agora deu lições aos Srs. Ministros para se apresentarem aqui com uma imagem soridente, benevolente, até paternal, e, repito, a sua intervenção insere-se na tentativa de criar essa imagem.

Tenho muito pouco tempo, pelo que não me poderei alongar muito mais, mas o Sr. Deputado Marcelo Curto fez uma pergunta que eu tinha incluído aqui na minha nota, e que é a seguinte: qual é a sua posição sobre dois diplomas já aprovados nesta Câmara, um do Partido Socialista e outro do meu próprio partido, em relação aos contratos a prazo?

Por outro lado, pergunto se o Sr. Ministro partilha das concepções do presidente da CIP Ferraz da Costa...

Uma voz do PSD: — Outra vez?!

Uma voz do PSD: — Do Presidente Ramalho Eanes?!

O Orador: — ..., quanto ao papel dos delegados sindicais e das comissões de trabalhadores. Presumo que a AD se incomoda com isto; mas é que, segundo o meu ponto de vista, para um verdadeiro partido social-democrata democracia é participação e, alterando-se os poderes das comissões de trabalhadores e dos delegados sindicais, lá se vai a democracia pelo cano... Por isso gostava muito concretamente de saber qual é a sua atitude em relação a essa posição da CIP, que o Sr. Ministro, por certo, não ignorará.

Finalmente, gostaria de saber em que é que vai consistir a tão prometida mexida na Lei da Greve? Em que pontos vai incidir? Vai incluir ou não restrições? Como é que o Sr. Ministro pode definir o que é uma greve política? É a greve dos maquinistas da CP? Não é a greve dos maquinistas da CP? Haverá duas bitolas para aferir o que é uma greve política, isto é, quando é uma greve de sindicatos ou de trabalhadores afectos à maioria e quando não são afectos a essa maioria?

São estas questões muito concretas que gostaria de ver esclarecidas. Haveria muitas outras que gostaria de lhe colocar, mas, de facto, só tenho dois minutos e trinta segundos que já são de amanhã.

Antes de terminar, mais uma vez chamo a atenção para o facto de que o tal técnico que o Sr. Primeiro-Ministro tinha lá nos seus gabinetes a preparar a imagem trabalhou muito desta vez...

Risos.

Entretanto reassumiu a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Ministro para responder, entende a Mesa ser conveniente salientar os seguintes pontos: o Sr. Deputado César de Oliveira, com a intervenção que acaba de fazer, esgotou já o tempo total de que o seu partido dispunha para o debate até ao seu encerramento; por sua vez, o Sr. Ministro, até aqui, excedeu exactamente em doze minutos o tempo do Governo previsto para hoje. Entender-se-á, portanto, que esse tempo era aquele que consensualmente se tinha estabelecido como tolerância que se poderia dar a partir da intervenção do Sr. Deputado Silva Marques, como hoje já tive ocasião de referir, parece-me que até mais de uma vez. Portanto, o Sr. Ministro a partir de agora entrará no tempo do Governo de amanhã.

Em relação a qualquer concessão de tempo que VV. Ex.* quisessem adiantar, penso que não seria oportuno fazê-lo neste momento, além de que terão tempo de o fazer amanhã. Agora, e depois do que contem ficou estabelecido com a atitude inicialmente tomada pelo Sr. Deputado Silva Marques, quanto a mim constituiria precedente. Não será altura de o fazer, visto que o Governo ainda tem o tempo de amanhã que antecipa e de brucar-nos-emos depois sobre qualquer concessão que tenha de ser feita amanhã.

Tem V. Ex.* a palavra, Sr. Ministro do Trabalho, para responder.

O Sr. Ministro do Trabalho: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Serei breve nas respostas e penso que a razão da minha brevidade quanto ao assunto da primeira pergunta que o Sr. Deputado Marcelo Curto me dirigiu é a razão daquilo que o próprio Sr. Deputado Marcelo Curto referiu há pouco a um dos deputados da maioria, quando disse que eram questões técnico-jurídicas. Apesar de sermos juristas, suponho que não é esta Câmara o local ideal nem a sede exacta para se discutirem essas questões.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Afirmei também na minha intervenção que todos os mecanismos constitucionais e as disposições da Lei n.º 16/79 serão, como não poderiam deixar de ser, respeitados. E sê-lo-iam, ainda mesmo que não o fossem em forma de lei. Por isso, Sr. Deputado, quanto ao conceito de justa causa, é evidente que só existe uma justa causa, não existem justas causas; isso é, como disse e bem, um conceito jurídico — o que pode é ter vários conteúdos. O conteúdo que pretendo ver estabelecido na nova legislação do trabalho, na legislação do trabalho de Portugal democrático, europeu e dos anos 80, é aquele que resultar das conversações que haverá com os parceiros sociais a esse respeito.

Quanto à Lei da Greve, uma questão que tem sido muito empolada, recordo-lhe aqui as afirmações do Sr. Primeiro-Ministro, nesta Câmara, aquando do discurso de apresentação do Programa de Governo. Disse o Sr. Primeiro-Ministro o seguinte: «Ninguém põe em causa a necessidade e a importância da greve para a defesa dos trabalhadores.»

Para mim a greve é um direito dos trabalhadores, é uma arma dos trabalhadores para defesa dos seus interesses laborais. A dificuldade está em fazer-se a

distinção do uso dessa arma, que tão solene é — e o povo português tão bem sabe como ela é solene, porque tantos anos viveu privado dela! — em distinguir uma greve laboral de uma greve política.

Penso que nesse campo quem tem de facto a grande responsabilidade são as associações sindicais, pelo uso responsável de uma arma que deve ser usada pelos trabalhadores para as suas justas reivindicações laborais e que não deve estar ao serviço nem de partidos, nem de organizações políticas.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quanto aos contratos a prazo, não concordo com aquilo que chamo de «instabilidade psicológica» criada no trabalhador contratado a prazo. O trabalhador contratado a prazo vive sob o espectro do decurso dos seis meses. É isso que, quanto a mim, é importante rever num novo ordenamento jus-laboral que em Portugal irá vigorar e que será feito, repito, com conversações e com a participação dos parceiros sociais. Assim queiram os parceiros sociais participar nessas conversações!

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Deus queira que não!

O Orador: — Quanto às perguntas que me dirigiu o Sr. Deputado César de Oliveira: a imagem que tenho, se a considera paternal, é natural, mas a imagem que tenho é, de facto, a imagem daquilo que sou. Se lhe sou simpático, pois, Sr. Deputado, o prazer é meu e seu também, com certeza.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Obviamente!

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Tanta meiguice!

O Orador: — Quanto à notícia que vinha inserta no jornal *Tempo*, devo dizer que pertence a um Governo que defende a liberdade de imprensa e, como tal, penso que qualquer órgão de informação é livre de dar as notícias que muito bem entender. De qualquer maneira, recordo-lhe que, a propósito dessa mesma notícia, saíram também em toda a imprensa deste país os meus desmentidos a esse respeito.

Quanto aos projectos dos contratos a prazo, desculpar-me-á mas penso que a resposta que dei ao Sr. Deputado Marcelo Curto, em parte, servirá a sua ansiedade.

Quanto aos projectos concretos que existem nesta Câmara: um deles está aprovado na generalidade ...

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Já estão os dois!

O Orador: — Tem razão; já estão aprovados na generalidade os dois projectos e, sinceramente, Sr. Deputado, que o problema não é do Governo, mas daquilo que é o sustentáculo do Governo: a maioria nesta Câmara. Quanto a essa questão, não quero, pois, emitir qualquer opinião, porque não me compete, sem que transcendia a minha esfera própria de competência.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Quanto aos delegados sindicais e às comissões de trabalhadores, V. Ex.^a, Sr. Deputado, possivelmente fez a pergunta para ouvir nesta Câmara aquilo que já leu. É que V. Ex.^a mostrou já ter lido uma entrevista que dei a *O Jornal*. De qualquer modo, o regime de protecção que existe quanto aos delegados sindicais e quanto aos membros das comissões de trabalhadores não é mais do que o reflexo na lei interna de uma convenção da Organização Internacional do Trabalho, a n.º 131. É evidente que essa protecção até corresponde a uma convenção internacional, ratificada pelo Estado Português, e, como tal, é direito interno de Portugal.

Quanto à greve e à Lei da Greve, talvez me dispensasse de lhe responder, uma vez que a resposta que enderecei ao Sr. Deputado Marcelo Curto será, penso, suficiente.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Marcelo Curto (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um curto protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Marcelo Curto (PS): — Sr. Ministro do Trabalho, na verdade, com um tom muito conciliador e com estudada lentidão — penso que o Sr. Deputado César de Oliveira tem razão ...

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — É o tal homem!

O Orador: — ..., V. Ex.^a não deu nenhuma resposta às preocupações muito vivas que não só nós nesta Câmara como também todos os trabalhadores e suas organizações têm. Todos nós esperávamos não uma discussão jurídica — aliás, pelo menos em Plenário sempre me neguei a fazer discussões jurídicas —, mas esperávamos que nos dissesse o que era isso de justas causas. Foi o próprio Sr. Ministro que utilizou essa expressão, não fui eu.

Perguntei a V. Ex.^a em que termos é que o Governo pensava compatibilizar uma modificação da Lei da Greve com o artigo 59.º da Constituição, que diz que o âmbito e a definição da greve compete às organizações de trabalhadores. O Sr. Ministro não respondeu a nada do que lhe perguntei e deixou um vazio completo em relação às intenções deste Governo. Assim, concluo que se abandonou a tinta social-democrata que havia no Programa do VII Governo Constitucional e que estamos num caminho mais para a direita, num caminho de repressão dos trabalhadores...

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — ..., mas os trabalhadores e a oposição nesta Câmara não irão, com certeza, admitir.

Vozes do PSD: — Delírio!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho.

O Sr. Ministro do Trabalho: — Sr. Deputado Marcelo Curto, quanto ao meu tom conciliador, é evidente que não se governa contra a oposição, governa-

— se e a oposição assume-se como tal. Portanto, quando se dialoga com a oposição não é necessário ser com sete pedras na mão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Chegou, Sr. Deputado, a altura de dizer sim ao que é de dizer sim e de dizer não ao que é de dizer não. Digo-lhe sinceramente, Sr. Deputado, que não é esta Câmara o local indicado para lhe dar a definição do que é justa causa.

Quanto à norma constitucional que impede os despedimentos sem ser com justa causa, é evidente que isso está implícito na sua própria pergunta e na minha resposta. O que o Sr. Deputado pretenderia era que eu estivesse a avançar conceitos jurídicos de justa causa. Isso, Sr. Deputado, resultará das conversações a encetar com os parceiros sociais, e nem eu nem com certeza V. Ex.^a queremos substituir os parceiros sociais pelas forças políticas com assento nesta Câmara.

Aplausos do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Lopes.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: No discurso de apresentação do Programa do VIII Governo, o Sr. Primeiro-Ministro enunciou as questões prioritárias do novo executivo, entre as quais se integra a agricultura.

Na verdade, a nossa dependência da componente externa de bens alimentares, sobretudo das importações de cereais, que contribuem para o agravamento do défice da balança comercial, levou os governos da Aliança Democrática a equacionar, com objectividade e coerência, uma política agrícola global em termos de aumento de produtividade, embora as condições internacionais nos tenham obrigado a trilhar um caminho penoso para ultrapassar os obstáculos que têm obstruído o rápido desenvolvimento agrícola, a fim de conduzir os agricultores e os trabalhadores, em suma, o mundo rural, a ocupar o lugar na sociedade portuguesa a que têm direito.

Os partidos que compõem a Aliança Democrática, unidos no espírito de consenso e numa estabilidade governativa, entendem que o sector primário deve participar com um contributo valioso no equilíbrio da situação social e económica da vida portuguesa.

Ao longo da vigência dos governos da Aliança Democrática, as oposições têm desferido críticas que melhor possam servir o seu clientelismo político, mas sem a apresentação de soluções concretas e objectivas que sirvam de terapêutica ao nosso panorama agrícola.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Recordo que a nossa maior percentagem de solos não tem aptidão agrícola, por consequente de fraca potencialidade produtiva para culturas a que têm estado sujeitos, provocando preços de custo elevados, que arruínam os produtores.

Fazendo a retrospectiva da revolução agrícola em Portugal nos últimos anos, deparamos que o objectivo

principal a atingir foi a modificação da estrutura física da propriedade, sem considerar as potencialidades produtivas das regiões, criando demagogicamente o subemprego e o absentismo. Não se fez um projecto de reconversão cultural, apoiado numa carta de solos que é a base do ordenamento agrário. Cometeram-se erros irreparáveis, oferecendo-se crédito fácil e sem controle que à partida os portugueses de bom senso sabiam ser irrecuperável, porque não se objectivava a produtividade em consonância com a rentabilidade económica, tão necessária à promoção social dos novos agricultores.

Mas, passando ao Programa do Governo, que traça em linhas gerais as grandes prioridades em política agrícola, registamos e alertamos os agricultores que houve a preocupação de equacionar os objectivos globais, coerentes e conjugados, para que a economia portuguesa possa ter uma agricultura progressiva e moderna, que abranja todo o território nacional, desde que os solos mais ricos aos mais pobres do interior e do Norte a Sul do País.

Perante o panorama da nossa diversificação ecológica, ter-se-á que fazer o ordenamento cultural, apoiado em novas técnicas agrícolas, silvícolas e pecuárias. Ter-se-ão que redimensionar as empresas agrícolas em termos de rentabilidade para atingir a competitividade. Só assim, com unidades economicamente viáveis, se poderá ter aumentos de produção com baixos custos unitários, para que se possa fazer face ao aumento dos factores de produção que dependem predominantemente do exterior e das políticas económicas dos outros países.

O Governo lança o desafio à agricultura portuguesa, apoiando-se nos passos decisivos que tem que dar para a reconstrução nacional, mas ter-se-á que deixar de olhar para o Estado patrão e paternalista para se atingir a emancipação em paralelo com os outros sectores económicos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — «O mundo rural não pode continuar a ser o parente pobre da nossa sociedade.»

O arranque das estruturas fundamentais, a confiança no investimento agrícola, o apoio técnico real e efectivo e o espírito de sacerdócio dos técnicos regionais, que terão que abandonar os conflitos pessoais, são pontos essenciais para a integração da agricultura portuguesa na CEE.

A mancha florestal que tem sido consumida nos últimos anos é uma perda do património nacional, que pesaria positivamente na nossa integração europeia, se tivermos em conta que a Europa comunitária é hoje fortemente deficitária em produtos florestais entre os 40 % e 45 %, com a previsão de nos próximos vinte anos se agravar esse défice. Mas, além deste aspecto, os produtos florestais assumiram em 1980 um papel particularmente destacado no quadro do nosso comércio externo, cifrando-se as exportações em 40 milhões de contos.

Perante esta panorâmica, o ordenamento florestal é prioritário, bem como o reflorestamento das manchas ardidas com novas técnicas. O arrendamento florestal terá de ser regulado, o que, aliás, já estava previsto na Lei n.º 76/77, mas que nunca foi feito até agora por nenhum governo. A melhoria genética dos efecti-

vos pecuários, com um fomento pecuário integrado num planalto forrageiro, deverá ser dinamizada para que as componentes da alimentação animal hoje existentes possam ser alteradas, reduzindo, assim, a nossa dependência externa.

Neste sector terá o Governo que apoiar com crédito e assistência técnica tão necessários para esta modificação estrutural.

Por fim, entende o Grupo Parlamentar do PSD que a integração num único Ministério da Agricultura e Comércio, apesar das dúvidas e críticas feitas sobre esta nova orgânica, terá vantagens que, friamente analisadas, serão úteis a uma economia de mercado, onde se exige que os agricultores nela participem e sejam responsabilizados no seu desenvolvimento.

Assim, o novo Ministério estará em condições de programar real e efectivamente na fixação dos preços de garantia e na oportunidade das intervenções, sempre difíceis de executar.

Organizar os mercados agrícolas, orientados na perspectiva da política agrícola comum, uma vez que em todos os governos da Comunidade se dedica uma atenção bastante grande a este sector, sensível, difícil de gerir e por vezes politicamente importante é um dos principais objectivos que temos a atingir.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, ...

Risos.

Vozes do PCP: — Não se encontra ninguém na bancada do Governo!

O Orador: — ... Srs. Deputados: Esperamos que os portugueses que constituem o mundo rural, com o seu esforço, consigam demonstrar o seu patriotismo, libertando-se das explorações demagógicas, na certeza de que o farão na defesa da democracia e de Portugal.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

Entretanto, retomou o seu lugar na bancada do Governo o Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro (Fernando do Amaral).

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, é que, como durante a intervenção do Sr. Deputado Mário Lopes — que, aliás, muito simpaticamente se dirigiu também aos membros do Governo — não se encontrava nenhum membro do Governo na bancada, pedia a palavra para referir esse facto.

Como neste momento já chegou um membro do Governo, prescindo da palavra, pois assim o debate já pode prosseguir.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Lopes.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Curioso é notar que o Programa deste governo não vale só pelo que diz mas também, e fundamentalmente, pelo que não diz.

No meu entender, não é de uma omissão ou esquecimento que se trata, mas antes de um acto deliberado de mentira e de falta de coragem. Mas o grande patronato tem as suas exigências e compromissos. Mas compromissos são compromissos; pelo que foi inevitável que o Sr. Primeiro-Ministro acabasse por vir a público reafirmar aquilo que os trabalhadores, o povo em geral e esta Assembleia sabiam: que o Governo pretende alterar a lei dos despedimentos, a lei da greve, a lei dos contratos a prazo, a lei da contratação colectiva, a lei das férias, feriados e faltas, etc., etc.

A avaliar por várias declarações de vários membros do Governo, designadamente pelo Sr. Ministro do Trabalho, o que a AD pretende com a revisão da lei dos despedimentos tem um sentido muito preciso e um objectivo muito claro: dar mais liberdade aos grandes exploradores, permitindo-lhes sempre despedir quando quiseram e quem quiseram, mesmo que a troco de uma miséria indemnização.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — No fundo, o que o Governo quer é os trabalhadores a prazo, no fundo, o que o Governo quer é dar mais tranquilidade aos grandes capitalistas à custa da intransquilidade dos trabalhadores.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à lei da greve e à sua alteração, qualquer observador menos atento começará por ficar confundido e sem saber em quem acreditar: se no Primeiro-Ministro, que ameaça na prática com a sua extinção, se no Ministro do Trabalho que, em entrevista recente, afirmou não pretender alterar ou revogar a lei vigente. De qualquer forma, porque o Fundo Monetário Internacional o impôs e porque associações como a CIP o desejam, é natural que este Governo obedeça e é com essa vontade política que os trabalhadores irão contar.

Para a criação do clima necessário à alteração desta lei procuraram os patrões e o seu governo, sem o conseguir, fazer crer à opinião pública que os trabalhadores e as suas associações de classe usam e abusam da lei vigente.

Sempre direi ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Srs. Deputados da «AD» que o direito de greve nas convenções internacionais e na Constituição Portuguesa é plenamente reconhecido aos trabalhadores. O que o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro não dizem é que, de facto, as violações da lei da greve são única e exclusivamente assumidas pelo patronato. Senão vejamos: é ou não ilegal substituir trabalhadores em greve? É ou não ilegal despedir trabalhadores pelo facto de fazerem greve? É ou não ilegal decretar o lock-out em quaisquer circunstâncias? Tem havido ou não flagrantes ilegalidades na requisição de trabalhadores em greve?

Estes, sim, são os atropelos políticos e as ilegalidades todos os dias cometidas pelos patrões com a complacência, quando não apoio, do Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E isto não o refere nem nunca o referiu o Primeiro-Ministro ou o Ministro do Trabalho.

Neste seu programa, aliás como nos anteriores, o Governo acusa os trabalhadores portugueses de absentistas e de causadores da improdutividade verificada em muitas empresas.

O Sr. Primeiro-Ministro foi ao ponto de chamar às massas laboriosas deste país enxame de parasitas. Mas acaso desconhece este governo que as leis vigentes já permitem o sancionamento e, quando reiteradas, o despedimento com justa causa dos trabalhadores que faltem injustificadamente cinco dias seguidos ou dez interpolados durante o período de um ano? Acaso desconhece que os trabalhadores só podem faltar na base da lei das faltas, feriados e férias vigente, a que foi atribuído o carácter imperativo? Será que este governo, perante o fracasso da sua política de saúde, quer garantir por decreto que os trabalhadores portugueses não irão adoecer? Será que não sabe que somos o país europeu com piores condições de higiene e segurança, com maior número de acidentes de trabalho — cerca de 600 000 por ano — e onde as garantias quer de cura quer de subsistência são menores? Será que não sabe que somos o país com os mais baixos salários e com o mais baixo poder de compra da Europa?

Ridículo, Srs. Ministros, Srs. Deputados da AD, é que os senhores dêem guarda a uma série de capitalistas incompetentes, àqueles que da especulação e do lucro fácil vivem, àqueles que sonegam os rendimentos e produzem a fraude fiscal. Estes, sim, são os «parasitas sociais», por que à custa da exploração do povo e do País vivem.

Então, Sr. Primeiro-Ministro, por que perdeu o seu *fair play* e injuriou os trabalhadores e deixou cair essa máscara de verniz democrático que o Sr. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa e os seus técnicos de comunicação tão presunçosamente lhe querem manter?

Ao pronunciarem-se contra a lei das férias, feriados e faltas, ao pretenderm a sua revisão, Srs. Membros do Governo, que pretendem VV. Ex.?"? Reduzir as férias e o subsídio de férias? Diminuir as faltas legalmente estabelecidas como justificadas? Diminuir, conforme a exigência do vosso parceiro PPM, os feriados estabelecidos legalmente? E quais deles?

Será o 5 de Outubro por conta dos adeptos do rei, o 1.º de Maio por conta do PSD, e o 25 de Abril por conta do CDS?

O Sr. Narante Coissoró (CDS): — Talvez, talvez!

Uma voz do PCP: — Boa piada!

O Orador: — Srs. Ministros, Srs. Deputados da AD: Diga ao povo, aos trabalhadores e ao País qual o miserável acordo que negociaram com o FMI, de que este programa, de envergonhado, nada refere.

Todos estes ataques aos trabalhadores são, no fundo, o cantar do cisne de quem nem sequer reformista alguma vez o foi e que de democracia somente conhece a palavra sem saber o seu significado.

O que este Governo AD pretende, e isso é visível em todo o seu programa, pode resumir-se em três objectivos:

Garantir ao grande patronato, aos latifundiários e às multinacionais um progressivo aumento dos lucros contendo para isso os salários e a contratação colectiva;

Garantir que os grandes capitalistas podem reprimir à vontade, porque contarão com a conivência e a complacência do seu governo;

Garantir à CIP, à CAP, à CCP que as suas exigências de revogação das conquistas de Abril serão tidas em conta.

Sempre me permitiria dizer ao governo AD que, antes de meter a «pata na poça», leiam a última encíclica do Papa João Paulo II.

Risos do PSD e do CDS.

Não nos falem nas eleições de 5 de Outubro, porque depois dessas já perderam as de 7 de Dezembro, e, se vos restam dúvidas, então vamos a novas eleições.

A terminar, como trabalhador, sindicalista e deputado, deixo ao Governo e aos seus ministros um último recado:

É mais fácil voltar o Tollan que enganar os trabalhadores portugueses.

Aplausos do PCP, do Sr. Deputado do PS Marcelo Curto e do Sr. Deputado da UEDS César de Oliveira.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Também creio que será mais fácil virar o Tollan do que enganar os trabalhadores portugueses. É por isso que ainda não conseguiram virar o Tollan!

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Não percebeu!

O Orador: — Sr.ª Deputada, se não percebi, é defeito meu, mas não se preocupe, que eu cá me arranjarei...

Sr. Deputado, já pus a um colega de bancada de V. Ex.^a uma questão em termos políticos. V. Ex.^a é deputado, mas também é sindicalista e, inclusivamente, referiu essa sua qualidade. Daí que me permita pôr a V. Ex.^a o mesmo problema, mas numa base sindicalista, tanto mais que o Sr. Deputado é um intrépido sindicalista, como todos nós pudemos apreciar.

Risos do PSD.

A questão refere-se ao trabalhador Júlio Pinto que, como V. Ex.^a sabe, decerto melhor do que nós, está suspenso para despedimento pela sua empresa, que é o jornal *O Diário*.

Ora, o colega do Sr. Deputado que respondeu à questão que lhe coloquei em termos políticos disse que não respondia a provocações. É também uma resposta política, se assim nos esforçarmos por entender...

Mas, Sr. Deputado, vou colocar-lhe a questão numa base sindicalista e aguardarei a resposta: a Intersindical, de que V. Ex.^a é dirigente — ou foi, creio eu —, já tomou posição sobre esse assunto?

Em segundo lugar, pensa V. Ex.^a sugerir ao seu grupo parlamentar que sugira também ao Sr. Ministro do Trabalho, que está a preparar uma tenebrosa remodelação da legislação laboral, ...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ...sobretudo em matéria de despedimentos, para atenuar esse carácter tenebroso, a introdução na lista das justas causas de despedimentos a liberdade de expressão?

Aplausos do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Lopes.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Sr. Presidente, neste momento não disponho de tempo, pelo que o meu grupo parlamentar dará a resposta amanhã.

Risos do PSD.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, era para fazer uma observação à intervenção do Sr. Deputado Silva Marques, se me for permitido.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Naturalmente que sim, Sr. Deputado.

Mas, sendo assim, pergunto se a resposta do Sr. Deputado Manuel Lopes sempre fica para amanhã.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, quando o meu camarada Manuel Lopes invocou a razão de tempó, naturalmente que tinha em consideração o muito pouco tempo de que dispomos hoje, entregando a questão ao grupo parlamentar.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito brevemente, quero dizer ao Sr. Deputado Silva Marques que não se trata, no caso do trabalhador Júlio Pinto do jornal *O Diário*, de uma questão de liberdade de expressão. A questão é muito mais complexa...

Risos do PSD.

... e, com mais tempo e vagar, poderemos explicá-la, que não nos causa nenhuma mossa nem preocupação.

Mas pergunto: não estarão os Srs. Membros do Governo e os Srs. Deputados da maioria a calar ao País gravíssimos escândalos de corrupção de que já têm conhecimento e que toda a gente já sabe onde se localizam?

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — O Sr. Deputado! ...

Vozes do PSD: — Diga casos concretos!

O Orador: — E estas jogadas de diversão não terão em vista distrair desses graves escândalos, que muito em breve o País conhecerá?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Gostava apenas de perguntar ao Sr. Deputado Carlos Brito, em atitude de resposta, visto que também respondeu pelo método da pergunta, quem é que se estará a distrair mais.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Barrilero Ruas para uma intervenção.

O Sr. Barrilero Ruas (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: No seu brilhante discurso de ontem quis o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros distinguir-me com uma nota à margem da intervenção em que, embora accidentalmente, eu lamentaria o abandono de Timor. Devo a V. Ex.^a, ao Governo e a esta Câmara um rápido esclarecimento, para o qual o meu partido não dispunha ontem de tempo.

Sei que o terceiro Governo da AD, assim como o primeiro e o segundo, incluiu no seu programa a lembrança de Timor e à promessa de defender o seu povo. Nesse ponto, como noutras, a Aliança Democrática deu um passo em frente. Não é o Governo que esquece Timor. Mais não vemos — e é bom que nesta Casa isto seja dito alguma vez — que os outros órgãos constitucionalmente responsáveis dêem mostras de igual cuidado.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E ao próprio governo se deve e pode pedir que o seu zelo transborde das linhas do Programa e se traduza, para além do necessário plano da diplomacia, também em termos de opinião e de sensibilidade pública, de modo que o povo português não apenas conheça que o problema existe — lá nos antipodes ou no Vale do Jamor, mas tenha a vivência dele — e para ele procure, como obra comum, caminhos de eficácia política.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, continuaremos amanhã às 10 horas e 30 minutos, fazendo-se esta alteração de meia hora por consenso estabelecido entre os grupos parlamentares.

Está encerrada a sessão.

Eram 1 hora e 50 minutos.

Rectificações ao «Diário», n.º 94, de 15 de Outubro de 1981

Na p. 3960, 2.ª col., l. 33, onde se lê «aumento dos grupos» deve ler-se «aumento dos lucros».

Na mesma página e coluna, l. 38, onde se lê «por o Governo de joelhos» deve ler-se «por o País de joelhos».

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Alberto Augusto Faria dos Santos.
Amândio Anes de Azevedo.
António Maria de O. Ourique Mendes.
Arménio dos Santos.

Bernardino da Costa Pereira.
Carlos Manuel Pereira Pinho.
Carlos Mattos Chaves de Macedo.
Casimiro Pires.
Fernando José Sequeira Roriz.
Fernando dos Reis Condesso.
Francisco de Sousa Tavares.
Germano Lopes Cantinho.
Henrique Alberto F. Nascimento Rodrigues.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
Manuel Pereira.
Natália de Oliveira Correia.
Pedro Manuel da Cruz Roseta.
Pedro Miguel Santana Lopes.
Rui Alberto Barradas do Amaral.

Partido Socialista (PS)

Alberto Marques de Oliveira e Silva.
António de Almeida Santos.
António Azevedo Gomes.
António Francisco B. Sousa Gomes.
Aquilino Ribeiro Machado.
João Cardona Gomes Cravinho.
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Manuel Alegre de Melo Duarte.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
Adriano José Alves Moreira.
António Jacinto Martins Canaverde.
Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.
Henrique Manuel Soares Cruz.
João da Silva Mendes Morgado.
José Alberto de Faria Xerez.
José Eduardo F. de Sanches Osório.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
José Miguel N. Anacoreta Correia.
Ruy Garcia de Oliveira.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
Armando Teixeira da Silva.
Jorge do Carmo da Silva Leite.
Vital Martins Moreira.
Zita Maria de Seabra Roseiro.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António José Borges G. de Carvalho.
António Sousa Lara.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Manuel Tilman.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.
Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.
António Augusto Lacerda de Queiroz.
Carlos Mattos Chaves de Macedo.
Cecília Pita Catarino.
Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva.

Maria Helena do Rego C. Salema Roseta.
 Mário Ferreira Bastos Raposo.
 Mário Marques Ferreira Maduro.

Partido Socialista (PS)

Alberto Aron Braga de Carvalho.
 António Duarte Arnaut.
 Antónia José Sanches Esteves.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 António Manuel Maldonado Gonelha.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Maria Teresa V. Bastos R. Ambrósio.
 Vítor Manuel Brás.

Centro Democrático Social (CDS)
 Henrique José C. M. Pereira de Moraes.
 José Augusto Gama.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.

Partido Comunista Português (PCP)

Alvaro Barreirinhos Cunhal.
 António José de Almeida Silva Graça.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Joaquim António Miranda da Silva.

O Redactor de 1.ª Classe, *Armindo Afonso*. —
 O Redactor Principal, *Manuel Adolfo de Vasconcelos*.

PREÇO DESTE NÚMERO 88\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA